



MEMÓRIA DE REUNIÃO – Demarcação de ZEIS

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião para discussão e demarcação de ZEIS
Data: 04/08/2020 Horário início 9h00m Horário fim 11h45m
Local: Reunião online via Google Meet
Pauta(s): ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

2. Participantes

Funpar: Débora Furlan; Maria Eduarda Duda. PMBS: Andreia Tagomori; Claudinéia Scremim; Lucy Bassetti; Verônica Lima.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ul style="list-style-type: none">• A arquiteta e urbanista Débora Furlan, da equipe da Funpar, explicou que a Revisão do Plano Diretor está iniciando a fase de discussões para definir as diretrizes e estratégias territoriais do município e o planejamento de políticas a serem indicadas;• Durante a fase de Análise Temática Integrada, foi levantado que existe uma grande demanda habitacional no município;• Como base, temos o levantamento de demanda habitacional feito no diagnóstico do Plano Habitacional (2012, não aprovado), e o levantamento atual do geólogo da equipe da Funpar, que indica a existência de áreas de risco na área urbana, inclusive áreas emergenciais para realocação de famílias;• A arquiteta da PMBS, Andreia Tagomori, explicou que a intenção da reunião é ter o auxílio das outras participantes, que conhecem de forma mais aprofundada a área urbana, para demarcar áreas/terrenos que seriam ideais para ZEIS;• A integrante do Grupo de Acompanhamento, Lucy Bassetti, trouxe o questionamento se as ZEIS poderiam apenas ser demarcadas em áreas pertencentes à Prefeitura, mas foi esclarecido pela Débora que lotes privados sem uso ou subutilizados também podem ser utilizados na demarcação, e que a partir disso, o proprietário do lote pode firmar uma parceria com a Prefeitura para implantar um projeto habitacional;• A Procuradora Geral do Município, Verônica Lima, indicou uma área para possível demarcação de ZEIS perto da madeireira Eldorado, na entrada da cidade, a leste da Estrada da Ribeira em uma área urbana desocupada com interesse de urbanização pelo Nelson Girardi (figura abaixo, em verde);



- Depois, a arquiteta Débora iniciou uma breve apresentação de diretrizes para a demarcação de ZEIS. Destacaram-se as seguintes questões:
 - Significa a inclusão no zoneamento da cidade de terras destinadas à implantação de habitação de interesse social (HIS), que contempla a população sem renda ou de menor renda do município (de 0 a 3 salários mínimos);
 - Há dois tipos mais comuns de ZEIS:
 - ZEIS de regularização - reconhecimento de áreas já ocupadas por processos informais e sua integração definitiva na cidade, por meio de urbanização e regularização.
 - ZEIS de vazios - demarcação de zonas sobre áreas vazias, subutilizadas ou não utilizadas, em áreas já urbanizadas, onde há infraestrutura, equipamentos, serviços públicos e emprego de qualidade de vida.
 - Desafios: superar a "ditadura" do maior e melhor uso; combinar as ZEIS com políticas de inclusão social; assegurar a permanência dos moradores em locais onde o mercado imobiliário está ativo.
 - As ZEIS requerem uma gestão ativa da política local de habitação.
 - Participação ativa do poder público como mediador.
 - Capítulo sobre ZEIS que o Decreto Estadual de Mananciais traz: dois artigos Art. 22. e Art. 23. Requerem que as áreas sejam dotadas de infraestrutura, não sejam localizadas em área de risco natural, atendam à população de baixa renda, estejam localizadas em zona urbana e observem os parâmetros do plano diretor municipal, desde que respeitados os limites do próprio decreto. Esclarecem que é possível a instalação de condomínios sociais, quando forem realizados em parceria com o Poder Público.
- Verônica chamou atenção para a demanda habitacional na área rural e comentou que a oferta de terras informais localizadas longe do Centro e dos serviços/equipamentos não tem sido um fator de empecilho para a comercialização, tanto na área rural como nas áreas urbanas mais afastadas. Pelo contrário, se apresentam como uma alternativa mais facilitada de compra para a moradia no município. Isso se deve às distâncias possíveis de percorrer a pé ou em transporte coletivo informal (transporte escolar). Lucy concordou e reforçou que existe maior facilidade de compra em parcelamentos informais, principalmente por pessoas que vêm de fora do município;
- A incidência do Karst na área urbana também foi uma pauta abordada e ilustrada através da apresentação no mapa de trabalho. Foi explicado pela Débora que está sendo estudada a possibilidade de ser redigido



- A assistente social Néia informou que a Emater tem implantado ações de melhoria de edificações e de fomento à produção familiar na área rural, contemplando ampliações de edificações, cercas de galinheiros e construções de banheiros. Segundo ela, as ações têm como objetivo fortalecer e viabilizar a permanência com qualidade de vida dessa população na área rural;
- Nesse sentido, Débora também indicou que podem ser sugeridas parcerias com o Incra para atender a demanda habitacional na área rural;
- Também foi indicado que o Município mantenha um levantamento de áreas de interesse para a implantação de ZEIS, para que possam ser demarcadas caso as ZEIS marcadas no zoneamento municipal se mostrem insuficientes ou apresentem impedimento para implantação;
- Para atender a população que deverá ser realocada das áreas de risco próximas à Fazenda São Marcos (figura abaixo, áreas em vermelho), Andreia indicou como ZEIS a parte desocupada na Fazenda São Marcos (figura abaixo, em verde). Esta indicação foi apoiada pela Néia, que observou que a população está próxima e utiliza os equipamentos comunitários da região;



- As participantes concordaram com a sugestão de indicação de área para ZEIS para atendimento da população do Boqueirão que precisar ser realocada de áreas de risco comprovado e em função do projeto de regularização fundiária (figura abaixo, em verde) e informaram que a mesma área já foi estudada para indicação como ZEIS pelo anteriormente;



- Andreia apontou para a necessidade de indicar áreas para relocação para atender as famílias em área de risco no Morro do Caubói, cuja verificação de sujeição de risco e atendimento das famílias foram solicitados pelo Ministério Público;
- Lucy comentou que a extensão do perímetro urbano da Barra do Capivari se deve porque na época que foi demarcado, havia um proprietário de terras que tinha a intenção de implantar condomínio na região. Também, informou que a área do Morro do Caubói tem apenas um proprietário. Foi definido que a indicação de áreas para a relocação dessa população será alvo de mais estudos, devido às restrições físicas na região;
- Também foi discutido sobre a área do Belle Vie, onde não há parâmetros construtivos específicos, o que dificulta a aprovação de projetos na Prefeitura. Segundo a Andreia, está sendo cobrado IPTU no loteamento, e as construções têm sido aprovadas com base nos parâmetros da ZBD, da lei de uso e ocupação do solo urbano;
- Néia questionou se a discussão a respeito do perímetro municipal poderia ser levada para a reunião da Câmara do Karst, para tratar do atendimento socioassistencial e habitacional na Macieira. No entanto, foi esclarecido que a Lei do Plano Diretor não tem o poder de alterar o perímetro municipal, mas que indicará a necessidade de solução dessa questão. A assistente social também comentou sobre a necessidade de recuperar a localidade rural de Ribeirãozinho, que usufrui dos serviços e equipamentos de Bocaiúva do Sul, porém pelo limite municipal atual, passou a pertencer ao município de Rio Branco do Sul. Além da escola, Néia informou que a Emater está desenvolvendo dois projetos socioassistenciais na localidade.

Resumo das áreas indicadas para marcação como ZEIS na reunião:

MEMÓRIA DE REUNIÃO – CAT do Karst

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião com a Câmara Técnica do Karst
Data: 05/08/2020 Horário início 10h00m Horário fim 12h25m
Local: Reunião on-line via Google Meet
Pauta(s): Reunião com a Câmara Técnica do Karst e com a COMEC para a discussão da Revisão do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal; integrantes da Câmara Técnica do Karst e da COMEC, conforme lista em anexo.
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<p>1. A abertura da reunião foi realizada pelos técnicos da COMEC, o coordenador do DCOT e da Câmara Técnica do Karst, Dmitri Arnaud, e o coordenador de Planejamento, Eloir Alberti. Dmitri iniciou a fala afirmando a importância da realização da reunião, mesmo durante o período de distanciamento social decorrente da pandemia de Covid-19.</p> <p>2. A arquiteta e urbanista da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul Andreia Tagomori, apresentou a pauta inicial a respeito do Plano Diretor de Bocaiúva do Sul.</p> <p>3. A segunda parte da reunião foi de exposição, feita por Maurício Maas:</p> <p>O coordenador da equipe técnica da Funpar, Maurício Maas, iniciou a apresentação do trabalho ressaltando que a principal discussão da reunião seria pautada no uso e ocupação do solo. A apresentação de slides abordou as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none">• Breve apresentação da equipe técnica da Funpar;• Estrutura e cronograma da Revisão do Plano Diretor, assim como alterações no mesmo devidas ao período de distanciamento social;• O diagnóstico de estudo feito no município, que foi estruturado em diversos temas: Meio Ambiente e Saneamento; Economia, Gestão e Finanças Públicas; Equipamentos e Serviços Sociais; Uso e Ocupação do Solo; Habitação e Regularidade Fundiária; Mobilidade; Cenários de Capacidade de Suporte Habitacional; Expansão Urbana;• Cada um desses temas foi discutido e exposto usando como embasamento mapas, tabelas e figuras elaborados pela equipe técnica durante a fase de diagnóstico;• No âmbito dos Cenários de Capacidade de Suporte e Expansão Urbana, destacou-se o estudo de saturação da ocupação urbana, o qual permite quantificar o espaço disponível para o uso residencial e o número de habitantes que o perímetro urbano comporta. Nele foram apresentados três cenários que foram pensados levando em consideração aspectos importantes levantados na pauta da reunião, como as áreas de declividade e áreas de incidência do aquífero Karst, ou seja, áreas com restrição de ocupação;• O Coordenador destacou o fato do relevo no entorno da sede urbana ser muito acidentado, dificultando a delimitação de novas áreas de expansão urbana, aventando a possibilidade de reversão da atual zona de serviços em zona residencial, dentre outras possibilidades de aproveitamento da ocupação do solo no perímetro já delimitado.



4. A terceira parte da reunião abriu espaço para a contribuição dos participantes. Andreia Tagomori, arquiteta da PMBS, complementou alguns pontos levantados na apresentação de Maurício Maas:

- Ela explicou ser a única técnica municipal do Urbanismo e de Obras, havendo a necessidade de reforços, mais técnicos no departamento e mais fiscais;
- Para a aprovação de projetos, ela não tem seguido os parâmetros de densidade do Plano Diretor, mas sim, o Decreto Estadual nº 745/2015 de Uso do Solo, uma vez que esse é mais atual do que o Plano vigente;
- Não há Conselho Municipal de Urbanismo em Bocaiúva do Sul, mas ela considera necessário para tratar dos usos permissíveis no município. Segundo Andreia, o Plano Diretor atual é bastante restritivo e tem dificultado a aprovação de usos demandados, mas não previstos;

5. Eloir Ernani Alberti Jr. da COMEC, fez os seguintes comentários:

- Elogiou e comentou sobre a importância da preocupação da equipe consultora com as áreas de risco e com o aquífero Karst;
- Reconheceu a dificuldade financeira do município;
- Considerou de extrema importância a demarcação de ZEIS no Plano Diretor;
- Considerou pertinente a revisão da atual Zona de Serviços, que não foi consolidada;
- Encorajou a otimização do uso do solo nas áreas com menor fragilidade dentro da sede urbana;
- Sugeriu o agendamento de uma nova reunião entre COMEC e Funpar, na semana próxima, para tratar do Decreto nº 745/2015 e marcar áreas para permitir o adensamento por meio de 2 habitações/lote, em áreas com terrenos menos frágeis;
- Ressaltou a importância do trabalho que está sendo feito sobre identificação das áreas mais e menos frágeis do Karst e concordou que esta será a estratégia mais viável para possibilitar o uso do solo no município;

6. Maria Luiza Malucelli Araújo da COMEC:

- Solicitou a consideração da Deliberação de 08/12/2016 da Câmara Técnica do Karst, que define a Zona de Amortecimento do Parque Ambiental da Gruta de Bacaetava, uma vez que essa zona possivelmente atinge o município de Bocaiúva do Sul;
- Adiantou que as discussões sobre a revisão do Decreto nº 745/2015 avançaram e informou que a área mínima de lotes para regularização fundiária será reduzida para 125 m², com exceção da AID do Karst. No entanto, para a construção de novas habitações de interesse social permanecerá em 180 m² (estas informações poderão ser discutidas na próxima reunião que será agendada);
- Adiantou também que a Câmara Técnica não irá permitir regularização fundiária em Área de Influência Direta do aquífero Karst;
- Solicitou ao geólogo da equipe da Funpar Luciano de Lara, que o estudo geológico elaborado por ele fosse disponibilizado para a Câmara Técnica do Karst.
- Também solicitou que seja considerada a modelagem desenvolvida na parceria entre a Sanepar e a COMEC, que define o número de pessoas permitidas por bacia hidrográfica nos mananciais de interesse de abastecimento público da RMC;
- Recomendou que seja seguido o roteiro para laudos geológicos geotécnicos da Câmara Técnica do Karst;
- Recomendou que seja contratado um geólogo para integrar a equipe municipal;
- Solicitou que sejam incluídos nos produtos da revisão do plano diretor os critérios para a realização de cadastro de pessoas com demanda habitacional;
- Informou que a Zona de Serviços atual, ao norte da sede, foi demarcada na época da elaboração do Plano Diretor atual para induzir a implantação de indústrias madeireiras na área urbana de Bocaiúva do Sul.
 - Andreia comentou que não houve uma ocupação efetiva dessas indústrias na Zona de Serviços;
 - Nesse sentido, Maria Luiza concordou com a revisão dos usos nessa zona;

7. Kátia Nakandakare da Sanepar também fez suas considerações:

- Ela solicitou que os documentos da revisão do Plano Diretor incluam nota sobre as novidades dos estudos geológicos-geotécnicos trazidas pelo geólogo Luciano, e sobre a compatibilização do estudo de adequabilidade, incluindo nota sobre a atualização e o porquê ainda não está disponível;

- Também fez a solicitação da correção do Mapa 2 – Geologia na sede urbana, com a compatibilização da legenda;
 - Ressaltou a necessidade de atenção com a lei de uso do solo para a proteção dos entornos dos poços operante e futuro da Sanepar, respeitando os compartimentos calcários demarcados. Informou que o poço operante é o único para o abastecimento de Bocaiúva do Sul, e que o poço futuro não abastecerá o município, mas sim, servirá a rede integrada da concessionária;
 - Destacou que seria importante mostrar a delimitação do manancial superficial do Capivari nos mapas de estudos;
 - Informou que a Sanepar vai adiantar as obras de captação de água no rio Capivari para o ano que vem (2021), devido à demanda da crise hídrica;
 - Reforçou a necessidade de aplicar o modelo de densidade desenvolvido pela Sanepar/ COMEC (comentado pela Maria Luiza) em Bocaiúva do Sul;
- Desse modo, o arquiteto da Funpar, Maurício Maas, solicitou o envio do modelo de densidade para a consultoria estudá-lo antes da próxima reunião com a COMEC;
- Eloir Alberti concordou em enviar o estudo e adiantou que, de acordo com uma aplicação preliminar do modelo, existe capacidade de suporte territorial com bastante folga para o município de Bocaiúva do Sul;
- Kátia informou que a Sanepar atualmente atende 58,6% da área urbana do município com rede de esgoto, ultrapassando a meta combinada com a Prefeitura, de 40% de atendimento até 2045. Também informou que as áreas mais afastadas não são atendidas e que ainda não há previsão de projeto para atendê-las. Alertou que a Sanepar não prevê ampliar da rede, a não ser que a meta seja revista em discussão com a Prefeitura;
 - A respeito da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), informou que as obras previstas priorizam a melhoria do atendimento existente, e não a extensão dos emissários. Assim, uma possível ampliação da rede também dependeria de um estudo que avaliasse a capacidade de suporte da ETE implantada;
8. A arquiteta da PMBS, Andreia, solicitou marcar a discussão para a validação dos mapas de geologia com a Câmara Técnica;
9. Márcio Moure da Prefeitura Municipal de Campo Magro também fez suas colocações:
- Parabenizou o trabalho apresentado pela equipe da Funpar;
 - Ressaltou a importância da PMBS revisar o contrato com a Sanepar, para ampliar a meta de atendimento de rede de esgoto no município, mediante às necessidades levantadas na revisão do Plano Diretor de ampliação da área urbana, de adensamento, de regularização fundiária e de investimentos em áreas sem rede de esgoto, para implantação de infraestrutura de forma a atender à população;
 - Citou o programa federal Pro-Moradias como forma de buscar recursos;
 - Recomendou que sejam definidos os compartimentos urbanos para onde recursos precisam ser direcionados;
10. Eloir Alberti (COMEC):
- Alertou que não será possível flexibilizar as normas de uso do solo trazidas pelo Decreto nº 745/2015 em áreas onde não houver rede de esgoto;
 - Em resposta, Kátia Nakandakare reforçou que não há previsão de complementação da rede de esgoto em Bocaiúva do Sul e que a Sanepar não tem projeto de expansão. Explicou novamente que a expansão da rede depende da revisão da meta de atendimento e informou que a Sanepar entende que já superou a meta definida em plano anterior. A ampliação deve ser negociada e a capacidade da ETE, avaliada;
 - Eloir recomendou que o Plano defina as regiões onde é necessária a expansão da rede de esgoto, para negociar com a Sanepar. Recomendou fortemente que esse trabalho tenha início imediato;
- Maurício comentou que um empreendedor e munícipe de Bocaiúva do Sul tem intenção de implantar um condomínio com uma rede de esgoto, e que há possibilidade de se conectar à rede da Sanepar, sendo aproveitada para atender a Vila Angélica;
- Kátia alertou para a necessidade de estudo de capacidade de suporte da ETE para receber essa rede, caso ela venha a ser implantada;



- Eloir solicitou o mapeamento da rede da Sanepar, Maurício Maas respondeu que foi disponibilizada à Câmara do Karts pela Andreia no dia anterior, e consta no Mapa 24 – Rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água. Kátia confirmou que a rede mapeada pela Funpar está atualizada em relação ao índice de atendimento;
- 11. Andreia Tagomori (PMBS) comentou que gostaria de conhecer o trabalho de regularização fundiária que ocorre no município de Campo Magro;
- 12. Marcio Moure (PMCM) solicitou que a Funpar trate com atenção as áreas que já têm infraestrutura instalada para viabilizar nelas o aumento da densidade, a recepção de população em risco, e como áreas para receber ações emergenciais ou de curto prazo;
- 13. Raul Gradovski (COMEC) informou que convidará membro da Sanepar para participar da próxima reunião, a qual será confirmada a data;
- 14. Dmitri Arnaud (COMEC) finalizou a reunião com sua fala. Agradeceu a apresentação e esclareceu que o setor o qual é responsável, de organização territorial, está à disposição para ajudar a arquiteta da PMBS Andreia no que for necessário.

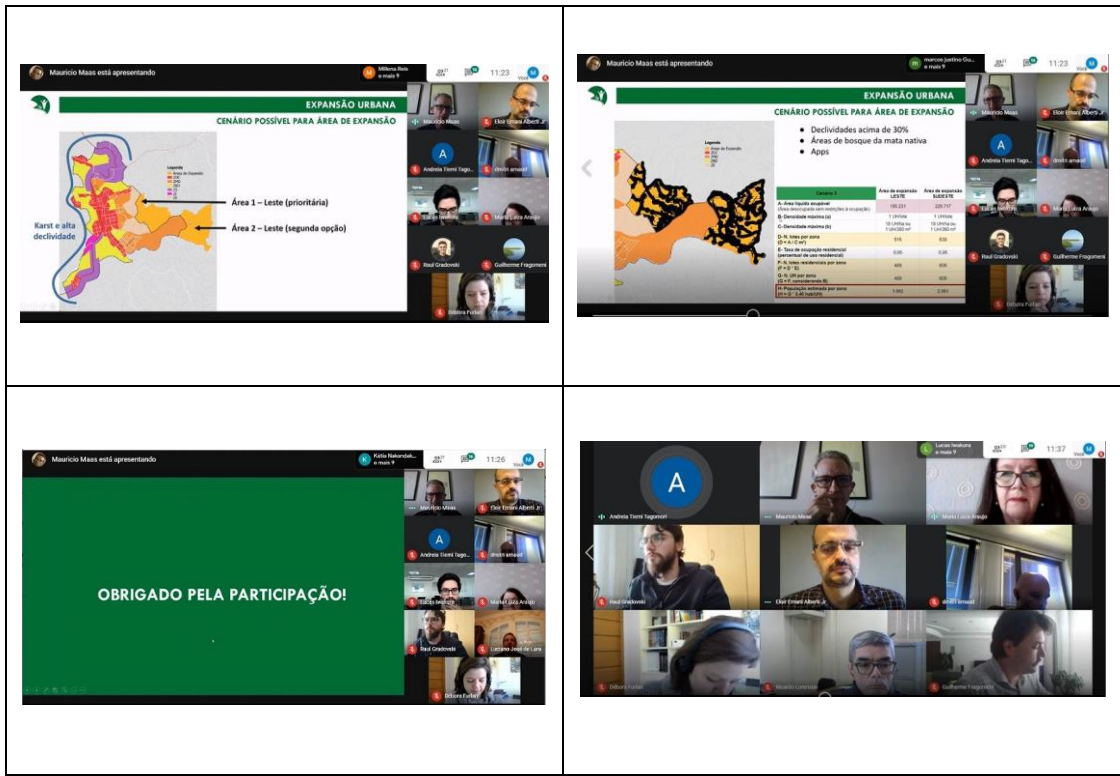
4. Lista de presença



Pessoas (21) Chat

-  Débora Furlan (você)
-  Andreia Tiemi Tagomori
-  COMEC DCOT
-  Daniele Gasparin
-  dmitri arnaud
-  Eloir Ernani Alberti Jr
-  Gabriela Semiano
-  Guilherme Fragomeni
-  Kátia Nakandakare
-  Lucas Iwakura
-  Luciano José de Lara
-  marcio moure
-  marcos justino Guarda
-  Maria Eduarda Duda
-  Maria Luiza Araujo
-  Mauricio Maas
-  Millena Reis
-  Raul Gradovski
-  Ricardo Lorenzon
-  THAIS CRISTINA RUBINI

5. Fotos



6. Material de apoio





REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

**O Plano Diretor vigente foi aprovado em 2008
Leis complementares aprovadas em 2012**

**O plano diretor deve ser revisado minimamente
a cada 10 anos. Lei 10.257.**



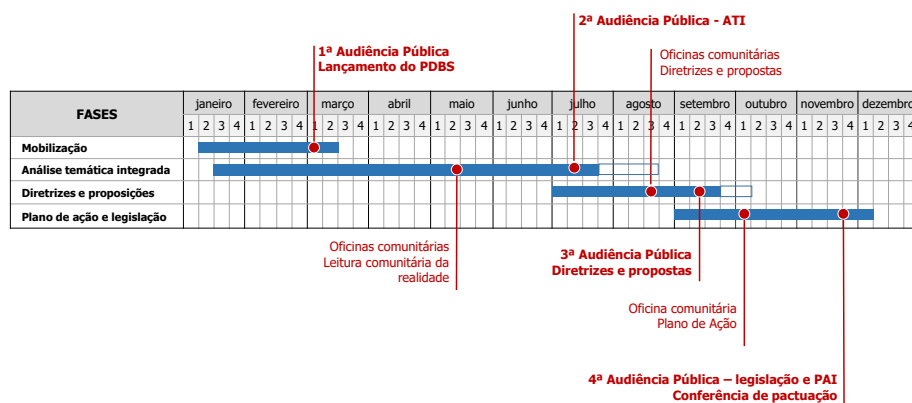
REVISÃO DO PLANO DIRETOR

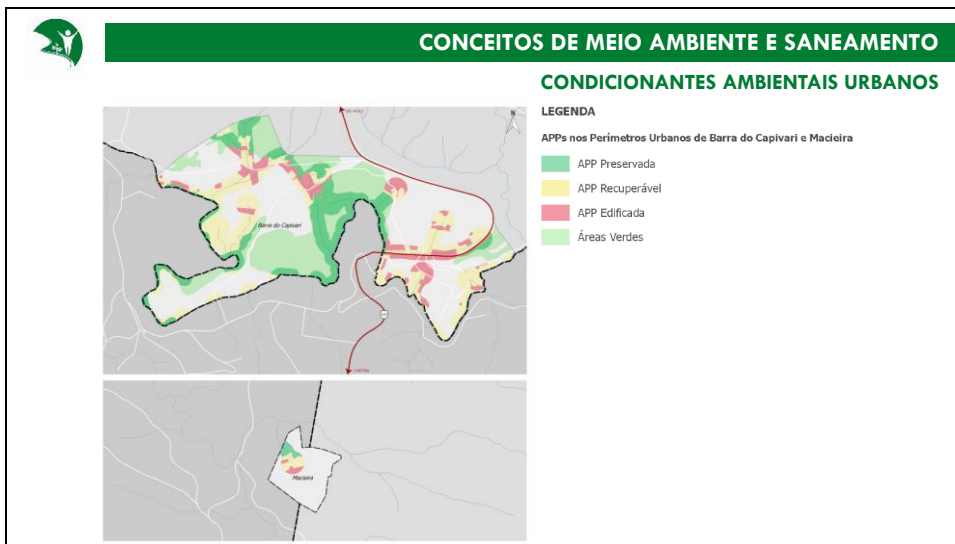
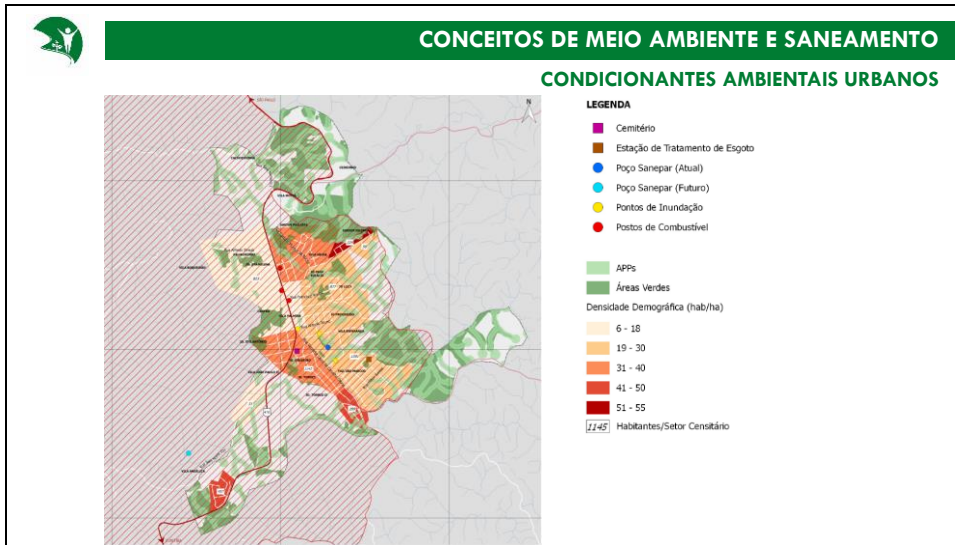
Contratação da Funpar – Fundação da Universidade Federal do Paraná

FUNÇÃO/ESPECIALIDADE	CONSULTOR
Coordenação Geral	Maurício Alexandre Maas
Arquiteta Urbanista	Débora Furlan
Arquiteta Urbanista	Maria Eduarda Duda
Arquiteta Urbanista - Mobilidade	Marcia Machado
Advogado Especialista em Direito Urbanístico	Guilherme Kircher Fragomeni
Economista - Especialista Gestão Pública / Finanças	Wilhelm E. M. Meiners
Engenheira Ambiental	Daniele Gasparin
Geólogo	Luciano de Lara
Socióloga	Fabiane Baran



CRONOGRAMA E PARTICIPAÇÃO



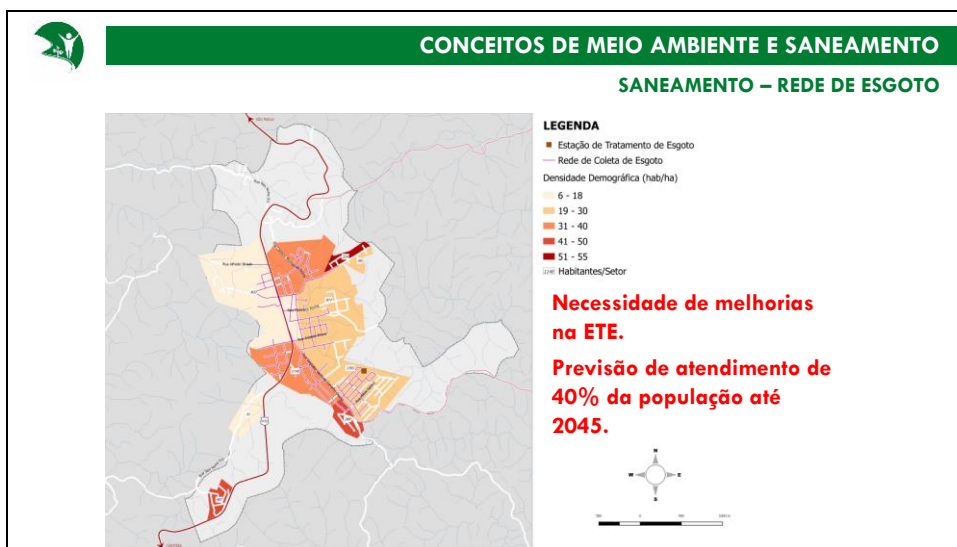
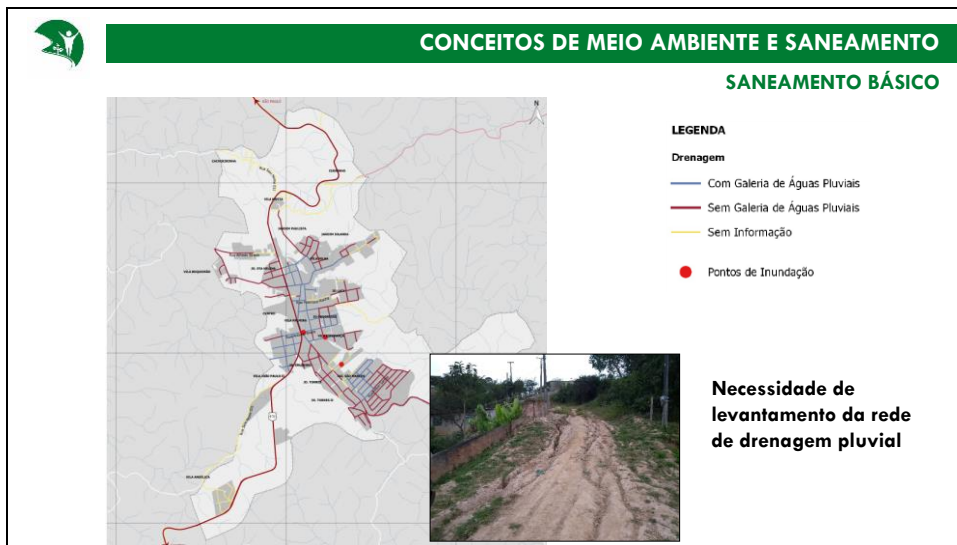


CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

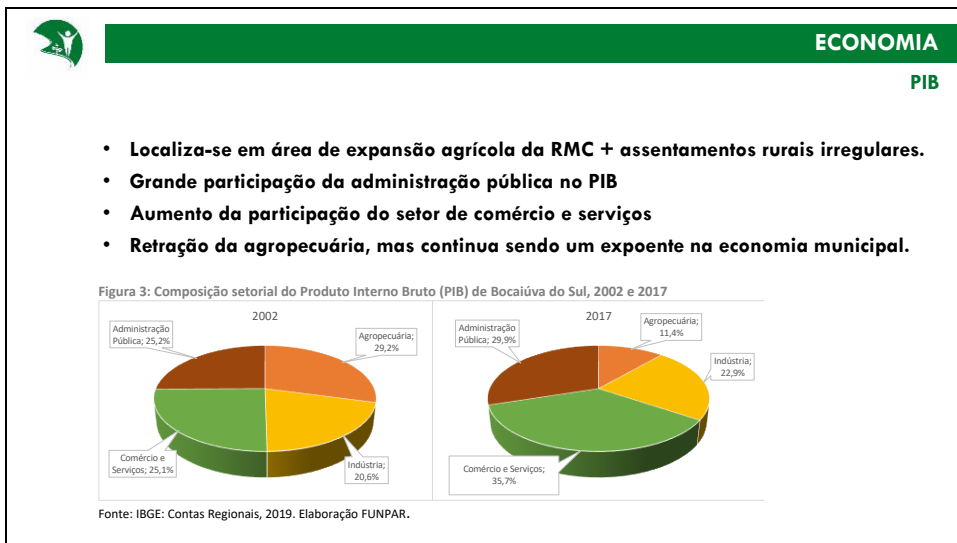
SANEAMENTO BÁSICO

Plano Diretor – Considera-se a infraestrutura em relação à ocupação do solo:

- Abastecimento de água – ok



ECONOMIA, GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS



FASES DO PLANEJAMENTO
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Tabela 6: Estabelecimentos Agropecuários e Área em Bocaiúva do Sul e Região Metropolitana de Curitiba, 2006 e 2017

Atividade Agropecuária	Bocaiúva do Sul				RMC Estabelecimentos 2017	BS/RMC 2017
	Estabelecimentos		Área (ha)			
	2006	2017	2006	2017		
Lavoura Temporária	55	47	1.596	1.292	11.665	0,4%
Horticultura e Floricultura	113	31	4.107	395	3.031	1,0%
Lavoura Permanente	13	24	376	435	1.527	1,6%
Pecuária e Criação de Outros Animais	222	190	11.886	15.793	6.378	3,0%
Produção Florestal - Florestas Plantadas	62	77	4.104	10.731	1.047	7,4%
Produção Florestal - Florestas Nativas	6	4	205	x	85	4,7%
Pesca	1	-	x	-	9	-
Aquicultura	18	5	1.569	x	134	3,7%
Total	490	378	23.843	28.646	23.876	1,6%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e 2017. Elaboração: FUNPAR

ECONOMIA
EMPREGOS FORMAIS

Tabela 5: Número de empregos formais, por setor de atividade, Composição e Crescimento em Bocaiúva do Sul, 2008, 2018 e 2019

S setores de Atividade	2008	2018	2019	Composição 2019	Cresciment 2018-19
Agropecuária e Extrativismo	158	257	232	10,0%	-9,7%
Indústria Extrativa Mineral	36	26	31	1,3%	19,2%
Indústria de Transformação	435	560	761	32,8%	35,9%
Serviços Ind Utilidade Pública	-	182	236	10,2%	29,7%
Construção Civil	27	148	40	1,7%	-73,0%
Comércio	203	286	316	13,6%	10,5%
Serviços	141	341	337	14,5%	-1,2%
Administração Pública	301	364	364	15,7%	0,0%
Total Empregos Formais	1.301	2.164	2.317	100,0%	7,1%

Fonte: Ministério da Economia, Secretaria do Trabalho, RAIS, 2019 e CAGED, 2020. Elaboração FUNPAR.

ECONOMIA - INDÚSTRIA
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Fonte: Google earth, 2020.

Possibilidade de delimitação de zona agroindustrial:

- Fora da abrangência do Karst
- Isolada das áreas habitacionais

FINANÇAS PÚBLICAS
Indicadores

- **Baixa receita tributária per capita;**
- **Grande dependência de transferências correntes;**
- **Baixo índice de transferência de capital (dificuldade de captar recursos do estado e união para investimentos)**

Quadro de Indicadores Fiscais de Bocaiúva do Sul, 2017 a 2019			
Indicadores	2017	2018	2019
RCL per capita	2.450,46	2.558,18	2.559,30
Receita Tributária per capita	166,04	180,76	216,87
IPTU per capita	17,15	21,87	26,05
RCL/PIB	15,5%		
Receita Tributária/RCL	6,8%	7,1%	8,5%
Transferências Correntes/RCL	86,5%	90,7%	89,2%
Despesa Corrente/RCL	83,3%	85,2%	97,2%
Transf Capital/Investimento	21,9%	0,9%	6,7%

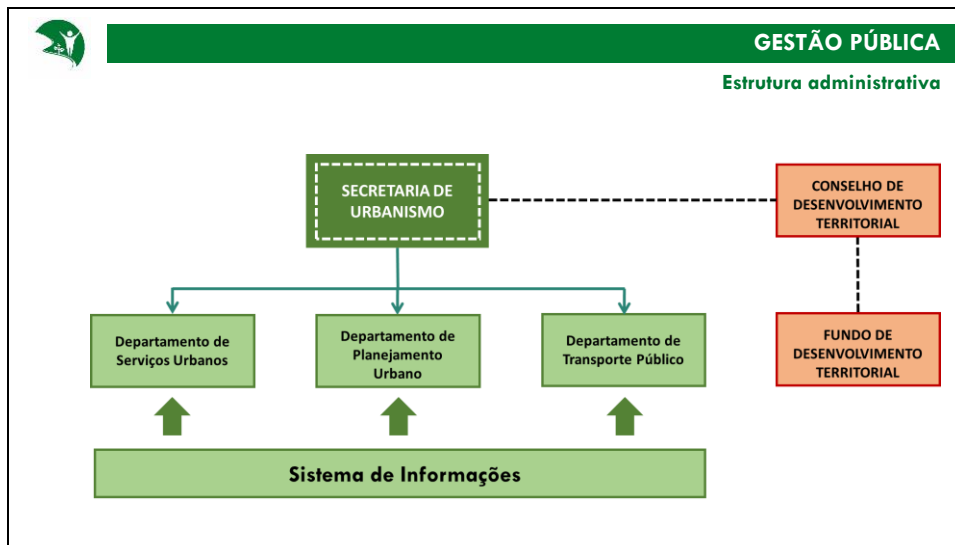
Elaboração: FUNPAR

FINANÇAS PÚBLICAS
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

- **Despesas com pessoal em nível de alerta (limite dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal).**

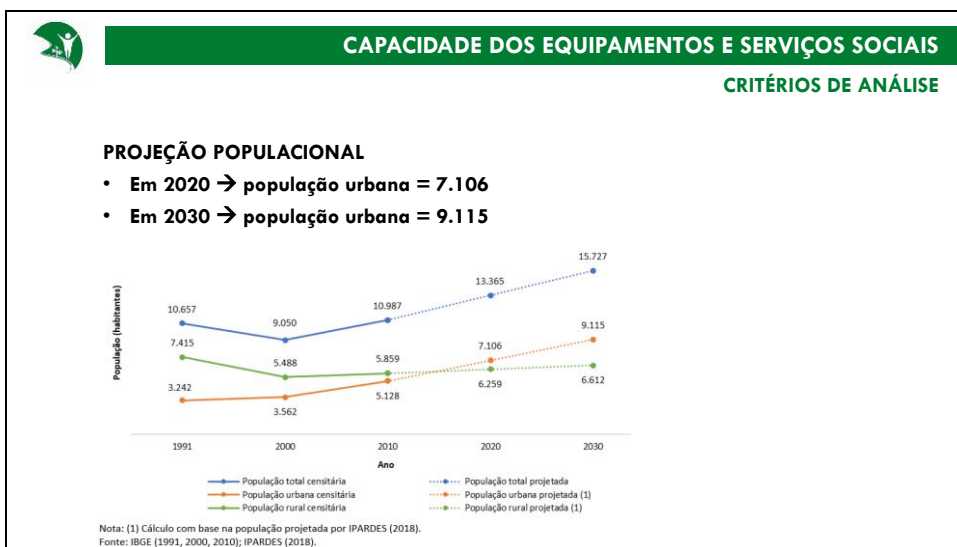
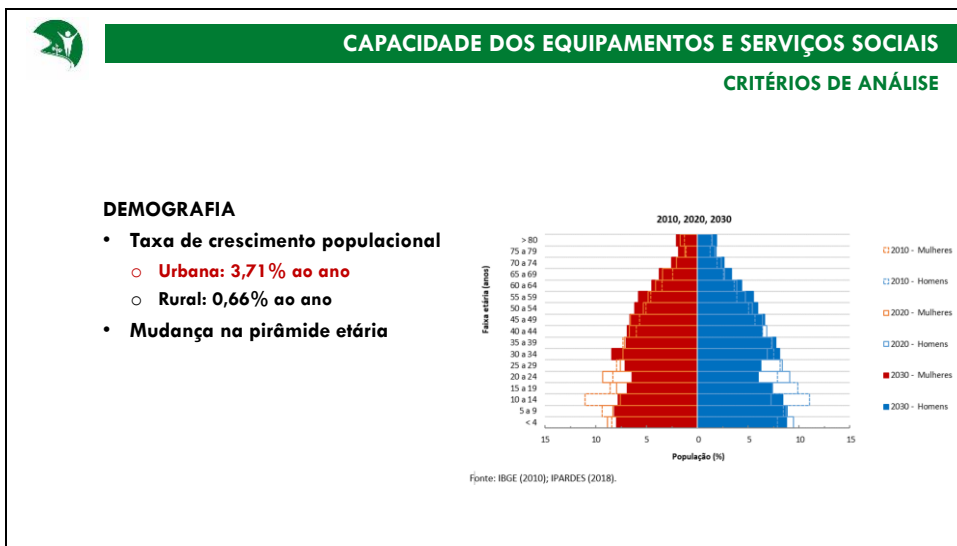
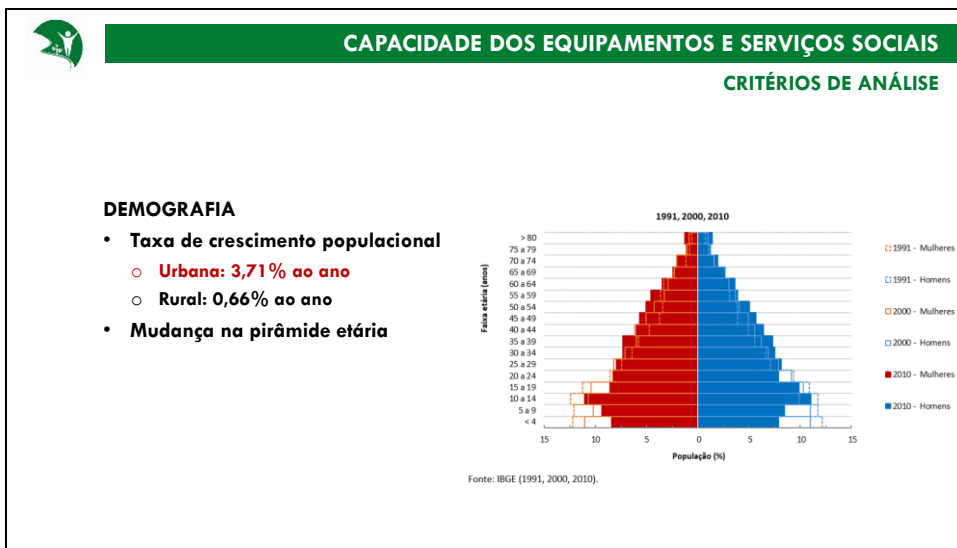
■ Abaixo do limite
 ■ Limite de alerta
 ■ Limite prudencial
 ■ Acima do limite

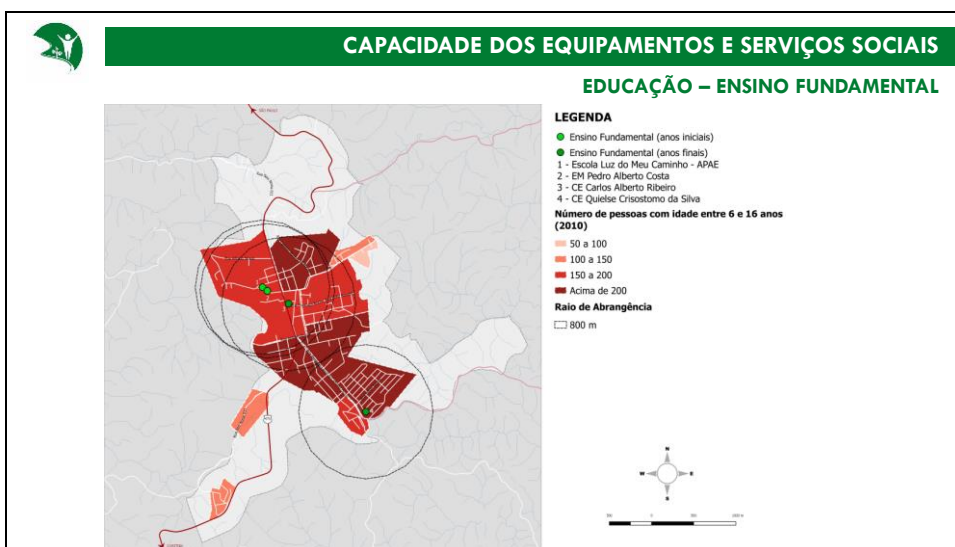
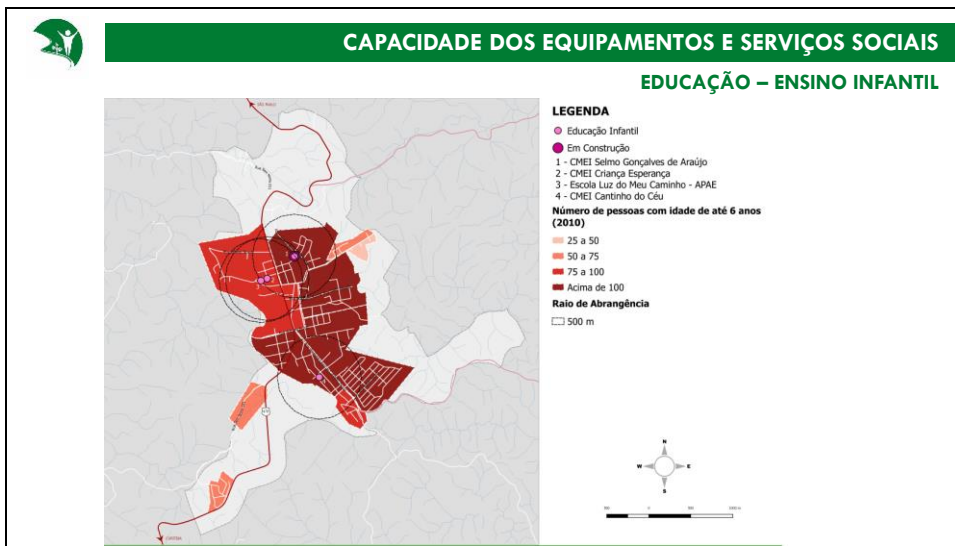
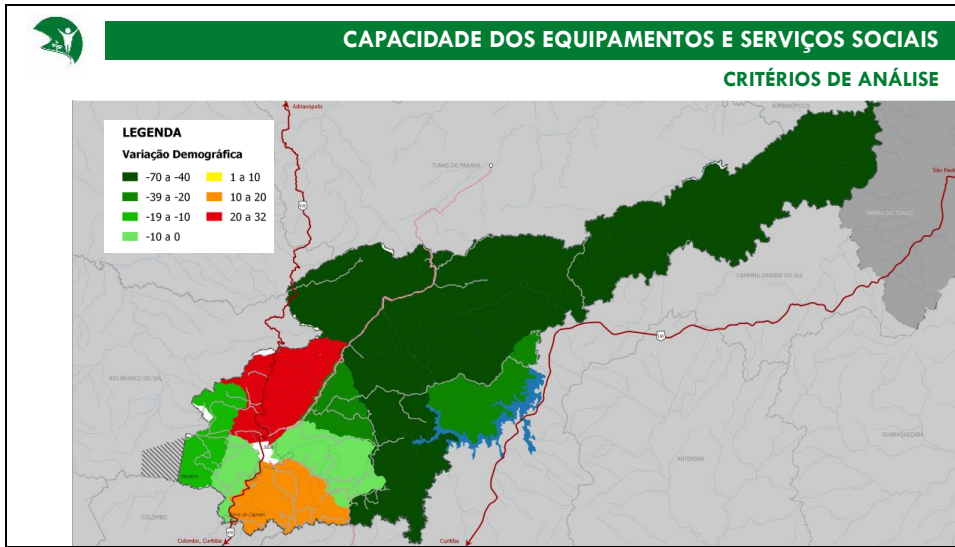
Fonte: SICONFI

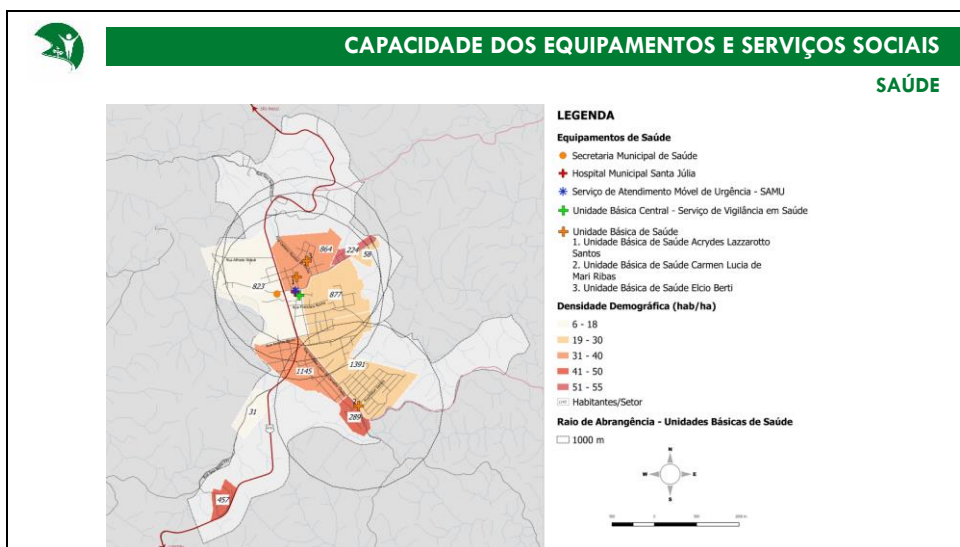
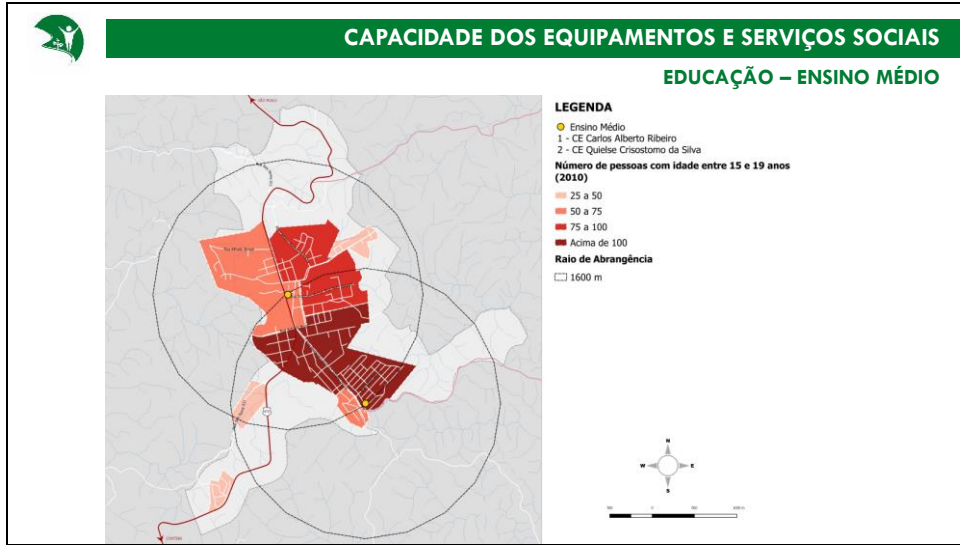


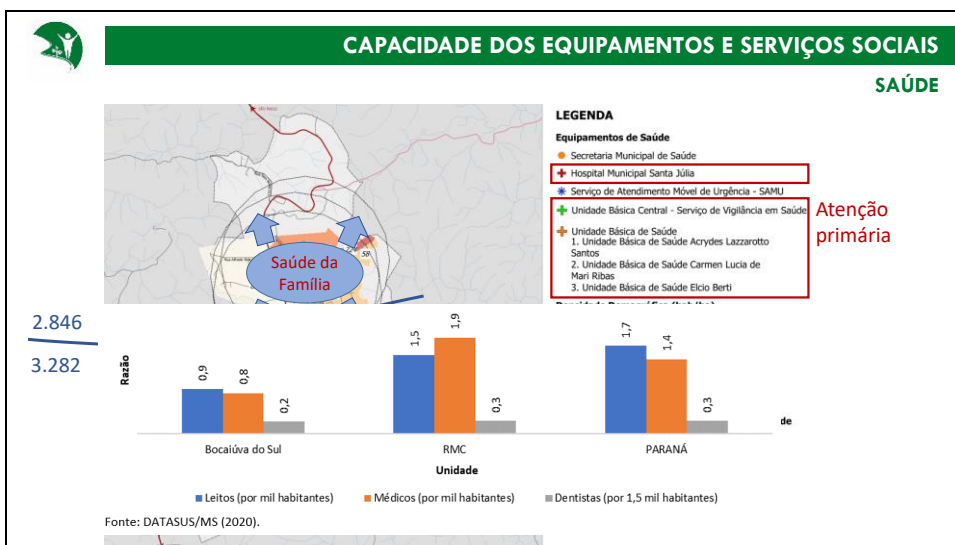
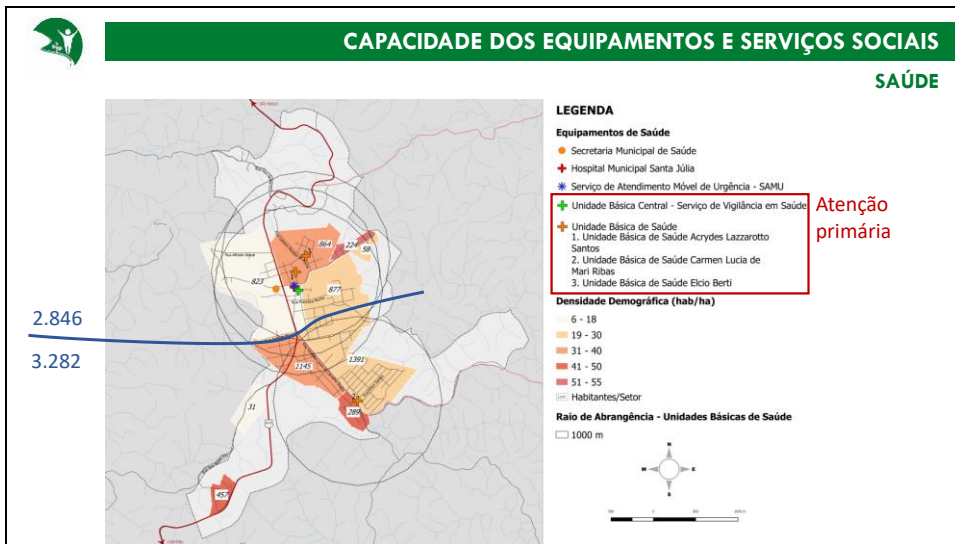
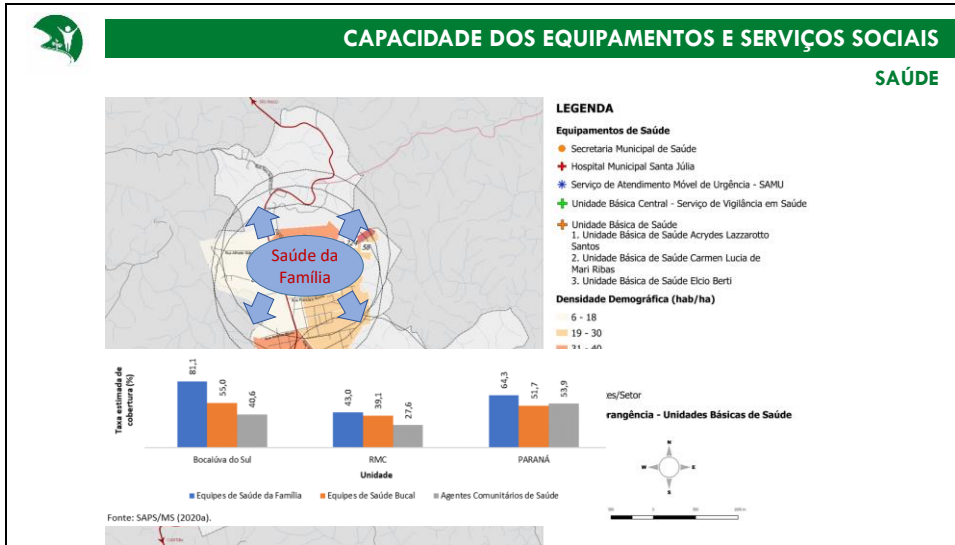
- GESTÃO PÚBLICA**
Estrutura administrativa
- **Inexistência de unidades administrativas responsáveis por:**
 - Planejamento municipal
 - Captação de recursos para investimentos
 - Planejamento e gestão territorial do município
 - Habitação
 - Mobilidade e trânsito
 - Segurança pública.
 - **Deficiência na estrutura de fiscalização**
 - **Cadastro e Planta Genérica de Valores desatualizados**
 - **Conselho de Desenvolvimento Territorial não foi implantado**

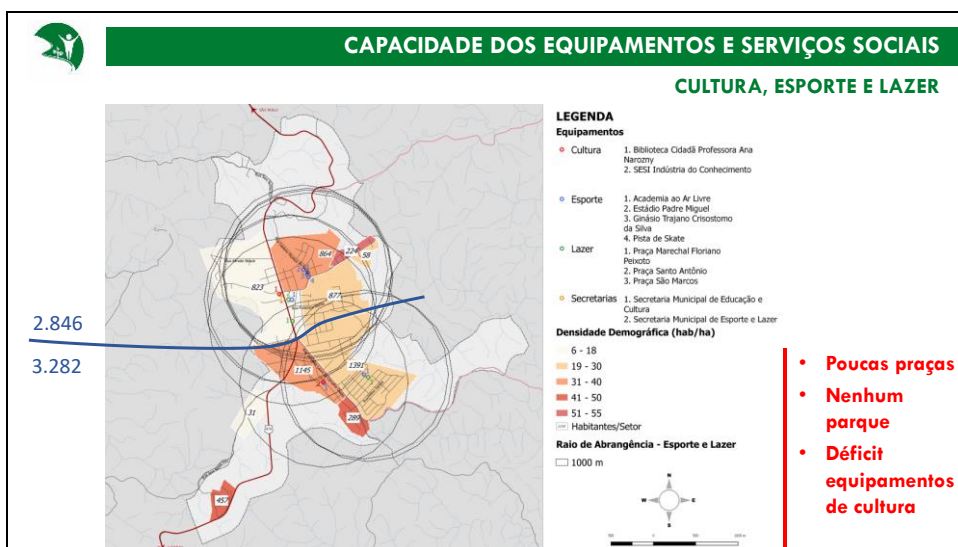
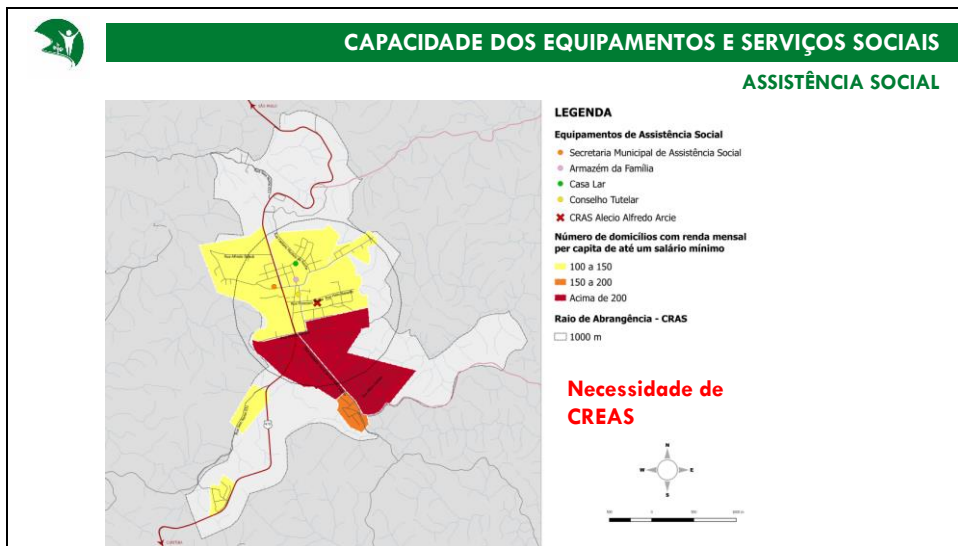
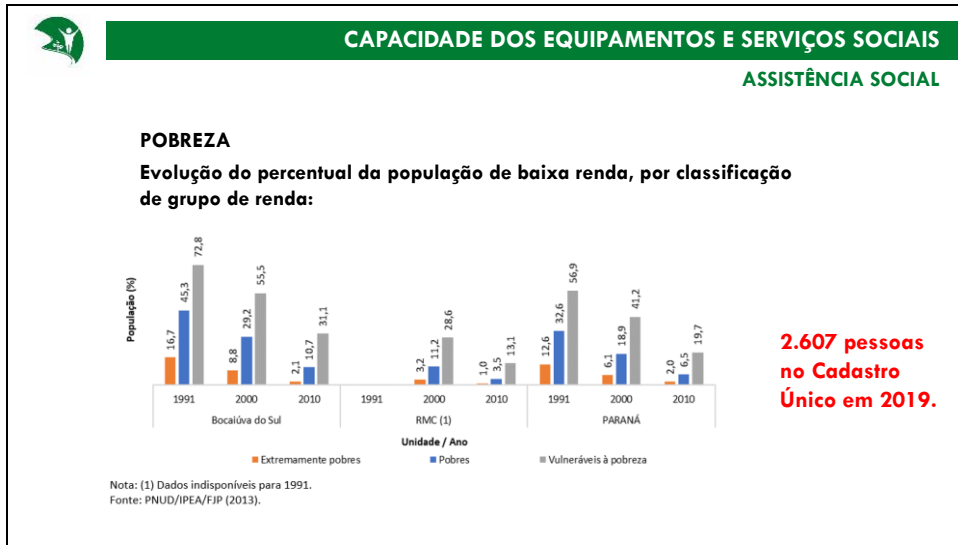







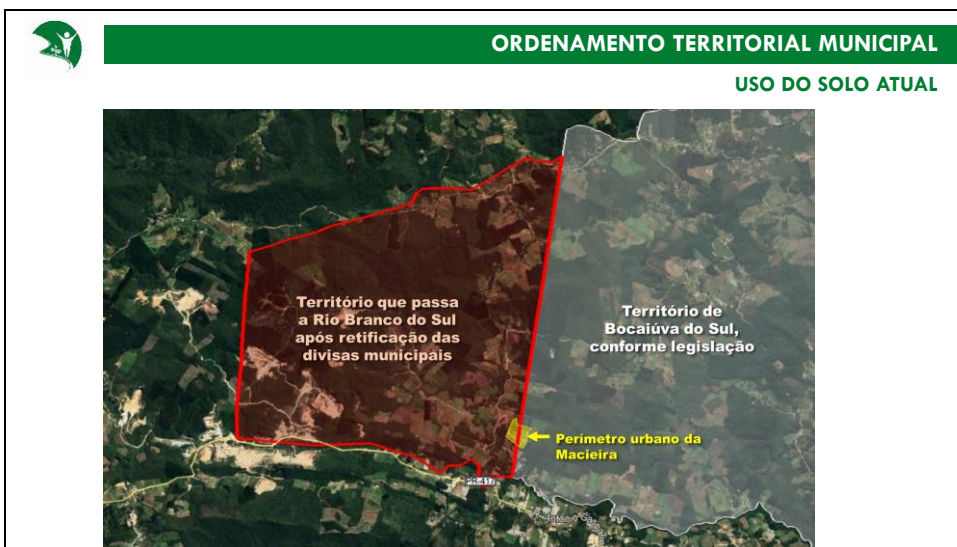
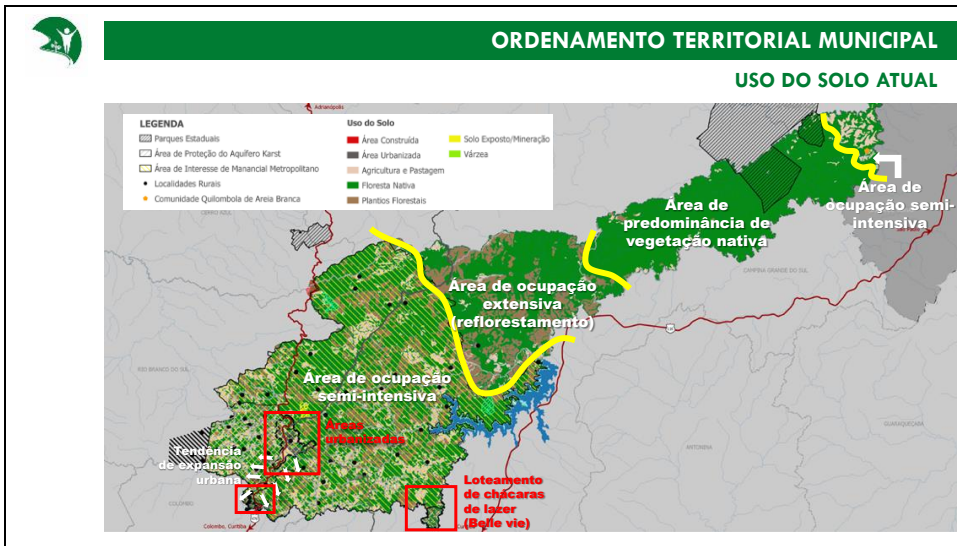


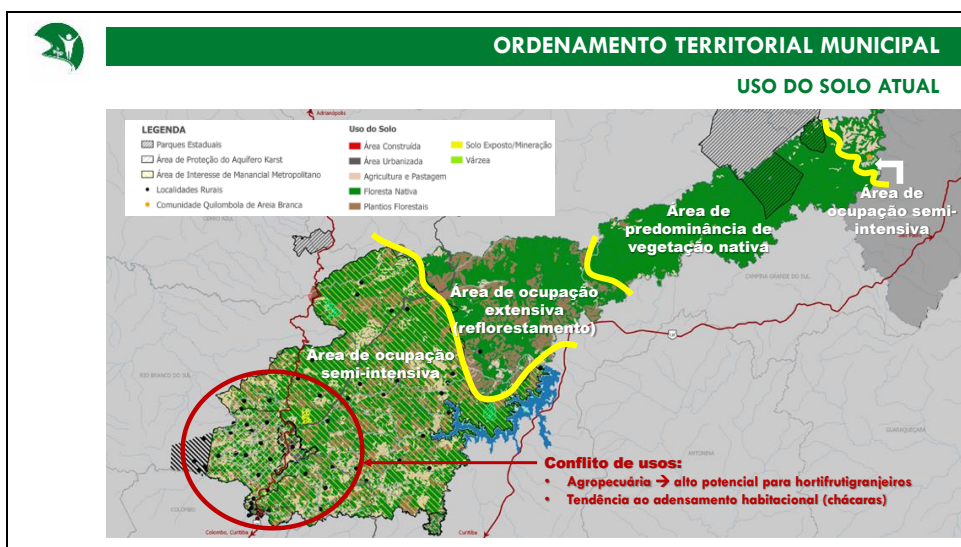
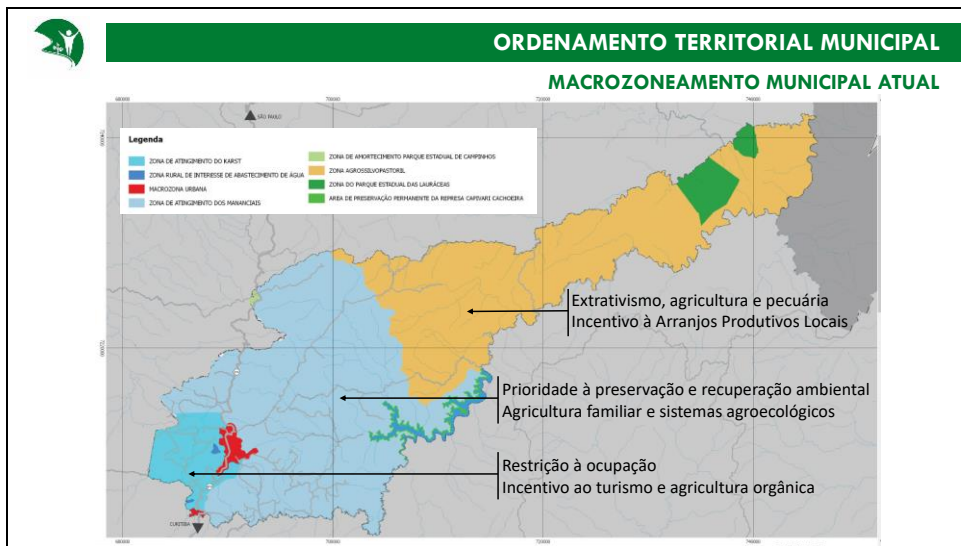
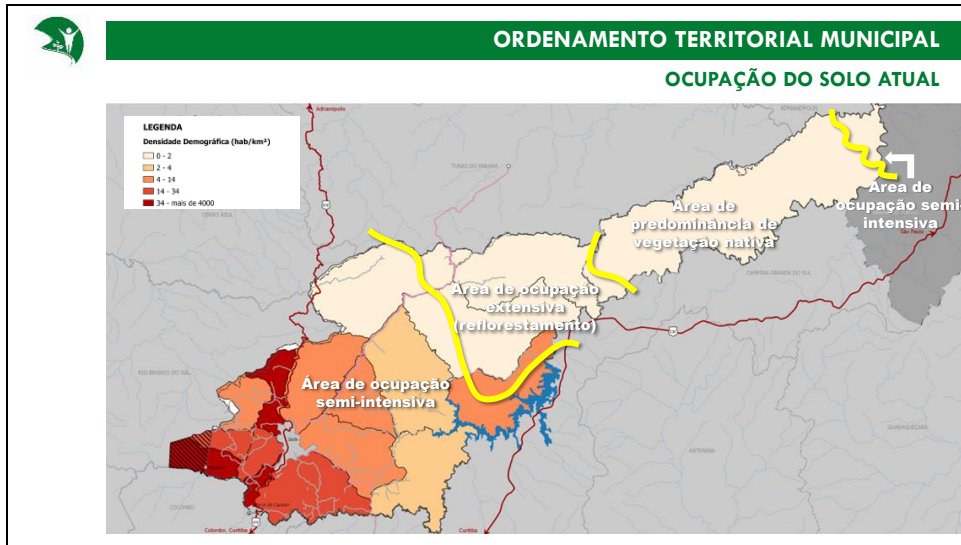


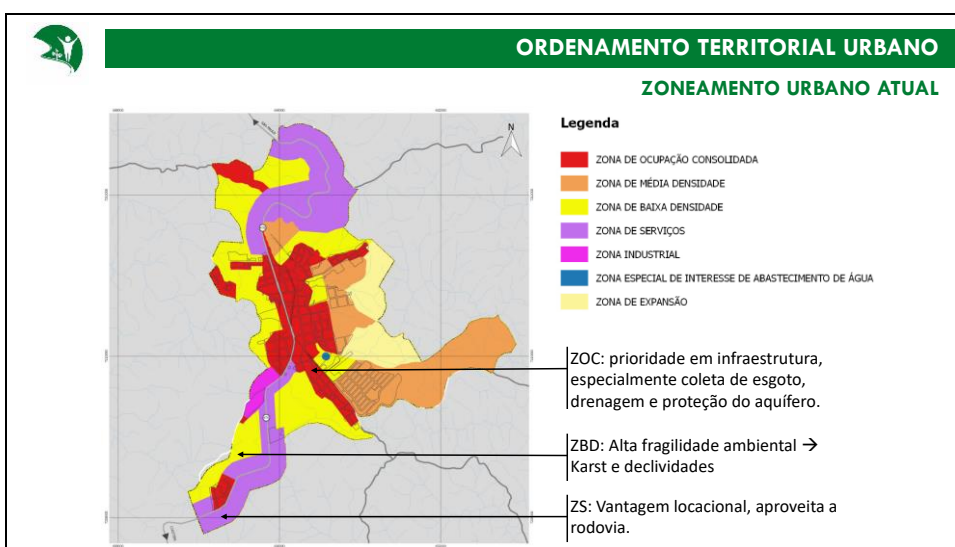
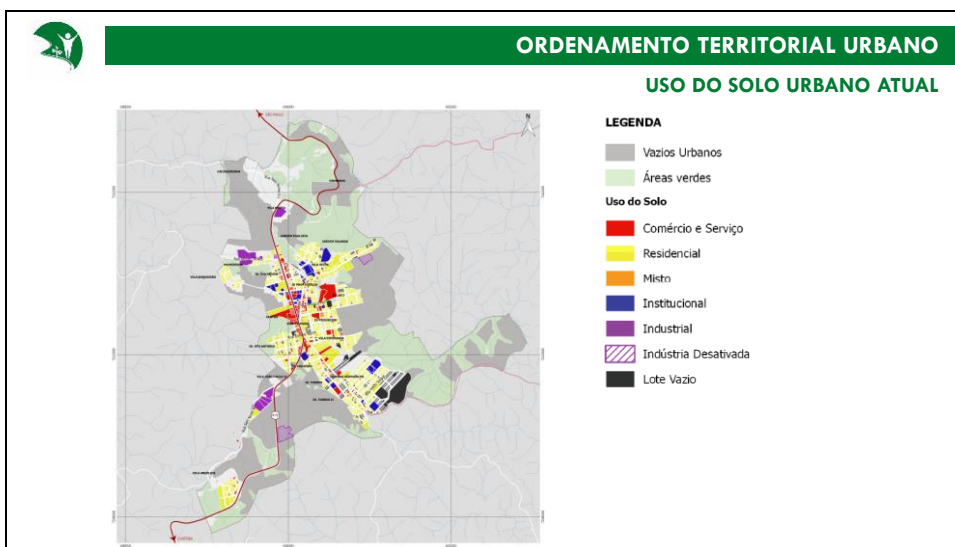
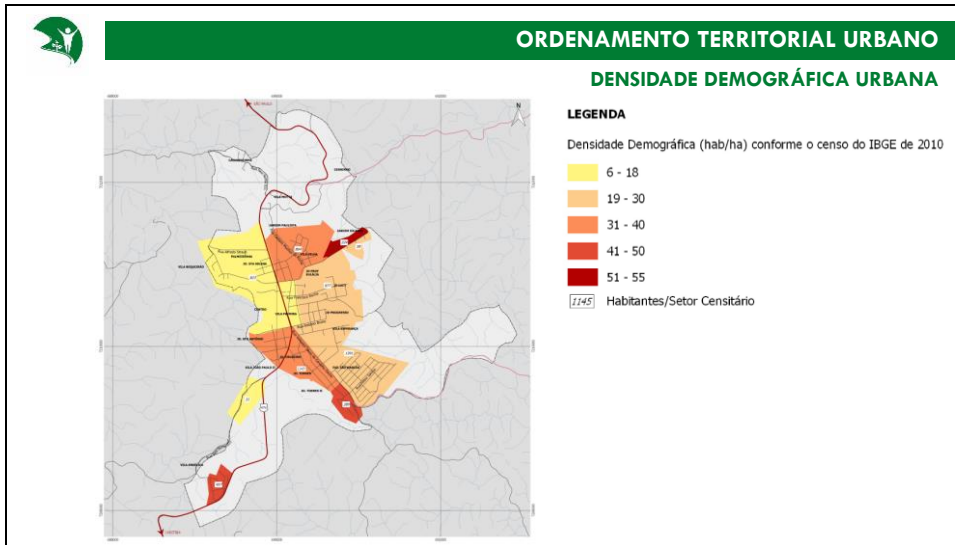




USO E OCUPAÇÃO DO SOLO










HABITAÇÃO E REGULARIDADE FUNDIÁRIA



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CONCEITOS BÁSICOS

POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Situação de Bocaiúva do Sul:

- ✓ Aderiu ao SNHIS (Lei Federal N° 11.124/2005) em jan. 2008
- ✓ Possui Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS) e Conselho, instituídos em nov. 2008 e jul. 2012
- ✓ Não possui Plano Habitacional, estando em situação pendente frente ao SNHIS
- ✓ Não possui estrutura específica para execução da política habitacional

Fundo: Inativo	Conselho: Inativo	Plano: Não concluído	Situação: Pendente
--------------------------	-----------------------------	--------------------------------	------------------------------




HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

BOCAIÚVA DO SUL

CONSIDERAÇÕES SOBRE BOCAIÚVA DO SUL

Loteamentos Clandestinos

- Inobservância à legislação municipal e federal (Lei Federal N. 6.766/1979)
- **Fora do perímetro urbano**, implica no aumento de gastos públicos
- Redução da qualidade urbanística
- Precariedade de infraestrutura urbana e a informalidade das soluções adotadas sobretudo nos bairros mais distantes da área central





HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

BOCAIÚVA DO SUL

CONSIDERAÇÕES SOBRE BOCAIÚVA DO SUL

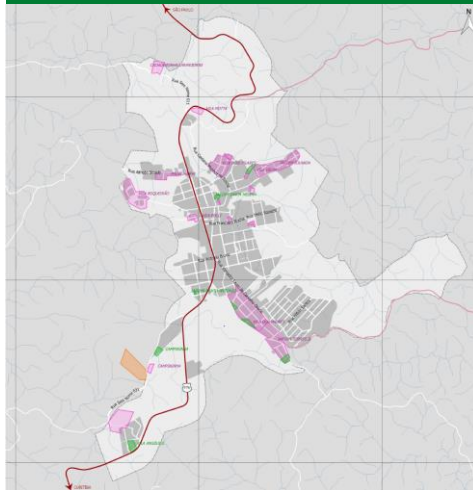
Irregularidade Fundiária

- Número de **alvarás emitido tem sido muito baixo** e a maior parte dos terrenos urbanos tem sido ocupada de forma irregular
- Oferta de moradia: terrenos com **duas unidades habitacionais**, unidades habitacionais de c. 60m², adensamento da malha urbana para além da previsão legal
- Construção e **parcelamento em desconformidade** com as normas edilícias e de parcelamento definidas pela legislação estadual (**Decreto Estadual N. 745/2015**) e municipal (Lei Complementar N. 531/2012)
- Processo de **fiscalização incompleto e ineficaz**



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

BOCAIÚVA DO SUL



- Aumento de **288,19%** na demanda por moradias para a população de baixa renda (415 novos domicílios) 2000-2011
- Est. 1 em cada 6 bocaiuenses (18%) convivendo com precariedade habitacional
- Como o Município não foi palco de políticas públicas de habitação estima-se que este número possa ser maior

■ Assentamentos Precários
■ Comodatios
■ Loteamento Clandestino



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

BOCAIÚVA DO SUL



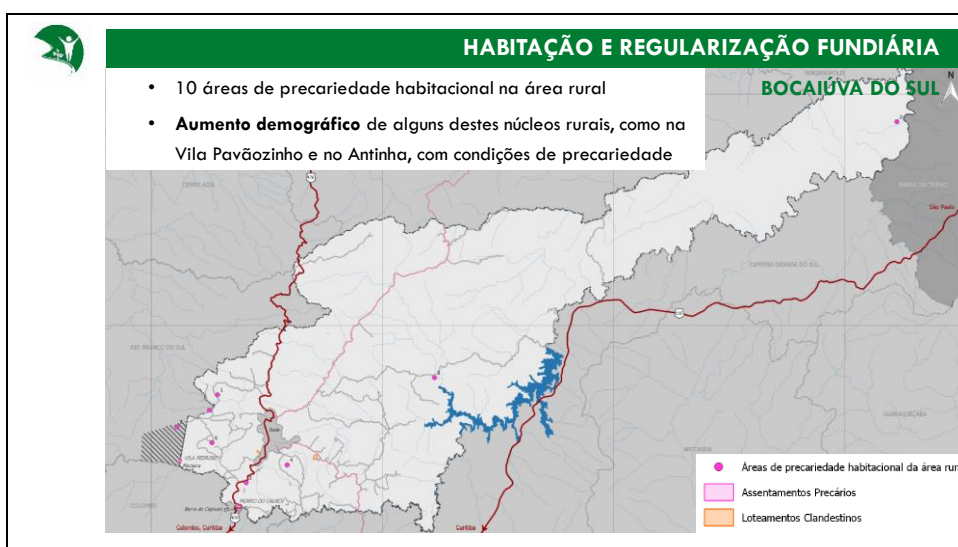
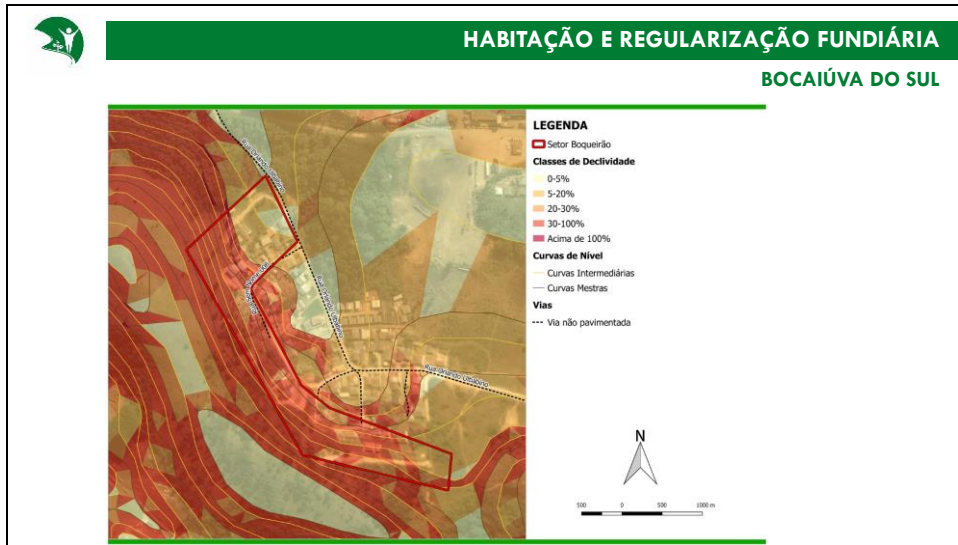
Localização dos recortes no município:



LEGENDA

 Bocaiúva do Sul	Áreas de Risco	8 - Torre 3
 Perímetros Urbanos	1 - Via Costa	9 - Comodato Via Torre
 Sede	2 - Bosqueiro	10 - Loteamento Clandestino
 Macieira	3 - Quintino Bocaiúva	11 - Expansão Via Angélica
 Setores de Risco	4 - Nova Área Central	12 - Comodato Via Angélica
	5 - Ingresso São Marcos	13 - Macieira
	6 - São Marcos 2	
	7 - Torre 4	







HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CONSIDERAÇÕES

- Ausência de programas habitacionais na área urbana (cadastro, órgão, programas)
- Não existe Secretaria de Urbanismo ou de Habitação
- Necessidade de oferta de lotes para a população de baixa renda:
 - 0 a 3 salários mínimos
 - 3 a 6 salários mínimos
- Necessidade de demarcação de ZEIS
- Inexistência ou baixa divulgação dos programas habitacionais da COHAPAR



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CONSIDERAÇÕES

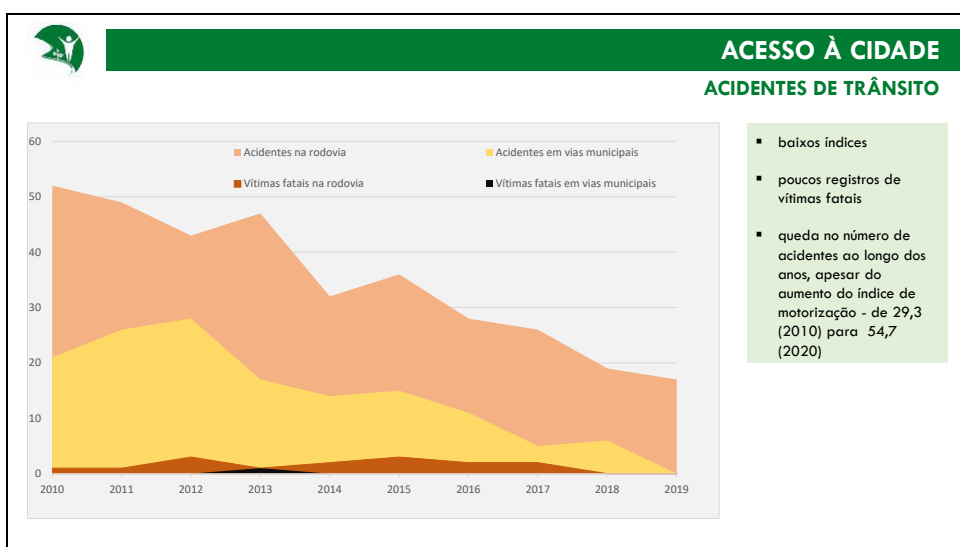
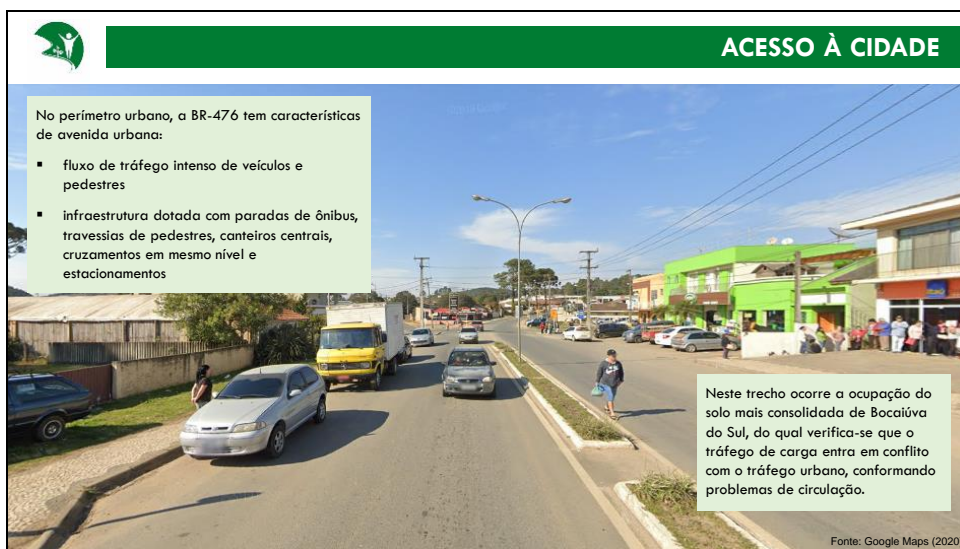
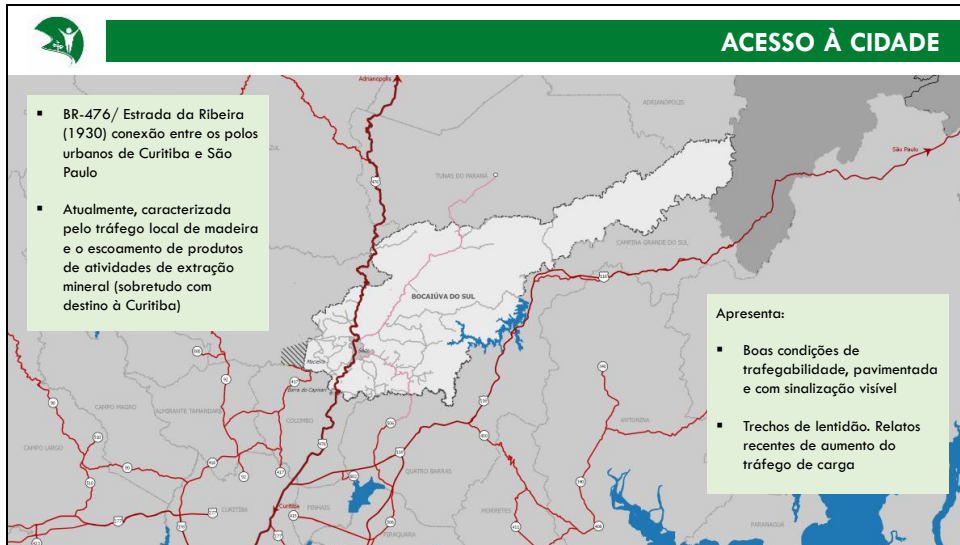
ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - ZEIS

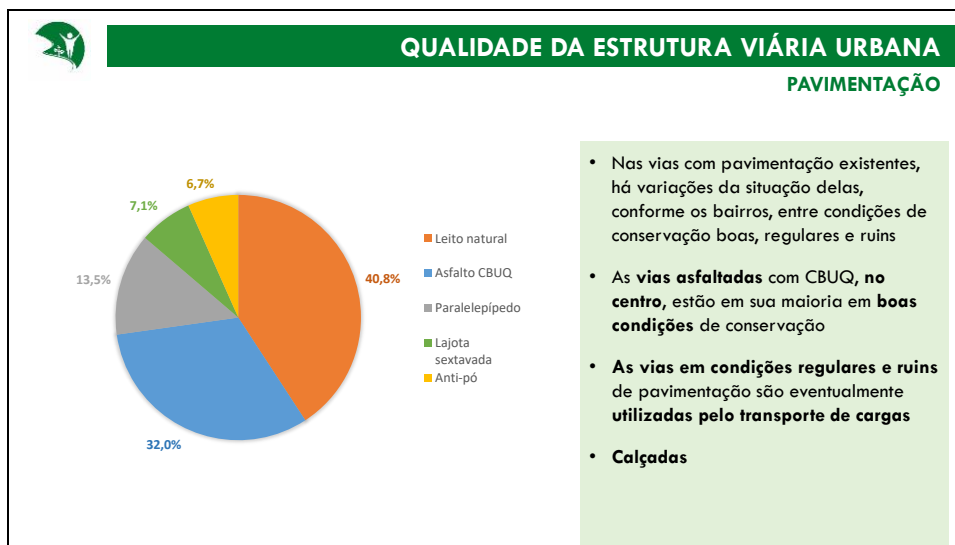
- Lei Complementar N. 531/2012
- Decreto Estadual 745/2015

Legislação	Tamanho do lote mínimo	Taxa de ocupação máxima	Testada mínima dos lotes	Condições
Lei Complementar N. 531/2012 de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo	150 m ²	70%	6 m	Não será permitido nas áreas que apresentem risco à saúde ou à vida Vias com largura mínima compatível com o padrão vigente de via local 1 habitação/lote Produção pelo poder público ou em parceria pelo poder público; Densidade > 18 habitações/ha
Decreto N. 745/2015	180 m ²			Ser área dotada de infraestrutura urbana mínima, conforme lei de parcelamento do solo vigente Não estar localizada em áreas de risco natural Estar integralmente localizada em zona urbana do município A elaboração de estudo que garanta o atendimento à população de baixa renda



MOBILIDADE






- ### TRANSPORTE PÚBLICO
- #### CAPACIDADE DE SUPORTE
- **Novas vias devem seguir o padrão determinado pela legislação municipal (Lei 535/2012) e devem ser adequadas ao relevo;**
 - **Importância da pavimentação adequada em vias de grande inclinação;**
 - **Necessidade de regulamentação do transporte de cargas**
 - **Tendência possível de aumento de tráfego na rodovia BR-476 (especialmente por conta da cimenteira em Adrianópolis)**
 - Necessidade de manutenção e melhoria dos dispositivos de segurança
 - Necessidade de melhoria das condições de tráfego de bicicletas e pedestres



CENÁRIOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE POPULACIONAL




CENÁRIOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE

CAPACIDADE DE SUPORTE – MEIO FÍSICO

Elementos físicos que são considerados como critérios para ocupação urbana:

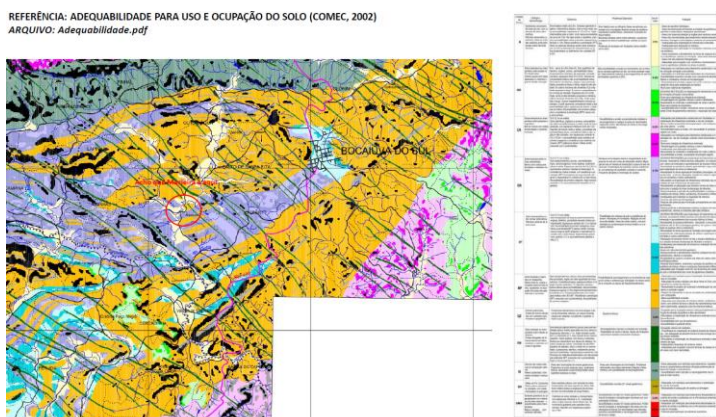
- Formações geológicas, incluindo o Karst
- Declividades

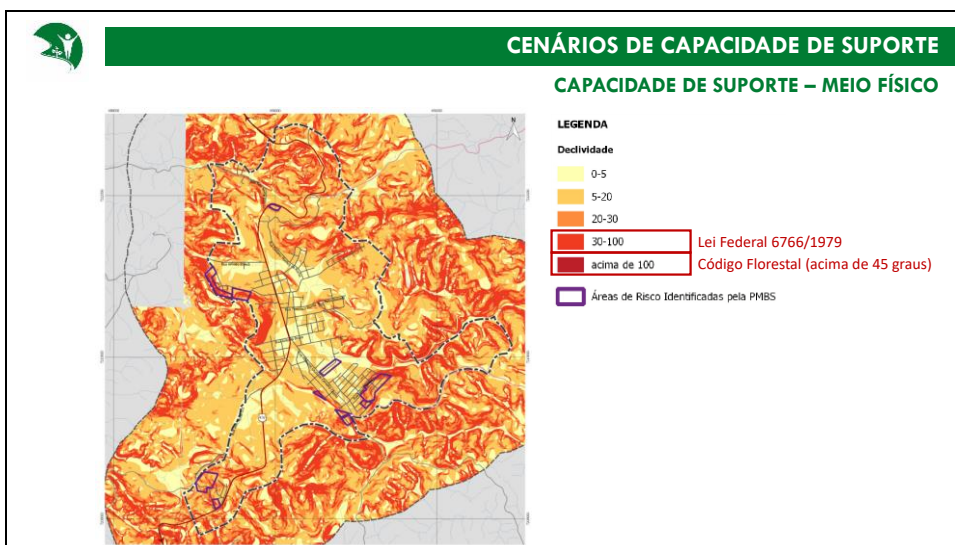
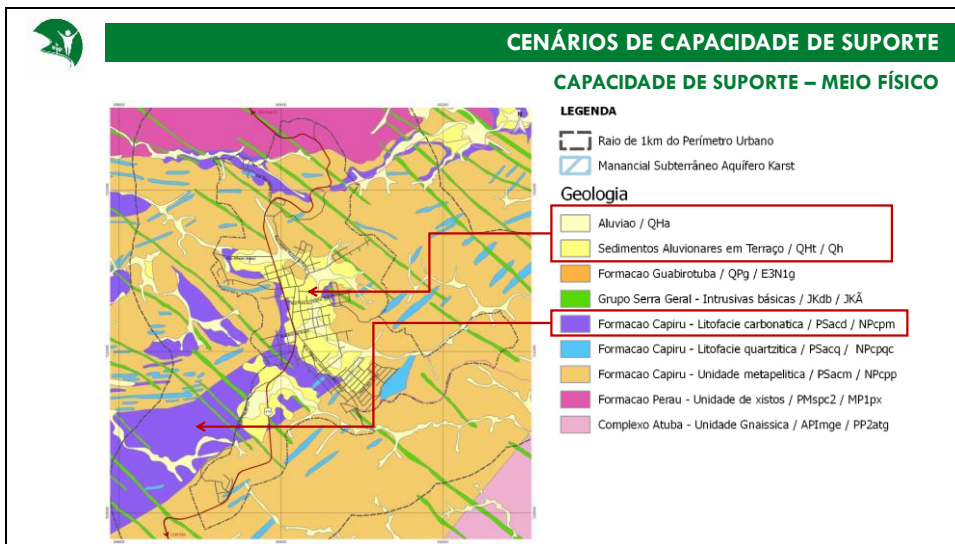
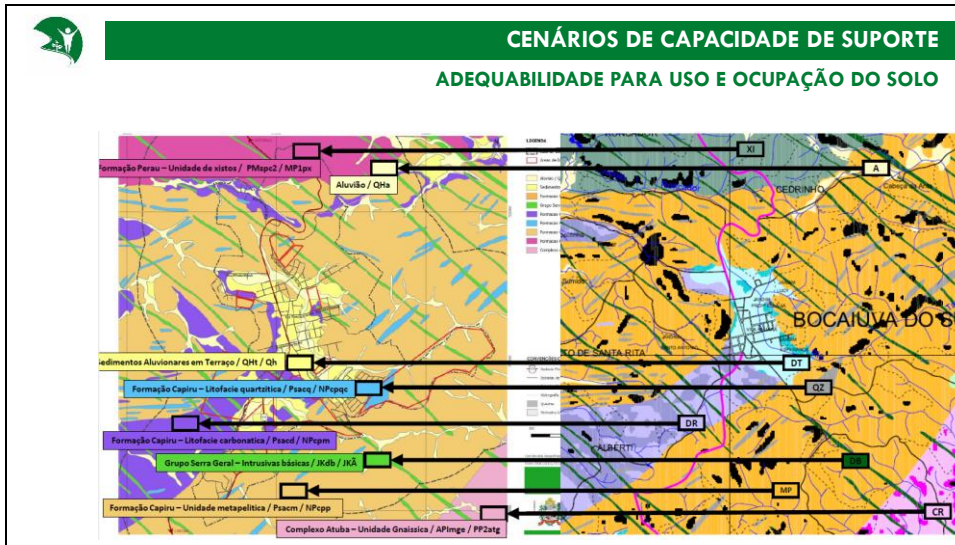


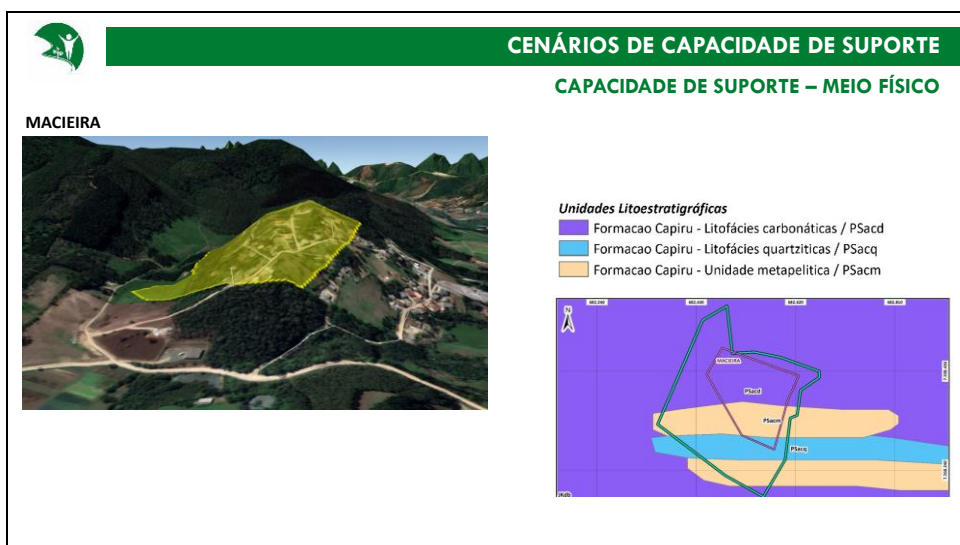
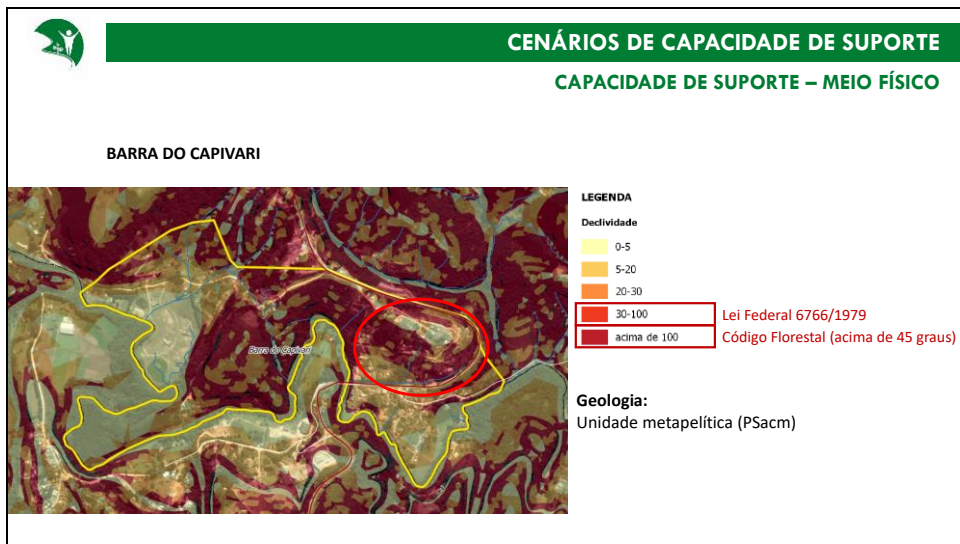
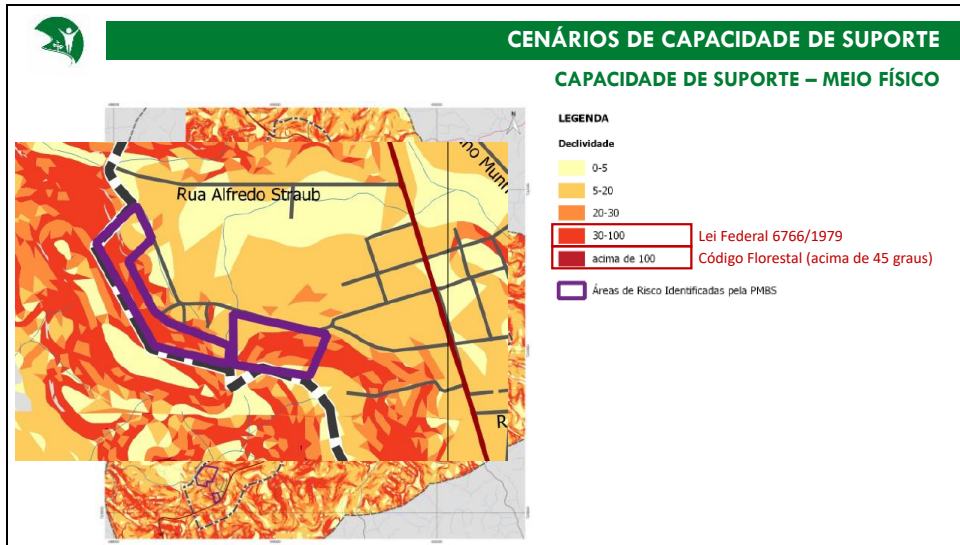
CENÁRIOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE

ADEQUABILIDADE PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

REFERÊNCIA: ADEQUABILIDADE PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (COMEC, 2002)
ARQUIVO: Adequabilidade.pdf









ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

permite quantificar o espaço disponível para o uso residencial e o número de habitantes que o perímetro urbano comporta

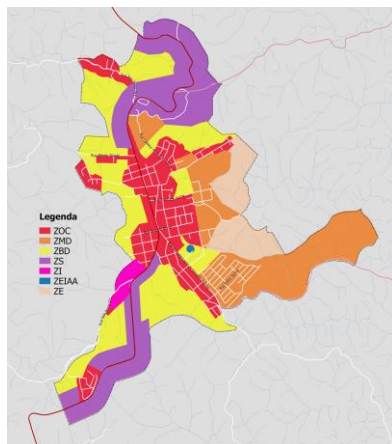
TRÊS CENÁRIOS

- CENÁRIO 1 Potencial de saturação das zonas urbanas de acordo com os parâmetros definidos na lei de **zoneamento municipal (2012)**
- CENÁRIO 2 Potencial de saturação da área urbana de acordo com os parâmetros da lei municipal de uso e ocupação do solo, considerando as restrições adicionais impostas pela norma estadual (**Decreto Estadual N. 745/2015 e Estudo de Adequabilidade** do solo cárstico para ocup. Urbana.
- CENÁRIO 3 Potencial de saturação da área urbana, considerando a **ocupação dos vazios urbanos** adjacentes ao perímetro urbano e dos lotes vazios existentes na malha urbanizada, **somado à população urbana atual**



ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

CENÁRIO 1

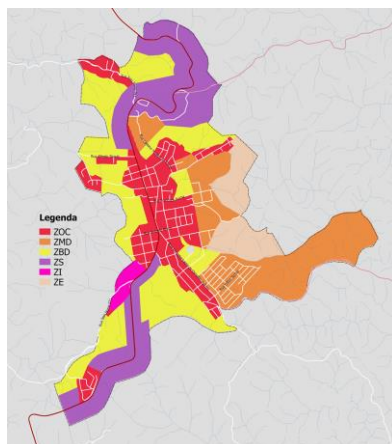


Cálculo ponderado da saturação da ocupação urbana segundo os parâmetros do zoneamento municipal vigente (Lei Municipal N. 531/2012)



ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

CENÁRIO 1



- Zonas urbanas **onde o uso residencial é permitido ou permissível**

Zona de Ocupação Consolidada (ZOC)
 Zona de Média Densidade (ZMD)
 Zona de Baixa Densidade (ZBD)
 Zona de Serviço (ZS)
 Zona Industrial (ZI)
 Zona de Expansão (ZE)

	ZOC	ZMD	ZBD	ZS	ZI	ZE
Área bruta (m²)	1.667 mil	1.667 mil	2.544 mil	1.794 mil	118.994	625.949

ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

GENÁRIO 1

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%

ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

GENÁRIO 1

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas
- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%
 - Bosques de mata nativa

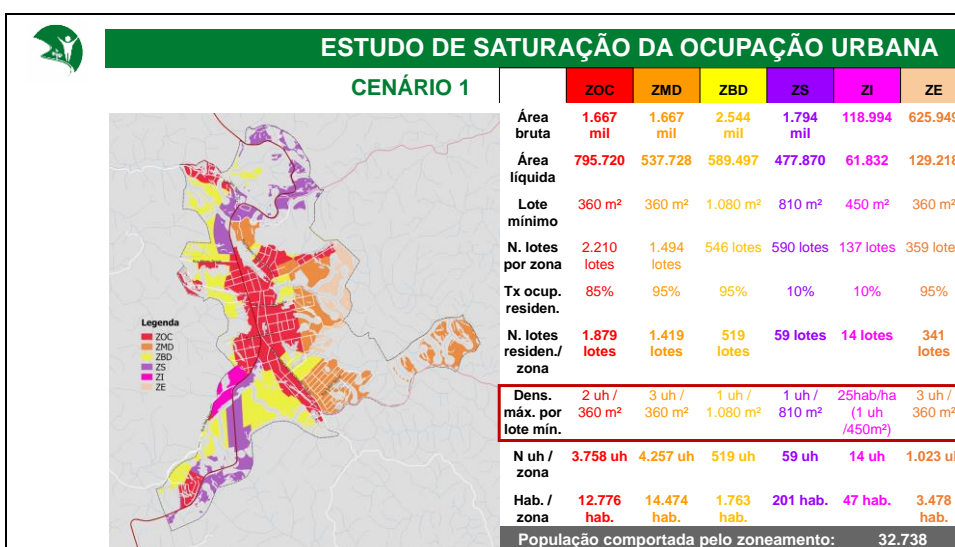
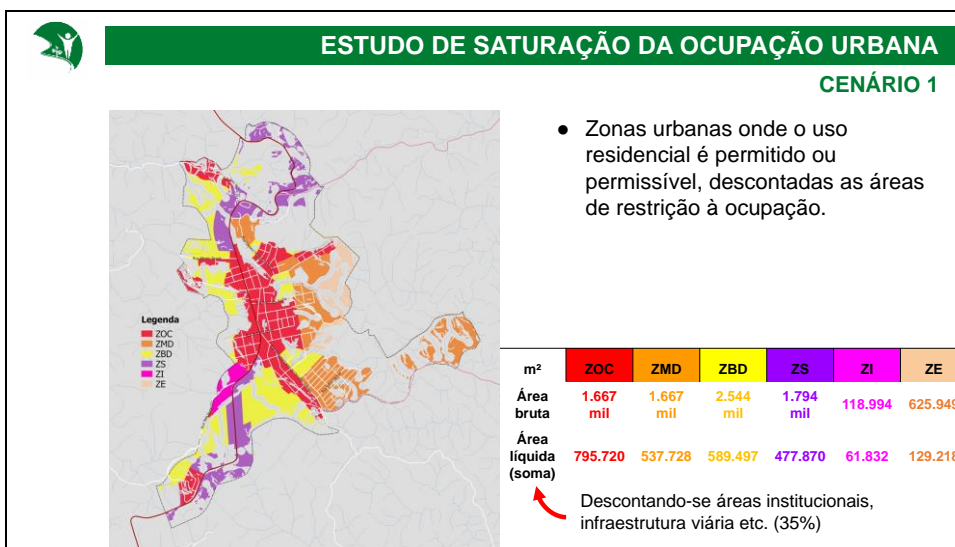
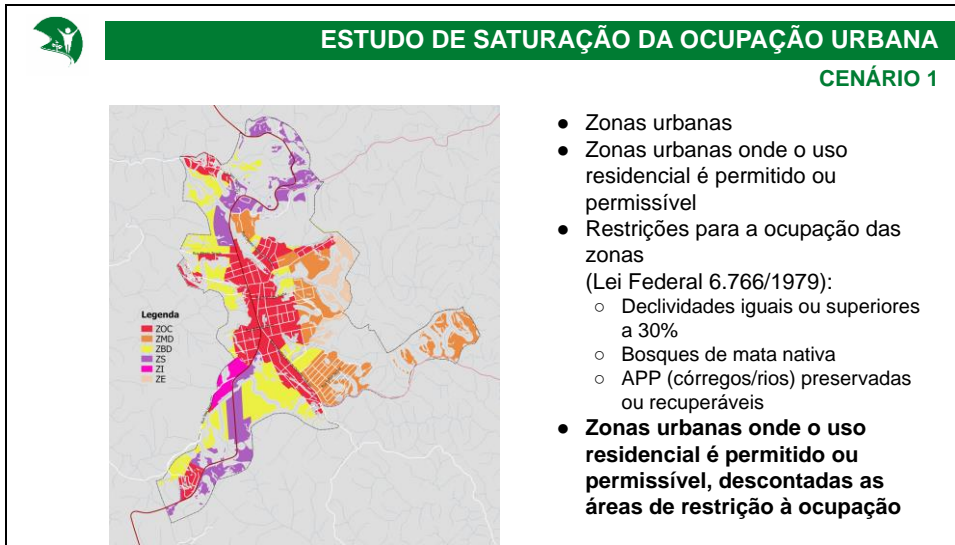
ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

GENÁRIO 1

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas
- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%
 - Bosques de mata nativa
 - APP (córregos/rios) preservadas ou recuperáveis



ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

GENÁRIO 2

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%
 - Bosques de mata nativa
 - APP (córregos/rios) preservadas ou recuperáveis

ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

GENÁRIO 2

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%
 - Bosques de mata nativa
 - APP (córregos/rios) preservadas ou recuperáveis
- **Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível, descontadas as áreas de restrição à ocupação**

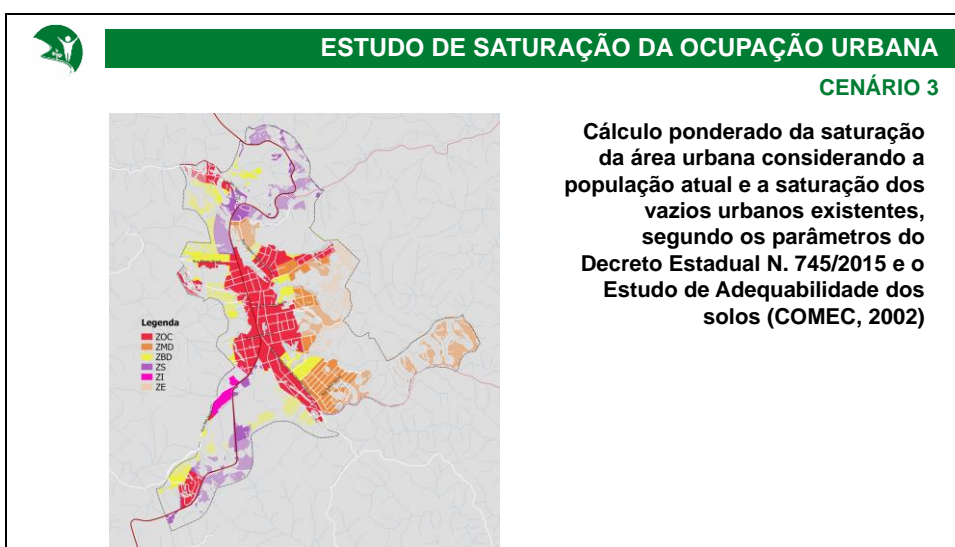
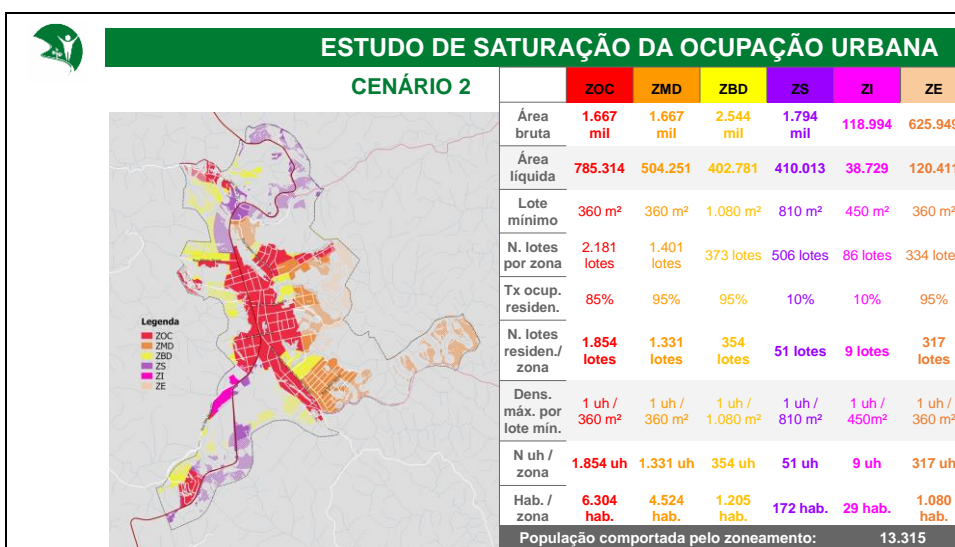
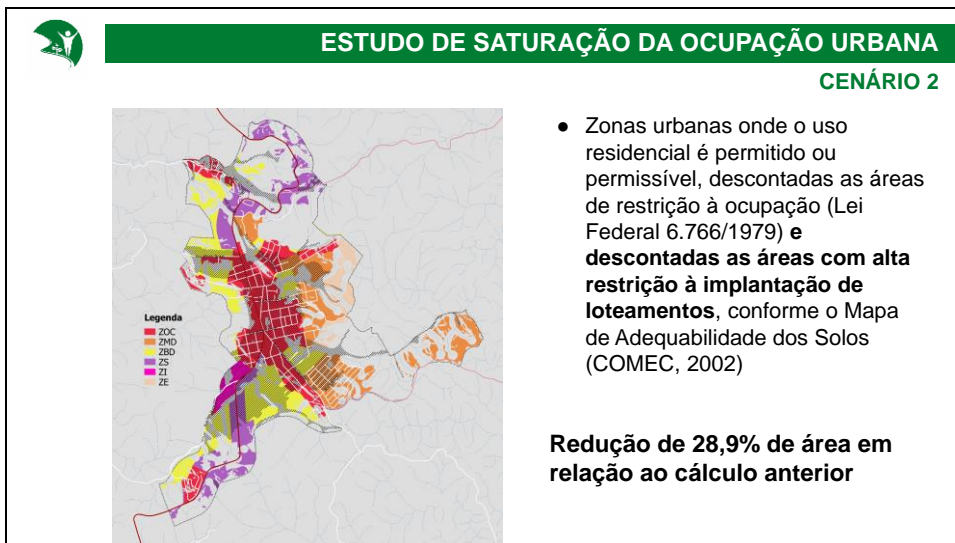
ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

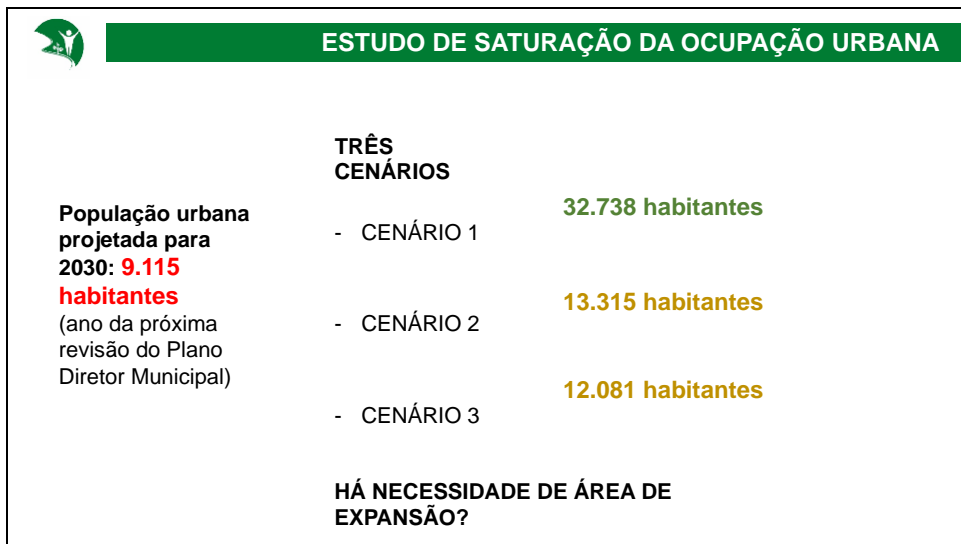
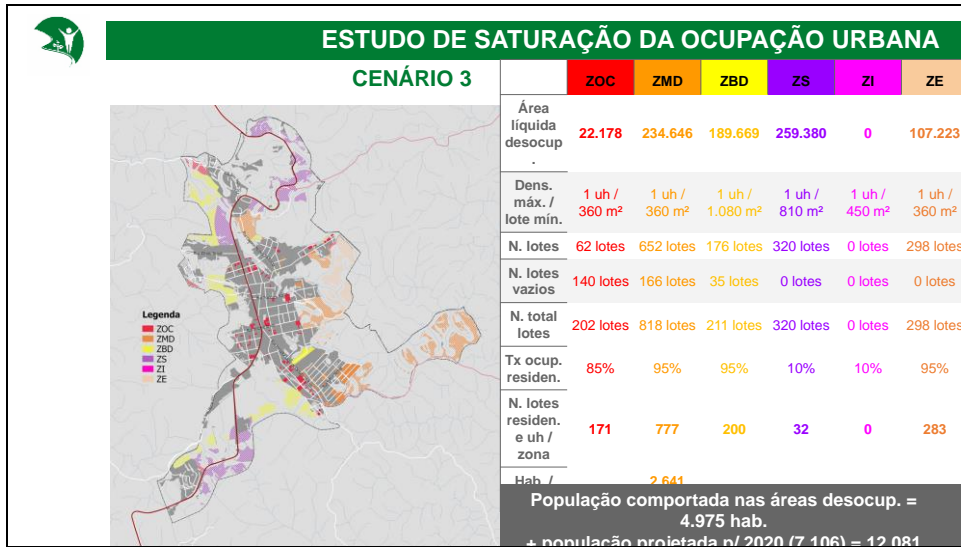
GENÁRIO 2

Legenda

- ZOC
- ZMD
- ZBD
- ZS
- ZI
- ZE

- Zonas urbanas onde o uso residencial é permitido ou permissível
- Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979):
 - Declividades iguais ou superiores a 30%
 - Bosques de mata nativa
 - APP (córregos/rios) preservadas ou recuperáveis
- **Tipos de solo incidentes na área urbana, com restrição à implantação de loteamentos**
 - Aluvião
 - Sedimentos Aluvionares em Terraço



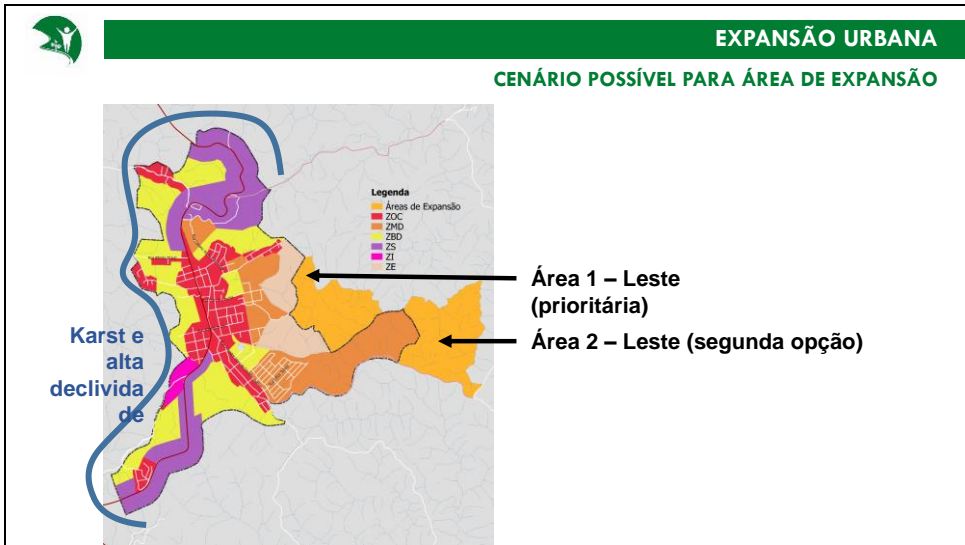
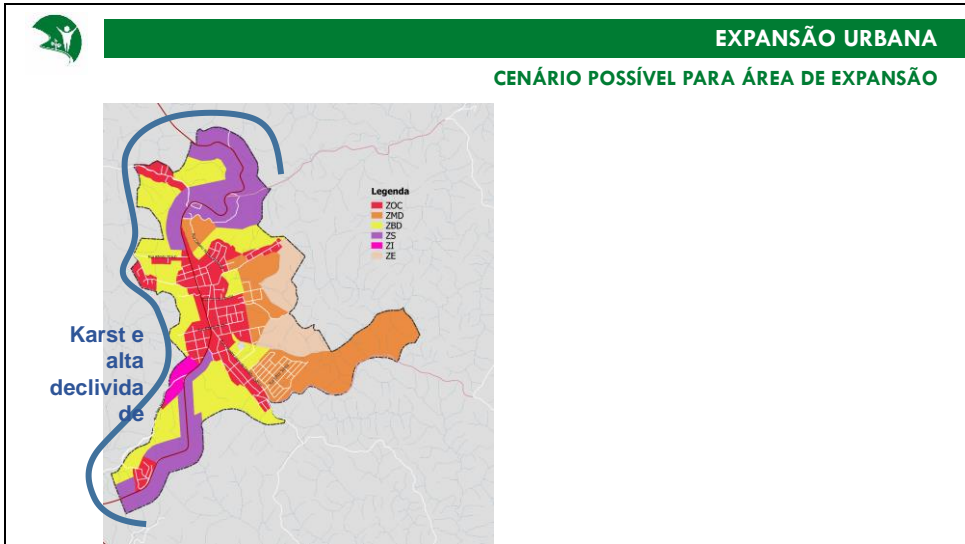


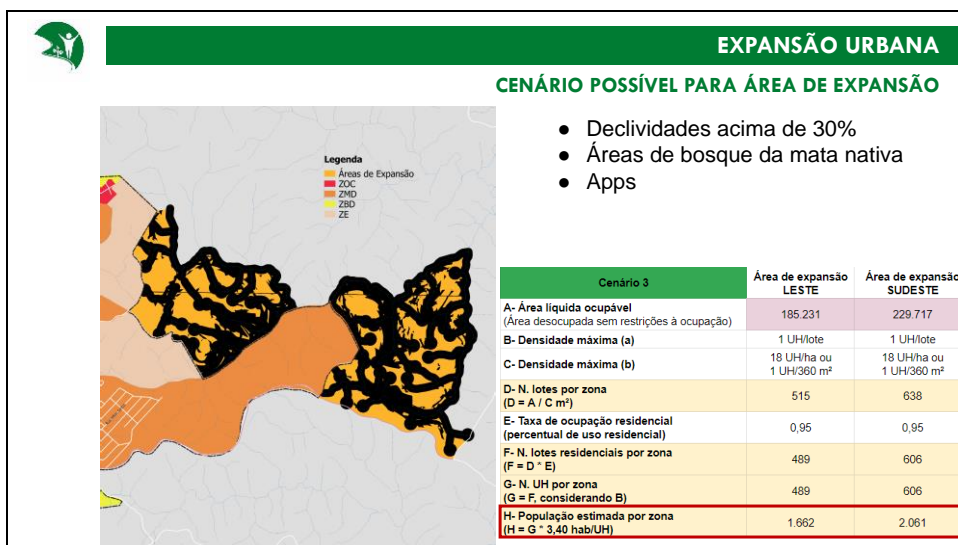
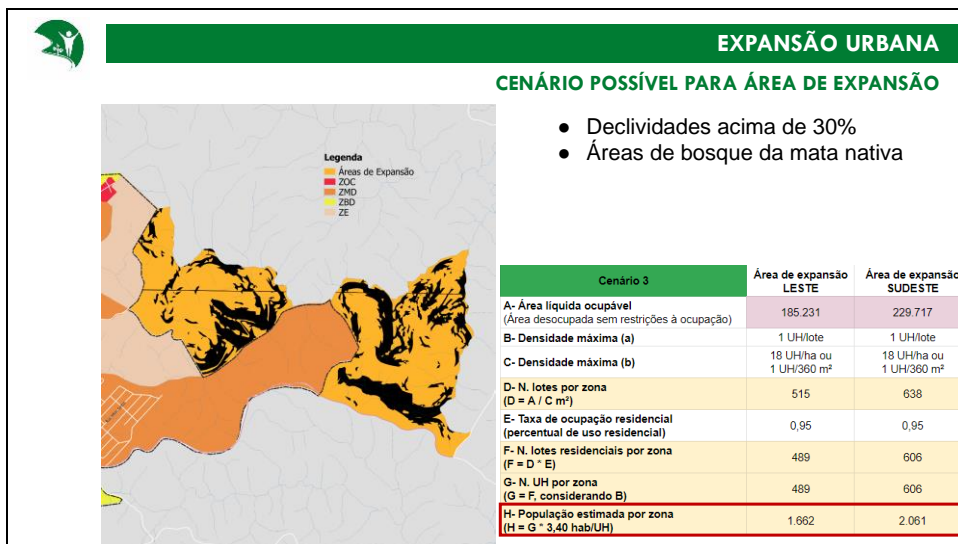
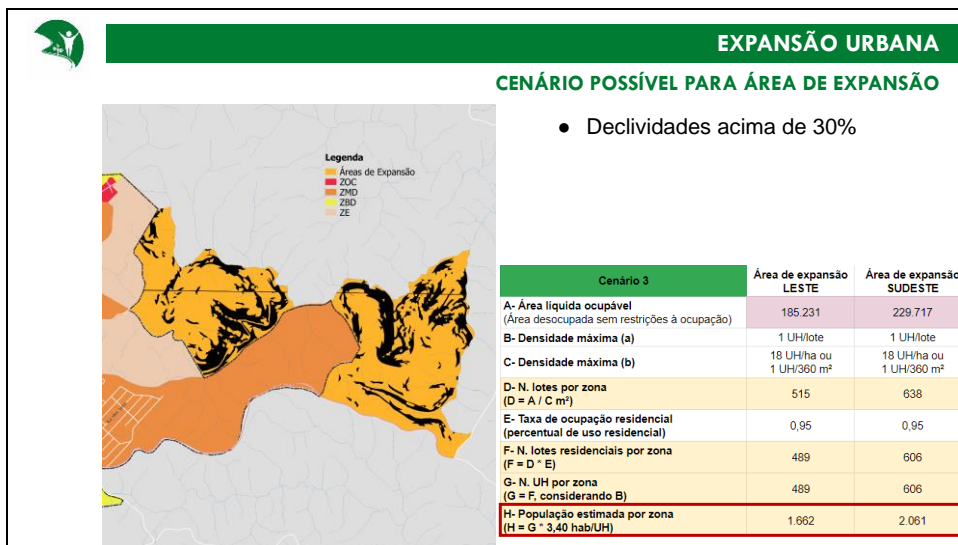
EXPANSÃO URBANA
ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO

OFERTA DE TERRENOS VS. VALOR DA TERRA

POSSIBILIDADES PARA AUMENTO DA OFERTA DE TERRENOS:

- Mudanças no zoneamento atual
- Aumento do perímetro urbano







ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO URBANA

Considerando-se que:

- Alto índice de irregularidade fundiária;
- Áreas de expansão muito fragmentadas;
- A sede urbana já se encontra em área de fragilidade (Karst);
- Necessidade de estudo geológico para implantação de

Perspectiva de absorção do incremento populacional e regularização fundiária

- Revisão do zoneamento existente → reversão de zonas de serviços para zonas residenciais
- Permitir maior adensamento (obedecendo os parâmetros do Decreto 745), mediante estudo geológico realizado a partir de Termo de Referência específico para a realidade de Bocaiúva do Sul.
- Demarcação de ZEIS e relocação urgente das populações em área de

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!



MEMÓRIA DE REUNIÃO - COMEC

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião com a COMEC
Data: 13/08/2020 Horário início 14h00m Horário fim 17h00m
Local: Reunião online via aplicativo Zoom
Pauta(s): Reunião com a COMEC para a discussão sobre a Revisão do PD de Bocaiúva do Sul

2. Participantes

<p>Funpar: Brian Chimanski; Débora Furlan; Luciano de Lara; Mauricio Alexandre Maas; Maria Eduarda Duda.</p> <p>PMBS: Andreia Tagomori.</p> <p>COMEC: Dmitri Arnaud (DCOT); Eloir Alberti Jr. (DPLAN); Fernanda Cogo (DPLAN); Maria Luiza Malucelli Araujo (DPLAN); Milton Luiz Brero de Campos (DPLAN).</p> <p>Sanepar: Nicolás Lopardo.</p> <p>ITCG: Lucas Iwakura.</p>

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. A reunião teve início com a fala de Eloir Alberti Jr., do Departamento de Planejamento da COMEC, apresentando as pautas a serem abordadas. Passou a palavra para Milton e Nicolás explicarem o estudo que realizaram em conjunto.2. Milton (COMEC) ressaltou que a Revisão do Decreto nº 745/2015 ainda não está vigente, pois ainda está em trâmite na Casa Civil. Também trouxe outros esclarecimentos:<ul style="list-style-type: none">- Explicou que existe uma capacidade de suporte grande em Bocaiúva do Sul, considerando a aplicação do modelo de densidade elaborado pela COMEC em conjunto com a Sanepar;- A previsão de projeto de rede de esgoto é condicionante para a expansão da ocupação urbana por meio da implantação de novos loteamentos, ou para a ZEIS de produção;3. Nicolás Lopardo (Sanepar) realizou uma apresentação explicativa a respeito do que foi revisado no Decreto nº745, esclarecendo como foi calculada a Capacidade de Suporte Territorial (CST), o que foi considerado para o estabelecimento da densidade populacional permitida e quais artigos do antigo decreto foram atualizados. A inclusão de um capítulo específico para a CST foi uma alteração considerável e importante nessa revisão e que deve ser considerado na elaboração dos planos diretores municipais atingidos a partir da vigência.

4. Sobre o esgotamento sanitário, foi esclarecido na apresentação que qualquer novo empreendimento habitacional que tenha mais de 4 unidades habitacionais só terá autorização se for vinculado à rede pública de coleta de esgoto (por exigência do Ministério Público do Paraná).

5. Sobre essa questão de rede de esgoto, o coordenador da Funpar Maurício Maas levantou uma dúvida sobre como proceder quando há condomínio de chácaras com lotes de metragem menor do que 20.000 m², no caso de Bocaiúva do Sul há o Belle Vie. Milton e Maria Luiza da COMEC levantaram e sugeriram os seguintes pontos a serem considerados:

- Marcar como zona (urbana) de interesse específico, descolada dos outros zoneamentos, mas sem perímetro urbano. Permitir uso agrícola com lotes de 5 mil m²;
- Marcar como macrozona (rural) de interesse específico, com lotes de 20.000 m²;
- O decreto n° 745/2015 não incide sobre o loteamento rural Belle Ville, aprovado antes, pois foi aplicada uma antiga legislação do INCRA na época de sua implantação;
- Maria Luiza sugeriu o agendamento de uma reunião com o Ministério Público para solicitar que seja permitido sistema de esgoto alternativo à rede em chácaras. Sugeriu que seja explicada a situação do Belle Ville, que é um loteamento implantado, e perguntar se, já que não se aplica o 745, podem ser implantados sistemas alternativos de esgoto;

6. Ainda sobre a apresentação feita pelo Nicolás, foi constatado que há 325 imóveis desocupados em Bocaiúva do Sul, segundo o IARCE da Sanepar (ou seja, 325 ligações inativas de água);

7. Nicolás também destacou que nessa revisão de decreto foi feita uma flexibilização de parâmetros de zoneamento para casos que não ultrapassam a CST.

8. Maurício Maas falou a respeito do estudo realizado a respeito da Capacidade de Suporte realizado pela equipe da Funpar, referente ao Zoneamento vigente atualmente no município. A população não tem tendência a sofrer grande aumento, mas precisa de área para construção de novas moradias para população de mais baixa renda.

9. Maurício fez questionamento sobre como proceder em casos onde há mais de uma unidade habitacional em um mesmo lote, seguindo a revisão do Decreto.

10. Em resposta, Maria Luiza indicou as mudanças trazidas no Decreto n° 745 (a serem aprovadas):

- Não é permitida habitação de interesse social (HIS) em área de influência direta do Karst;
- Não são permitidas implantações de ZEIS no Karst;
- O lote mínimo para regularização fundiária é de 125 m², quando houver rede de esgoto;
- O lote mínimo para novas HIS é de 180 m², quando houver rede de esgoto;
- Para outros tipos de empreendimentos, são possíveis casas geminadas (2 uh/lote), desde que fora da área de influência direta do Karst e com rede de esgoto;
- É possível verticalizar em área de manancial de superfície, fora da área de influência direta do Karst;

11. Foi apresentado à COMEC o estudo preliminar de proposta de Zoneamento do município de Bocaiúva do Sul. Indicando áreas onde há influência direta do Karst a serem ocupadas, porém a partir de Estudo Geológico-geotécnico seguindo um termo de referência que está sendo elaborado pelo geólogo da equipe, Luciano de Lara.

12. A equipe da COMEC aconselhou considerar no zoneamento municipal que o macrozoneamento do Karst recomenda a reversão da ocupação de algumas zonas urbanas.

13. Ainda, segundo o Milton, o laudo geofísico é um estudo caro e sofisticado, que não seria acessível para parte da população.



14. Maurício Maas e Débora Furlan indicaram no mapa de proposta de zoneamento as áreas de risco e as áreas previstas para demarcação de ZEIS.

15. Milton enfatizou que o Plano deve indicar as áreas para onde podem haver realocações, porque a COMEC está formulando um programa de financiamento. Pelo mesmo motivo, também solicitou que indique as áreas de interesse histórico e cultural. Também ressaltou a necessidade de considerar as comunidades quilombolas existentes no município.

16. O Zoneamento Geotécnico da ANDES (2018/2019) e a proposta de roteiro para estudo geotécnico personalizada para o município (que o geólogo Luciano está elaborando) precisam ser apresentados para a Câmara Técnica do Karst, segundo os membros da COMEC.

17. Milton comentou sobre a existência de áreas de reflorestamento dentro do perímetro urbano, indicando que é uma atividade altamente poluidora. Prática que será considerada nos instrumentos previstos no PD, de maneira a ser freada.

- Sobre o Sistema Viário, indicou o estudo EVTEA, do DNIT, que se propõe a reativar a estrada do Ribeira como alternativa à BR-116 para a ligação com São Paulo. Solicitou que a equipe da Funpar entre em contato com a Carla (COMEC) ou com o Neimar (DNIT) para ter acesso a esse estudo.

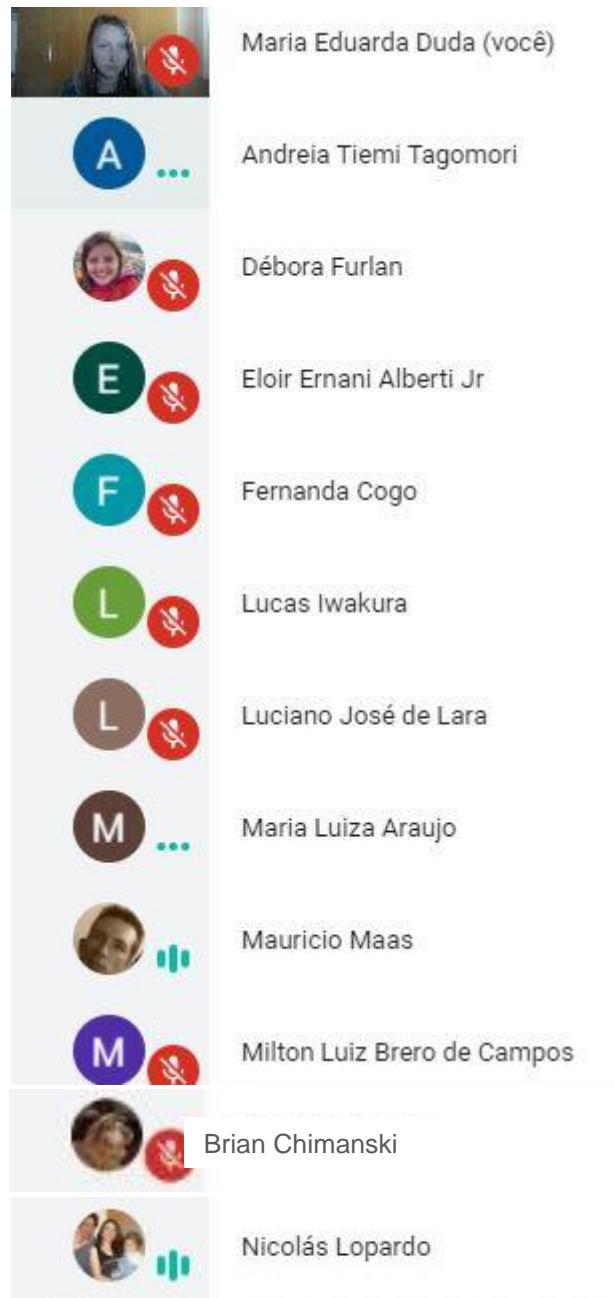
- Informou que é possível reduzir a faixa não-edificável da estrada da Ribeira para 5 metros em área urbana, mas não recomenda que isso seja feito. Solicitou a manutenção de 15 metros de faixa para viabilizar a implantação futura de vias marginais e de dispositivos de acesso para novos loteamentos. Indicou ainda que a legislação municipal faça referência aos manuais de acesso à rodovia.

- Mauricio Maas indica que, pela configuração da ocupação tradicional da cidade, ocorrida no entorno da antiga estrada da Ribeira, não é viável a previsão de marginais no centro da cidade. Talvez fosse mais viável prever um contorno rodoviário à malha urbana.

18. Reforçou-se, por parte da COMEC, a necessidade de um geólogo na equipe técnica municipal de Bocaiúva do Sul.

19. COMEC solicitou ao Nicolás (Sanepar) que busque e disponibilize, se houver, dados de levantamento urbano em escala 1:2.000 para a Funpar e informações sobre o poço na área urbana, cuja ocupação ao redor deve ser desapropriada.

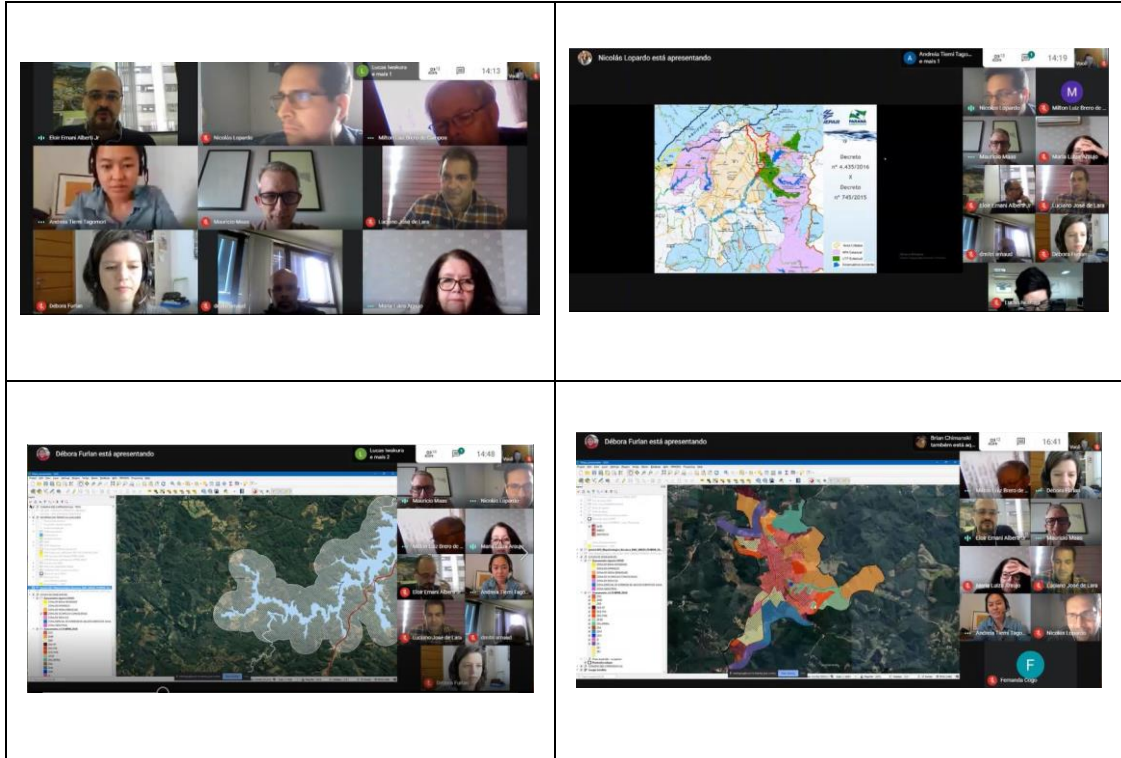
4. Lista de presença



5. Fotos



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



MEMÓRIA DE REUNIÃO – Capacitação/Oficina de Estratégias e ações

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião de Capacitação e Oficina – Estratégias e Ações/Zoneamento		
Data: 18/08/2020	Horário início 13h30m	Horário fim 17h00m
Local: Reunião on-line via Google Meet		
Pauta(s): Capacitação/Oficina Estratégias e Ações		

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal; representantes do Grupo de Acompanhamento e representantes da Câmara Municipal conforme lista em anexo.
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. O coordenador da equipe da Funpar deu início à sua fala, introduzindo o que seria abordado na reunião. A capacitação teve como objetivo expor as estratégias e ações que irão compor o Plano Diretor Municipal, com previsão para implementação nos próximos 10 anos.2. O cronograma original do Plano foi apresentado, assim como a atualização do mesmo devido ao Covid-19.3. Foram lembrados os conceitos de planejamento e os passos para a Revisão do PDBS, abrangendo as estratégias e ações.4. Ressaltou-se que o plano vigente tinha previsto a implementação de 12 planos na época de sua elaboração, quantidade muito grande, que acabou não tornando as ações previstas factíveis. A intenção do plano em elaboração é reduzir o número de planos e estratégias para trazer ações que tenham mais facilidade de aplicação, de acordo com a realidade e as necessidades do município.5. As estratégias e ações propostas foram elaboradas pelos técnicos da equipe da Funpar após as fases de Diagnóstico e Análise Temática Integrada. Foram seguidos quatro eixos estratégicos: Socioeconômico, Gestão Pública, Socioespacial e Meio Ambiente. Cada eixo tem estratégias e ações correspondentes.6. A partir da apresentação do Eixo Econômico, cujas estratégias previstas são: 1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado e 2. Desenvolvimento da Economia Urbana, foi aberto espaço para os participantes comentarem e fazerem suas contribuições.<ul style="list-style-type: none">- Wilhelm, economista da equipe da Funpar, ressaltou que as propostas foram feitas dentro da realidade econômica de Bocaiúva do Sul.- Renato Perré comentou sobre a importância de se desenvolver um plano econômico sustentável. Parabenzou a equipe da Funpar pelo trabalho apresentado até então e disse que está sendo possível visualizar um plano efetivamente novo para o município.- Luiz Carlos Bassetti também fez sua parabenização à equipe e ressaltou a necessidade de ser estabelecida uma identidade do município. Devem ser estabelecidas diretrizes para isso. Comentou que faltam regras dentro de Bocaiúva do Sul.- Isaías (“Pingo”) reforçou a fala de Perré e de Luiz Carlos. Citou a necessidade de fomentar a agricultura orgânica e de pequenos produtores dentro do município.



- Silmara Santos trouxe à discussão a questão da falta de identidade cultural. Segundo ela, esse tema deveria estar vinculado à área da educação.
 - A arquiteta Andreia ressaltou que algumas das ações apresentadas já podem ser iniciadas, não é necessário aguardar o término da Revisão do PD.
 - Maurício indicou entrar em contato com outras prefeituras do entorno que já tiveram experiências de implementações de ações parecidas com as propostas para Bocaiúva do Sul.
 - Ari Bernardi comentou sobre as plantações de pinus dentro do município e principalmente na área urbana, que acabam trazendo apenas ônus à infraestrutura.
 - O coordenador da equipe da Funpar respondeu que essa questão é de difícil equacionamento.
 - Wilhelm concordou com Ari e disse que essa é uma questão crítica da economia extrativista. O imposto territorial rural seria algo a ser tributado em parceria com o Governo Federal por meio de convênio, que incidiria sobre grandes proprietários como uma forma de compensação.
 - Luiz Carlos Bassetti reforçou que é necessário estabelecer regras para as madeireiras extrativistas.
7. As estratégias 3 e 4 do eixo de Gestão Pública foram apresentadas: 3. Qualificação Institucional e Financeira e 4. Fortalecimento institucional.
- A arquiteta da PMBS comentou que, a respeito desse assunto, para garantir a transparência da prefeitura e a participação social da população, o website da prefeitura de Bocaiúva do Sul está sendo atualizado e alimentado com as informações da Revisão do Plano Diretor.
 - Sobre o quadro de funcionários da prefeitura e qualificação institucional, o professor Arildo Cordeiro reforçou a necessidade de existir uma equipe técnica ligada à geologia, mesmo que terceirizada.
 - Luiz Carlos levantou que o município sofre atualmente de duas carências graves: a falta de fiscalização e a falta de um setor de planejamento.
 - Ari Bernardi sugeriu que a Secretaria de Obras fosse subdividida em diferentes departamentos para a área rural e urbana, pois seria uma estratégia simples e factível de equipar a prefeitura com recursos humanos.
 - Já a arquiteta Andreia Tagomori disse que seria interessante separar o setor de obras do setor de urbanismo, a partir da contratação de mais técnicos ou terceirização, principalmente nas áreas da geologia e ambiental.
 - Maurício concordou com a Andreia e disse que as demandas cotidianas do setor de obras acabem por tomar o tempo que deveria ser dedicado ao planejamento territorial.
 - Perré disse, a respeito da qualificação do espaço urbano, que Bocaiúva do Sul não tem placas indicando seus bairros, as ligações com os municípios, o que dificulta a localização. Concordou que tem que criar e dar apoio à uma secretaria de urbanismo e questionou se as universidades não teriam interesse de pesquisa em gestão de mandar estagiários e acompanhamento de resultados para o município. Segundo ele, faltam cursos profissionalizantes em áreas que possam estruturar o município, o Ensino médio poderia ser um potencial para a mão de obra jovem e especializada em: gestão, administração, meio ambiente, agricultura etc.
 - Marcos Aoki da ETM comentou que a maior dificuldade atualmente na prefeitura é a falta de material humano e a situação da pandemia agravou isso, uma vez que a prefeitura assinou o decreto do governo estadual que congela os gastos até o final do ano de 2021.
 - Arildo complementou sobre a questão de se estabelecer convênios e parcerias com Universidades, que há interesse por parte da UTFPR.

8. As estratégias: 5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária e 6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais - do eixo Socioespacial, e 7. Redução de riscos geoambientais e 8. Conservação ambiental - do eixo de Meio Ambiente, foram expostas aos participantes. A partir da apresentação das ações de cada uma delas, foi aberto novamente o espaço para a discussão.

- A respeito do meio ambiente, Perré defendeu que se Bocaiúva do Sul tiver investimento destinado à Parque Urbano, esse fator auxiliaria em outras ações. Apontou o alto da Fazenda São Marcos como lugar ideal para implantação de um parque municipal, integrando ao lago.

- Joacir Carlos de Lima questionou se há planejamento para a busca de recursos para viabilizar as implantações dessas estratégias e ações.

- Arildo reforçou a necessidade de existir um profissional que gerencie a busca de recursos e verbas.

- Guilherme Fragomeni disse que acredita que o plano está ajudando a traçar uma direção que vai sendo detalhada com a implementação do mesmo.

- Os participantes Renato Perré e Luiz Carlos Bassetti defenderam a ideia de criação de uma Casa da Cultura para o município, foi sugerido o atual prédio da Câmara Municipal para abrigar um anexo destinado ao museu.

9. Após essas discussões, o coordenador da Funpar esclareceu que essas estratégias e ações devem ser escalonadas de acordo com o nível de prioridade. Para isso, será feita uma consulta pública utilizando o método Delphi. Um questionário on-line será distribuído entre os diversos setores de atividades do município e, para viabilizar a distribuição, foi solicitado o auxílio dos integrantes do grupo de acompanhamento no envio de contatos de bocaiuenses. Muitos integrantes do grupo de acompanhamento enviaram contatos via chat on-line e todos foram devidamente registrados em uma planilha específica, assim como os enviados posteriormente.

10. A última parte da reunião correspondeu à exposição e discussão a respeito do estudo preliminar de zoneamento elaborado pela equipe da Funpar. Foi esclarecido que essa proposta foi feita com base na espacialização de algumas diretrizes e na compatibilização de características físicas e ambientais (Área de Influência direta do Karst e altas declividades). Foi feita uma explicação, brevemente, a respeito de cada zona proposta ou redefinida a partir do zoneamento vigente, porém esclarecido que, por se tratar de um estudo preliminar, essas áreas ainda podem ser alteradas.

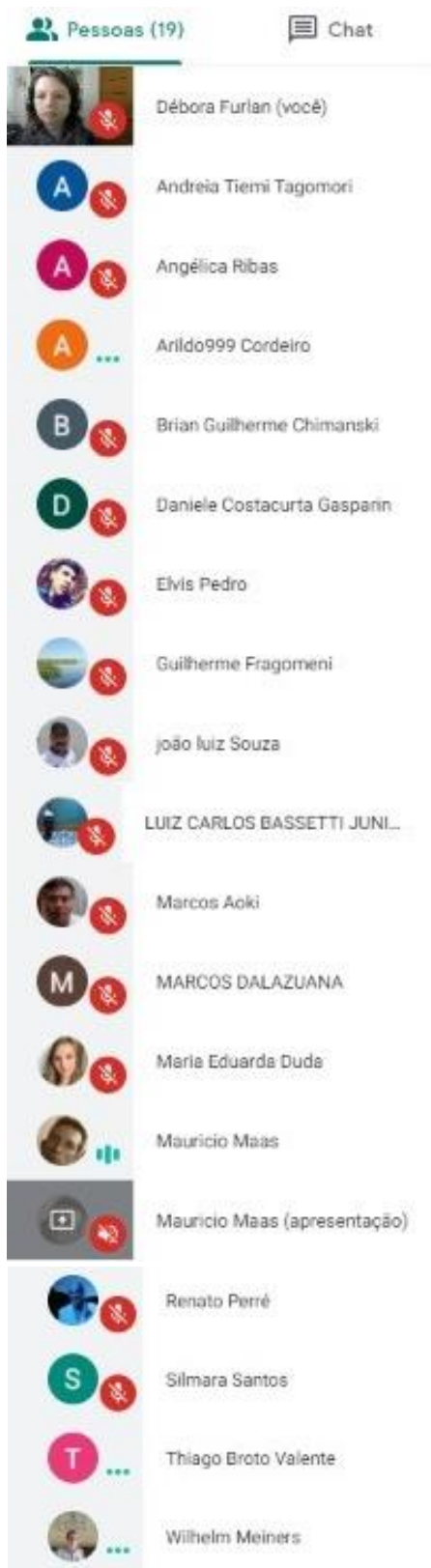
- João Luiz questionou sobre como será decidida a demarcação das áreas de ZEIS e ZPOP dentro do bairro Fazenda São Marcos.

- Maurício indicou que este é um primeiro estudo e que será feita uma análise mais aprofundada, inclusive com base em elementos a serem discutidos em reunião com a COMEC a ser realizada em breve. Também esclareceu que uma reunião mais aprofundada a respeito desse tema será feita em conjunto com o grupo de acompanhamento. A ideia é que os integrantes possam fazer sugestões e observações a respeito do que foi proposto, inclusive, um mapa da proposta será encaminhado para cada um conseguir expor suas opiniões.

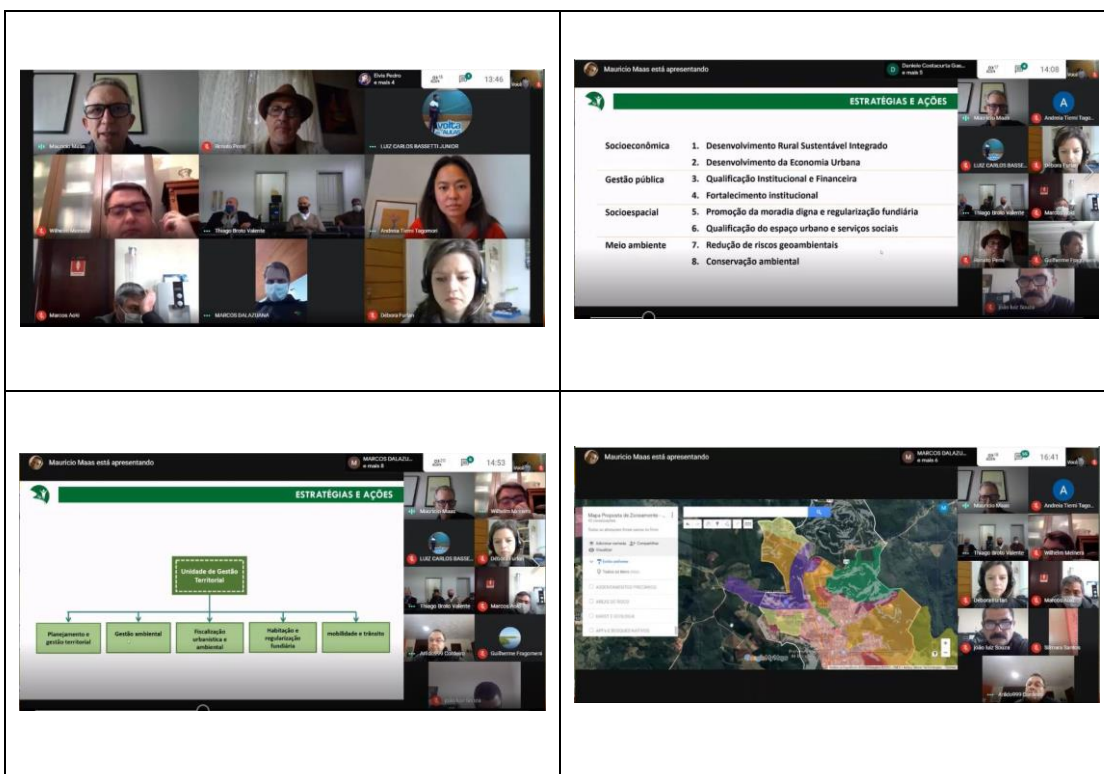
-Andreia indicou aos integrantes do GA que auxiliem na indicação de áreas destinadas às ZEIS.



4. Lista de presença



5. Fotos



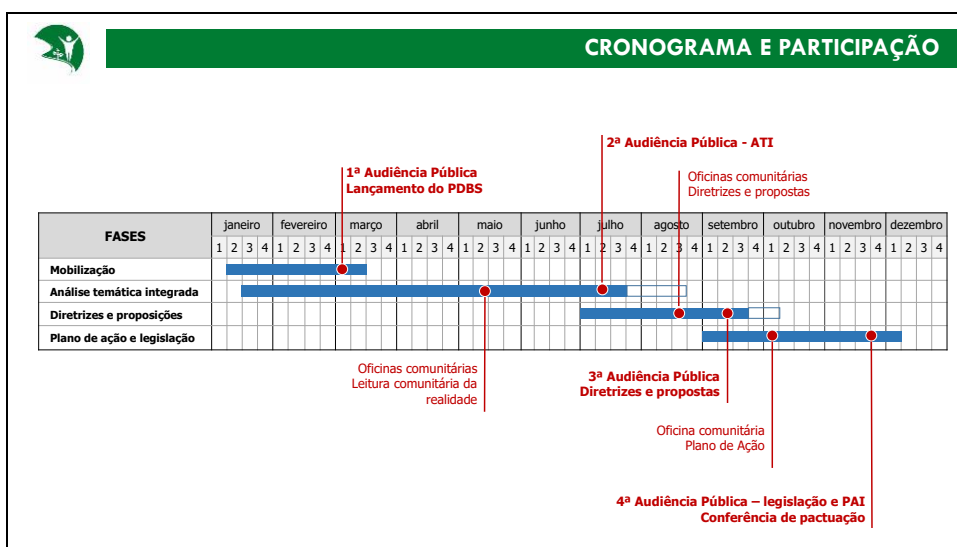
6. Material de apoio

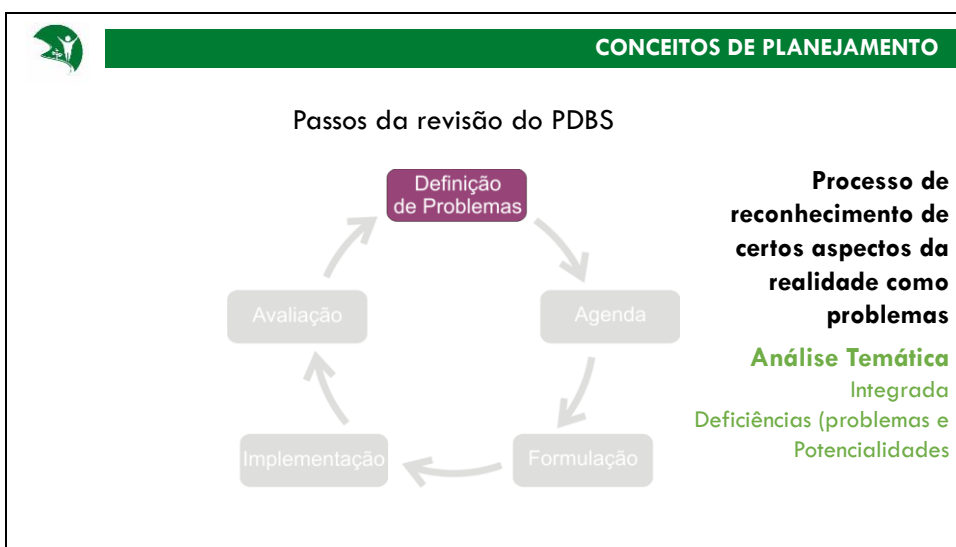
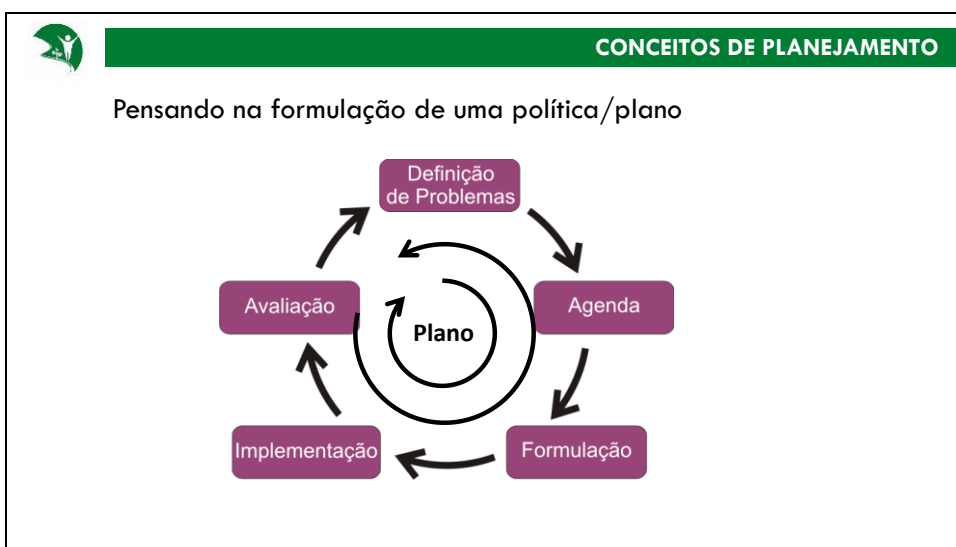
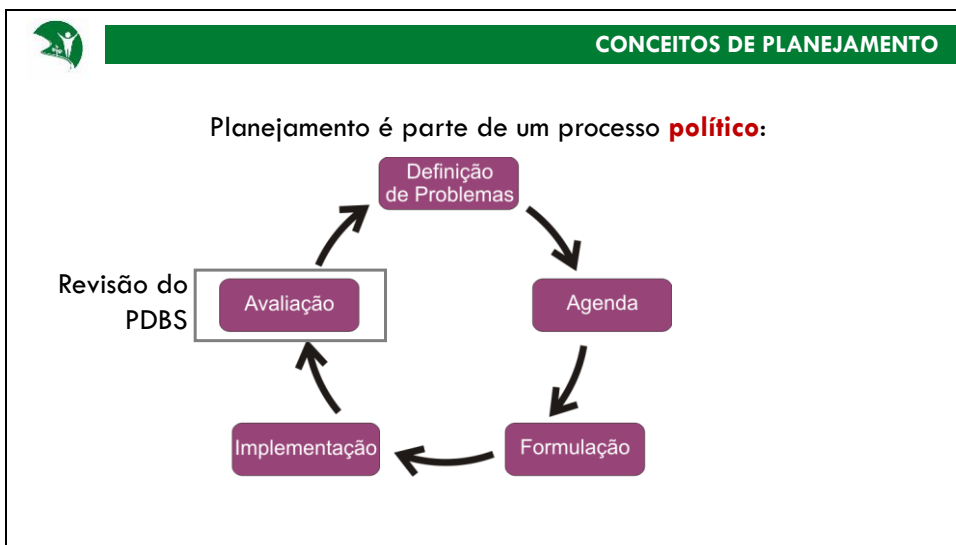


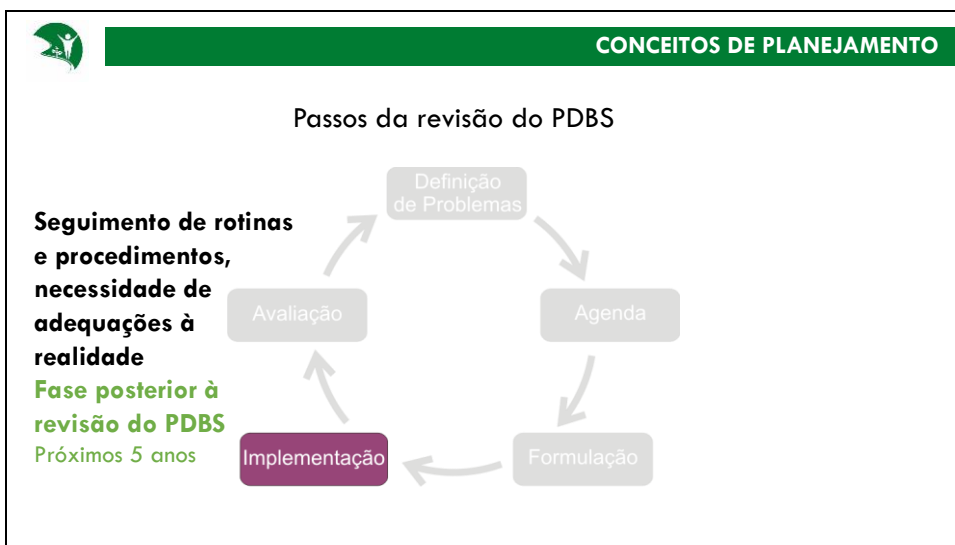
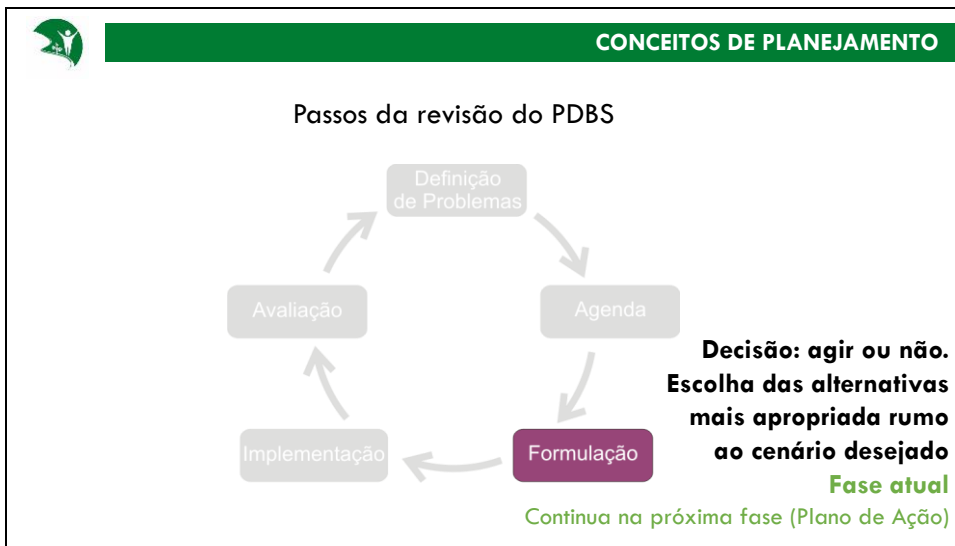
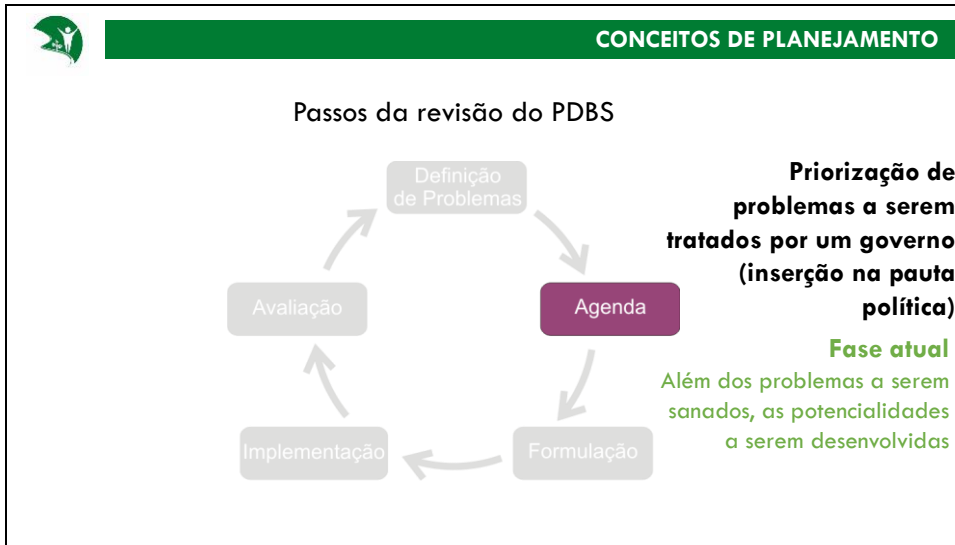
DIRETRIZES E PROPOSTAS

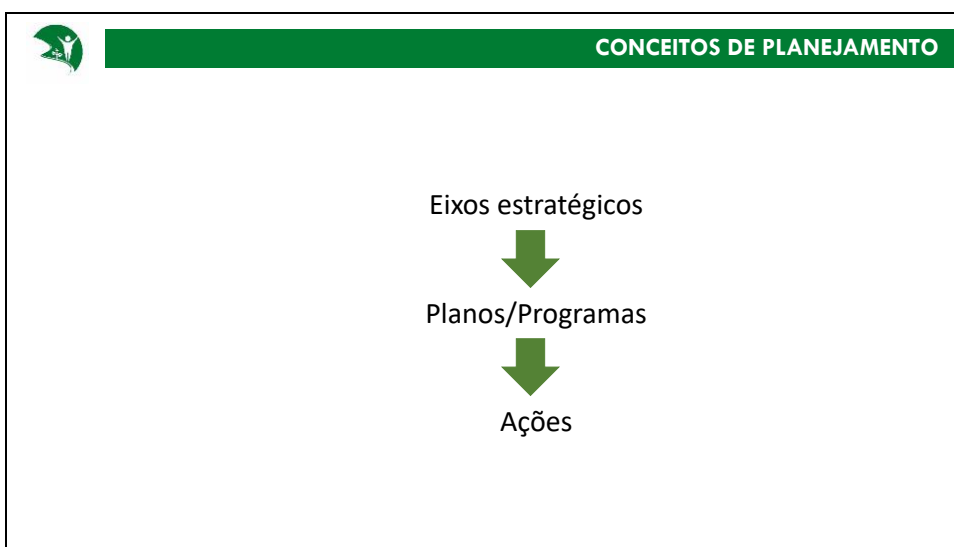
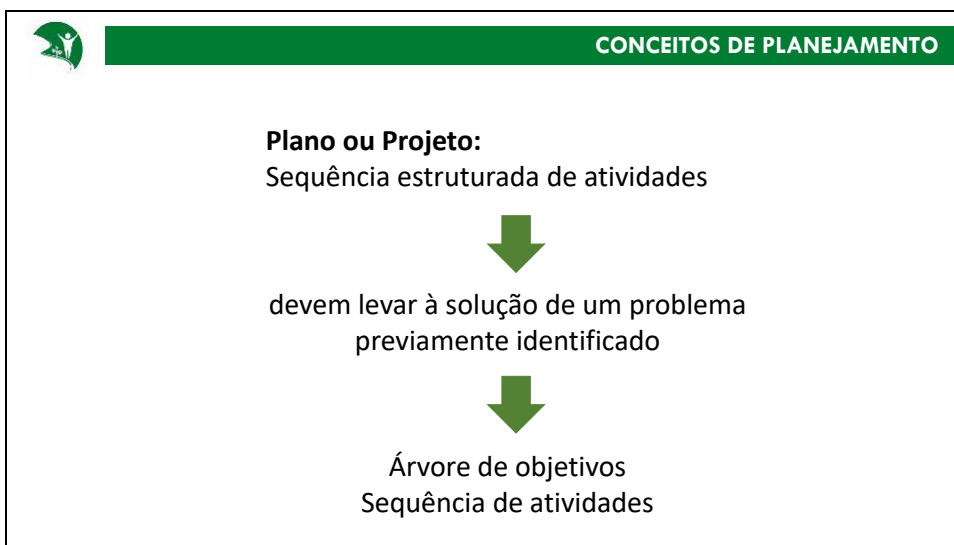
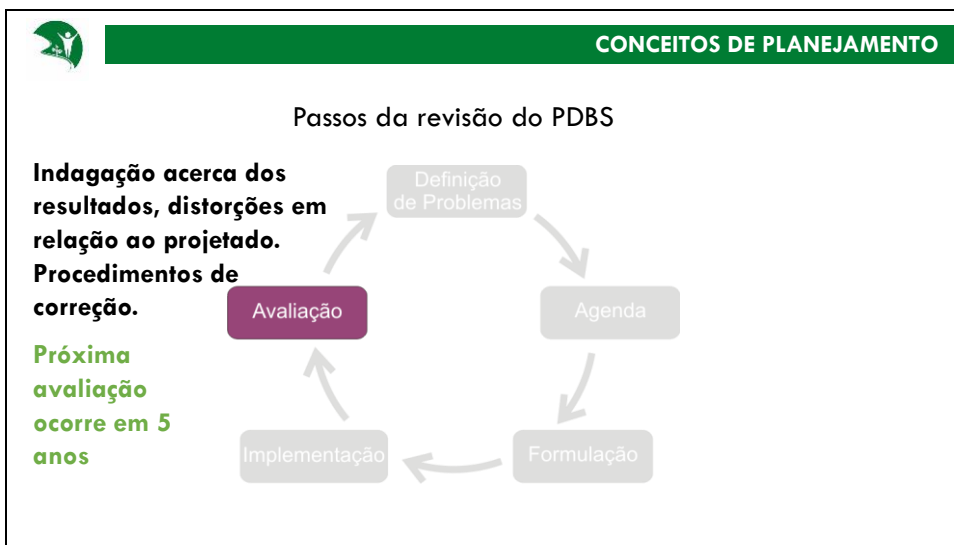
PROGRAMAÇÃO:

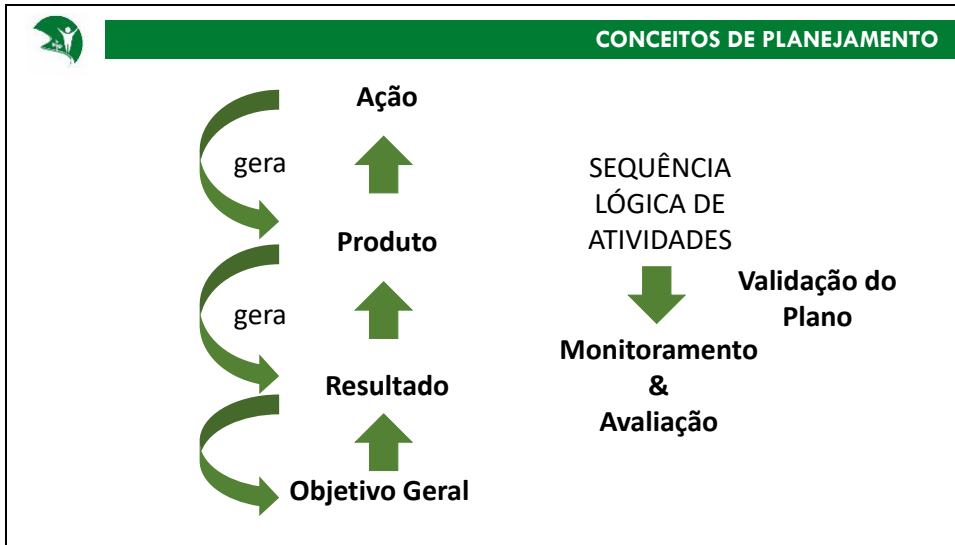
- 13:30 – Abertura;
- 13:45 – Retomada de conceitos de planejamento;
- 14:00 – Quadro preliminar de Estratégias de intervenção;
- 15:00 – Principais diretrizes de revisão da legislação do PDBS;
- 15:30 – Primeiros estudos de zoneamento do uso e ocupação do solo
- 16:30 – Encerramento












- 
- ESTRATÉGIAS E AÇÕES**
- Ações de fácil aplicação;
 - Redução das ações que remetem a outros planos: de 12 planos para 5 planos.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES	
Socioeconômica	1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado
	2. Desenvolvimento da Economia Urbana
Gestão pública	3. Qualificação Institucional e Financeira
	4. Fortalecimento institucional
Socioespacial	5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária
	6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais
Meio ambiente	7. Redução de riscos geoambientais
	8. Conservação ambiental

ESTRATÉGIAS E AÇÕES	
1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado	
<p>Construir, de forma participativa, o processo de desenvolvimento rural sustentável por meio de ações integradas em agroecologia, agricultura orgânica, agrofloresta, hortifrutigranjeiros, suinocultura, aquicultura, turismo, fruticultura, meliponicultura, promovendo a diversificação de oportunidades de negócios, emprego e renda, a difusão de novas tecnologias e culturas e a capacitação da força de trabalho.</p>	 

ESTRATÉGIAS E AÇÕES	
1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado	
<p>a) Fortalecer e ampliar a representatividade do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município, com participação de Agricultores Agroflorestais, Turismo Rural, Aquicultura, Fruticultura, Meliponicultura, Laticínios, Pecuária, Agricultura Orgânica e Hortifrutigranjeiros;</p> <p>b) Reativar o Conselho de Turismo Rural (na forma de Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município);</p> <p>c) Promover o Turismo Rural: Reativação das Caminhadas da Natureza e Roteiros/Circuitos Agroecológicos, Mapeamento de Atrativos Turísticos, Marketing, Qualificação de Estabelecimentos e Força de Trabalho;</p> <p>d) Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), visando a diversificação da produção, a ampliação da comercialização, a promoção do associativismo, a difusão de novas tecnologias e culturas e ações de capacitação da força de trabalho e extensão rural;</p> <p>e) Promover parcerias técnicas para expandir a atuação da extensão rural no município;</p> <p>f) Implantar, em parceria com a Cohapar e outros órgãos afins, Assentamentos Rurais, em dimensões de módulos rurais mínimos, com infraestrutura de Transporte e Escoamento da Produção, Acesso a Equipamentos Sociais e Assistência Técnica.</p> <p>g) Qualificar Produtores, Implantar Serviço de Inspeção Municipal e Certificação (Selo Arte, Selo de Produção Orgânica, SIM/SIP) da produção para ampliar oportunidades de mercado para produção agropecuária em escala artesanal, orgânicos e produção de hortifrutigranjeiros</p>	



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

2. Desenvolvimento da Economia Urbana

Promover **oportunidades** de negócios, emprego e renda, **qualificando e capacitando a força de trabalho** e a **difusão de novas tecnologias**, associada às vocações produtivas, ampliando o valor adicionado da economia municipal.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

2. Desenvolvimento da Economia Urbana

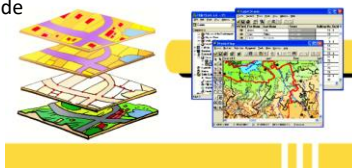
- Implantar representativa e democraticamente o **Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável** de Bocaiúva do Sul;
- Implantar e revisar instrumentos de estímulo e atração de investimentos empresariais, conformando o **distrito da agroindústria** e o **arranjo produtivo local da produção orgânica e artesanal**, adequados às peculiaridades econômicas, físicas e geológicas do município;
- Promover acesso e orientação a canais de **crédito e assistência técnica e empresarial para as micro e pequenas empresas** e empreendedores individuais;
- Implantar instrumentos do **Programa Cidade Empreendedora** em parcerias com instituições de desenvolvimento regional;
- Ampliar **parcerias metropolitanas e do Vale do Ribeira** para articulação de ações de desenvolvimento econômico sustentável.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3. Qualificação Institucional e Financeira

Desenvolver a capacidade de **planejamento** e ampliar a capacidade de **investimento** para a orientação ao crescimento urbano sustentável, por meio de estrutura legal, **unidades administrativas dedicadas, capacitação e profissionalização funcional**, instituição e desenvolvimento do **potencial tributário** e estabelecimento de **parcerias**, financiamento e convênios intergovernamentais para transferências de capital.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3. Qualificação Institucional e Financeira

- a) Articular o **Plano de Ação e Investimentos** às leis orçamentárias municipais;
- b) Implantação de unidade funcional para a **elaboração de projetos**, acompanhamento de oportunidades de convênios e emendas parlamentares, **para transferências de capital**;
- c) Atualização da **Planta Genérica de Valores**;
- d) **Atualização do cadastro tributário**, de forma a se integrar ao Sistema de Informações Municipais, nos padrões de cadastro multifinalitário e de SIG;
- e) Profissionalização e dotação de estrutura funcional adequada e dedicada para a **fiscalização** tributária;
- f) **Estabelecer consórcios e parcerias metropolitanas** e no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

Desenvolver a capacidade de **gestão territorial** por meio de **implantação de estruturas funcionais** específicas adequada às atribuições concernentes à área, com ampla **participação da sociedade civil** e da **qualificação dos servidores** municipais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à comunidade.



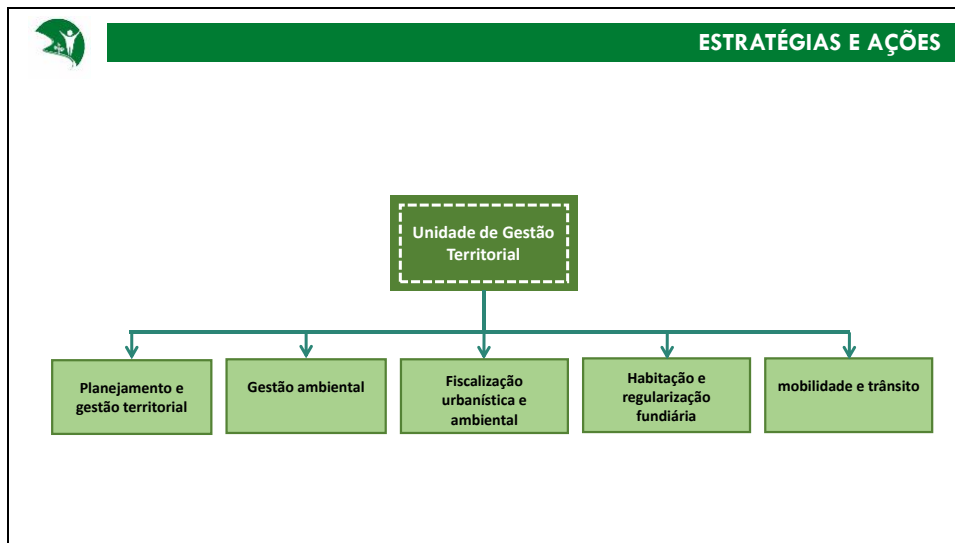
ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.1 Programa de reestruturação administrativa:

- a) Instituir e implantar uma estrutura funcional de gestão territorial (Secretaria ou Serviços Social Autônomo), responsável por:
 - planejamento e gestão territorial;
 - gestão ambiental (função transferida da pasta de Agricultura)
 - fiscalização urbanística e ambiental;
 - regularização fundiária urbana e rural;
 - habitação;
 - mobilidade e trânsito.

Obs.: a implantação contempla a contratação de técnicos, qualificação funcional dos existentes e compra de equipamentos necessários.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.2 Programa de fortalecimento da gestão territorial:

- Qualificar, de forma continuada**, os técnicos de gestão territorial e tributação para o uso de **ferramentas de SIG**, priorizando o uso de softwares livres;
- Implantar o Sistema de Informações Geográficas** municipal, observando-se as diretrizes de cadastro multifinalitário, por meio da conversão dos arquivos analógicos e digitais dos parcelamentos municipais, de forma integrada com o Cadastro Tributário.
- Contratar serviços especializados de geologia** para avaliação e expedição de laudos técnicos;
- Captar recursos** para a implantação da **política habitacional/de regularização fundiária**.
- Definir os limites dos bairros** como unidades de gestão territorial;
- Ordenar nomes e numeração de ruas**;
- Firmar **parcerias com entidades do governo estadual** para o **monitoramento do uso do solo** na área rural de interesse metropolitano;
- Regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul**, considerando a gestão dos territórios da Macieira e do Ribeirãozinho, onde a Prefeitura de Bocaiúva do Sul presta serviços públicos.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.3 Programa de transparência e participação social:

- Implementar o **Conselho de Desenvolvimento Territorial - CODET**, de caráter deliberativo, contemplando: (i) nomeação dos representantes do poder público; (ii) eleição dos representantes da iniciativa privada; (iii) estabelecimento do regimento interno; (iv) criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal e demais fundos exigidos pelas políticas federais.
- Promover a instituição legal, nomeação, instalação e operação das **Câmaras Técnicas** vinculadas ao CODET: Câmara Técnica de planejamento e gestão territorial (inclui mobilidade), Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento e Câmara Técnica de Habitação e Regularização Fundiária.
- Manter espaço dedicado ao **Plano Diretor no website da Prefeitura** disponibilizando, no mínimo, as seguintes informações: Relatórios Plano Diretor / Legislação / Plano de Ações Integradas com indicadores de monitoramento atualizados / informações sobre audiências públicas, conferências municipais e outras ligadas ao Plano.
- Implementar **canal de comunicação permanente** para receber sugestões e esclarecer dúvidas referentes ao PDDBS e à gestão territorial.
- Implementar o sistema participativo de **monitoramento e avaliação do PDDBS**, contemplando (i) a elaboração de relatório anual do Executivo com vistas ao replanejamento de ações para programação futura e correção das efetivadas; (ii) a realização de Conferências Municipais para debater de forma participativa o replanejamento das ações.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.3 Promover a integração e a articulação das ações das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, visando a melhoria da gestão pública e a eficiência dos serviços, bem como a participação popular na elaboração e na implementação das políticas públicas.

a) Implementar o Plano Diretor, observando as diretrizes e as ações estabelecidas no Plano Diretor, bem como as exigências legais e regulamentares;

b) Promover a integração e a articulação das ações das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, visando a melhoria da gestão pública e a eficiência dos serviços, bem como a participação popular na elaboração e na implementação das políticas públicas;

c) Manter atualizado o Plano Diretor, promovendo a atualização e a revisão do Plano Diretor, bem como a participação popular na elaboração e na implementação das políticas públicas;

d) Implementar o Plano Diretor, observando as diretrizes e as ações estabelecidas no Plano Diretor, bem como as exigências legais e regulamentares;

e) Implementar o Plano Diretor, observando as diretrizes e as ações estabelecidas no Plano Diretor, bem como as exigências legais e regulamentares.

Considerando: (i) a necessidade de integração e articulação das ações das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, visando a melhoria da gestão pública e a eficiência dos serviços, bem como a participação popular na elaboração e na implementação das políticas públicas; (ii) a realização de Conferências Municipais para debater de forma participativa o planejamento das ações.

Considerando: (i) a necessidade de integração e articulação das ações das instituições públicas, privadas e da sociedade civil, visando a melhoria da gestão pública e a eficiência dos serviços, bem como a participação popular na elaboração e na implementação das políticas públicas; (ii) a realização de Conferências Municipais para debater de forma participativa o planejamento das ações.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

Garantir o direito fundamental à moradia por meio de planejamento articulado com as demais políticas públicas, diversificando **alternativas de acesso ao direito à moradia**, promovendo a **regularização urbanística** em todo o território municipal e a **regularização fundiária** plena e gratuita para a população de baixa renda e melhorias de infraestrutura.

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

5.1 Programa emergencial de segurança fundiária e jurídica:

a) **Realocar população** de áreas que já foram **identificadas como de risco** pela revisão do Plano Diretor para terrenos adequados à urbanização, recuperando e dando novos usos a essas áreas;

b) Aprofundar os **estudos de risco potencial** nas áreas de risco avaliadas pelo PDDBS, classificadas como de médio risco, a partir do termo de referência para laudo geológico-geotécnico incorporado aos processos de aprovação de parcelamento;

c) Estabelecer os **procedimentos para concessão do uso de terrenos públicos** para fins de moradia;



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

5.2 Programa de regularização fundiária:

- Identificar e **mapear os terrenos** e imóveis de propriedade **do Município**;
- Elaborar e implementar uma **Campanha de educação urbanística** para a construção regular e para a regularização fundiária, contemplando (i) plano de comunicação e mídia que incentive o uso e ocupação em conformidade com a lei; (ii) parceria com o cartório de registro de imóveis local e com o Ministério Público do Paraná para ações de regularização; (iii) programa de incentivos para regularização administrativa (adequação ao zoneamento e código de obras);
- Realizar parceria com a Cohapar para a alimentação do **cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul**, para a área urbana e rural (por ex. PNRH).
- Elaborar e implantar **Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social**, abordando os aspectos de irregularidade jurídico-administrativas em conjunto com a precariedade da habitação, de infraestrutura e de acesso a serviços públicos, contemplando (i) regularização dos comodatos destinados à habitação de interesse social; (ii) programas distintos para (a) regularização prioritária de ocupações sobre o Aquífero Karst, (b) regularização de habitações enquadradas como de interesse social com relocação gratuita e (c) demais formas de irregularidade; (iii) regularização de ocupações localizadas na área rural; (iv) integração com o Programa de Habitação de Interesse Social;



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

5.3 Programa de habitação de interesse social:

- Iniciar processo de **regularização da situação do município com o SNHIS** para viabilizar o repasse de recursos do governo federal, envolvendo o Conselho de HIS e seu fundo;
- Elaborar e implantar **Plano de Habitação de Interesse Social**, contemplando (i) realização de um cadastro municipal de famílias sem acesso à moradia; (ii) desenvolvimento de estratégias para a melhoria das condições de habitação nas áreas urbanas e rural para a população de baixa renda; (iii) elaboração de programas diversificados de oferta de moradia, contemplando alternativas como a regulamentação do aluguel social, programas de incentivo à autogestão e a produção de unidades habitacionais; (iv) indicação de terrenos com localização adequada para projetos habitacionais a serem executados mediante plano e critérios para a escolha das famílias que serão contempladas.
- Desenvolver e implementar um **Plano Estratégico de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social** (ATHIS), contemplando: (i) promoção do acesso aos serviços e acompanhamento técnicos dos profissionais da área da arquitetura, urbanismo, engenharia e outros para a população de baixa renda; (ii) contribuição para a permanência das famílias em seus territórios a partir da qualificação da sua moradia dentro dos princípios de habitabilidade; (iii) estabelecimento de **parcerias com departamentos Universidades, CAU-PR, ONGs, Emater, Sindarq e escritórios e profissionais liberais que trabalham com ATHIS.**



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, **descentralização e qualificação dos equipamentos, melhoria das condições de circulação** e do **saneamento básico** de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde da população.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

6.1 Programa de qualificação urbanística e paisagística:

- Elaborar projeto e implantar para um espaço próprio adequado ao **comércio ambulante no Centro**, adequado para a aglomeração de pessoas, com fácil acesso e infraestrutura;
- Estruturar o **eixo de comércio e serviço no bairro Fazenda São Marcos**, com adequação dos passeios, espaço para publicidade, estacionamento e que ofereça melhores condições de acesso, permanência e circulação;
- Elaborar projeto e Implantar um **parque urbano em Bocaiúva do Sul**, com espaço para a prática de esportes e eventos culturais
- Elaborar e implantar projeto de **arborização e adequação de calçadas** da área central às normas de acessibilidade;
- Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais** de interesse municipal de preservação histórica/cultural;
- Urbanizar áreas precárias** que concentram população (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, listar outras).



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

6.2 Programa de qualificação dos serviços sociais:

- Implantar **equipamentos e serviços para Educação Infantil e Ensino Fundamental**, de forma a atender a demanda atual e projetada.
- Implantar um **CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- Implantar uma **nova UBS - Unidade Básica de Saúde**, bem como contratar equipe necessária para seu funcionamento.
- Adequar a estrutura e ampliar os serviços do **Hospital Municipal**, implantando serviço de **Pronto Atendimento e maternidade**.
- Melhorar os serviços e implantar **novos equipamentos de cultura, esporte e lazer** de forma descentralizada.
- Melhorar a infraestrutura física de equipamentos sociais, priorizando a **reforma das escolas, hospital e espaços de esporte e lazer**.
- Promover **serviços sociais itinerantes** de forma a melhorar o atendimento na área rural.
- Realizar **consórcio com o município de Barra do Turvo/SP** para atendimento de serviços sociais da **comunidade de Areia Branca**.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

6.3 Programa de qualificação da mobilidade urbana:

- Promover **melhorias na Rodovia Federal BR-476**: manutenção dos dispositivos de segurança, sobretudo na área urbana, e implantação de mais pontos de ultrapassagens;
- Elaborar um **padrão-modelo de calçadas acessíveis** que atenda aos princípios da acessibilidade universal, garantindo que o deslocamento do pedestre seja realizado de forma confortável, fluida e segura;
- Estabelecer **prioridades para obras de pavimentação e sinalização** viária;
- Promover medidas de controle da **circulação urbana do transporte de cargas regulamentadas** em lei municipal: i) definição de rotas preferenciais; ii) proibição da circulação em área urbana de veículos de carga de grande porte; iii) regulamentação dos estacionamentos de carga e descarga; iv) provisão de sinalização específica;
- delimitar e **implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões**;
- Ampliar a **cobertura do serviço de transporte público coletivo**: i) implantação de linha direta do Terminal de Bocaiúva do Sul até Terminal de Colombo; ii) ampliação de horários de ônibus; iii) implantação de nova linha que integre a sede de Bocaiúva do Sul com Campina Grande do Sul;
- Elaborar o **Plano de Mobilidade Urbana**, abordando prioritariamente as seguintes temáticas: i) classificação e organização da circulação; ii) promoção da acessibilidade universal e a criação de condições adequadas à circulação de pedestres e ciclistas; iii) circulação viária em condições seguras e humanizadas; iv) acessibilidade, transporte coletivo e escolar para a área rural, e; v) estruturação institucional.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

7. Redução de riscos geoambientais

Eliminar e/ou reduzir os riscos causados por ocupações urbanas em áreas de altas declividades e nas regiões de afloramento de rochas **associadas ao aquífero Karst**.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

7. Redução de riscos geoambientais

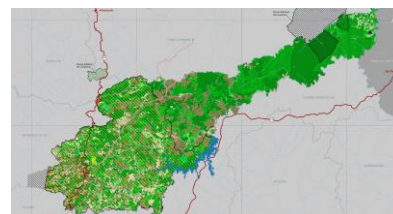
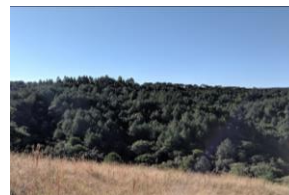
- Promover ações de **esclarecimento e orientação à população** quanto aos problemas relacionados à ocupação de terrenos localizados em áreas com altas declividades e nas regiões de afloramento/exposição de rochas e solo associados ao aquífero Karst;
- Complementar os estudos de áreas de risco geoambiental realizado no PDBS**, mapeando, qualificando e quantificando os riscos em áreas ocupadas, bem como aquelas localizadas em loteamento já aprovados e áreas de expansão urbana;
- Incorporar a **exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico** elaborado para a realidade local, em processos de aprovação de parcelamentos (inclusive para regularização fundiária) e construções de grande porte.
- Elaborar e implantar projetos de **recuperação e usos compatíveis das áreas de risco geoambiental**, priorizando-se as que são alvo de realocação.
- Elaborar e implantar programa de **monitoramento das áreas de risco**, contemplando (i) sistema de fiscalização das áreas de risco e áreas ambientalmente protegidas, envolvendo a sociedade civil; (ii) plano municipal de gerenciamento de crises e (iii) treinamento de um funcionário da prefeitura para coordenar ações de defesa civil no nível municipal;
- Elaborar **estudo para ampliação do cemitério** contemplando um estudo hidrogeológico e geotécnico abrangendo raio de 100 metros do terreno atual.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Conservação ambiental

Promover a proteção dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais por meio da **preservação das áreas verdes** representativas, incentivo ao **incremento de Unidades de Conservação** e **conservação e recuperação dos potenciais hídricos do município**, em especial os mananciais de abastecimento público.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Conservação ambiental

8.1 Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos:

- Promover o **monitoramento e o controle do adensamento urbano** sobre as áreas ambientalmente frágeis e a manutenção da permeabilidade do solo, com a definição de parâmetros e usos mais restritivos, principalmente daquelas desprovidas de infraestrutura adequada de saneamento;
- Efetuar a **identificação, cadastro e mapeamento das nascentes, dolinas e áreas de recarga do Aquífero Karst** localizadas no perímetro urbano, determinando o seu raio de proteção;
- Promover a **recuperação das áreas de preservação permanente degradadas dos rios e córregos urbanos**, especialmente do Rio Tapera;
- Realizar vistorias nos imóveis urbanos, visando **identificar possíveis irregularidades no lançamento de efluente doméstico sem tratamento**;
- Definir áreas estratégicas com vegetação residual na sede urbana para a manutenção da permeabilidade e recarga do lençol freático, formando um **sistema de áreas verdes urbanas**.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Conservação ambiental

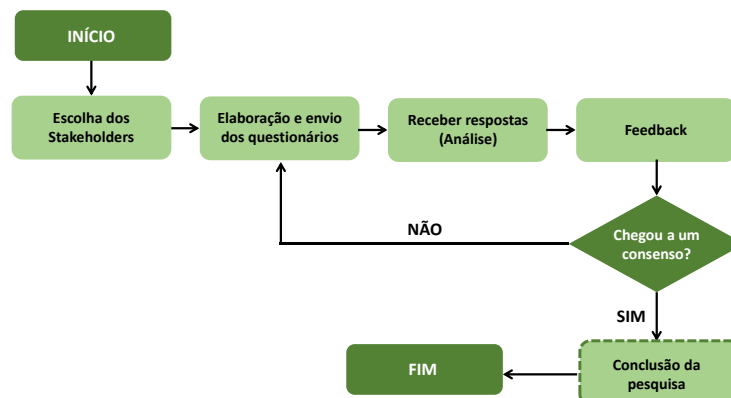
8.2 Programa de proteção dos ecossistemas:

- Criar mecanismos para a **compensação ambiental para os proprietários de áreas verdes**, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- Viabilizar estudo para implantação da **redução do IPTU** nos terrenos urbanos que mantem **áreas verdes** representativas e em bom estado de conservação, em especial os fundos de vale;
- Incentivar à criação de RPPNM**, com divulgação de vantagens (ecoturismo; pesquisa científica) e apoio técnico e institucional, bem como parcerias com ONG's;
- Prestar **apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR)** para os proprietários de imóveis rurais;
- Criar mecanismos para **frear o aumento das áreas com reflorestamento de espécies exóticas** (Pinus e Eucalipto).
- Elaborar e implantar o **Programa Municipal de Educação Ambiental** como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal, abordando as questões da fauna, flora e características geofísicas da região.



PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES

MÉTODO DELPHI





PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES

MÉTODO DELPHI

Grupo 1. Lideranças do setor econômico, trabalho e renda

Setor	Nome	Empresa	Tel. Celular	E-mail
representantes do comércio local		Mercado Santos		
	Silmara	Dutros (indicar)		
Indústria		Figuirico rainha da paz		
		Pinustan ind. e com de madeiras		
		Garja comercial e industrial		
		Rottani ind com e exportação de madeiras		
		Eldorado export madeiras		
		Tera indústria de papéis		
		Pura ind. e com. de água mineral		
		Paraná colchões		
		Rancho montana indústria e comercio		
		Soloffler ind. e com de calcários finos		
Setor imobiliário	João	Celso Ribas		
	João	Dutros (indicar)		
Transportadoras	Pingo	Cartório		
Extração mineral				
Desenvolvimento rural	Jussara e Gil	Implementos Agrícolas		
		Emater		
	Élcio e Jussara	Associação orgânicos		
	Élcio e Jussara	Associações de produtores rurais		
	Élcio e Jussara	Pesque-pagues		
	Élcio e Jussara	Chácaras de eventos		
	Élcio e Jussara	Hotéis e Pousadas rurais		



PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES

MÉTODO DELPHI

Grupo 2. Poder público

Setor	Nome	Órgão	Tel. Celular	E-mail
Administração Pública		Prefeito Municipal		
		Vice Prefeito		
		Secretaria Municipal de Finanças		
		Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente		
		Departamento de urbanismo		
		Secretaria Municipal de Educação		
		Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos		
		Secretaria Municipal de Saúde		
		Órgão de Segurança Pública		
		Secretaria de Assistência Social		
		Procurador Geral do Município		
Câmara Municipal de Vereadores	Luiz Busato	Presidente		
	Luiz Busato	Vereadores		



PRIORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES

MÉTODO DELPHI

Grupo 3. Sociedade civil organizada

Setor	Nome	Organização	Tel. Celular	E-mail
Associações de moradores - fora da sede urbana	Élcio e Neia	Representantes das principais comunidades rurais (elencar)		
	Jussara	Representante dos quilombolas		
Associações de moradores - sede urbana		Representante de cada bairro		
Associação		Representante de Pessoas com Deficiência		
ONGs - Área social	Irmã Keli			
		Rotary Club		
ONG Cultural	Perré	Dutros (indicar)		
ONG Ambiental		(indicar)		
DAB		Representantes dos advogados		
Construção civil	Lucy	Representantes dos Engenheiros e Arquitetos / CREA-PR		
Sindicatos		Sindicato Rural		
		Professor de Educação Infantil (CMEI)		
		Professor de Ensino Fundamental		
		Professor de Ensino Médio		
	Prof. Arildo	Professor de Ensino Superior		
		Professor de Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
		Professor de Educação Especial		
Esporte		Professor da Área Rural, com residência fixa na Área Rural		
		Representantes das ligas desportivas sediadas no município		



DIRETRIZES DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO



REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

LEI DO PLANO DIRETOR

- a) Relação do plano diretor com Plano de Ação e Investimentos - PAI e orçamento municipal - reforçar a importância do PAI e sua **relação com o plano diretor e o orçamento municipal**
- b) Função social da propriedade urbana - estabelecer **critérios específicos para o cumprimento da função social** e os casos de aplicação do IPTU progressivo e PEUC
- c) **Instrumentos urbanísticos** - estabelecer os critérios e processos necessários à aplicação dos instrumentos urbanísticos úteis ao município, em especial o IPTU Progressivo, EIV e instrumentos ligados à regularização fundiária.
- d) Revisar texto da lei, **atualizando estratégias, planos, ações e prazos.**



REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- a) Revisão do **zoneamento, enquadrando à legislação estadual**, considerando a revisão do Decreto 745/2015.
- b) Revisão das tabelas de parâmetros de uso e ocupação do solo:
 - complementação da tabela de usos, **definindo zonas para instalação de supermercados, borracharia etc.**
 - criação de **eixos de comércio e serviços;**
 - Regulamentação de **condomínios;**
 - Zona especial de interesse turístico (permitindo **condomínio de chácaras;**
 - Estabelecimento de **usos permitidos e proibidos nas zonas rurais.**



REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

DEMAIS CÓDIGOS

- Lei de Sistema Viário
- Lei de Parcelamento do solo
- Lei de Perímetro Urbano
- Códigos de Obra e Posturas

Correção, complementação e simplificação no que for possível.



CONCEITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ZONEAMENTO

Normatização do uso e da ocupação do território

Atividades que podem ser realizadas em cada porção do território

O quanto pode ser ocupado do território
De que forma pode ser ocupado

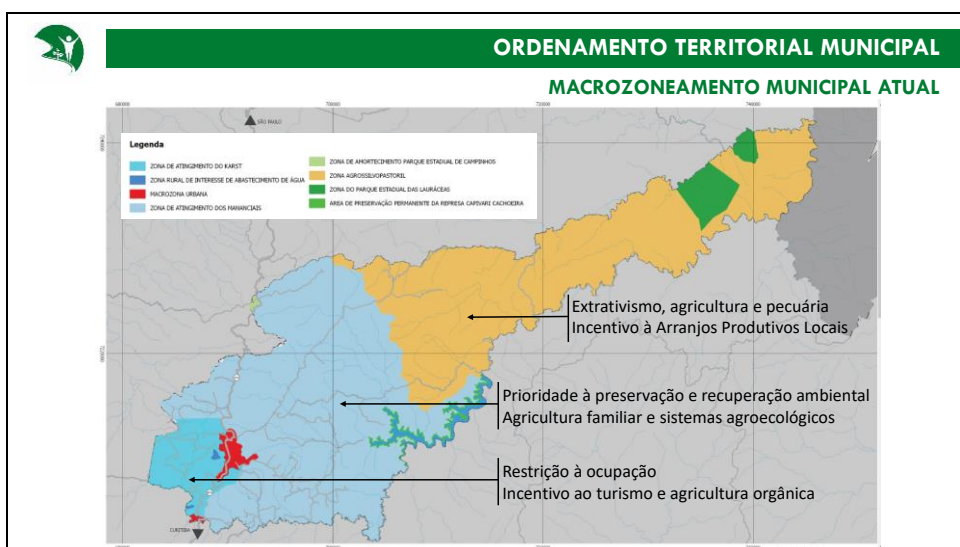
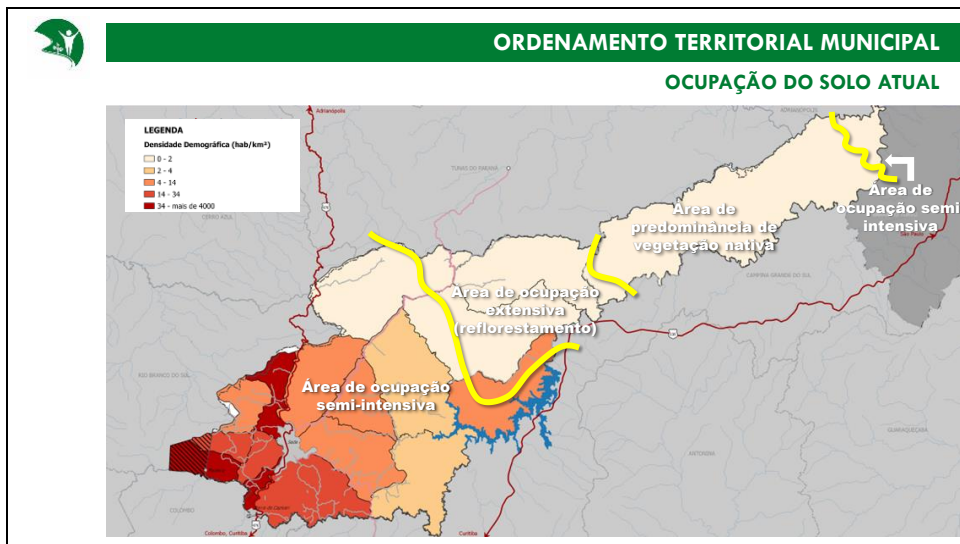
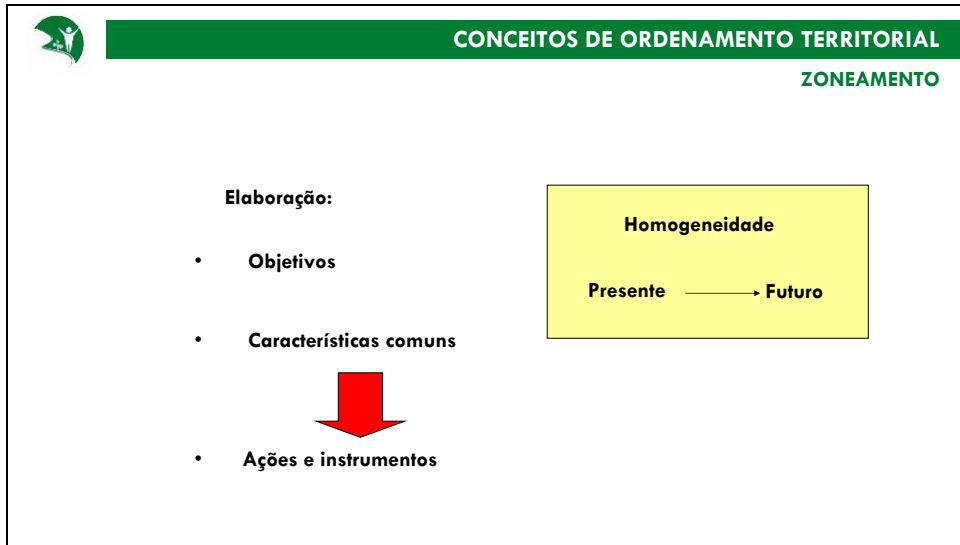


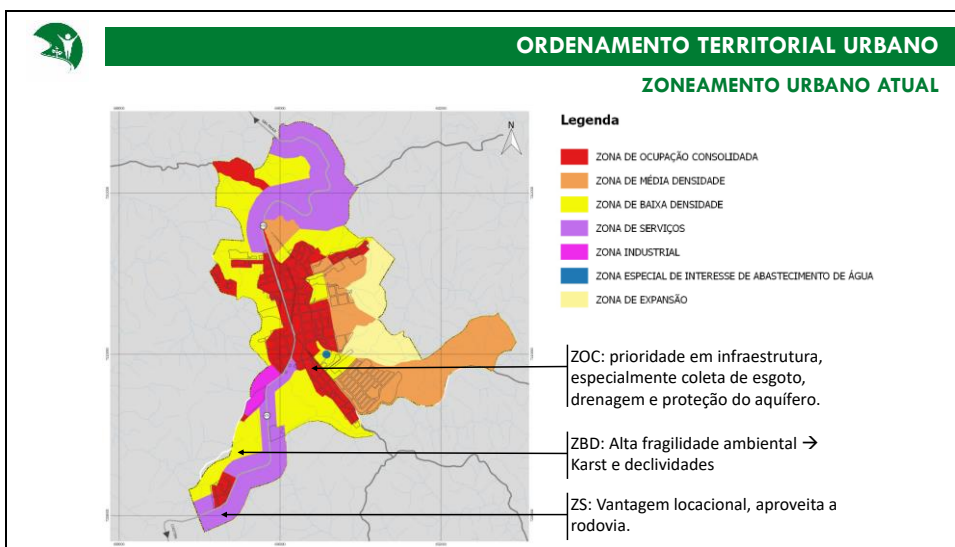
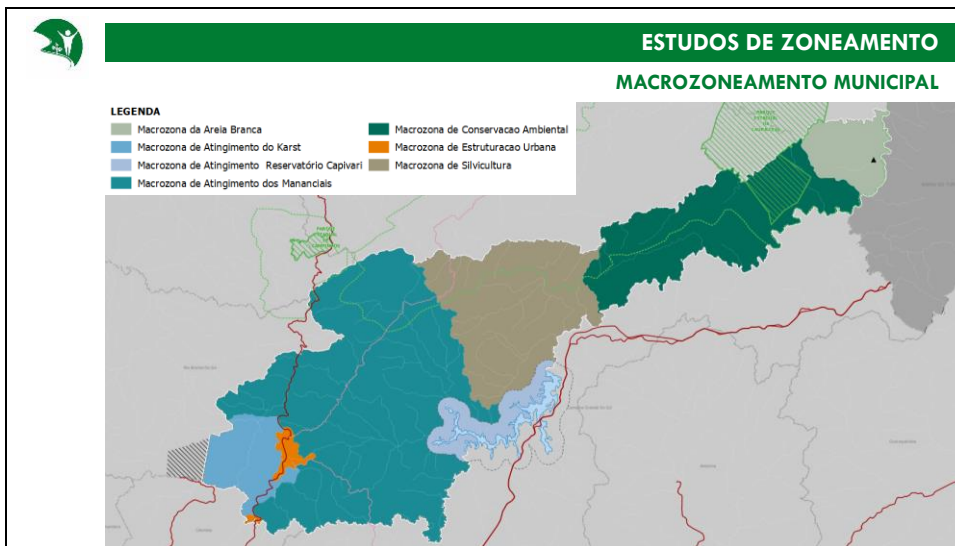
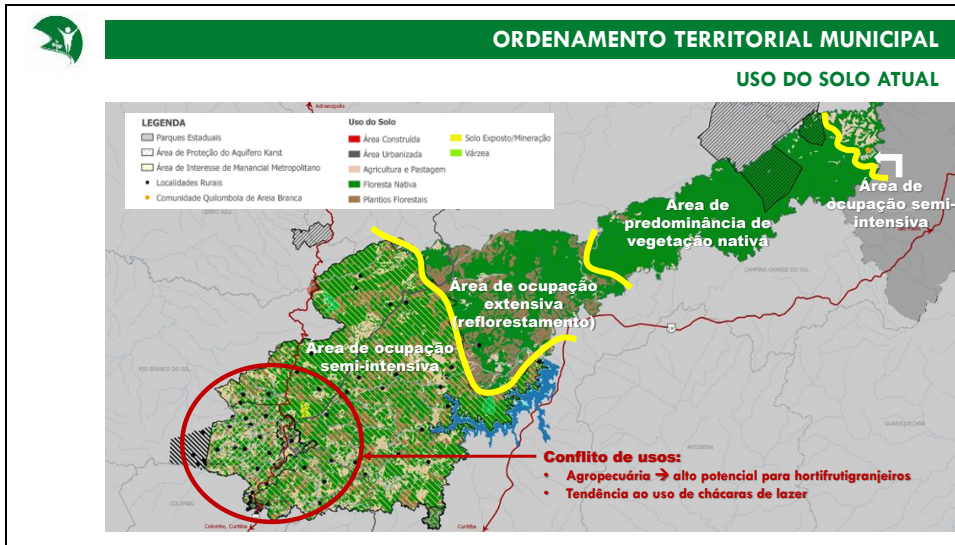
CONCEITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

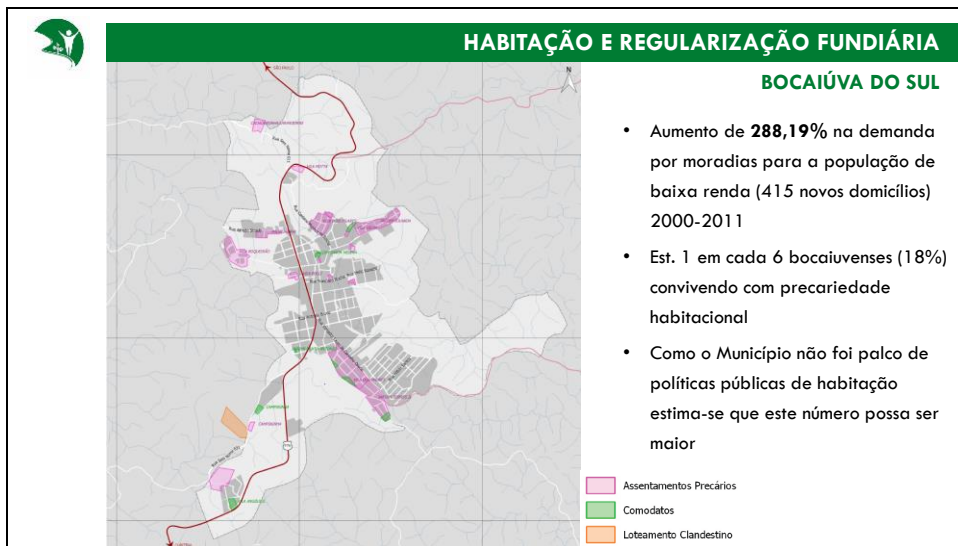
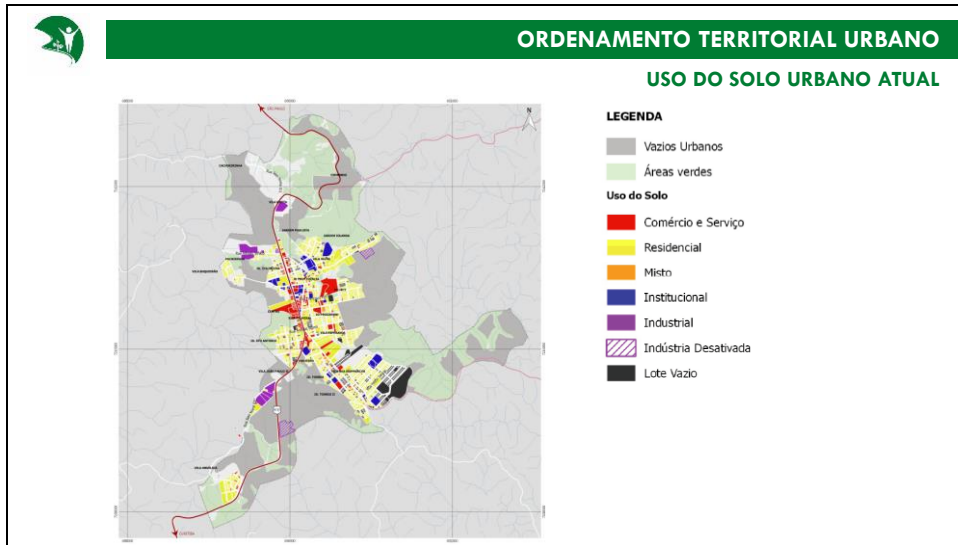
ZONEAMENTO

Objetivos:

- Espacialização das diretrizes (políticas), buscando acesso igualitário à qualidade de vida
- Compatibilização da ocupação com características físico-ambientais





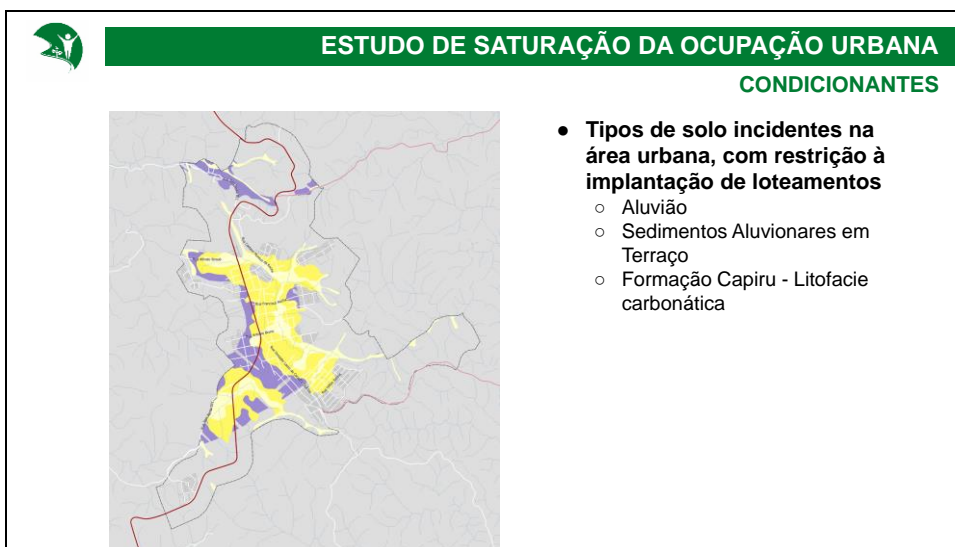
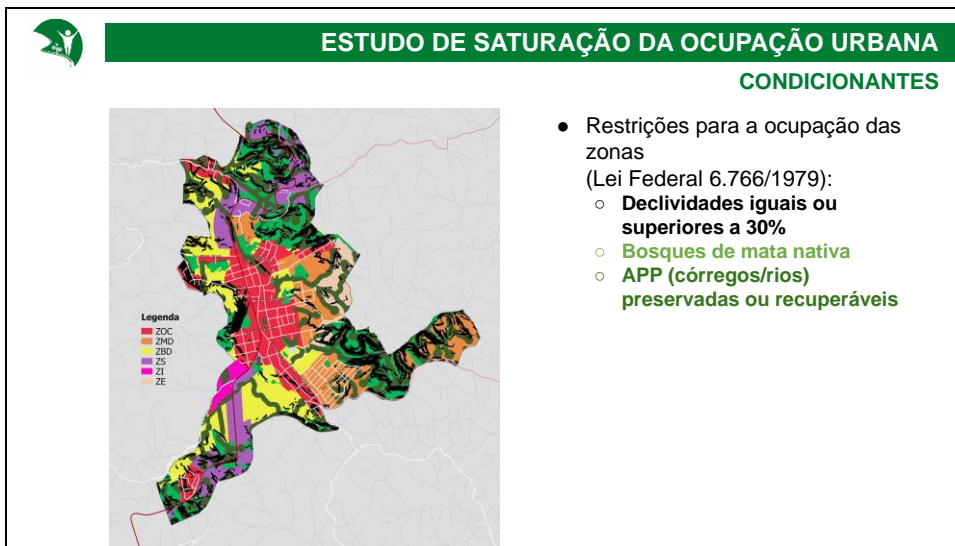
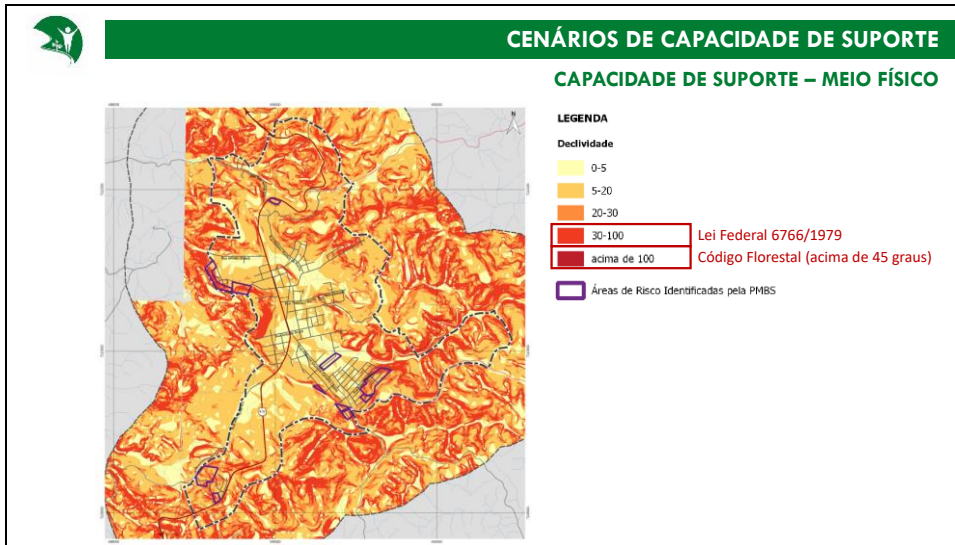


CENÁRIOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE

CAPACIDADE DE SUPORTE – MEIO FÍSICO

Elementos físicos que são considerados como critérios para ocupação urbana:

- Formações geológicas, incluindo o Karst
- Declividades





ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

DIRETRIZES PARA REVISÃO DO ZONEAMENTO

Perspectiva de absorção do incremento populacional e regularização fundiária

- Revisão do zoneamento existente → reversão de zonas de serviços para zonas residenciais
- Permitir maior adensamento (obedecendo os parâmetros do Decreto 745), mediante estudo geológico realizado a partir de Termo de Referência específico para a realidade de Bocaiúva do Sul.
- Demarcação de ZEIS e relocação urgente das populações em área de risco.



ESTUDOS DE ZONEAMENTO

ZONEAMENTO – SEDE URBANA

OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!

MEMÓRIA DE REUNIÃO - COMEC

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião com a COMEC		
Data: 27/08/2020	Horário início 14h00m	Horário fim 17h00m
Local: Reunião online via aplicativo Google Meet		
Pauta(s): Reunião com a COMEC para a discussão sobre a Revisão do PD de Bocaiúva do Sul		

2. Participantes

Funpar: Débora Furlan; Luciano de Lara; Guilherme Fragomeni; Mauricio Alexandre Maas; Maria Eduarda Duda. PMBS: Andreia Tagomori. COMEC: Maria Luiza Malucelli Araujo (DPLAN); Milton Luiz Brero de Campos (DPLAN). ITCG: Diclecio Falcade; Lucas Iwakura.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<p>1. A reunião teve início com a fala da arquiteta Andreia Tagomori, explicando a primeira pauta a ser abordada para a discussão com os participantes:</p> <ul style="list-style-type: none">- ZEIS em Área de Influência Direta do Karst:<ul style="list-style-type: none">• Área na entrada da cidade (de influência direta do Karst e sobre filitos com inclinação abaixo de 30%);• Área atrás do estacionamento da madeireira Pinustan, com a possibilidade de realocar a população do Boqueirão para este terreno;- Maurício explicou, com apoio de mapa elaborado através do QGIS, que foram identificadas boas áreas para a previsão de ZEIS, porém em região de área de influência direta do Karst. Explicou que o maior problema atualmente está sendo identificar áreas disponíveis para a previsão de ZEIS de produção de moradia no município;- Andreia questionou se seria possível ocupar as áreas indicadas no mapa considerando que a infraestrutura tem facilidade para ser instalada nos locais e a avaliação do Diclecio que identificou como áreas de formação geológica correspondente a filitos, que não apresentam grandes riscos;- Maria Luiza indicou que Diclecio deve apresentar um estudo formal que comprove que essas áreas são passíveis de ocupação, assim, poderá ser considerado. Mas é necessário fazer um estudo/mapa formalizado pelo IAT mais aprofundado para aprovar na Câmara Técnica do Karst e para não ter risco na aprovação do Ministério Público também;- Milton solicitou que Diclecio indique as áreas que foram analisadas em visita técnica;



- Diclécio esclareceu que há poucas áreas passíveis de ocupação dentro da Área de Influência Direta do Karst. As passíveis devem respeitar certos requisitos;

- Milton indicou que a principal questão é a profundidade do tipo de solo que permita a ocupação, o que depende muito do trabalho geotécnico;

- Maurício explicou a ideia do geólogo Luciano é elaborar um termo de referência específico, que abrangeria também essas áreas, em conjunto com o Diclécio

- Milton explicou que o estudo das áreas passíveis de ocupação deve ser feito antes da definição de áreas de ZEIS;

- Maria Luiza disse que em áreas de ocupação irregular deve ser aplicado a Lei nº 13.465/2017 da REURB e questionou ao Guilherme se isso deve ser considerado no zoneamento;

- Guilherme disse que a REURB não pode ser confundida com ZEIS, pode ser aplicada em qualquer zona e fez a sugestão de que não necessariamente as áreas para produção habitação de baixa renda precisa ser marcada como ZEIS;

- No entanto, Maria Luiza explicou que não seria possível porque, apenas para ZEIS os lotes correspondem a uma metragem de 180 m², caso contrário, o lote mínimo é de 360 m²;

2. Andreia aproveitou a pauta de metragem para falar do loteamento aprovado na Fazenda São Marcos:

- Tamanho de lote e nº de habitações;
 - São Marcos I (área já loteada, porém, não edificada) - implantação de ZEIS onde houver inclinação máxima de 30%. O Decreto nº 745 revisado permitirá a ocupação com 2 habitações/ lote de 300 m² (O loteamento São Marcos foi aprovado em 2001 com lotes com área média de 300 m²)?
- Maria Luiza disse que na revisão do Decreto nº 745, ficou permitido, em lotes já registrados, lotes de 180 m² para casas geminadas;

- Também destacou que não pode mais fazer condomínio de grande porte em área de manancial;

3. Área inundável na Rua Lauro Carvalho Osório:

- Débora mostrou a área de inundação, próxima ao poço da Sanepar aprovada após análise jurídica favorável;

- Maurício indicou que essa área permaneceu na proposta de zoneamento, mas foi contornada pelo Parque previsto de forma a não permitir expansão;

- Milton lançou uma pergunta para a Andreia sobre inundação, disse que as bacias no município são muito pequenas;

- Andreia indicou há alguns pontos de inundação por conta da drenagem mal dimensionada e instalada sem planejamento;

- Luciano confirmou e disse que os problemas de inundação identificados são relacionados à drenagem deficitária;

- Andreia indicou a área ao redor do poço da Sanepar onde foram implantadas casas de forma irregular;

- Essa área e a área com loteamento onde há inundação, serão retiradas da Zona de Ocupação Consolidada (ZOC);

4. Sobre expansão urbana, considerações da arquiteta Andreia:

- São Marcos II - área dentro do quadro urbano, porém, não loteada e sem ocupação;
- Área de expansão do perímetro urbano - a inclinação dos topos de morros parece favorecer a ocupação;
- Estrada Velha do Ribeirão (área ao norte) - ZEIS (cerca de 19 mil m²)
- Área de plantação de pinus dentro do quadro urbano - ZEIS. Porém, é uma área produtiva.

- A Zona de Expansão prevista será Zona de Média Densidade a partir do momento que a ZMD adjacente tiver uma certa porcentagem de ocupação;

- Milton indicou a proibição de uso de agrotóxicos e formicidas em área urbana para frear a prática de plantação de pinus na região;

- Diclécio se disponibilizou para realizar uma nova visita técnica no município. Comentou sobre a cobrança de projetos estruturais e de fundações, além do projeto arquitetônico quando der entrada na prefeitura. Luciano acrescentou que isso está previsto no termo de referência que está sendo elaborado;

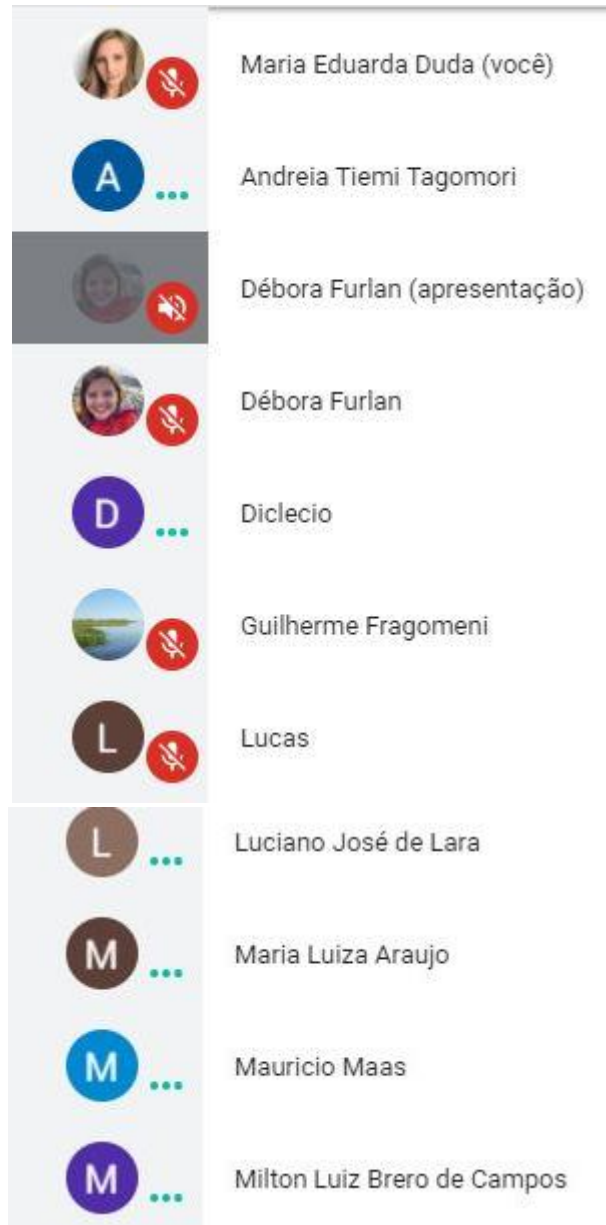
- Também foi comentado sobre o quadro de funcionários da prefeitura, que tem a necessidade de incrementar pessoal, principalmente por conta da troca de gestão de prefeito. O Plano Diretor pode prever a contratação de pessoal;

5. A respeito das áreas de risco, Andreia lançou as seguintes questões e dúvidas:

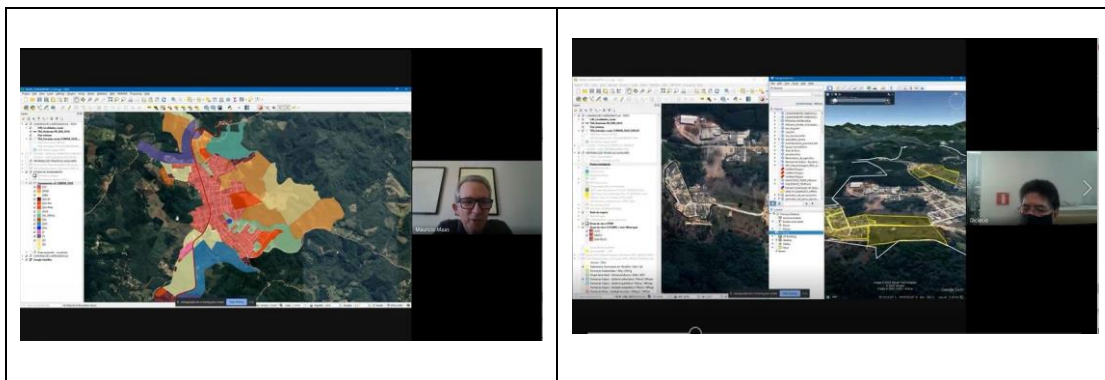
- Morro do Caubói - na área de risco (CPRM) será prevista a realocação para a área plana mais abaixo, como sugerido pelo Diclecio? Regularização fundiária realizada no restante (não está em área de Karst).
 - Vila Angélica - remoção das pessoas da área de risco. Pode ser ocupada a área mais abaixo, proposta pela Funpar?
 - Jardim Torre (CPRM) - remover as casas em situação de risco. Conforme constatação de Luciano e Lucas in loco, as demais edificações ficarão seguras mediante obras de drenagem.
 - Proibir edificação e parcelamento?
 - Área de comodato atrás do galpão de obras - área de risco.
 - Estudo para verificar se realmente toda a população do Boqueirão precisa ser removida
- Sobre o Morro do Caubói, área indicada pelo Ministério Público como sendo de risco, Diclecio disse que seria necessário ter um técnico fixo responsável pela defesa civil no município para acompanhar a situação;

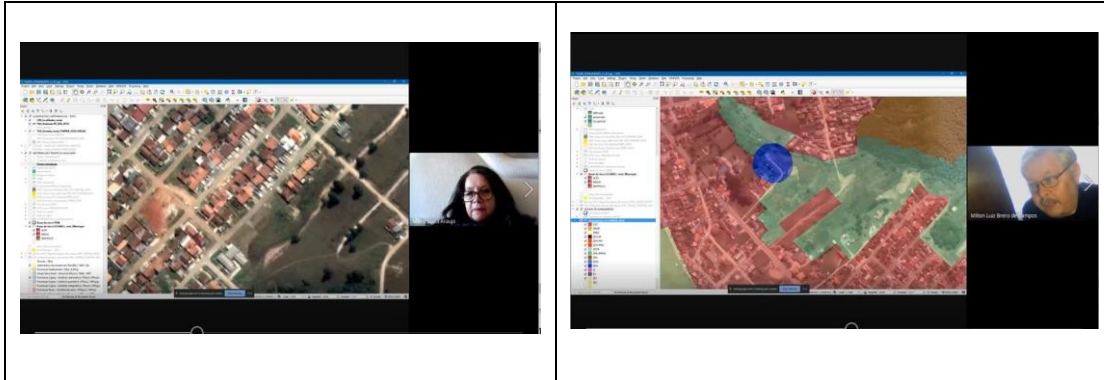
6. A reunião chegou ao fim e foram solicitados dados atualizados da rede de esgoto no município que seriam repassados pelo Nicolás da Sanepar, conforme combinado na última reunião com a COMEC;

4. Lista de presença



5. Fotos







MEMÓRIA DE REUNIÃO – Capacitação/oficina de Zoneamento

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião de Capacitação e Oficina – Zoneamento
Data: 04/09/2020 Horário início 13h30m Horário fim 16h30m
Local: Reunião on-line via Google Meet
Pauta(s): Capacitação/Oficina - Zoneamento

2. Participantes

Membros da Equipe técnica da Funpar; Equipe Técnica Municipal; representantes do Grupo de Acompanhamento e representantes da Câmara Municipal conforme lista em anexo.
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<ol style="list-style-type: none">1. O coordenador da equipe da Funpar deu início à reunião, explicando que esse primeiro estudo de zoneamento é importante para serem trazidas questões e discussões tratadas também com os órgãos estaduais.2. Foi feita uma apresentação de slides para relembrar o que foi discutido a respeito do zoneamento na reunião anterior (do dia 10/08/2020) esclarecendo os seguintes aspectos:<ul style="list-style-type: none">- Conceitos de uso e ocupação do solo;- Compatibilização das características físicas e ambientais do município;- Zoneamento urbano vigente e o macrozoneamento municipal atual;- Apresentação da proposta para o macrozoneamento municipal;3. Foi aberto o espaço para comentários e considerações dos presentes:<ul style="list-style-type: none">- Arildo Cordeiro comentou a respeito das declividades do município, as quais impedem algumas práticas produtivas e ocupações. Concordou que a plantação de reflorestamento dentro da área urbana não é uma prática adequada.- Lucy Bassetti disse que também acredita que o plantio de pinus pode ser prejudicial para o município, principalmente sobre a área do Aquífero Karst, pois pode prejudicar as nascentes. Também questionou se já foram estudados os usos previstos nas macrozonas.- Maurício Maas respondeu que até o momento, foram estudados apenas os usos nas zonas da área urbana. Também comentou sobre a proibição de uso de agrotóxicos e formicidas em áreas urbanizadas como forma de frear o reflorestamento na sede.4. A proposta de zoneamento urbano foi apresentada. Sua elaboração levou em consideração os elementos físicos (Karst e declividades) e o Decreto nº745/205, que está em processo de revisão. Foi explicado que as áreas mais planas da sede são coincidentemente as Áreas de Influência Direta do Karst, o que limita e dificulta a ocupação do solo nessas regiões. Também foi falado a respeito da demarcação de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), uma vez que o município sofre de déficit habitacional.

5. Em relação ao zoneamento anterior, a Zona de Ocupação Consolidada (ZOC) teve seu perímetro aumentado; a Zona de Expansão (ZE) prevista se tornou uma Zona Residencial de Média Densidade (ZRMD); as Zonas de Baixa Densidade (ZBD) foram retiradas e passaram a ser ZRMDs.

6. Foi incluso no estudo de zoneamento o SEFA (Setor de Fragilidade Geoambiental) que delimita a área de influência direta do Karst, cuja geologia é frágil. Em todo esse setor, para qualquer novo parcelamento ou nova construção, terá de ser realizado um estudo geológico-geotécnico que comprove a possibilidade de ocupação sem risco.

- Luiz Carlos Bassetti fez um questionamento sobre qual é o processo envolvido na implantação de ZEIS, uma vez que as áreas previstas indicadas para interesse social atualmente são, em sua maioria, particulares. Também perguntou se não seria mais viável a prefeitura adquirir essas propriedades para serem destinadas à ZEIS.

- Foi explicado pelo coordenador da Funpar que os proprietários de áreas demarcadas como ZEIS podem fazer empreendimentos voltados para interesse social, mas há a possibilidade também de a prefeitura adquirir.

- Lucy Bassetti comentou que nem todas as áreas irregulares existentes na sede foram demarcadas como ZEIS. Maurício explicou que provavelmente isso ocorre porque algumas dessas áreas estão sobre área de influência direta do Karst e, segundo o Decreto nº 745/2015, não é possível estabelecer ZEIS.

7. A Zona Potencial de Parque (ZPOP) foi prevista de modo a atender às solicitações de implantação de parque feitas pela população nos questionários de consulta pública.

8. Também foram expostos os Eixos de Comércio e Serviço e Eixos Residenciais, nos quais serão estudados a possibilidade de implantação de prédios de até 4 andares.

9. Sobre parcelamentos em áreas de risco, áreas de influência direta do Karst ou de altas declividades, foi explicado que o geólogo da equipe da Funpar, Luciano de Lara, está elaborando um termo de referência para orientar os estudos geológicos-geotécnicos que terão de ser realizados para comprovar a possibilidade de ocupação.

- Luciano esclareceu que a intenção desse termo de referência é deixar as informações claras tanto para a prefeitura, quanto para o proprietário. Esse termo contará com etapas, sendo a primeira mais simples e indicadora de possibilidades para o empreendedor/proprietário se será viável ou não dar continuidade aos estudos.

- Lucy questionou se na ZOC será necessário fazer esse estudo para novas construções, mesmo que pequenas. Também comentou sobre a capacidade de gerenciamento do território pela prefeitura, pois, para que esse estudo seja efetivo, deve haver fiscalização.

- Maurício respondeu que será necessário o estudo e concordou sobre a questão da fiscalização. Para o Plano Diretor ser efetivo, a prefeitura terá que contratar pessoal especializado para compor seu quadro de funcionários.

- João Luiz perguntou sobre a fração mínima a ser permitida com a revisão do Decreto 745. Foi respondido que para casas geminadas, o lote mínimo será de 180m².

- Lucy Bassetti fez algumas sugestões de mudanças considerando a ocupação existente nas áreas de madeiras: perto da madeira Pinustan a ocupação é mais voltada para zona de serviços; na área próxima à Rottani também há uma área mais extensa de zona de serviços. Também comentou sobre a Zona Industrial (ZI) prevista próxima ao Frigorífico Rainha da Paz, questionou se não seria mais adequado prever essa zona próxima à BR-476, mais ao norte da sede e fora do perímetro urbano.

- Foi comentado a respeito de loteamentos clandestinos próximos ao perímetro urbano, alguns terão de sofrer remanejamento.

10. Sobre as chácaras de lazer, foi exposto que será prevista a implantação de eixos para acesso a essas áreas. Também foi comentado que há uma exigência do Ministério Público para haver ligação da rede de esgoto da área rural onde há 4 unidades habitacionais ou mais à rede da Sanepar.

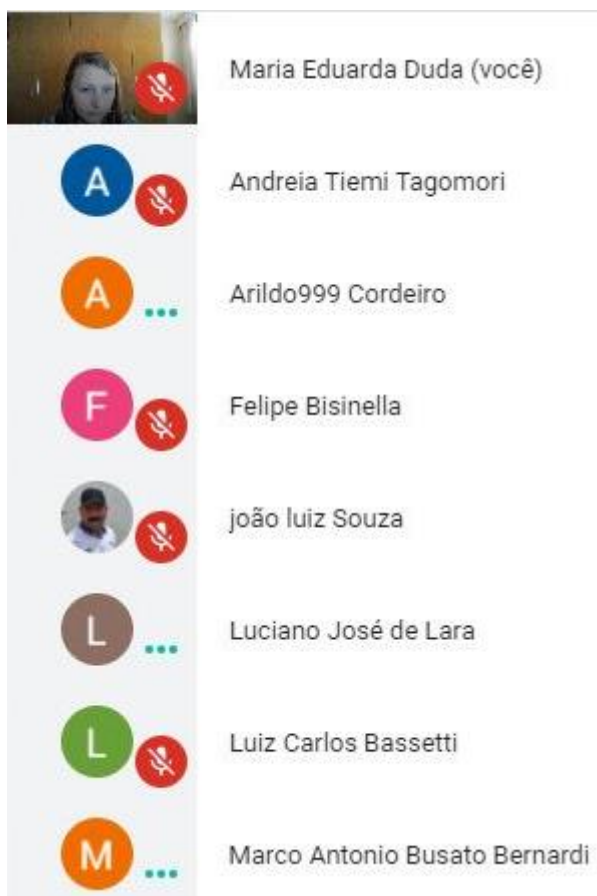
- Os participantes Renato Perré e Silmara Bassetti comentaram sobre a iniciativa da EMATER em levar soluções de tratamento de esgoto às casas rurais.

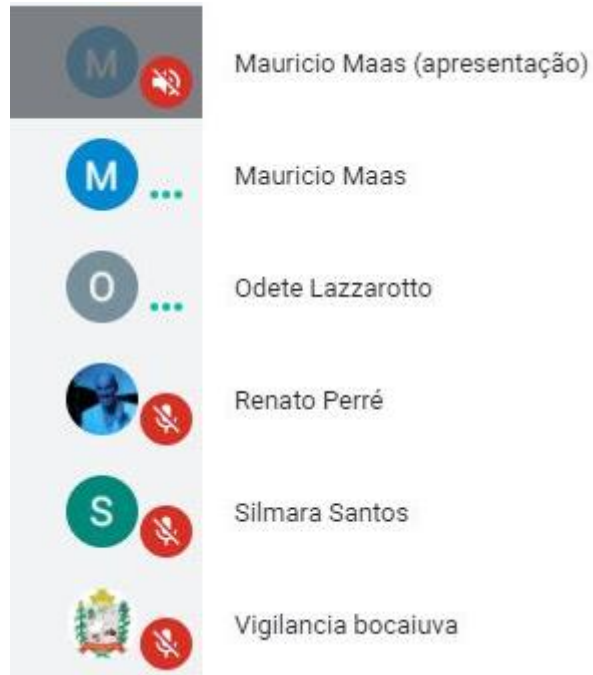
- O loteamento das chácaras Belle Vie também foi um assunto discutido pelos participantes. A aprovação foi feita pelo INCRA na década de 80, sob outros parâmetros dos que estão vigentes atualmente no macrozoneamento.

- Lucy Bassetti comentou sobre os parâmetros utilizados para chácaras no município vizinho de Campina Grande do Sul.

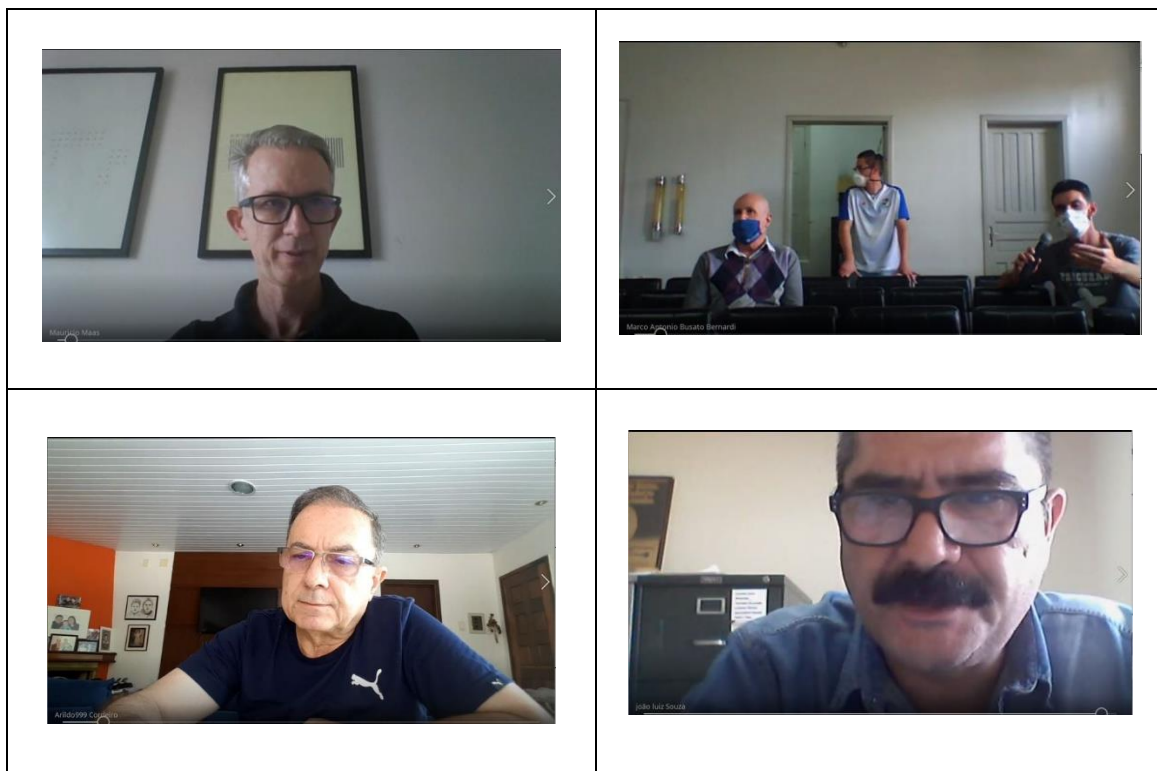
11. A arquiteta da prefeitura de Bocaiúva do Sul, Andreia Tagomori, disse que a questão da rede de esgoto na área rural poderia ser pauta a ser discutida no âmbito estadual, na Câmara do Karst, uma vez que ela acredita que outros municípios também possam estar sofrendo com essa exigência na área rural. Também reforçou a necessidade da prefeitura ter uma equipe técnica qualificada para fiscalizar e gerenciar o território municipal, de modo a efetivar o Plano Diretor Municipal.

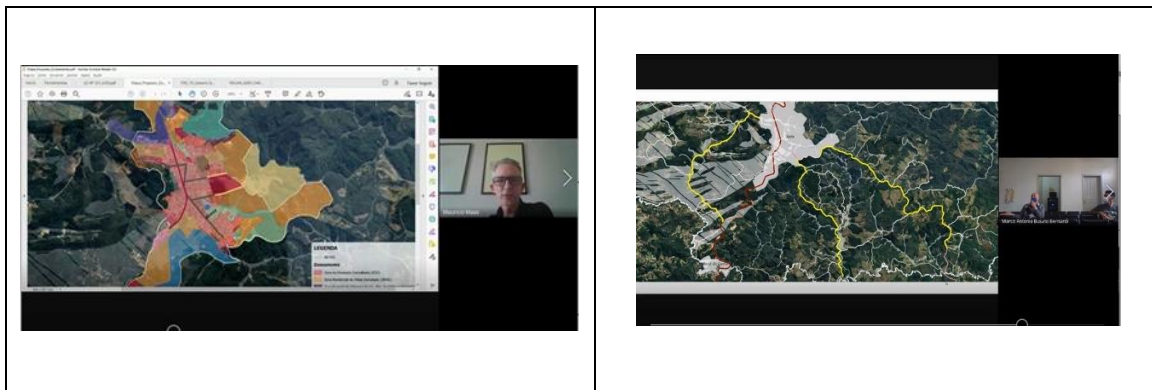
4. Lista de presença






5. Fotos





6. Material de apoio



	
REVISÃO DA LEGISLAÇÃO	
LEI DO PLANO DIRETOR	
a)	Relação do plano diretor com Plano de Ação e Investimentos - PAI e orçamento municipal - reforçar a importância do PAI e sua <u>relação com o plano diretor e o orçamento municipal</u>
b)	Função social da propriedade urbana - estabelecer <u>critérios específicos para o cumprimento da função social</u> e os casos de aplicação do IPTU progressivo e PEUC
c)	<u>Instrumentos urbanísticos</u> - estabelecer os critérios e processos necessários à aplicação dos instrumentos urbanísticos úteis ao município, em especial o IPTU Progressivo, EIV e instrumentos ligados à regularização fundiária.
d)	Revisar texto da lei, <u>atualizando estratégias, planos, ações e prazos.</u>



REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- a) Revisão do **zoneamento, enquadrando à legislação estadual**, considerando a revisão do Decreto 745/2015.
- b) Revisão das tabelas de parâmetros de uso e ocupação do solo:
- complementação da tabela de usos, **definindo zonas para instalação de supermercados, borracharia etc.**
 - criação de **eixos de comércio e serviços**;
 - Regulamentação de **condomínios**;
 - Zona especial de interesse turístico (permitindo **condomínio de chácaras**);
 - Estabelecimento de **usos permitidos e proibidos nas zonas rurais**.



REVISÃO DA LEGISLAÇÃO

DEMAIS CÓDIGOS

- Lei de Sistema Viário
- Lei de Parcelamento do solo
- Lei de Perímetro Urbano
- Códigos de Obra e Posturas

Correção, complementação e simplificação no que for possível.



CONCEITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ZONEAMENTO

Normatização do uso e da ocupação do território

Atividades que podem ser realizadas em cada porção do território

O quanto pode ser ocupado do território

De que forma pode ser ocupado

CONCEITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

ZONEAMENTO

Objetivos:

- Espacialização das diretrizes (políticas), buscando acesso igualitário à qualidade de vida
- Compatibilização da ocupação com características físico-ambientais

CONCEITOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

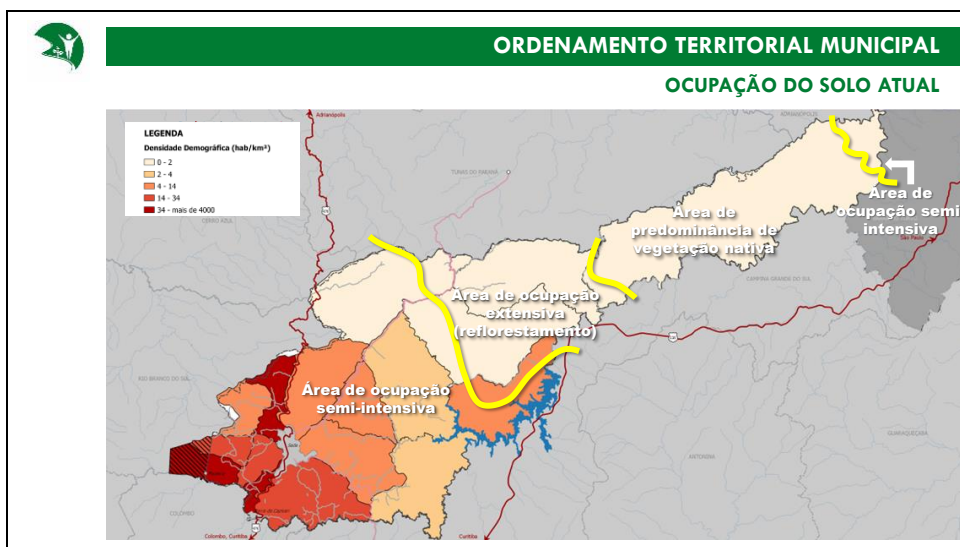
ZONEAMENTO

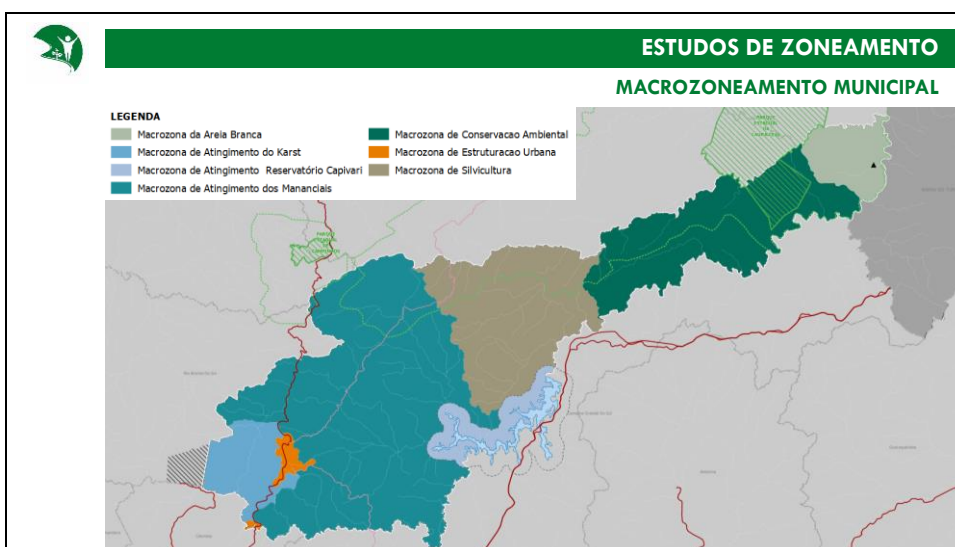
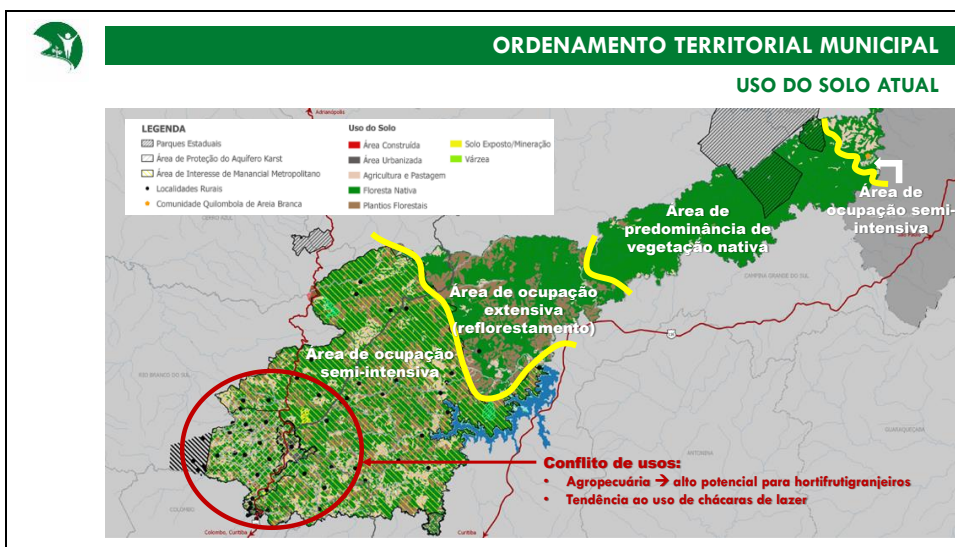
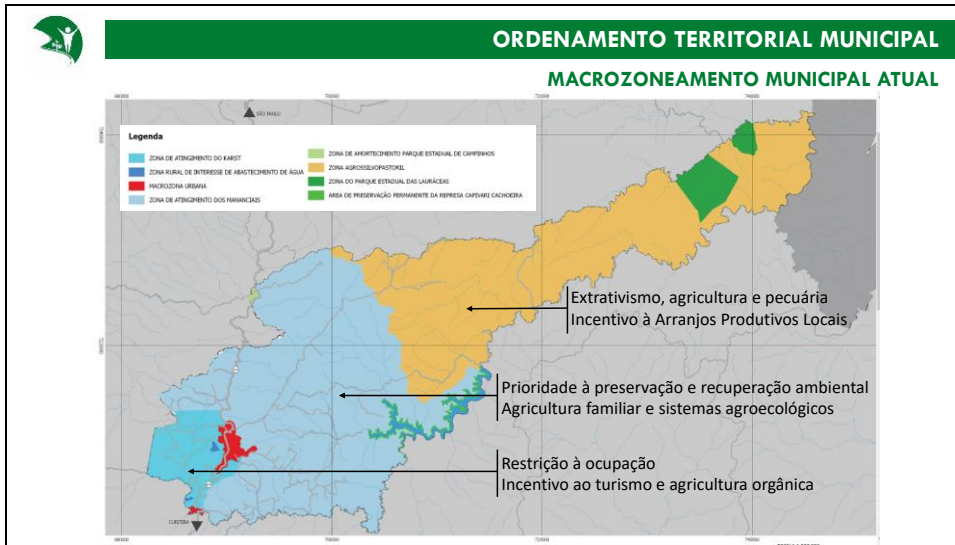
Elaboração:

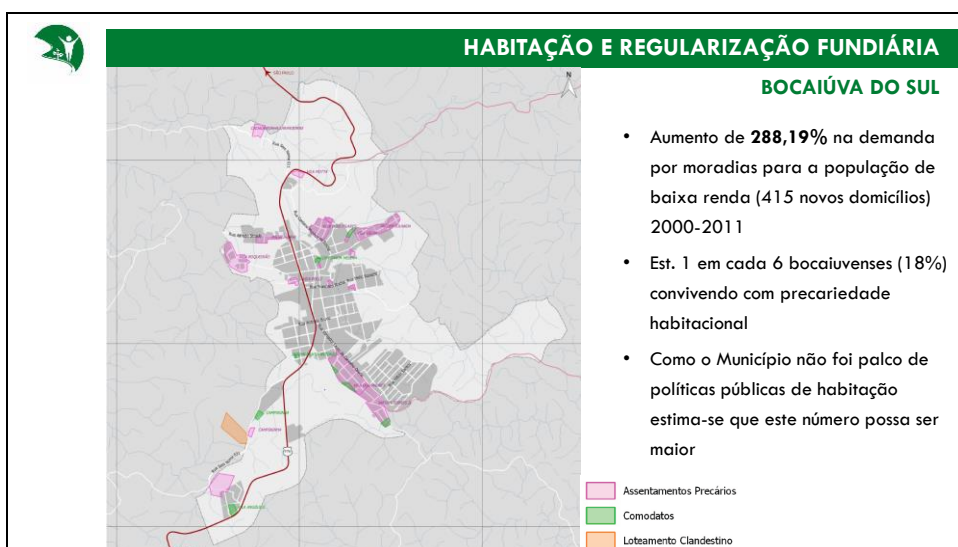
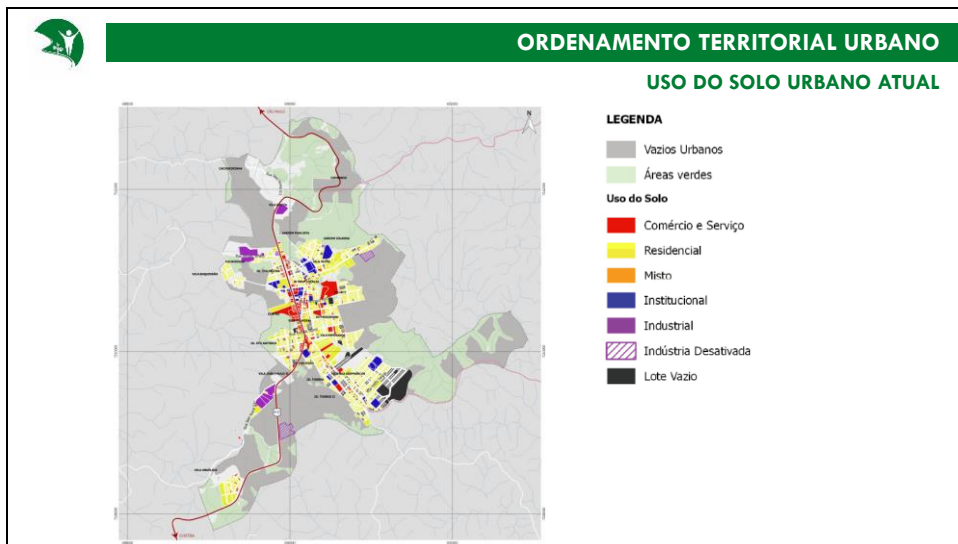
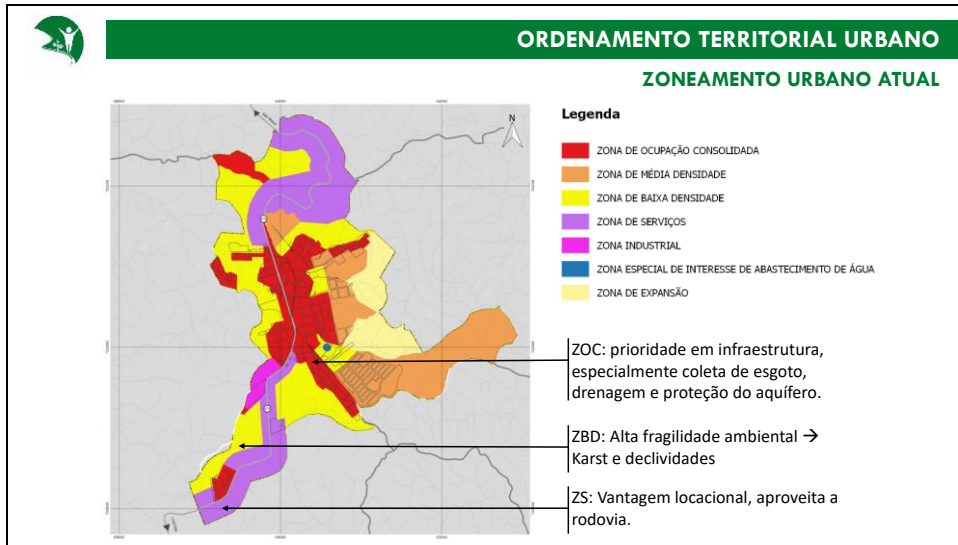
- **Objetivos**
- **Características comuns**
- **Ações e instrumentos**

Homogeneidade

Presente → Futuro



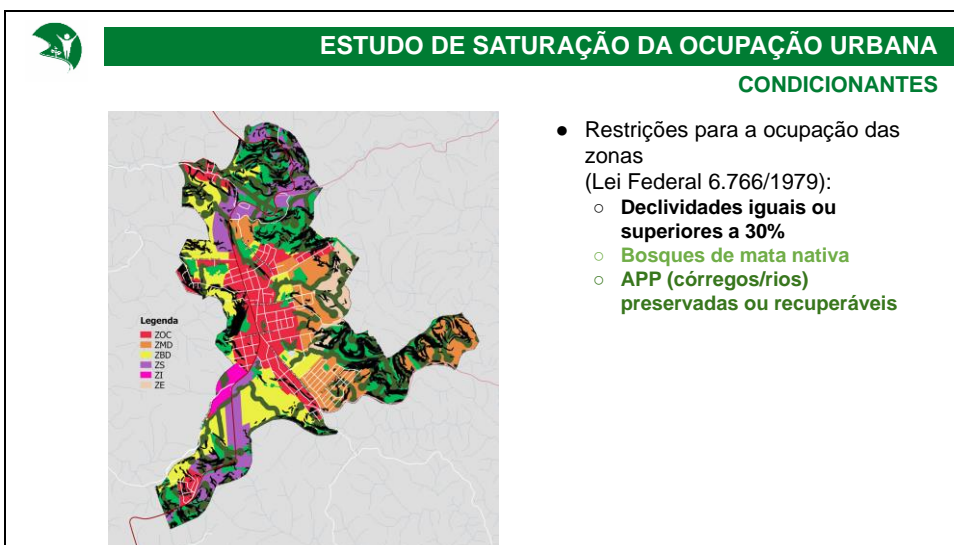
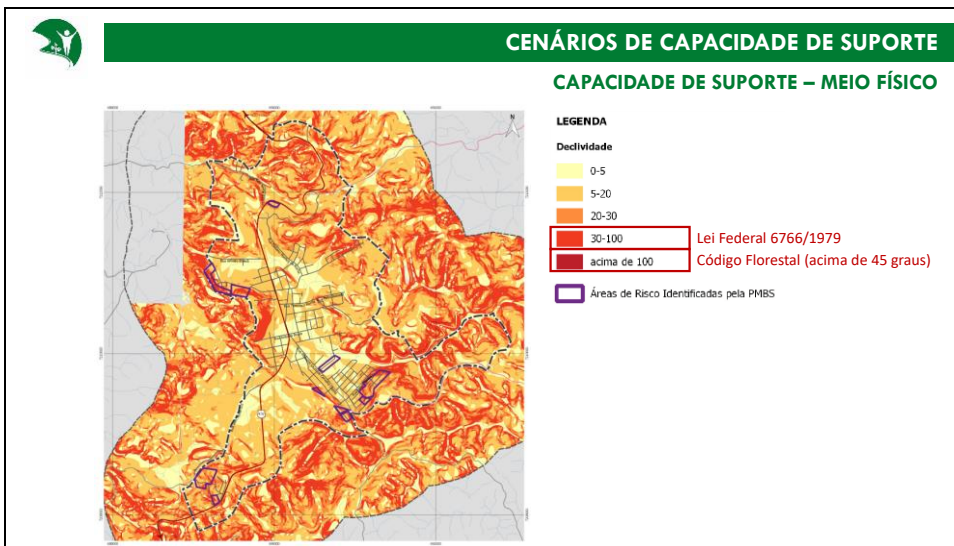




CENÁRIOS DE CAPACIDADE DE SUPORTE
CAPACIDADE DE SUPORTE – MEIO FÍSICO

Elementos físicos que são considerados como critérios para ocupação urbana:

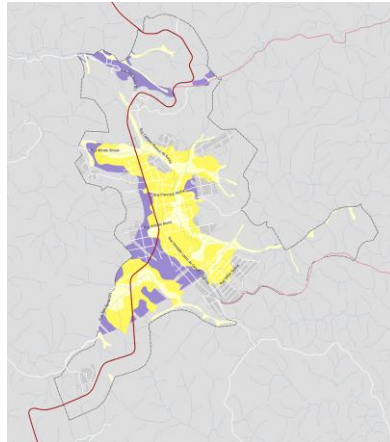
- Formações geológicas, incluindo o Karst
- Declividades





ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

CONDICIONANTES



- **Tipos de solo incidentes na área urbana, com restrição à implantação de loteamentos**
 - Aluvião
 - Sedimentos Aluvionares em Terraço
 - Formação Capiru - Litofacie carbonática



ESTUDO DE SATURAÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA

DIRETRIZES PARA REVISÃO DO ZONEAMENTO

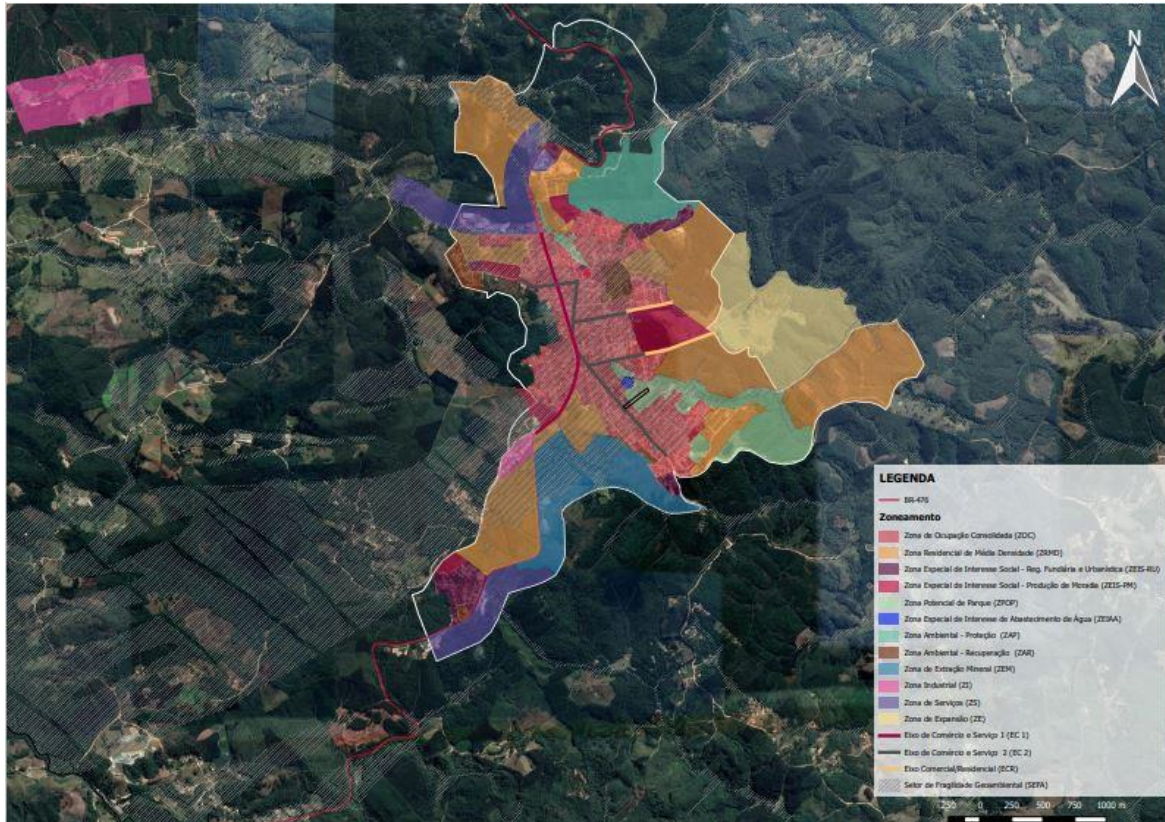
Perspectiva de absorção do incremento populacional e regularização fundiária

- Revisão do zoneamento existente → reversão de zonas de serviços para zonas residenciais
- Permitir maior adensamento (obedecendo os parâmetros do Decreto 745), mediante estudo geológico realizado a partir de Termo de Referência específico para a realidade de Bocaiúva do Sul.
- Demarcação de ZEIS e relocação urgente das populações em área de risco.



ESTUDOS DE ZONEAMENTO

ZONEAMENTO – SEDE URBANA



OBRIGADO PELA PARTICIPAÇÃO!



MEMÓRIA DE REUNIÃO – Live diagnóstico e propostas

1. Dados Gerais

Atividade: Live – diagnóstico e propostas
Data: 24/09/2020 Horário início 19h00m Horário fim 22h00m
Local: Live online via Google Meet
Pauta(s): Diagnóstico e Propostas

2. Participantes

Funpar: Brian Chimanski; Débora Furlan; Mauricio Alexandre Maas; Maria Eduarda Duda; Wilhelm Meiners.

PMBS: Andreia Tagomori.

Representantes do Grupo de Acompanhamento e membros da sociedade civil, conforme lista em anexo.

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:

1. A arquiteta e urbanista Andreia Tagomori deu abertura à reunião, explicando que o processo da Revisão do Plano Diretor e a primeira proposta de zoneamento para o município seriam apresentados.
2. A palavra foi passada para o coordenador da equipe da Funpar Mauricio Maas, que explicou as pautas que seriam abordadas na apresentação e como ocorreria a dinâmica da *live*. Os participantes foram orientados a enviarem suas perguntas e sugestões no *chat* durante a fala de Maurício para serem esclarecidas, mas que também será aberto espaço para fala ao final da apresentação.
3. A introdução contou com uma breve explicação das fases de Revisão do Plano Diretor, da importância dessa revisão, que faz parte da política urbana. A equipe técnica responsável também foi apresentada.
4. As questões de cronograma, que acabou sendo ajustado por conta da pandemia, também foram expostas aos presentes. Foi esclarecido que está sendo estudada a possibilidade de ser realizada uma Audiência Pública nos próximos meses.
5. A participação da equipe técnica e do grupo de acompanhamento desde o início foi apontada como uma contribuição importante para o processo de elaboração da Revisão do PDDBS. O PDDBS terá de ser aprovado na Câmara Técnica do Karst, pelo fato do município estar sobre o aquífero e em área de mananciais.
6. A partir da explicação sobre conceitos básicos de função social da cidade e da propriedade, nas quais o interesse coletivo prevalece sobre o direito individual, a reunião partiu para a pauta: Diagnóstico e Propostas. O estudo do diagnóstico permitiu a elaboração de Estratégias e Ações, seguindo eixos estratégicos específicos: Dimensão Socioeconômica; Gestão Pública; Dimensão Socioespacial (Habitação; Espaço urbano e serviços sociais; Mobilidade; Saneamento básico); Dimensão Socioambiental (Meio físico e Meio Biótico). O Ordenamento Territorial (Território municipal e áreas urbanas) também foi apresentado, envolvendo zoneamento urbano e macrozoneamento municipal. O conteúdo está apresentado em anexo.
7. Sobre os dados de economia do município levantados e apresentados, destacaram-se as ações voltadas para as micro e pequenas empresas. Foram estabelecidas estratégias voltadas para a área rural, com ações prioritárias indicadas pela população através de consulta pública, e para a economia urbana. 8. Sobre a

Gestão Pública, foi chamada a atenção para a baixa receita tributária do município e a dependência de transferências correntes. Há inexistência de algumas unidades administrativas e deficiência na estrutura de fiscalização, o que prejudica a arrecadação.

9. Também foi falado sobre a estratégia de habitação e regularização fundiária, a qual demanda uma atenção especial por conta da alta taxa de irregularidade e ocupações em áreas de risco dentro do município.

10. Sobre os aspectos socioespaciais, as ações que abrangem o tema também foram discutidas. Há a intenção de qualificar e descentralizar os equipamentos e serviços no município, tanto na área urbana como rural para atender melhor a população. Também foi discutida a questão da mobilidade, com a necessidade de melhorias na pavimentação de algumas vias e calçamentos. O saneamento também foi um ponto discutido: necessidade de melhorias na ETE. O contrato com a Sanepar não prevê a ampliação da malha urbana atual.

11. A respeito dos aspectos ambientais do meio físico, há duas condicionantes importantes a serem consideradas na Revisão do Plano Diretor, pois têm influência direta no uso e ocupação do solo: incidência do Karst e altas declividades. Desse modo, foi adicionado um eixo estratégico com ações para redução de riscos geoambientais no município.

12. O ordenamento territorial municipal e urbano, assim como o uso do solo também foram pautas tratadas na reunião. A questão da diferença do perímetro municipal que divide o perímetro do distrito da Macieira foi um ponto apontado com necessidade de retificação para melhor atendimento da área.

13. Quanto ao ordenamento territorial da área urbana, o zoneamento vigente foi apresentado em forma de mapa e as diretrizes utilizadas no processo de revisão do mesmo foram estabelecidas, de forma a absorver o incremento populacional e garantir a regularização fundiária:

- Reversão da zona de serviços em zonas residenciais;
- Permitir maior adensamento, mediante estudo geológico realizado a partir de Termo de Referência específico para a realidade de Bocaiúva do Sul;
- Demarcação de ZEIS e relocação urgente das populações em área de risco;

13. As condicionantes utilizadas na revisão do zoneamento urbano foram: declividades iguais ou superiores a 30%; bosques de mata nativa; APPs; áreas de formação karstica com tipos de solo incidentes na área urbana que trazem restrição à implantação de loteamentos.

14. Dessa forma, foi feita a apresentação da proposta de zonas e seus parâmetros de uso e ocupação, assim como os principais usos previstos e a densidade permitida. Foi esclarecido que tudo o que está sendo proposto ainda será apresentado para a CAT Karst e deverá ser aprovado.

15. Foi reforçada a questão do Setor de fragilidade ambiental (SEFA), área sobre as formações do Karst (com risco de afundamento), na qual parcelamentos e construções terão exigência de estudo geológico-geotécnico (com complexidade proporcional ao porte do empreendimento).

16. Os Eixos de Turismo e Lazer também foram apresentados. Neles, há necessidade de solução para tratamento de esgotamento sanitário e anuência da COMEC para aprovação.

17. Ao final da apresentação, foram expostos os canais de comunicação do plano e aberto espaço para a retirada de dúvidas:

- João Luiz questionou se há a possibilidade de parcelar lotes de 300m² para a construção de casas geminadas e sobre lotes para pessoas de baixa renda, Plano de Interesse Social, quem fica responsável por fornecer o terreno. Maurício explicou que, pela legislação estadual (Decreto 745/2015), não é possível parcelar terrenos com menos de 360 m², e a sua revisão poderá permitir casas geminadas em parcelas de 180m². Sobre as ZEIS, podem ser feitas de várias formas: desapropriação, parcerias utilizando recursos



federais ou outras soluções que deverão ser estudadas no Plano de Regularização Fundiária e Plano de Habitação de Interesse Social.

- Mariana MB questionou sobre a metragem de 72 m² que o coeficiente mínimo de 0,2 geraria, acredita que seja fora da realidade. Maurício disse que isso pode ser alterado e será revisado pela equipe.

- Renato Perré elogiou a previsão de Zonas para parques e sugeriu um parque ecológico na lagoa do alto da São Marcos. Maurício disse que a implantação do parque será feita em etapas, sendo a primeira mais próxima do centro da cidade, na área mais frágil ambientalmente, com a ideia de se utilizar um fundo ambiental para o financiamento. A parte que engloba a lagoa seria uma etapa posterior, que poderia ser feita por parceria público-privada.

- João Luiz questionou sobre a preservação de 30 metros nas APPs, se isso seria aumentado. Maurício disse que a ideia nas áreas de parque é aumentar alguns metros para a instalação de equipamentos, trilhas e ciclovias.

- Lucy Bassetti indicou que nas áreas de ZRMD sobre o SEFA, os parâmetros acabariam ficando mais próximos aos da ZOC. Coloca mais alguns apontamentos sobre os parâmetros de ocupação, que serão considerados na consolidação do zoneamento.

- Foi comentado por Luiz sobre um loteamento aprovado próximo ao poço da SANEPAR com parcelamento menor do que o previsto na zona atual. Maurício explicou que este loteamento está sobre uma área de grande fragilidade, próximo a dolinas e sobre a célula cárstica do poço de abastecimento público. Entretanto, como o processo se iniciou antes da aprovação da lei vigente, e o loteamento acabou sendo aprovado, ele está sendo considerado ZOC. Pela fragilidade, o entorno se mantém como de baixa densidade. Mas isto ainda está em discussão, com a participação da Sanepar.

- Foi questionado por Wesley Silva se há previsão de implantação de novos poços, pois está ocorrendo grande escassez de água Maurício disse que esse assunto será conversado com a Sanepar durante a próxima reunião.

- J Graxa questionou sobre a previsão de pavimentação da estrada que vai para a Campininha. Em resposta, Andreia disse por enquanto não há (não houve solicitação no setor de urbanismo). É uma via de ligação importante que está apenas em parte pavimentada, será verificada essa possibilidade.

- Foi esclarecido, a pedido de Lucy, sobre o que seriam zonas de recuperação ambientais, áreas ocupadas que estão sob algum risco geoambiental.

- Sobre as zonas de parque, foi esclarecido que serão implantadas paulatinamente com a utilização do fundo ambiental através de desapropriação, processo que vai sendo feito conforme a implantação do parque.

- Sobre ICMS ecológico, Wilhelm explicou que a parcela que Bocaiúva do Sul recebe é uma parcela pequena, mas que seria um aporte para a implantação dos parques.

- Arildo comentou sobre as dolinas, disse que seria interessante o geólogo da equipe fazer um material explicativo para a população entender as fragilidades e riscos. Sobre ICMS ecológico, disse que poderia ter uma compensação sobre a preservação ambiental.

18. Maurício encerrou a reunião, disse que as sugestões são muito boas, mas algumas entram em nível de detalhamentos que podem ser realizados ao longo da implementação do Plano. Andreia agradeceu a participação dos presentes.

19. Os participantes também fizeram suas sugestões sobre o que foi apresentado:

































- Lucy Bassetti:

a) Demarcar a zona de influência do Karst com uma cor mais forte, assim a leitura fica clara;

- b) Acrescentar a Rua Brasília de Moura Leite como eixo comercial e serviços;
- c) Rever a taxa de permeabilidade da ZOC (difícil aplicação) e ZEIS (permeabilidade baixa na proposta);
- d) Quanto ao uso do recuo: preocupação do uso das calçadas como estacionamento. Deixar bem claro a questão dos estacionamentos destes comércios e serviços;
- e) Na ZOC, sobre a taxa de permeabilidade, aplicar dispositivos de reaproveitamento de água de chuva e reduzir a taxa de permeabilidade para compensar e efetivamente contribuir com a questão do uso da água. Já que quanto mais consumirmos sem racionalidade estaremos contribuindo para a baixa reserva de água no aquífero;
- f) Não seria interessante área de parque nas áreas de recuperação ambiental?
- g) Há algumas áreas com vocação para o lazer (campo de futebol e praça), no entanto, sem infraestrutura. A carência é de equipamentos também.
- Mariana MB:
- a) Quanto ao CA mínimo de 0,2 estão obrigando a construção de casa de no mínimo 72m² para o lote padrão;
- Renato Perré:
- a) O município deve ter um viveiro que cultive espécies nativas: ipê, araucária. A cidade precisa ter um projeto de arborização;
- b) Esses conjuntos habitacionais populares podem ter um estudo de mudança de padrão que respeitasse o jeito de construir de cada morador. No Rio, na comunidade da Maré, um projeto em parceria com a UERJ (Universidade do Rio de Janeiro) se não me engano, trabalhou uma nova estética de ocupação respeitando as características culturais de cada família. Deveria ter também espaços reservados para horta comunitária;
- c) Acho bem legal divulgar este mapa e a explicação de localização e o que são: Karst, dolina, etc, nas escolas municipais e colégios estaduais;
- d) A Sanepar deveria abrir uma conferência pública que mostre um planejamento de aumento da oferta de água e esgoto para as comunidades incluindo a zona rural;
- J Graxa:
- a) Seria interessante prever a pavimentação da estrada que vai para a água mineral e Campininha, pois ajudaria bastante no escoamento da produção e dar uma segunda alternativa a BR 476 - Colombo pavimentando o trecho até a igreja do Capivari;
- Cissa Broto:
- a) Sugiro a reintegração de posse do prédio onde funcionava o antigo Clube Recreativo Bocaiuvense para ser disponibilizado para a cultura. Poderia ser a Casa da Cultura;
- Vanessa Regina Guth:
- a) Acredito ser importante a divulgação dos espaços de turismo e lazer do nosso município. Muitos lugares são desconhecidos para nós;

4. Lista de presença

	Maria Eduarda Duda (você)
	Ana Santurion
	ANDRE FRANCO
	Andreia Tiemi Tagomori
	Angélica Ribas
	Arildo999 Cordeiro
	Beatriz Sukerwski
	Brian Chimanski
	Carmoli Costa
	Diogo Martins
	Cissa broto
	Daniele Gasparin
	Márcia Machado
	Mariana MB
	HELENA CORREA CLETO
	eu eu
	João Carlos Bandeira dos Santos

-   Débora Furlan
-   J Graxa
-   João Luiz Souza
-   Lucy Bassetti
-   Maiara Kaviak
-   Manoela Moura
-   MARCOS DALAZUANA
-   Mauricio Maas (apresentação)
-   Murilo Salazar
-   Néia Scremim
-   Rodrigo Polli de Souza
-   Wesley Silva
-   Wilhelm Meiners
-   Renato Ferré
-   Silmara Santos
-   VANESSA REGINA GUTH

5. Fotos



<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Zona de Média Densidade - ZRMD</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Área total</td> <td>967,00</td> </tr> <tr> <td>Área urbana</td> <td>1,00</td> </tr> <tr> <td>Coeficiente de aproveitamento</td> <td>Máximo: 0,2 Mínimo: 0,1</td> </tr> <tr> <td>Nº máximo de pavimentos</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Recuo lateral e de fachada</td> <td>0,5 m</td> </tr> <tr> <td>Recuo frontal</td> <td>0,5 m</td> </tr> <tr> <td>Taxa máxima de impermeabilização</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>Taxa máxima de permeabilidade</td> <td>70%</td> </tr> <tr> <td>Densidade máx. (UH/ha)</td> <td>2,0 a 4,00</td> </tr> <tr> <td>Densidade mín. (UH/ha)</td> <td>1,0 a 10 (variável)</td> </tr> </tbody> </table> <p>Principais usos</p> <ul style="list-style-type: none"> Residência unifamiliar, transitória, mista Comércio varejista de pequeno porte Comércio e serviços Indústria e artesanato Indústria de baixa impacto 	Zona de Média Densidade - ZRMD		Área total	967,00	Área urbana	1,00	Coeficiente de aproveitamento	Máximo: 0,2 Mínimo: 0,1	Nº máximo de pavimentos	2	Recuo lateral e de fachada	0,5 m	Recuo frontal	0,5 m	Taxa máxima de impermeabilização	30%	Taxa máxima de permeabilidade	70%	Densidade máx. (UH/ha)	2,0 a 4,00	Densidade mín. (UH/ha)	1,0 a 10 (variável)	<p>CONDICIONANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> Restrições para a ocupação das zonas (Lei Federal 6.766/1979): <ul style="list-style-type: none"> Densidades iguais ou superiores a 30% Bosques de mata nativa APP (córregos/rios) preservadas ou recuperadas
Zona de Média Densidade - ZRMD																							
Área total	967,00																						
Área urbana	1,00																						
Coeficiente de aproveitamento	Máximo: 0,2 Mínimo: 0,1																						
Nº máximo de pavimentos	2																						
Recuo lateral e de fachada	0,5 m																						
Recuo frontal	0,5 m																						
Taxa máxima de impermeabilização	30%																						
Taxa máxima de permeabilidade	70%																						
Densidade máx. (UH/ha)	2,0 a 4,00																						
Densidade mín. (UH/ha)	1,0 a 10 (variável)																						

6. Material de apoio

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

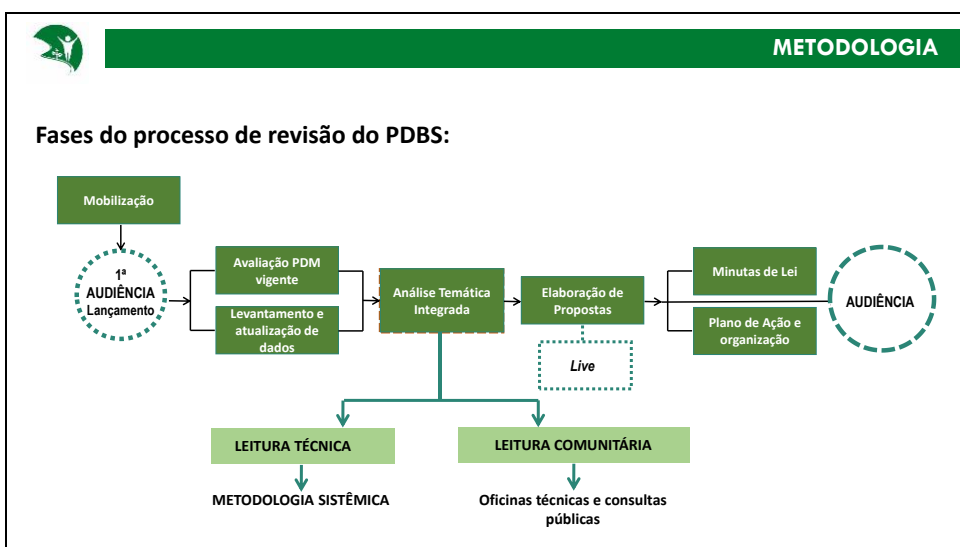
**O Plano Diretor vigente foi aprovado em 2008
Leis complementares aprovadas em 2012**

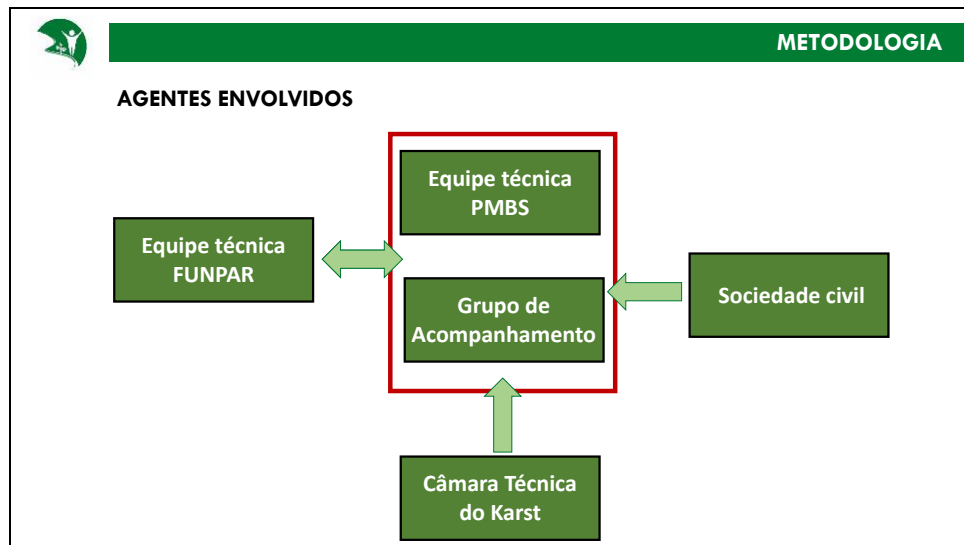
**O plano diretor deve ser revisado minimamente
a cada 10 anos. Lei 10.257.**

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Contratação da Funpar – Fundação da Universidade Federal do Paraná

FUNÇÃO/ESPECIALIDADE	CONSULTOR
Coordenação Geral	Maurício Alexandre Maas
Arquiteta Urbanista	Débora Furlan
Arquiteta Urbanista	Maria Eduarda Duda
Arquiteta Urbanista - Mobilidade	Marcia Machado
Advogado Especialista em Direito Urbanístico	Guilherme Kircher Fragomeni
Economista - Especialista Gestão Pública / Finanças	Wilhelm E. M. Meiners
Engenheira Ambiental	Daniele Gasparin
Geólogo	Luciano de Lara
Socióloga	Fabiane Baran





PRINCÍPIOS CONSITUCIONAIS

POLÍTICA URBANA NACIONAL
FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

Constituição Federal (1988)

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano(...) tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade e garantir o bem - estar de seus habitantes.**

§ 2º. A **propriedade urbana cumpre sua função social** quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no **plano diretor.**

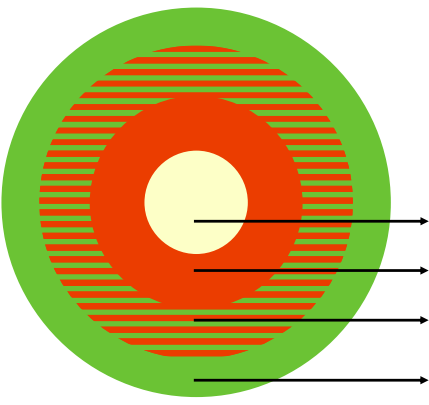
POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE

O interesse coletivo prevalece sobre o direito individual

POLÍTICA URBANA NACIONAL

FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE E DA PROPRIEDADE



- Instalação de infraestrutura valoriza as propriedades.
- População de baixa renda ocupa a periferia da cidade ou espaços ambientalmente frágeis
- Vazios Urbanos

Centro Esvaziado

Periferia adensada

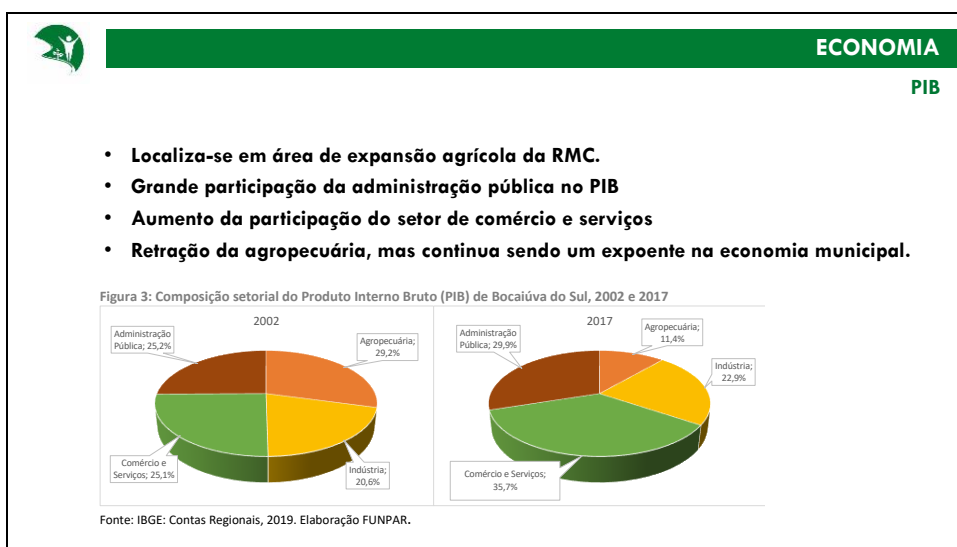
Crescimento indefinido da Cidade

Meio rural / natural

DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS

ESTRATÉGIAS E AÇÕES	
Socioeconômica	1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado 2. Desenvolvimento da Economia Urbana
Gestão pública	3. Qualificação Institucional e Financeira 4. Fortalecimento institucional
Socioespacial	5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária 6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais
Meio ambiente	7. Redução de riscos geoambientais 8. Valorização dos bens socioambientais

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA



FASES DO PLANEJAMENTO
ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

Tabela 6: Estabelecimentos Agropecuários e Área em Bocaiúva do Sul e Região Metropolitana de Curitiba, 2006 e 2017

Atividade Agropecuária	Bocaiúva do Sul				RMC		BS/RMC	
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos			
	2006	2017	2006	2017	2017	2017		
Lavoura Temporária	55	47	1.596	1.292	11.665			0,4%
Horticultura e Floricultura	113	31	4.107	395	3.031			1,0%
Lavoura Permanente	13	24	376	435	1.527			1,6%
Pecuária e Criação de Outros Animais	222	190	11.886	15.793	6.378			3,0%
Produção Florestal - Florestas Plantadas	62	77	4.104	10.731	1.047			7,4%
Produção Florestal - Florestas Nativas	6	4	205	x	85			4,7%
Pesca	1	-	x	-	9			-
Aquicultura	18	5	1.569	x	134			3,7%
Total	490	378	23.843	28.646	23.876			1,6%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e 2017. Elaboração: FUNPAR

ECONOMIA
EMPREGOS FORMAIS

Tabela 5: Número de empregos formais, por setor de atividade, Composição e Crescimento em Bocaiúva do Sul, 2008, 2018 e 2019

Setores de Atividade	2008	2018	2019	Composição 2019	Crescimento 2018-19
Agropecuária e Extrativismo	158	257	232	10,0%	-9,7%
Indústria Extrativa Mineral	36	26	31	1,3%	19,2%
Indústria de Transformação	435	560	761	32,8%	35,9%
Serviços Ind Utilidade Pública	-	182	236	10,2%	29,7%
Construção Civil	27	148	40	1,7%	-73,0%
Comércio	203	286	316	13,6%	10,5%
Serviços	141	341	337	14,5%	-1,2%
Administração Pública	301	364	364	15,7%	0,0%
Total Empregos Formais	1.301	2.164	2.317	100,0%	7,1%

Fonte: Ministério da Economia, Secretaria do Trabalho, RAIS, 2019 e CAGED, 2020. Elaboração FUNPAR.

ECONOMIA
SERVIÇOS

- **Setor de serviços: micro e pequenas empresas e empreendedores individuais.**
- Patrimônio socioambiental
- Paisagem rural
- Atividades agropastoris

↓

- **Potencial para desenvolvimento da atividade turística.**

 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES**

1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado

Construir, de forma participativa, o processo de **desenvolvimento rural sustentável** por meio de ações integradas em **agroecologia, agricultura orgânica, agrofloresta, hortifrutigranjeiros, suinocultura, aquicultura, turismo, fruticultura, meliponicultura**, promovendo a diversificação de oportunidades de negócios, emprego e renda, a difusão de novas tecnologias e culturas e a capacitação da força de trabalho.



 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES**

1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado

a) Fortalecer e ampliar a representatividade do **Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município**, com participação de Agricultores Agroflorestais, Turismo Rural, Aquicultura, Fruticultura, Meliponicultura, Laticínios, Pecuária, Agricultura Orgânica e Hortifrutigranjeiros;

b) Reativar o Conselho de **Turismo Rural** (na forma de **Câmara Técnica** do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município),

c) Elaborar o **Plano de Desenvolvimento Agropecuário** e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), visando a diversificação da produção, a ampliação da comercialização, a promoção do associativismo, a difusão de novas tecnologias e culturas e ações de capacitação da força de trabalho e extensão rural;

d) **Promover o Turismo Rural**: Reativação das Caminhadas da Natureza e Roteiros/Circuitos Agroecológicos, Mapeamento de Atrativos Turísticos, Marketing, Qualificação de Estabelecimentos e Força de Trabalho;

e) Promover parcerias técnicas para **expandir a atuação da extensão rural** no município;

f) **Qualificar Produtores, Implantar Serviço de Inspeção Municipal e Certificação** (Selo Arte, Selo de Produção Orgânica, SIM/SIP) da produção para ampliar oportunidades de mercado para produção agropecuária em escala artesanal, orgânicos e produção de hortifrutigranjeiros;

g) Implantar, em parceria com a Cohapar e outros órgãos afins, Assentamentos Rurais, em dimensões de módulos rurais mínimos, com infraestrutura de Transporte e Escoamento da Produção, Acesso a Equipamentos Sociais e Assistência Técnica.

 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES**

2. Desenvolvimento da Economia Urbana

Promover oportunidades de negócios, emprego e renda, **qualificando e capacitando a força de trabalho** e a **difusão de novas tecnologias**, associada às vocações produtivas, ampliando o valor adicionado da economia municipal.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

2. Desenvolvimento da Economia Urbana

- a) Implantar e revisar instrumentos de estímulo e atração de investimentos empresariais, conformando o distrito da agroindústria e o arranjo produtivo local da produção orgânica e artesanal, adequados às peculiaridades econômicas, físicas e geológicas do município;
- b) Promover acesso e orientação a canais de crédito e assistência técnica e empresarial para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais;
- c) Implantar câmara técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Bocaiúva do Sul;
- d) Implantar instrumentos do Programa Cidade Empreendedora em parcerias com instituições de desenvolvimento regional;
- e) Ampliar parcerias metropolitanas e do Vale do Ribeira para articulação de ações de desenvolvimento econômico sustentável.



GESTÃO PÚBLICA



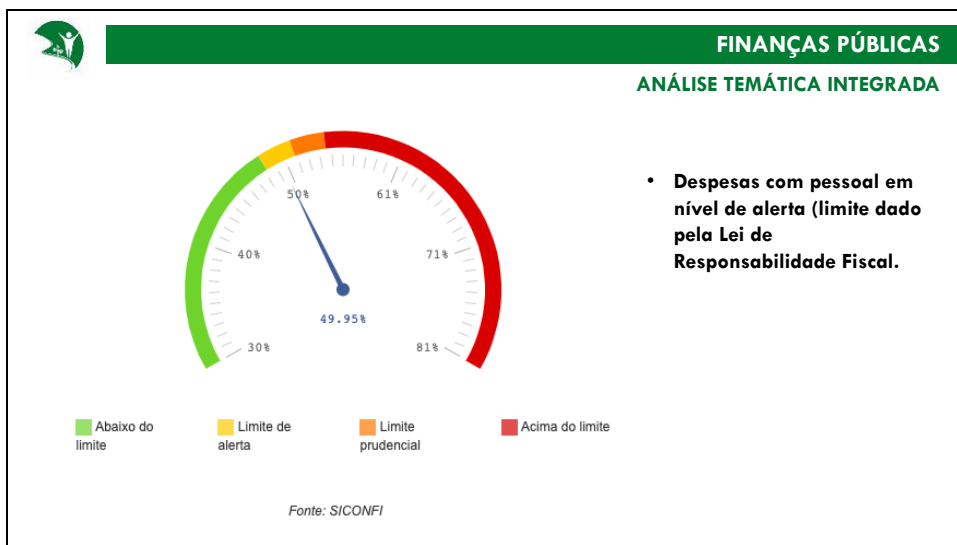
FINANÇAS PÚBLICAS

Indicadores

- **Baixa receita tributária per capita;**
- **Grande dependência de transferências correntes;**
- **Baixo índice de transferência de capital (dificuldade de captar recursos do estado e união para investimentos)**

Quadro de Indicadores Fiscais de Bocaiúva do Sul, 2017 a 2019			
Indicadores	2017	2018	2019
RCL per capita	2.450,46	2.558,18	2.559,30
Receita Tributária per capita	166,04	180,76	216,87
IPTU per capita	17,15	21,87	26,05
RCL/PIB	15,5%		
Receita Tributária/RCL	6,8%	7,1%	8,5%
Transferências Correntes/RCL	86,5%	90,7%	89,2%
Despesa Corrente/RCL	83,3%	85,2%	97,2%
Transf Capital/Investimento	21,9%	0,9%	6,7%

Elaboração: FUNPAR



- GESTÃO PÚBLICA**
Estrutura administrativa
- **Inexistência de unidades administrativas responsáveis por:**
 - Planejamento municipal
 - Captação de recursos para investimentos
 - Planejamento e gestão territorial do município
 - Habitação
 - Mobilidade e trânsito
 - Segurança pública.
 - **Deficiência na estrutura de fiscalização**
 - **Cadastro e Planta Genérica de Valores desatualizados**
 - **Conselho de Desenvolvimento Territorial não foi implantado**

ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3. Qualificação Institucional e Financeira

Desenvolver a capacidade de **planejamento** e ampliar a capacidade de **investimento** para a orientação ao crescimento urbano sustentável, por meio de estrutura legal, **unidades administrativas dedicadas**, **capacitação e profissionalização funcional**, instituição e desenvolvimento do **potencial tributário** e estabelecimento de **parcerias**, financiamento e convênios intergovernamentais para transferências de capital.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

3. Qualificação Institucional e Financeira

- a) Implantação de **unidade funcional para a elaboração de projetos**, acompanhamento de oportunidades de convênios e emendas parlamentares, **para transferências de capital**;
- b) Atualização da **Planta Genérica de Valores**;
- c) **Atualização do cadastro tributário**, de forma a se integrar ao Sistema de Informações Municipais, nos padrões de cadastro multifinalitário e de SIG;
- d) Realizar campanha sobre a importância da contribuição e regularização tributária;
- e) **Estabelecer consórcios e parcerias metropolitanas** e no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal.
- e) Profissionalização e dotação de estrutura funcional adequada e dedicada para a **fiscalização tributária**;



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

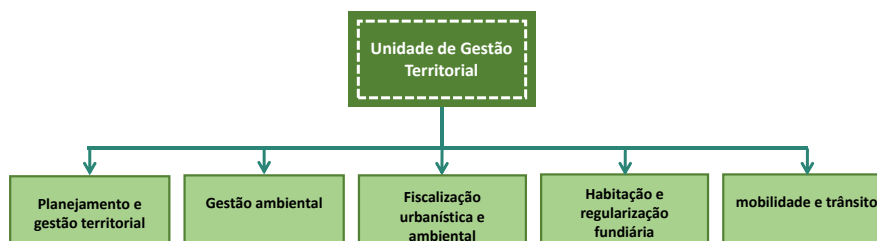
Desenvolver a capacidade de **gestão territorial** por meio de **implantação de estruturas funcionais** específicas adequada às atribuições concernentes à área, com ampla **participação da sociedade civil** e da **qualificação dos servidores** municipais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à comunidade.

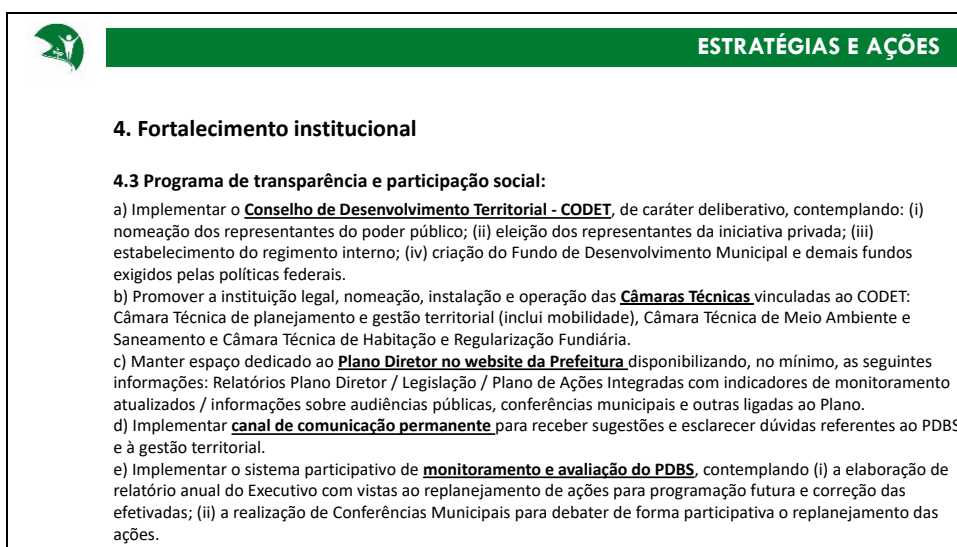
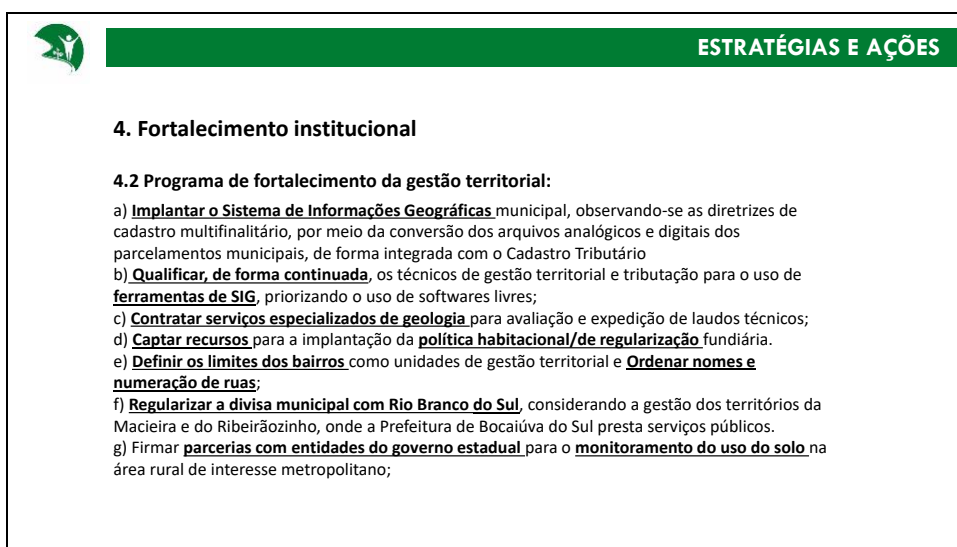
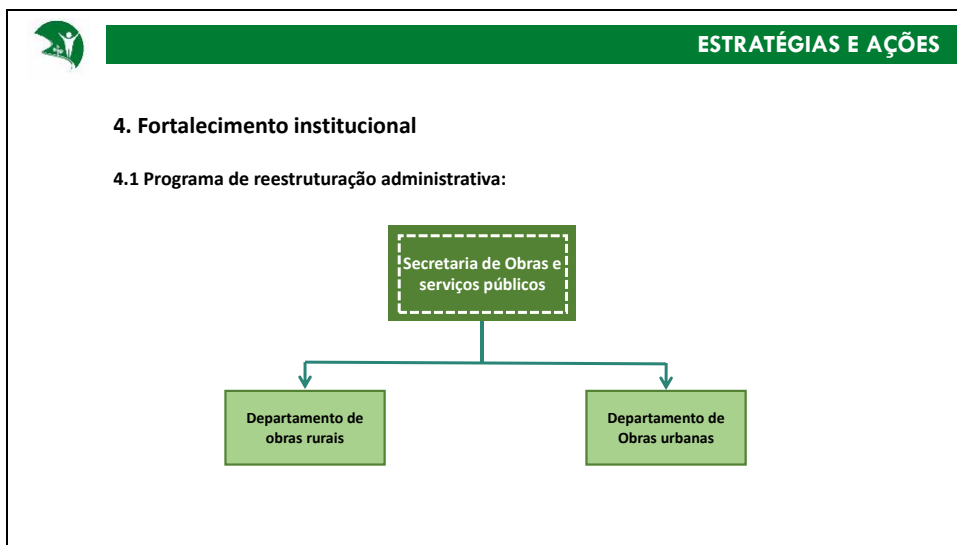



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.1 Programa de reestruturação administrativa:






ESTRATÉGIAS E AÇÕES

4. Fortalecimento institucional

4.3

a) Li
nor
esta
exig

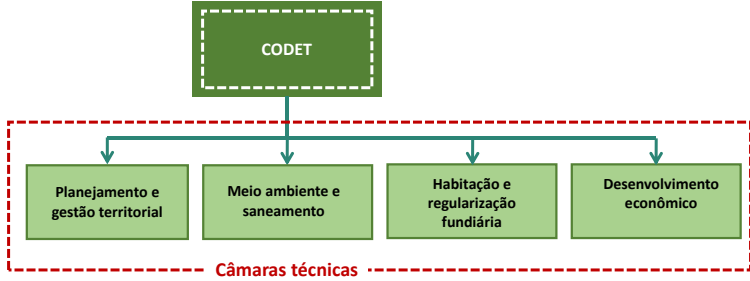
b) F
Cân
San

c) N
inf
atu

d) I
e à

e) I
rela

efetivas; (1) a realização de Comissões Municipais para debater de forma participativa o replanejamento das ações.



to


DBS

de



DIMENSÃO SOCIOESPACIAL

habitação


HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Situação de Bocaiúva do Sul:

- ✓ Aderiu ao SNHIS (Lei Federal N° 11.124/2005) em jan. 2008
- ✓ Possui Fundo de Habitação de Interesse Social (FHIS) e Conselho, instituídos em nov. 2008 e jul. 2012
- ✓ Não possui Plano Habitacional, estando em situação pendente frente ao SNHIS
- ✓ Não possui estrutura específica para execução da política habitacional

Fundo:
Inativo

Conselho:
Inativo

Plano:
Não concluído

Situação:
Pendente

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
BOCAIÚVA DO SUL

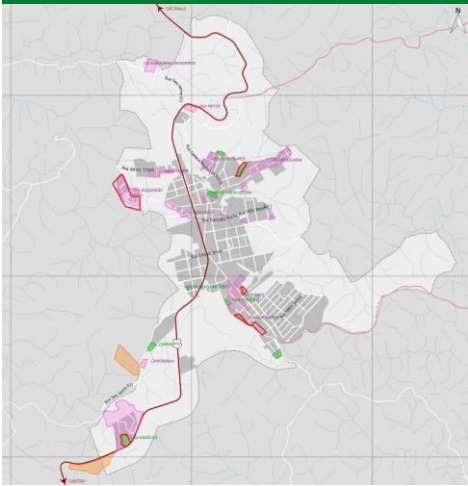
CONSIDERAÇÕES SOBRE BOCAIÚVA DO SUL

Irregularidade Fundiária

- Número de **alvarás emitido tem sido muito baixo** e a maior parte dos terrenos urbanos tem sido ocupada de forma irregular
- Construção e **parcelamento em desconformidade** com as normas edilícias e de parcelamento definidas pela legislação estadual (**Decreto Estadual N. 745/2015**) e municipal (Lei Complementar N. 531/2012)
- Processo de **fiscalização incompleto e ineficaz**



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



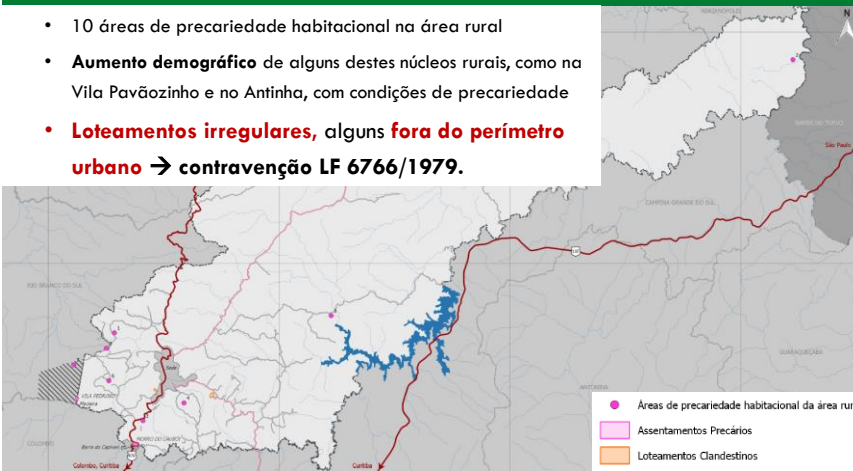
- Aumento de **288,19%** na demanda por moradias para a população de baixa renda (415 novos domicílios) 2000-2011
- Est. 1 em cada 6 bocaiuvenses (18%) convivendo com precariedade habitacional
- Falta de políticas públicas de habitação → estima-se que este número possa ser maior

Assentamentos Precários

- Assentamentos Precários
- Comodatos
- Parcelamentos Clandestinos
- Áreas de risco geambiental

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

- 10 áreas de precariedade habitacional na área rural
- **Aumento demográfico** de alguns destes núcleos rurais, como na Vila Pavãozinho e no Antinha, com condições de precariedade
- **Loteamentos irregulares, alguns fora do perímetro urbano** → **contravenção LF 6766/1979.**



Áreas de precariedade habitacional da área rural

- Assentamentos Precários
- Loteamentos Clandestinos



HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

CONSIDERAÇÕES

- Ausência de programas habitacionais na área urbana (cadastro, órgão, programas)
- Necessidade de oferta de lotes para a população de baixa renda:
 - 0 a 3 salários mínimos
 - 3 a 6 salários mínimos
- Necessidade de demarcação de ZEIS



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

Garantir o direito fundamental à moradia por meio de planejamento articulado com as demais políticas públicas, diversificando **alternativas de acesso ao direito à moradia**, promovendo a **regularização urbanística** em todo o território municipal e a **regularização fundiária** plena e gratuita para a população de baixa renda e melhorias de infraestrutura.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária

5.1 Programa emergencial de segurança fundiária e jurídica:

- a) **Realocar população** de áreas que já foram **identificadas como de risco** pela revisão do Plano Diretor para terrenos adequados à urbanização, recuperando e dando novos usos a essas áreas;
- b) Estabelecer os **procedimentos para concessão do uso de terrenos públicos** para fins de moradia;
- c) Aprofundar os **estudos de risco potencial** nas áreas de risco avaliadas pelo PDDBS, classificadas como de médio risco, a partir do termo de referência para laudo geológico-geotécnico incorporado aos processos de aprovação de parcelamento.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária**5.2 Programa de regularização fundiária:**

- a) Identificar e **mapear os terrenos** e imóveis de propriedade **do Município**;
- b) Elaborar e implementar uma **Campanha de educação urbanística** para a construção regular e para a regularização fundiária, contemplando (i) plano de comunicação e mídia que incentive o uso e ocupação em conformidade com a lei; (ii) parceria com o cartório de registro de imóveis local e com o Ministério Público do Paraná para ações de regularização; (iii) programa de incentivos para regularização administrativa (adequação ao zoneamento e código de obras);
- c) Realizar parceria com a Cohapar para a alimentação do **cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul**, para a área urbana e rural (por ex. PNHR).
- d) Elaborar e implantar **Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social**, abordando os aspectos de irregularidade jurídico-administrativas em conjunto com a precariedade da habitação, de infraestrutura e de acesso a serviços públicos, contemplando (i) regularização dos comodatários destinados à habitação de interesse social; (ii) programas distintos para (a) regularização prioritária de ocupações sobre o Aquífero Karst, (b) regularização de habitações enquadradas como de interesse social com relocação gratuita e (c) demais formas de irregularidade; (iii) regularização de ocupações localizadas na área rural; (iv) integração com o Programa de Habitação de Interesse Social;

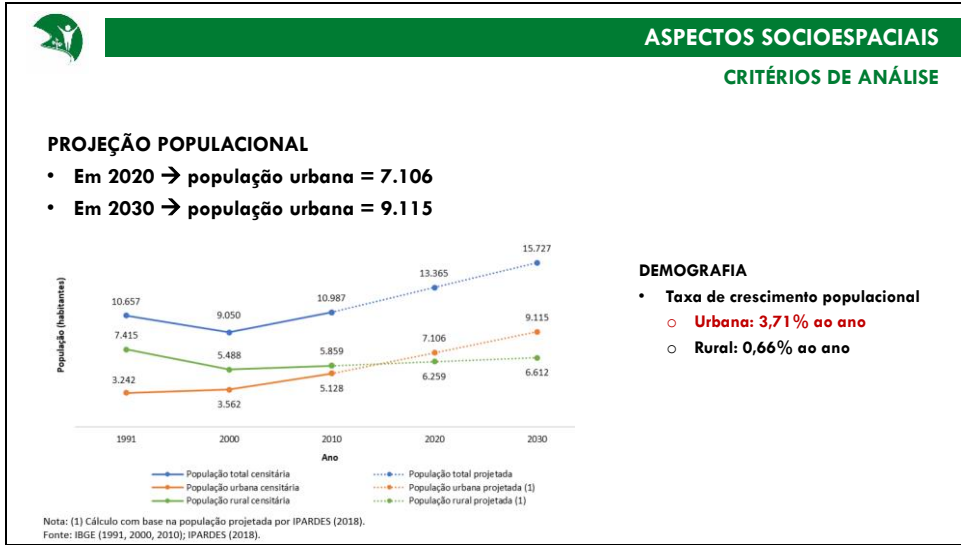


ESTRATÉGIAS E AÇÕES

5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária**5.3 Programa de habitação de interesse social:**

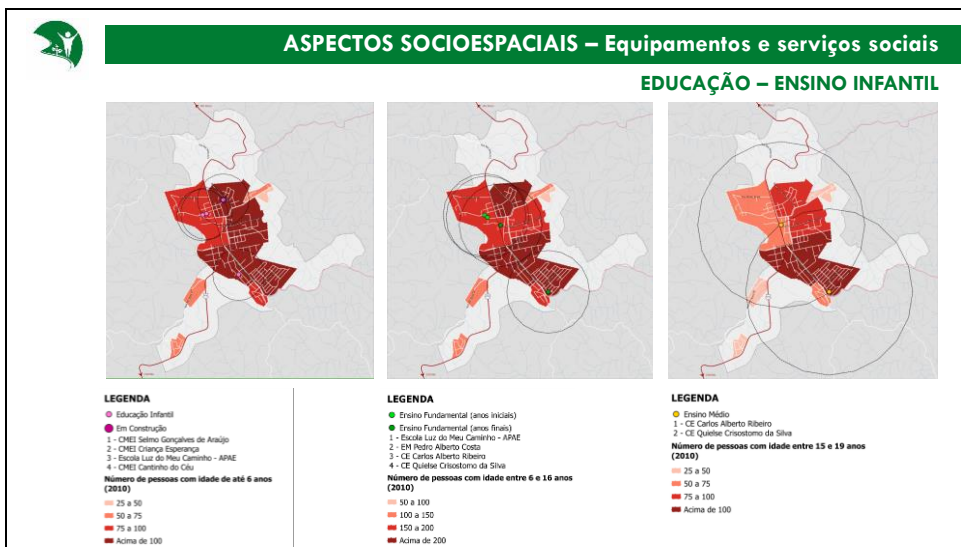
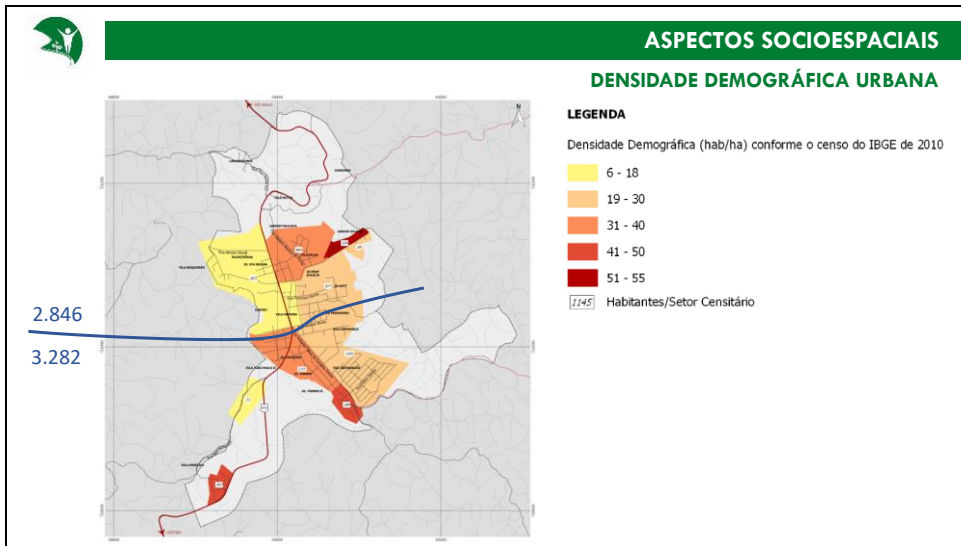
- a) Elaborar e implantar **Plano de Habitação de Interesse Social**, contemplando (i) realização de um cadastro municipal de famílias sem acesso à moradia; (ii) desenvolvimento de estratégias para a melhoria das condições de habitação nas áreas urbanas e rural para a população de baixa renda; (iii) elaboração de programas diversificados de oferta de moradia, contemplando alternativas como a regulamentação do aluguel social, programas de incentivo à autogestão e a produção de unidades habitacionais; (iv) indicação de terrenos com localização adequada para projetos habitacionais a serem executados mediante plano e critérios para a escolha das famílias que serão contempladas.
- b) Desenvolver e implementar um **Serviço de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social** (ATHIS), contemplando: (i) promoção do acesso aos serviços e acompanhamento técnicos dos profissionais da área da arquitetura, urbanismo, engenharia e outros para a população de baixa renda; (ii) contribuição para a permanência das famílias em seus territórios a partir da qualificação da sua moradia dentro dos princípios de habitabilidade; (iii) estabelecimento de **parcerias com departamentos Universidades, CAU-PR, ONGs, Emater, Sindarq e escritórios e profissionais liberais que trabalham com ATHIS.**

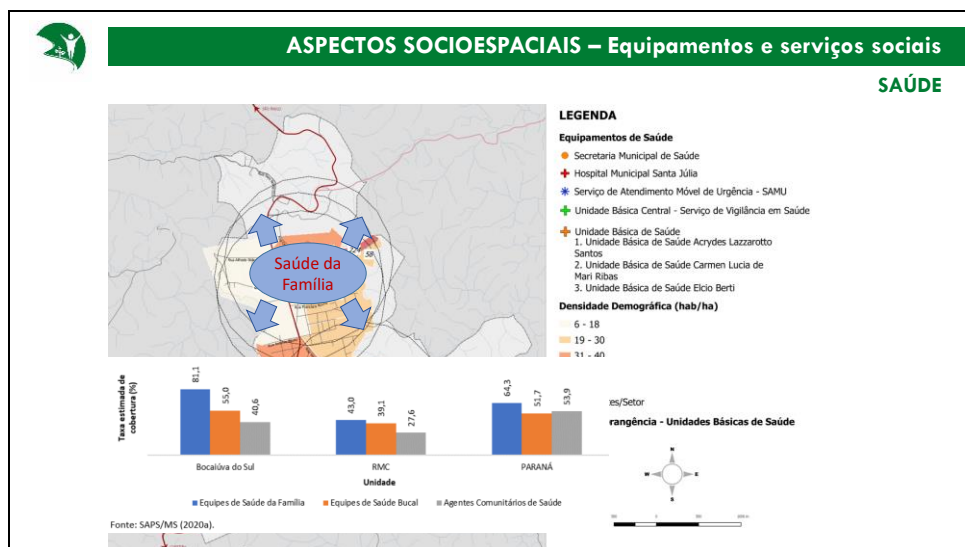
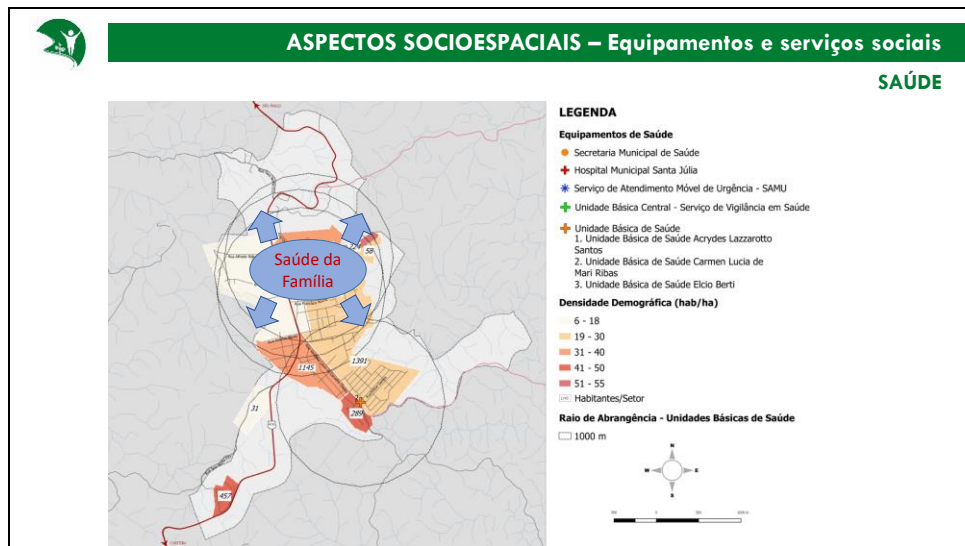
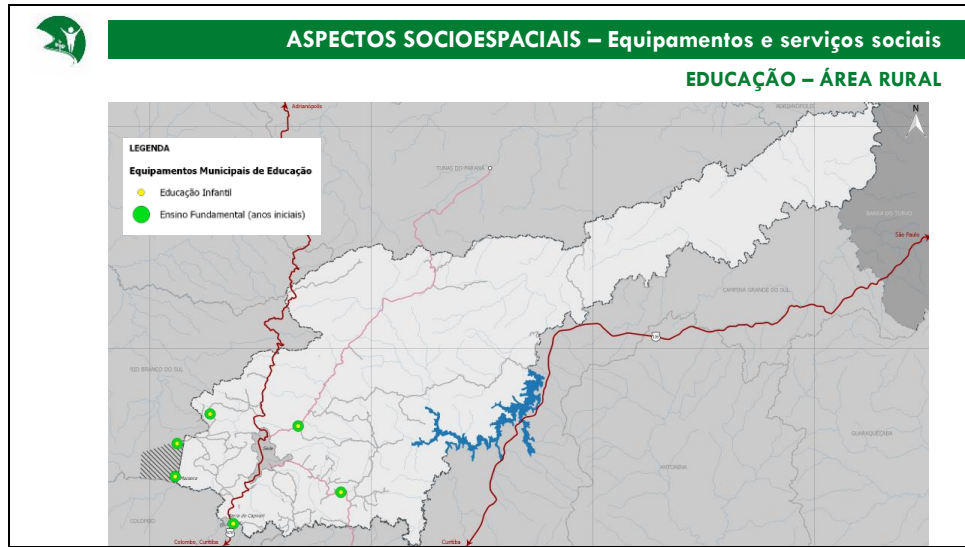
**DIMENSÃO SOCIOESPACIAL**
Espaço urbano e serviços sociais

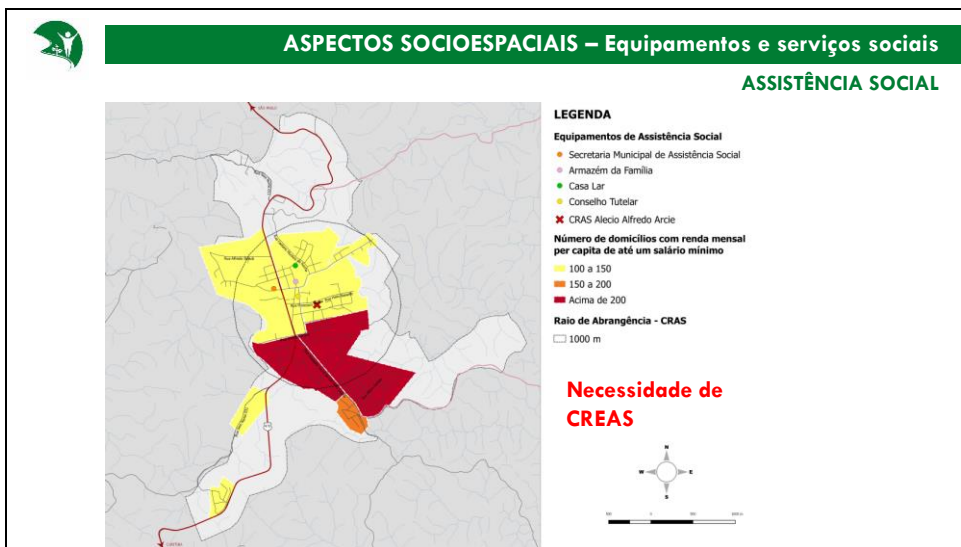
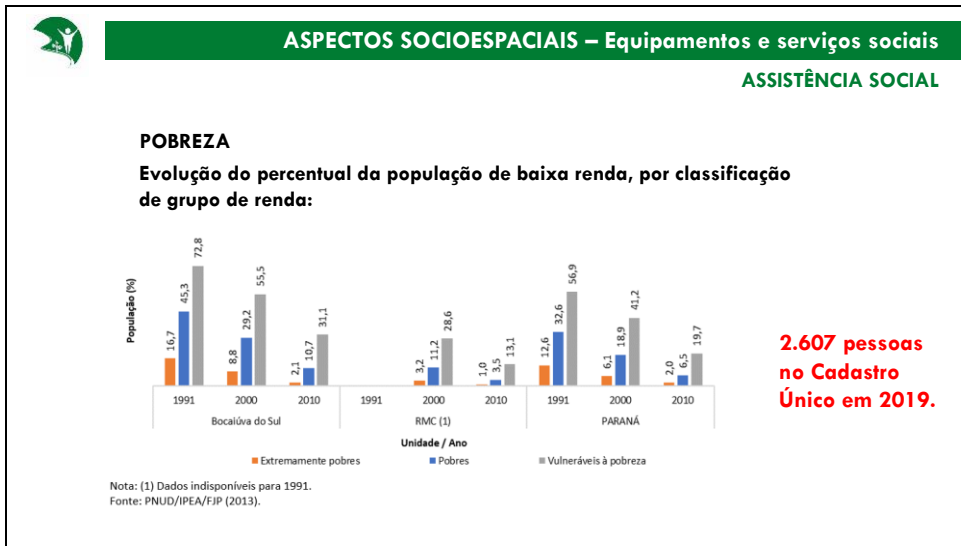
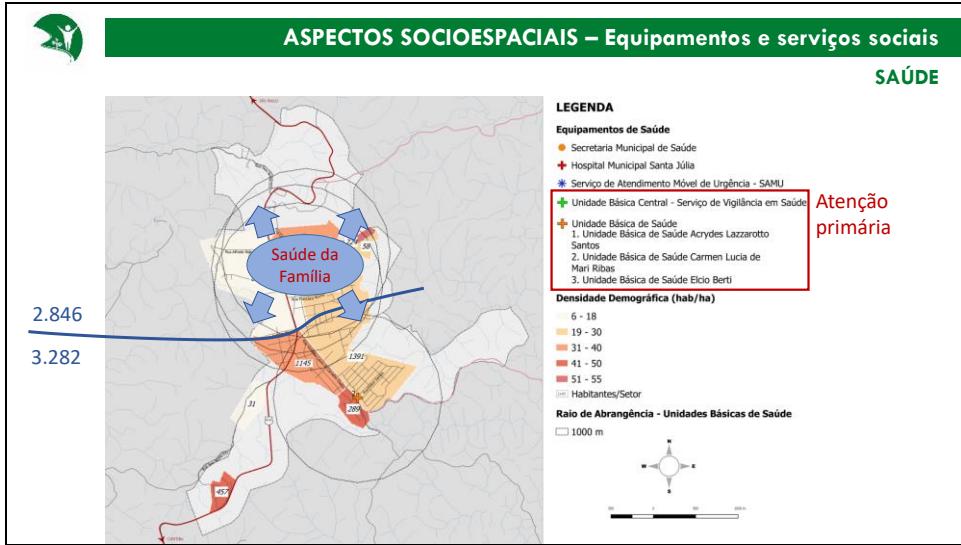


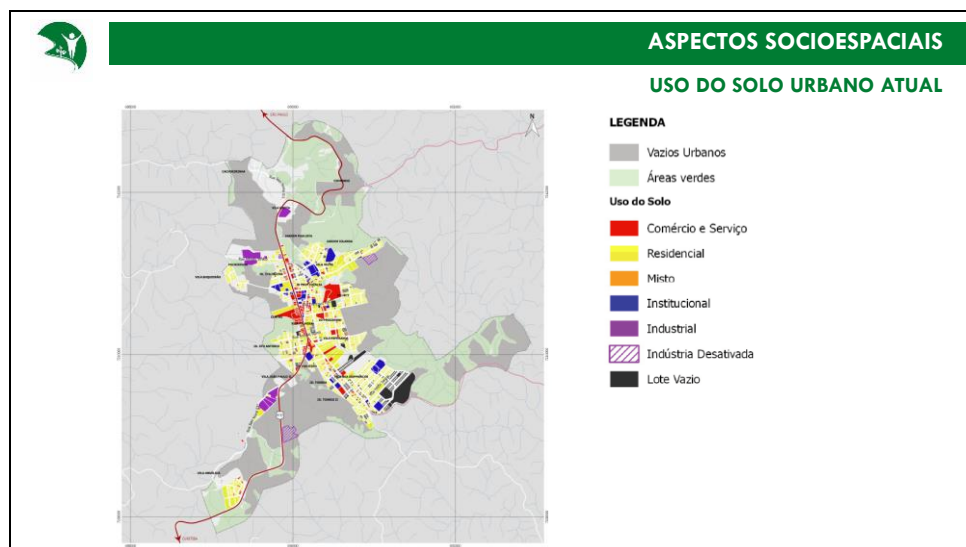
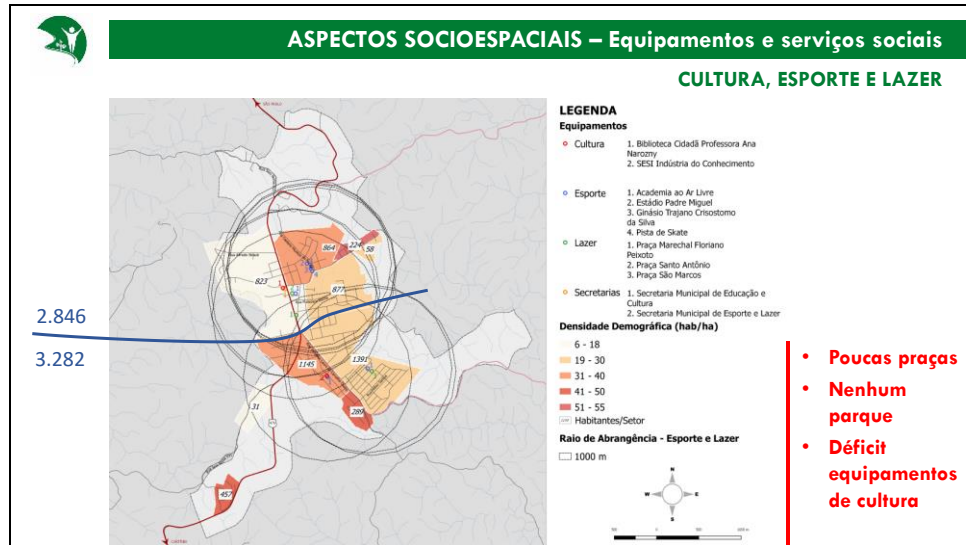
DEMOGRAFIA

- Taxa de crescimento populacional
 - Urbana: 3,71% ao ano
 - Rural: 0,66% ao ano









ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, **descentralização e qualificação dos equipamentos**, **melhoria das condições de circulação** e do **saneamento básico** de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde da população.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

6.1 Programa de qualificação urbanística e paisagística:

- Elaborar projeto e implantar para um espaço próprio adequado ao **comércio ambulante no Centro**, adequado para a aglomeração de pessoas, com fácil acesso e infraestrutura;
- Elaborar projeto e Implantar um **parque urbano em Bocaiúva do Sul**, com espaço para a prática de esportes e eventos culturais
- Estruturar o **eixos de comércio e serviço**, com adequação dos passeios, espaço para publicidade, estacionamento e que ofereça melhores condições de acesso, permanência e circulação;
- Elaborar e implantar projeto de **arborização e adequação de calçadas** da área central às normas de acessibilidade;
- Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais** de interesse municipal de preservação histórica/cultural;
- Urbanizar áreas precárias** que concentram população (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, listar outras).



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

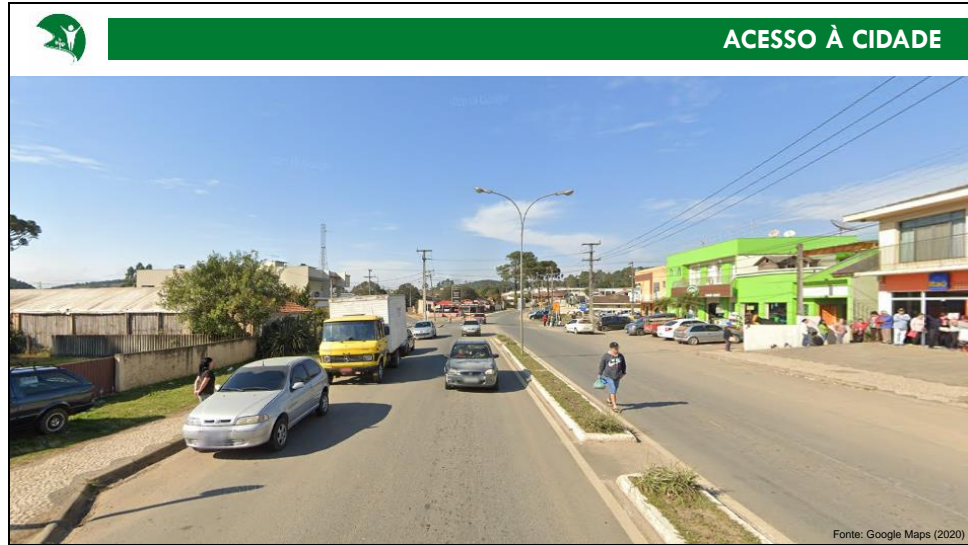
6.2 Programa de qualificação dos serviços sociais:

- Implantar **equipamentos e serviços para Educação Infantil e Ensino Fundamental**, de forma a atender a demanda atual e projetada.
- Adequar a estrutura e ampliar os serviços do **Hospital Municipal**, implantando serviço de **Pronto Atendimento e maternidade**.
- Implantar um **CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- Implantar uma **nova UBS - Unidade Básica de Saúde**, bem como contratar equipe necessária para seu funcionamento.
- Melhorar a infraestrutura física de equipamentos sociais, priorizando a **reforma das escolas, hospital e espaços de esporte e lazer**.
- Melhorar os serviços e implantar **novos equipamentos de cultura, esporte e lazer** de forma descentralizada.
- Promover **serviços sociais itinerantes** de forma a melhorar o atendimento na área rural.
- Realizar **consórcio com o município de Barra do Turvo/SP** para atendimento de serviços sociais da **comunidade de Areia Branca**.



DIMENSÃO SOCIOESPACIAL

Mobilidade



ACESSO À CIDADE

BR-476 Apresenta:

- Boas condições de trafegabilidade, pavimentada e com sinalização visível
- Trechos de lentidão. Relatos recentes de aumento do tráfego de carga

BR-476 → avenida urbana:

- fluxo de **tráfego intenso de veículos e pedestres**
- infraestrutura dotada com paradas de ônibus, travessias de pedestres, canteiros centrais, cruzamentos em mesmo nível e estacionamentos
- Ocupação mais consolidada (centro tradicional)

Ano	Acidentes em vias municipais	Acidentes na rodovia
2010	25	25
2011	25	25
2012	25	25
2013	25	25
2014	25	25
2015	25	25
2016	25	25
2017	25	25
2018	25	25
2019	25	25

QUALIDADE DA ESTRUTURA VIÁRIA URBANA

SINALIZAÇÃO

Rua Manoel Bassete Sobrinho (via local)

Rua Benjamim Constant Teixeira (rodovia urbana)

Panorama insatisfatório:

- Falta de sinalização horizontal;
- Desgaste da pintura (sinalização horizontal)
- Dispositivos de sinalização vertical inadequados, como: placa de indicação da lombada depois do quebra-molas, ou sem a existência deste; excesso de placas numa via local.

QUALIDADE DA ESTRUTURA VIÁRIA URBANA

Pavimentação em situação regular



Rua Francisco Rocha

Leito carroçável menor que o mínimo de 6 metros



Rua Sem Nome 027

Veículos estacionados na calçada



Rua Carlos Albero Ribeiro



Rua Marechal Deodoro da Fonseca

TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO E ACESSIBILIDADE




Panorama insatisfatório:

- Dimensões inferiores à largura mínima de 1,5 metros (2,0 metros para as estruturais), com algumas com menos de 1 metro
- Pavimentação descontínua, desnivelada e com má conservação
- Degraus nas calçadas, principalmente em aclives
- Obstáculos à circulação, provenientes de equipamentos urbanos como postes de iluminação, placas de sinalização e arborização


TRANSPORTE PÚBLICO

Em Bocaiúva do Sul, operam três tipos de transporte público:

- **Transporte coletivo metropolitano**, atendido por ônibus e gerido pela COMEC, conectando o município a Colombo
- **Transporte coletivo informal** que percorre a área rural. Comunidades: Invernada, Macieira/ Ribeirãozinho, Águas Claras, Passavinte, Rio Abaixo/Palmital
- **Transporte escolar**, gerenciado pela Secretaria de Educação. Atende alunos de todo o município





 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES**

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

6.3 Programa de qualificação da mobilidade urbana:

a) Promover **melhorias na Rodovia Federal BR-476**: manutenção dos dispositivos de segurança, sobretudo na área urbana, e implantação de mais pontos de ultrapassagens;

b) Elaborar um **padrão-modelo de calçadas acessíveis** que atenda aos princípios da acessibilidade universal, garantindo que o deslocamento do pedestre seja realizado de forma confortável, fluida e segura;

c) Promover medidas de controle da **circulação urbana do transporte de cargas regulamentadas** em lei municipal: i) definição de rotas preferenciais; ii) proibição da circulação em área urbana de veículos de carga de grande porte; iii) regulamentação dos estacionamentos de carga e descarga; iv) provisão de sinalização específica;


d) Estabelecer **prioridades para obras de pavimentação e sinalização** viária;

e) Delimitar e **implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões**;

f) Ampliar a **cobertura do serviço de transporte público coletivo**: i) implantação de linha direta do Terminal de Bocaiúva do Sul até Terminal de Colombo; ii) ampliação de horários de ônibus; iii) implantação de nova linha que integre a sede de Bocaiúva do Sul com Campina Grande do Sul;

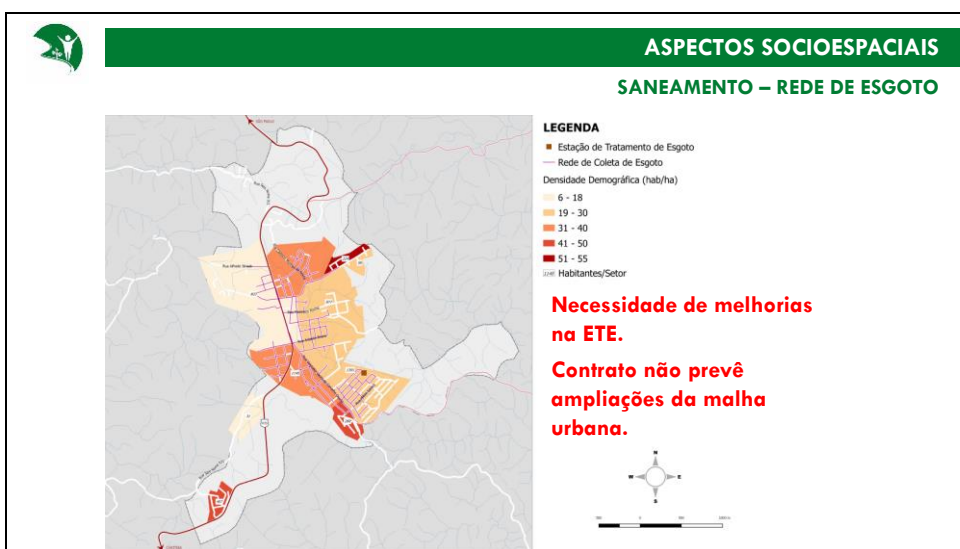
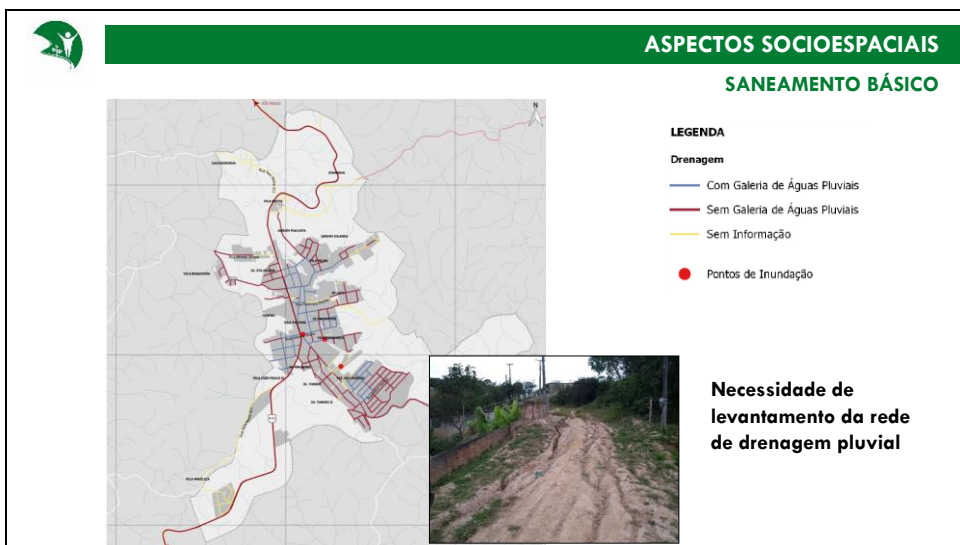
g) Elaborar o **Plano de Mobilidade Urbana**.

 **DIMENSÃO SOCIOESPACIAL**
Saneamento básico

 **ASPECTOS SOCIOESPACIAIS**
SANEAMENTO BÁSICO

Plano Diretor – Considera-se a infraestrutura em relação à ocupação do solo:

- Abastecimento de água – ok



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais

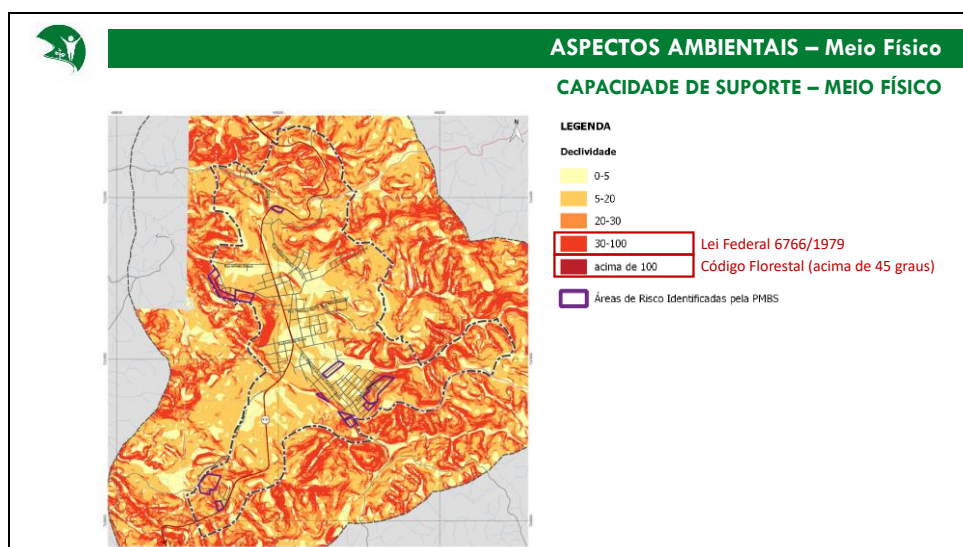
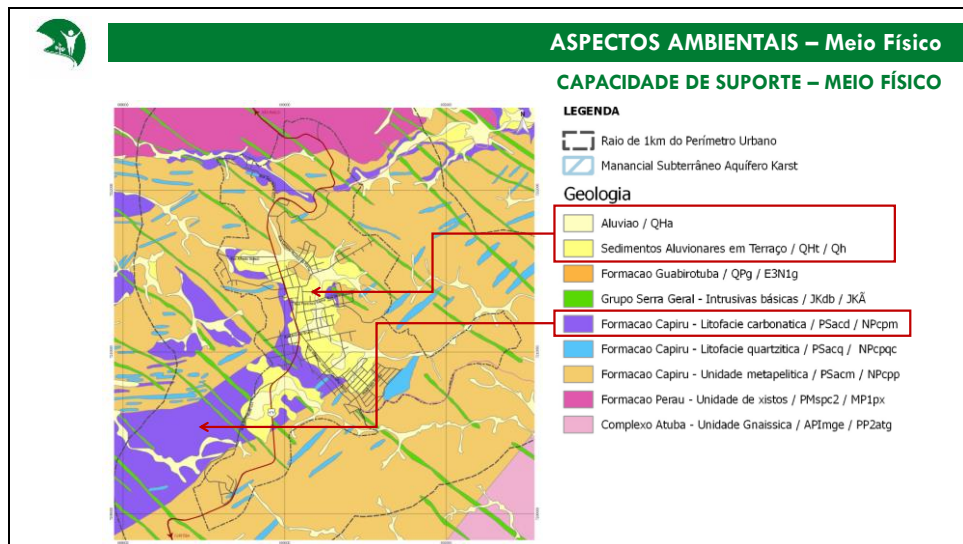
6.4 Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico:

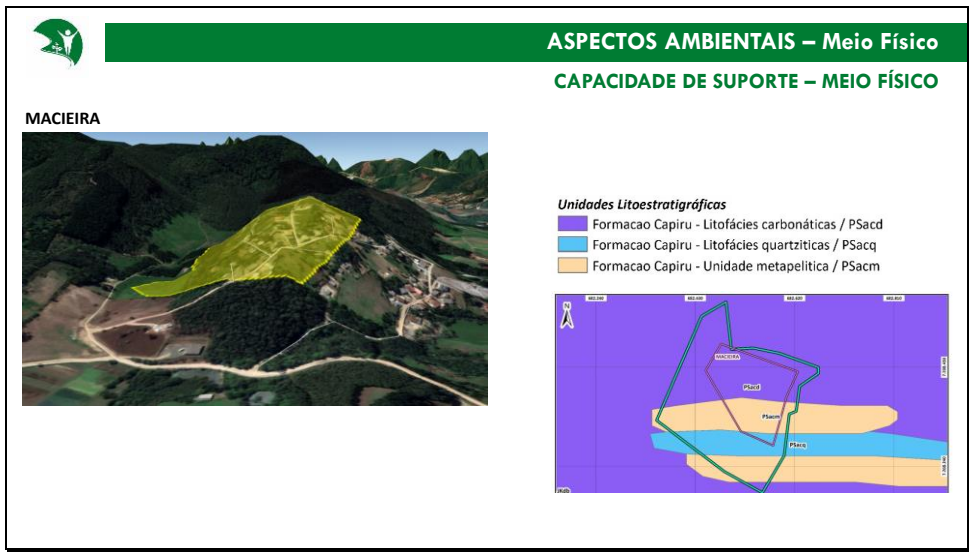
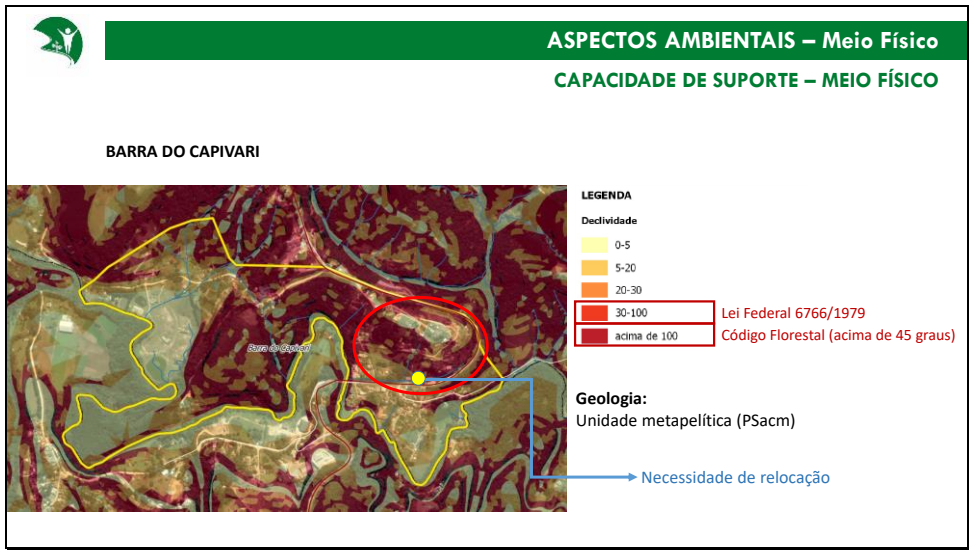
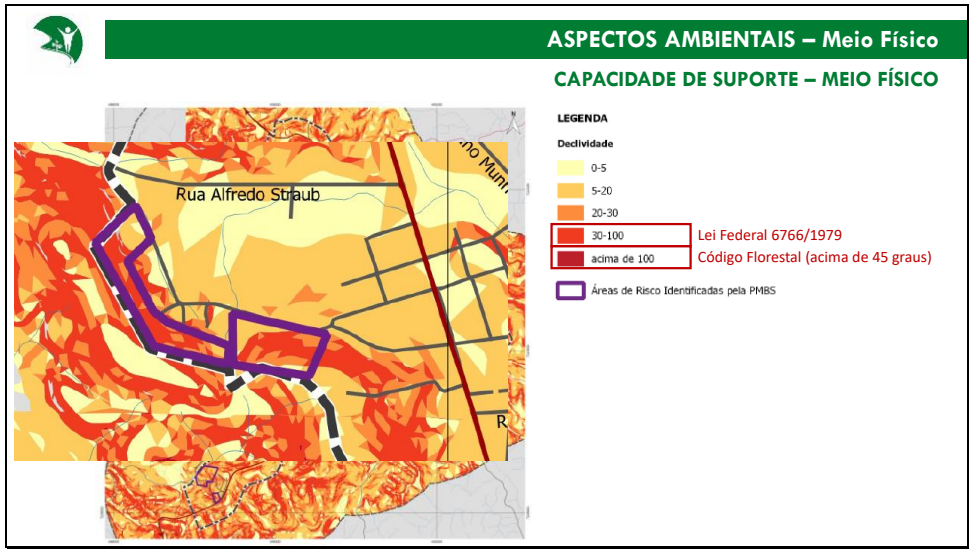
- a) **Revisar o Plano Municipal de Água e Esgoto (PMSB)** → ampliar o sistema de esgotamento sanitário na sede urbana, considerando as ampliações da malha urbana previstas pelo PDBS, bem como a adequação do sistema de tratamento dos efluentes (ETE Tapera);
- b) Promover o emprego de **sistemas de tratamento alternativo de esgoto em áreas não atendidas** pelo serviço público de coleta e tratamento de esgoto, principalmente na área rural e áreas urbanas afastadas;
- c) Realizar campanhas educativas e publicitárias para adesão da população na correta separação dos resíduos.
- d) Realizar levantamento sistemático e paulatino da rede de drenagem existente, a partir do registro de suas características durante obras de manutenção;
- e) Implantar **sistemas eficientes de drenagem** nos locais com maior **incidência de alagamentos**;
- f) Criar **programa de coleta dos resíduos sólidos, sobretudo a seletiva**, abrangendo toda a população municipal.

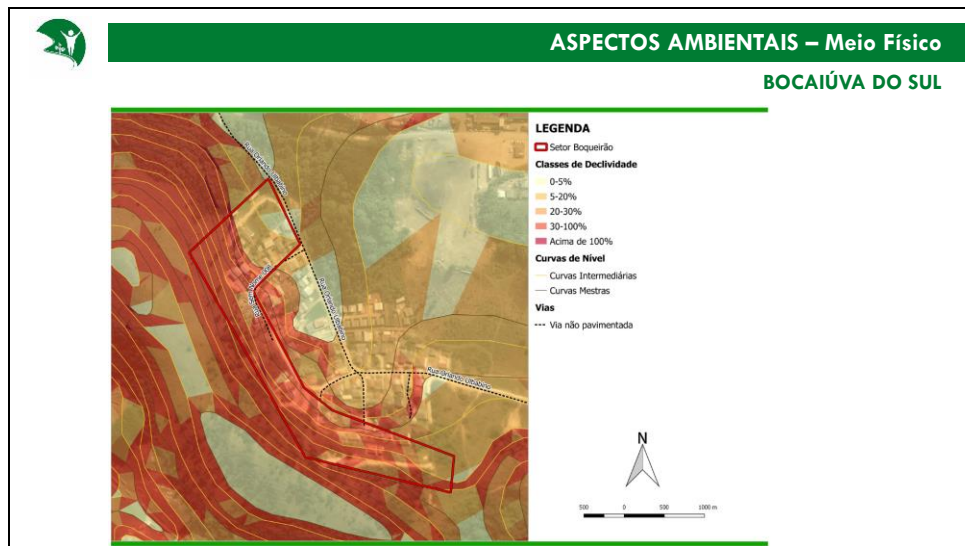
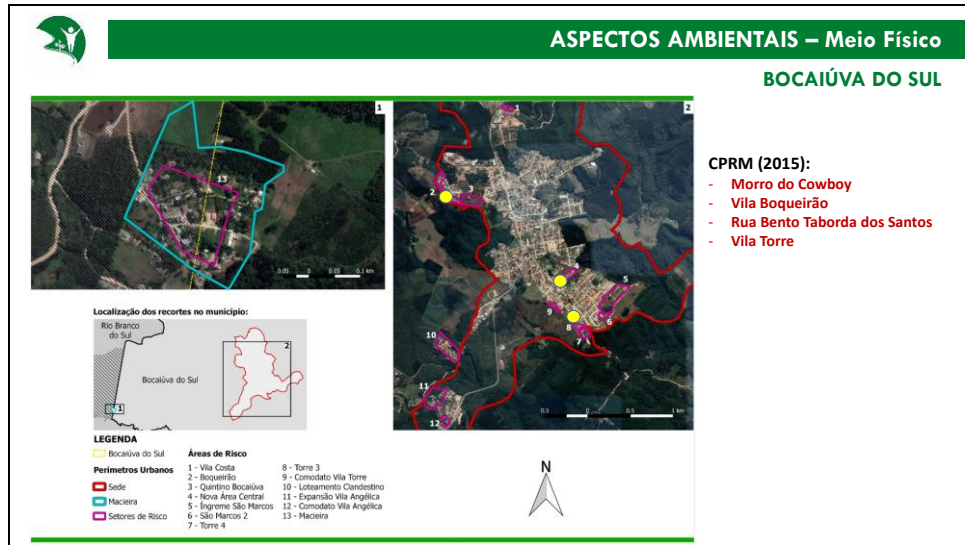


DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Meio físico









ESTRATÉGIAS E AÇÕES

7. Redução de riscos geoambientais

Eliminar e/ou reduzir os riscos causados por ocupações urbanas em áreas de altas declividades e nas regiões de afloramento de rochas **associadas ao aquífero Karst**.





ESTRATÉGIAS E AÇÕES

7. Redução de riscos geoambientais

a) Promover ações de **esclarecimento e orientação à população** quanto aos problemas relacionados à ocupação de terrenos localizados em áreas com altas declividades e nas regiões de afloramento/exposição de rochas e solo associados ao aquífero Karst;

b) **Complementar os estudos de áreas de risco geoambiental realizado no PDBS**, mapeando, qualificando e quantificando os riscos em áreas ocupadas, bem como aquelas localizadas em loteamento já aprovados e áreas de expansão urbana;

c) Elaborar e implantar projetos de **recuperação e usos compatíveis das áreas de risco geoambiental**, priorizando-se as que são alvo de realocação.

d) Incorporar a exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico elaborado para a realidade local, em processos de aprovação de parcelamentos (inclusive para regularização fundiária) e construções de grande porte.

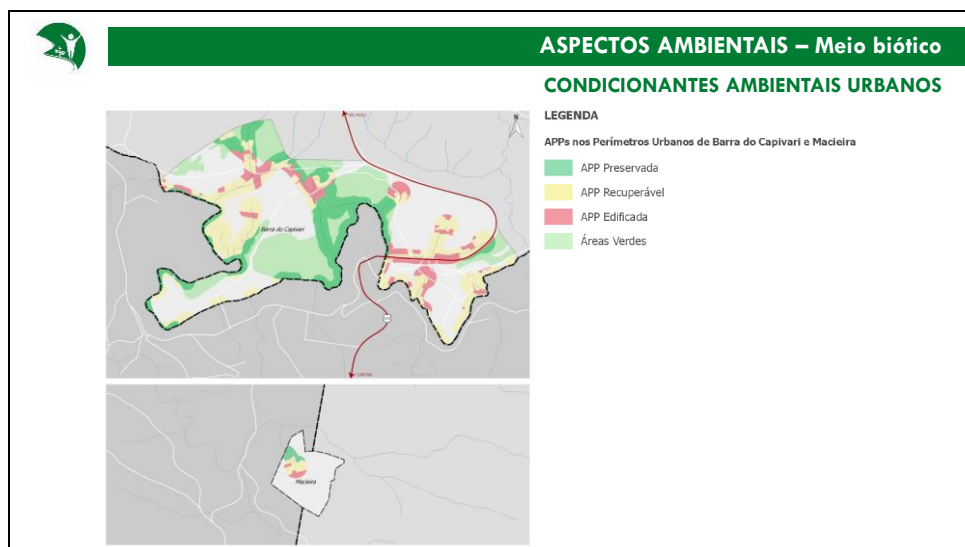
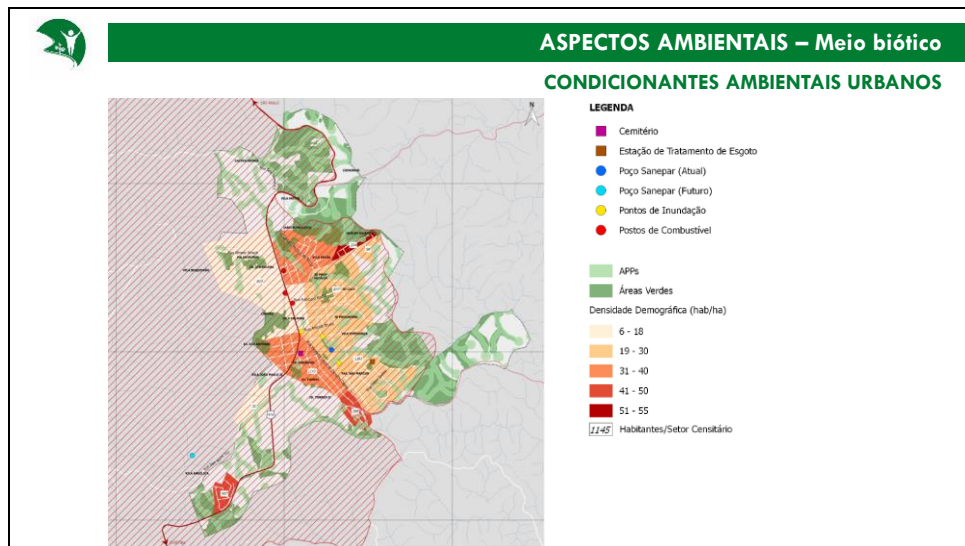
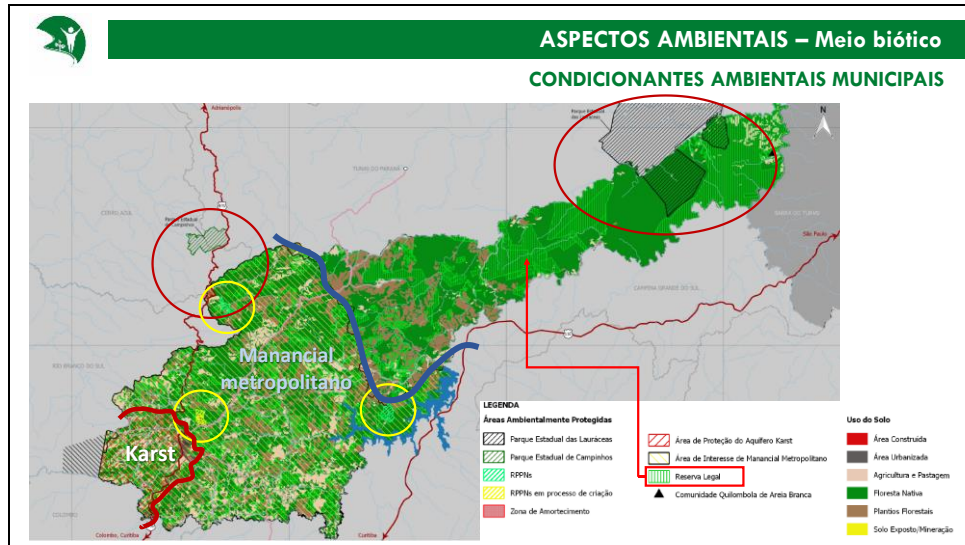
e) Elaborar e implantar programa de **monitoramento das áreas de risco**, contemplando (i) sistema de fiscalização das áreas de risco e áreas ambientalmente protegidas, envolvendo a sociedade civil; (ii) plano municipal de gerenciamento de crises e (iii) treinamento de um funcionário da prefeitura para coordenar ações de defesa civil no nível municipal;

f) Elaborar **estudo para ampliação do cemitério** contemplando um estudo hidrogeológico e geotécnico abrangendo raio de 100 metros do terreno atual.



DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL

Meio Biótico






ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Valorização dos bens socioambientais

Promover a proteção dos ecossistemas e o uso sustentável dos recursos naturais por meio da **preservação das áreas verdes** representativas, incentivo ao **incremento de Unidades de Conservação** e **conservação e recuperação dos potenciais hídricos do município**, em especial os mananciais de abastecimento público.







ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Valorização dos bens socioambientais

8.1 Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos:

- a) Promover o monitoramento e o controle do adensamento urbano sobre as áreas ambientalmente frágeis e a manutenção da permeabilidade do solo, com a definição de parâmetros e usos mais restritivos, principalmente daquelas desprovidas de infraestrutura adequada de saneamento;
- b) Efetuar a **identificação, cadastro e mapeamento das nascentes, dolinas e áreas de recarga do Aquífero Karst** localizadas no perímetro urbano, determinando o seu raio de proteção;
- c) Promover a **recuperação das áreas de preservação permanente degradadas dos rios e córregos urbanos**, especialmente do Rio Tapera;
- d) Realizar vistorias nos imóveis urbanos, visando **identificar possíveis irregularidades no lançamento de efluente doméstico sem tratamento**;
- e) Definir áreas estratégicas com vegetação residual na sede urbana para a manutenção da permeabilidade e recarga do lençol freático, formando um **sistema de áreas verdes urbanas**.



ESTRATÉGIAS E AÇÕES

8. Valorização dos bens socioambientais

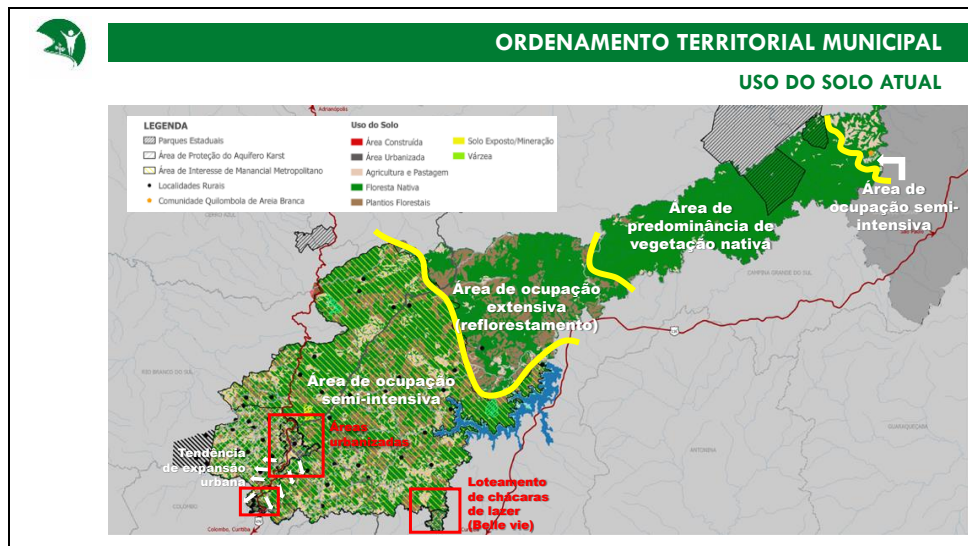
8.2 Programa valorização dos bens socioambientais:

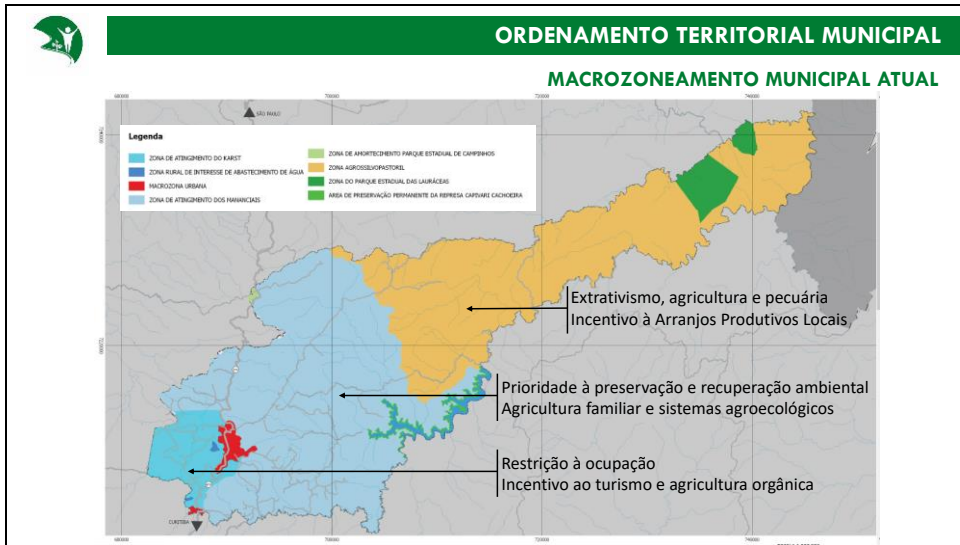
- a) Criar mecanismos para a **compensação ambiental para os proprietários de áreas verdes**, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);
- b) Viabilizar estudo para implantação da **redução do IPTU** nos terrenos urbanos que mantem **áreas verdes** representativas e em bom estado de conservação, em especial os fundos de vale;
- c) **Incentivar à criação de RPPNM**, com divulgação de vantagens (ecoturismo; pesquisa científica) e apoio técnico e institucional, bem como parcerias com ONG's;
- d) Prestar **apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR)** para os proprietários de imóveis rurais;
- e) Criar mecanismos para **frear o aumento das áreas com reflorestamento de espécies exóticas** (Pinus e Eucalipto).
- f) Elaborar e implantar o **Programa Municipal de Educação Socioambiental** como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal, abordando as questões da fauna, flora e características geofísicas da região e aspectos culturais – patrimônio edificado, história e costumes – que constituem a identidade do cidadão bocaiuvense.
- g) Implantar a **Casa da Cultura de Bocaiúva do Sul**, prevendo espaço que aborde de forma interativa os aspectos ambientais e culturais do município.



ORDENAMENTO TERRITORIAL

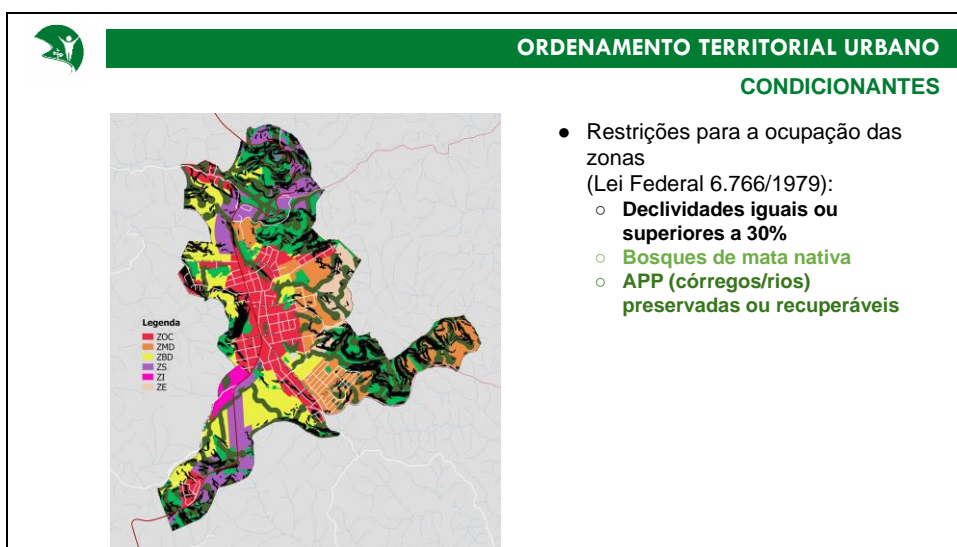
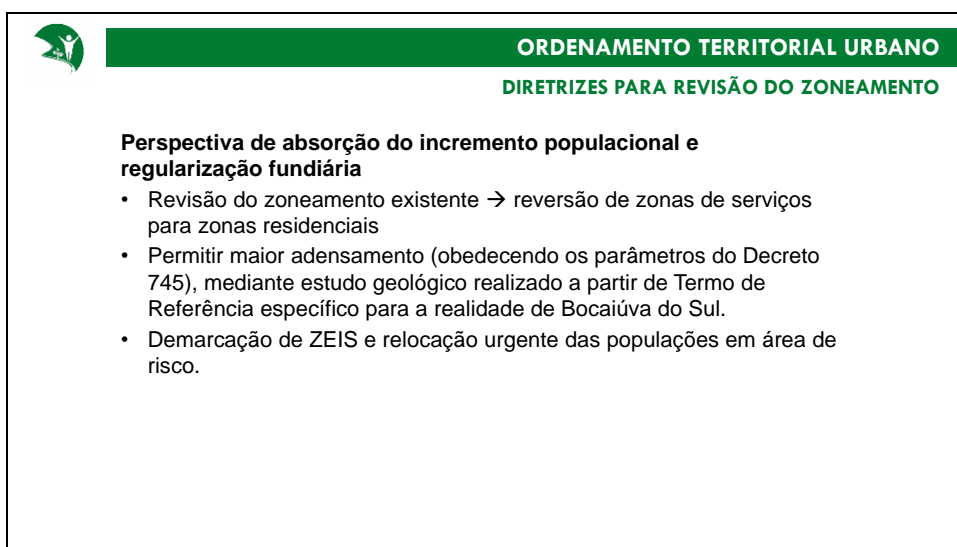
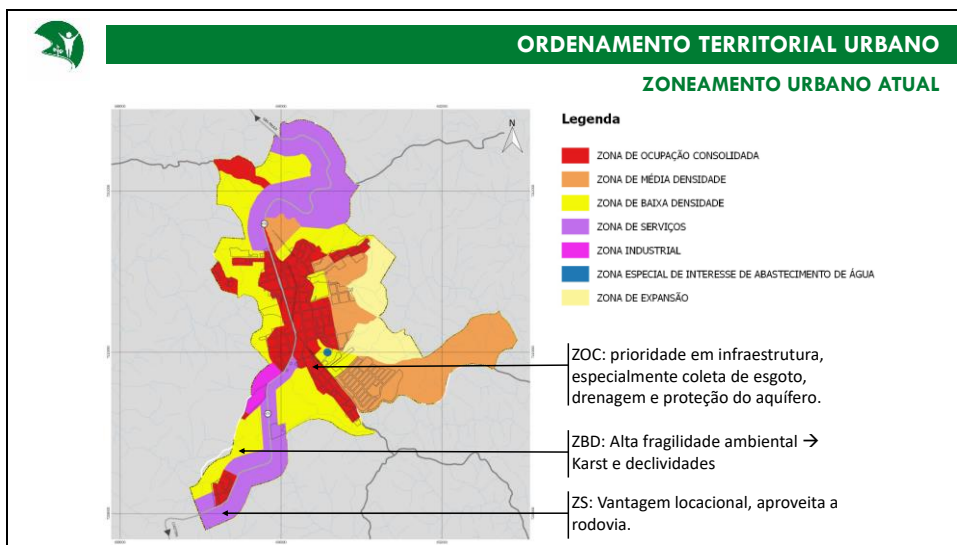
Território municipal





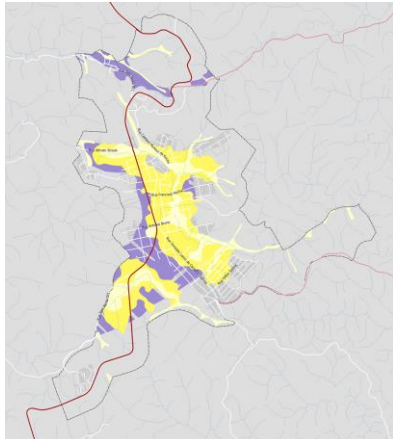

ORDENAMENTO TERRITORIAL

Áreas urbanas



ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO

CONDICIONANTES



- **Tipos de solo incidentes na área urbana, com restrição à implantação de loteamentos**
 - Aluvião
 - Sedimentos Aluvionares em Terraço
 - Formação Capiru - Litofacie carbonática

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO

ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zona de Ocup. Consolidada - ZOC

Parcela mínima	360 m ²
Testada mínima	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,2 Básico – 1 Máximo – 1,5
Nº máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5 m
Taxa máxima de ocupação	50%
Taxa mínima de permeabilidade	35%
Densidade máx. (UH/Lote)	1 (2 fora da AID)
Densidade máx. (UH/Hectare)	18

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, casas geminadas;
- Comércio e serviços;
- Institucional e comunitário;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO

ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



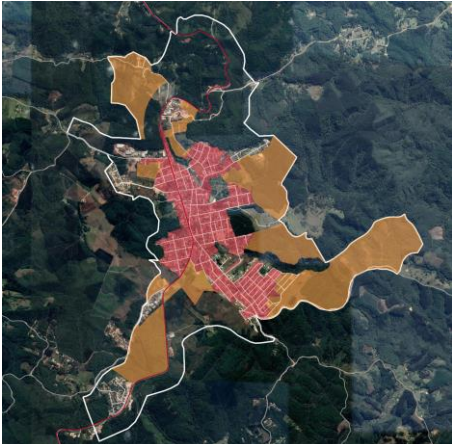
Zona de Ocup. Consolidada - ZOC

Parcela mínima	360 m ²
Testada mínima	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,2 Básico – 1 Máximo – 1,5
Nº máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5 m
Taxa máxima de ocupação	50%
Taxa mínima de permeabilidade	35%
Densidade máx. (UH/Lote)	1 (2 fora da AID)
Densidade máx. (UH/Hectare)	18

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, casas geminadas;
- Comércio e serviços;
- Institucional e comunitário;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zona de Média Densidade - ZRMD

Parcela mínima	360 m ²
Testada mínima	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,2 Básico – 1 Máximo – 2
Nº máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5 m
Taxa máxima de ocupação	70%
Taxa mínima de permeabilidade	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	2 (1 em AID)
Densidade máx. (UH/Hectare)	18 a 30 (cond.)

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, **casas geminadas** condomínios de médio porte;
- Comércio e serviços;
- Institucional e comunitário;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



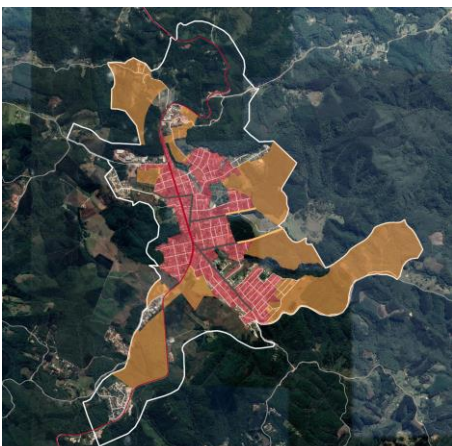
Zona de Média Densidade - ZRMD

Parcela mínima	360 m ²
Testada mínima	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,2 Básico – 1 Máximo – 2
Nº máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5 m
Taxa máxima de ocupação	70%
Taxa mínima de permeabilidade	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	2 (1 em AID)
Densidade máx. (UH/Hectare)	18 a 30 (cond.)

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, **casas geminadas** condomínios de médio porte;
- Comércio e serviços;
- Institucional e comunitário;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



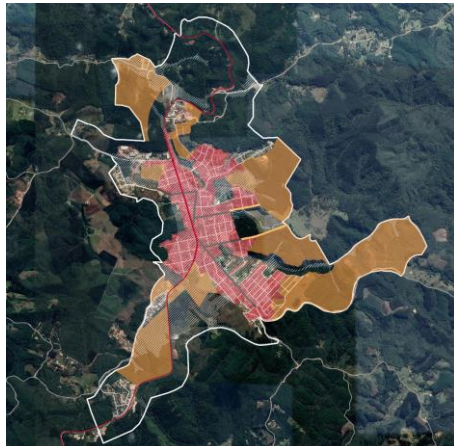
Eixos Especiais

	EOC	ECS	EHC
Parcela mínima	360 m ²	360 m ²	360 m ²
Testada mínima	12 m	12 m	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Mín. – 0,2 Bás. – 1 Máx. – 1	Mín. – 0,2 Bás. – 1 Máx. – 1,5	Mín. – 0,2 Bás. – 1 Máx. – 2
Nº máx. de pavtos.	2	2	4
Recuos lat. e fundos	1,5 m	1,5 m	1,5 m
Recuo frontal	Faixa de domínio/ faixa não edificável	0	0
Taxa máx. de ocup.	70%	70%	70%
Taxa mín. de perm.	20%	20%	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	1	1	-
Densidade máx. (UH/Hectare)	18	18	160

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, condomínios verticais (EHC);
- Comércio e serviços de bairro e setorial;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



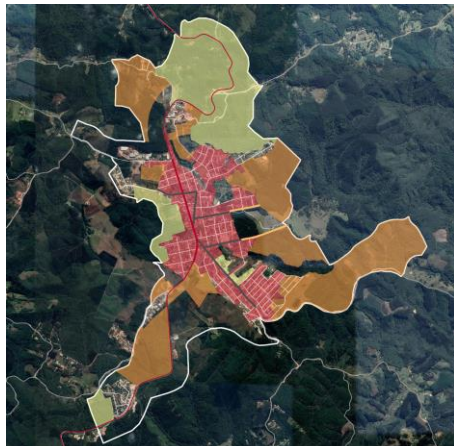
Eixos Especiais

	EOC	ECS	EHC
Parcela mínima	360 m ²	360 m ²	360 m ²
Testada mínima	12 m	12 m	12 m
Coefficientes de aproveitamento	Min. - 0,2 Bás. - 1 Máx. - 1	Min. - 0,2 Bás. - 1 Máx. - 1,5	Min. - 0,2 Bás. - 1 Máx. - 2
N° máx. de pavtos.	2	2	4
Recuos lat. e fundos	1,5 m	1,5 m	1,5 m
Recuo frontal	Faixa de domínio/ faixa não edificável	0	0
Taxa máx. de ocup.	70%	70%	70%
Taxa mín. de perm.	20%	20%	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	1	1	-
Densidade máx. (UH/Hectare)	18	18	160

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, condomínios verticais (EHC);
- Comércio e serviços de bairro e setorial;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



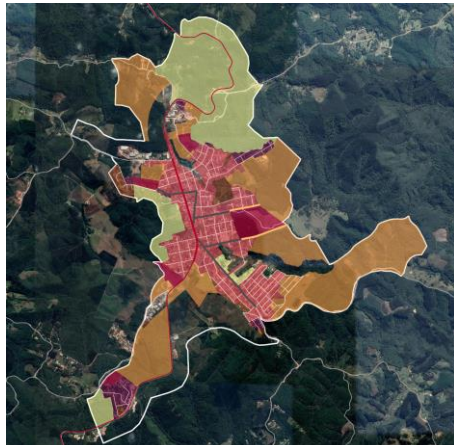
Zona de Baixa Densidade - ZRBD

Parcela mínima	2500 m ²
Testada mínima	20 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo - - Básico - 0,4 Máximo - 0,8
N° máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	3 m
Recuo frontal	10 m
Taxa máxima de ocupação	20%
Taxa mínima de permeabilidade	70%
Densidade máx. (UH/Lote)	1
Densidade máx. (UH/Hectare)	4

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória;
- Outros usos de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zonas Especiais de Int. Social - ZEIS

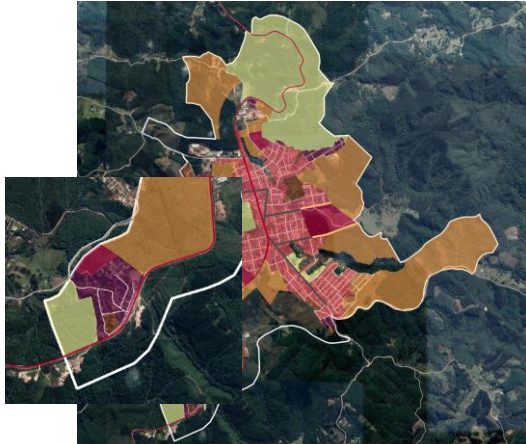
Parcela mínima	180 m ²
Testada mínima	6 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo - 0,4 Básico - 1 Máximo - 2
N° máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5,0 m
Taxa máxima de ocupação	70%
Taxa mínima de permeabilidade	10%
Densidade máx. (UH/Lote)	1
Densidade máx. (UH/Hectare)	18 → 45

Parâmetros da ZEIS-RF definidos por plano de urbanização (lote mínimo 125/180 m²)

Principais usos

- Residencial unifamiliar, casa geminada;
- Outros usos de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zonas Especiais de Int. Social - ZEIS

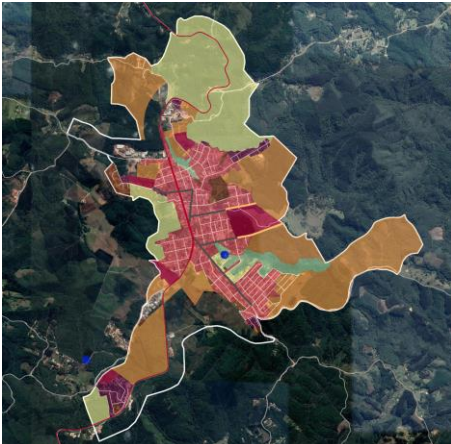
Parcela mínima	180 m ²
Testada mínima	6 m
Coefficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,4 Básico – 1 Máximo – 2
Nº máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5,0 m
Taxa máxima de ocupação	70%
Taxa mínima de permeabilidade	10%
Densidade máx. (UH/Lote)	1
Densidade máx. (UH/Hectare)	18 → 45

Parâmetros da ZEIS-RF definidos por plano de urbanização (lote mínimo 125/180 m²)

Principais usos

- Residencial unifamiliar, casa geminada;
- Outros usos de baixo impacto.

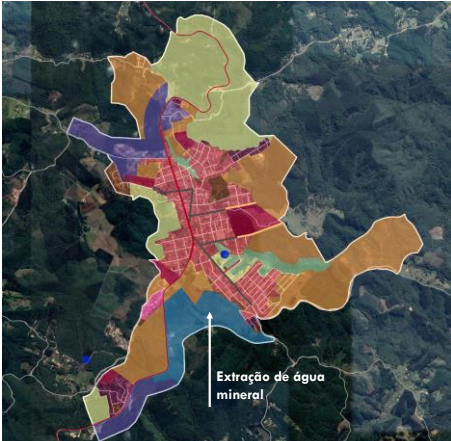
ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zona potencial de parquet – ZPOP
Área destinada à implantação de parques urbanos

Zona de interesse de abastecimento de água – ZEIAA
Área destinada à proteção do entorno dos poços de abastecimento público

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zonas de Indústria e Serviços

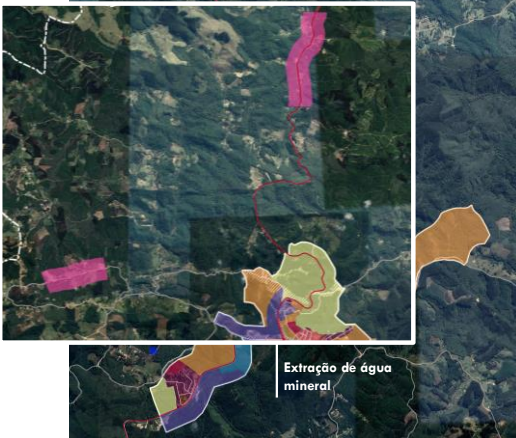
	ZI	ZS
Parcela mínima	5.000 m ²	810 m ²
Testada mínima	15 m	18 m
Coefficientes de aproveitamento	Mín. – 0,2 Bás. – 1 Máx. – 1,5	Mín. – 0,2 Bás. – 1 Máx. – 1,5
Nº máx. de pavtos.	2	2
Recuos lat. e fundos	5 m	5 m
Recuo frontal	15 m	15 m
Taxa máx. de ocup.	70%	70%
Taxa mín. de perm.	25%	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	-	-
Densidade máx. (UH/Hectare)	-	-

Principais usos

- Industrial
- Serviços de grande impacto.

Exatção de água mineral

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



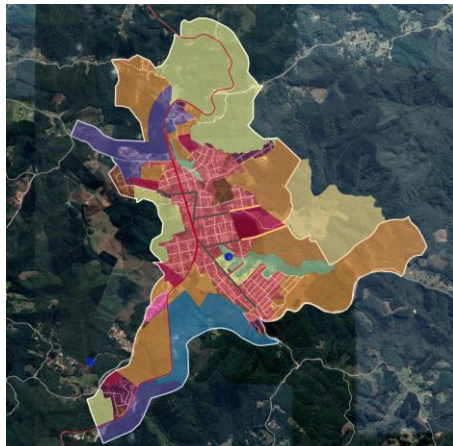
Zonas de Indústria e Serviços

	ZI	ZS
Parcela mínima	5.000 m ²	810 m ²
Testada mínima	15 m	18 m
Coeficientes de aproveitamento	Mín. – 0,2	Mín. – 0,2
	Bás. – 1	Bás. – 1
	Máx. – 1,5	Máx. – 1,5
N° máx. de pavtos.	2	2
Recuos lat. e fundos	5 m	5 m
Recuo frontal	15 m	15 m
Taxa máx. de ocup.	70%	70%
Taxa mín. de perm.	25%	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	-	-
Densidade máx. (UH/Hectare)	-	-

Principais usos

- Industrial
- Serviços de grande impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



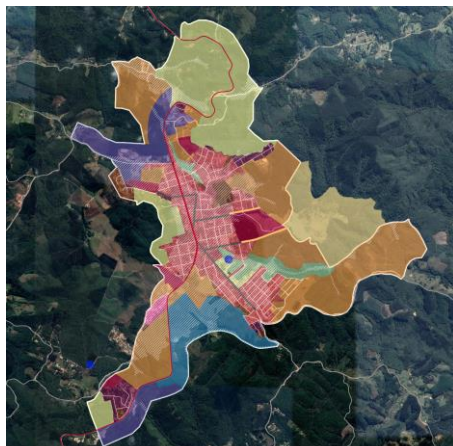
Zona de Expansão Urbana

Parcela mínima	360 m ²
Testada mínima	12 m
Coeficientes de aproveitamento	Mínimo – 0,2
	Básico – 1
	Máximo – 2
N° máximo de pavimentos	2
Recuos laterais e de fundos	1,5 m
Recuo frontal	5 m
Taxa máxima de ocupação	70%
Taxa mínima de permeabilidade	20%
Densidade máx. (UH/Lote)	2
Densidade máx. (UH/Hectare)	18 a 30 (cond.)

Principais usos

- Residencial unifamiliar, transitória, casas geminadas condomínios de médio porte;
- Comércio e serviços;
- Institucional e comunitário;
- Industrial de baixo impacto.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Setor de fragilidade ambiental
Área sobre as formações do karst (risco de afundamento)

Para parcelamento e construção será exigido estudo geológico-geotécnico (complexidade proporcional ao porte do empreendimento).

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO
Eixos de Turismo e Lazer - ETL



Permitido condomínios de chácaras com fração mínima = 2500 m².

Necessidade de solução para tratamento de esgotamento sanitário.

Anuência da Comec para aprovação.

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO – BARRA DO CAPIVARI – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zona especial de Int. Social – ZEIS-RF
Zona de Ocupação Consolidada – ZOC
Zona de baixa densidade – ZRBD
Setor de fragilidade Ambiental - SEFA

Seguem os mesmos parâmetros das zonas da sede urbana apresentados anteriormente

ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO
ZONEAMENTO URBANO – MACIEIRA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO



Zona especial de Int. Social – ZEIS-RF
Setor de fragilidade Ambiental - SEFA

Seguem os mesmos parâmetros das zonas da sede urbana apresentados anteriormente

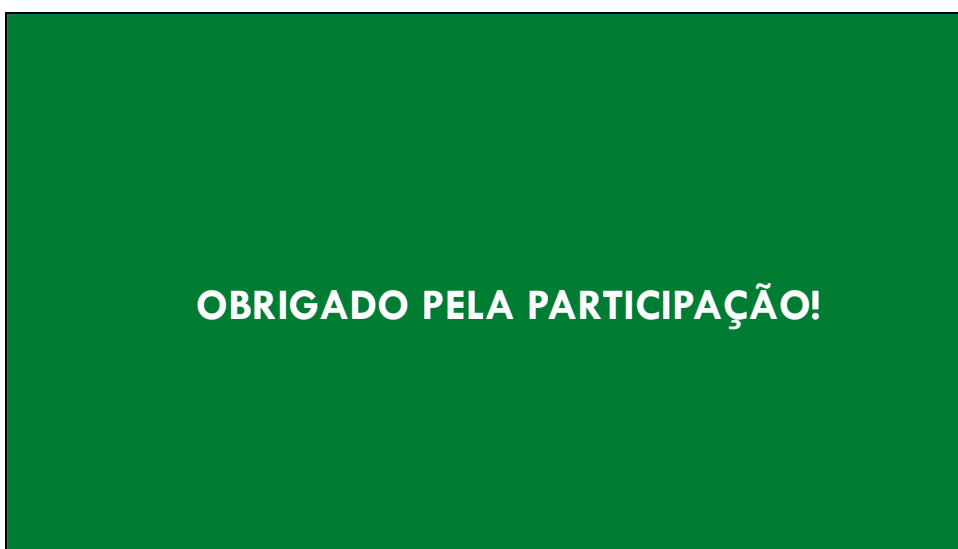


GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DO PLANO DIRETOR:

Endereço: <http://www.bocaiuvadosul.pr.gov.br>

E-mail: planodiretorbocaiuva@gmail.com



Material disponibilizado na página da prefeitura municipal:



Quadro 1: Propostas iniciais para Estratégias e principais ações..

ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
1. Desenvolvimento Rural Sustentável Integrado	Construir, de forma participativa, o processo de desenvolvimento rural sustentável por meio de ações integradas em agroecologia, agricultura orgânica, agrofloresta, hortifrutigranjeiros, suinocultura, aquicultura, turismo, fruticultura, meliponicultura, promovendo a diversificação de oportunidades de negócios, emprego e renda, a difusão de novas tecnologias e culturas e a capacitação da força de trabalho.		a) Fortalecer e ampliar a representatividade do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município, com participação de Agricultores Agroflorestais, Turismo Rural, Aquicultura, Fruticultura, Meliponicultura, Laticínios, Pecuária, Agricultura Orgânica e Hortifrutigranjeiros; b) Reativar o Conselho de Turismo Rural (na forma de Câmara Técnica do Conselho de Desenvolvimento Agropecuário do Município); c) Promover o Turismo Rural: Reativação das Caminhadas da Natureza e Roteiros/Circuitos Agroecológicos, Mapeamento de Atrativos Turísticos, Marketing, Qualificação de Estabelecimentos e Força de Trabalho; d) Elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE), visando a diversificação da produção, a ampliação da comercialização, a promoção do associativismo, a difusão de novas tecnologias e culturas e ações de capacitação da força de trabalho e extensão rural; e) Promover parcerias técnicas para expandir a atuação da extensão rural no município; f) Implantar, em parceria com a Cohapar e outros órgãos afins, Assentamentos Rurais, em dimensões de módulos rurais mínimos, com infraestrutura de Transporte e escoamento da Produção, Acesso a Equipamentos Sociais e Assistência Técnica; g) Qualificar Produtores, Implantar Serviço de Inspeção Municipal e Certificação (Selo Arte, Selo de Produção Orgânica, SIM/SIP) da produção para ampliar oportunidades de mercado para produção agropecuária em escala artesanal, orgânicos e produção de hortifrutigranjeiros.
2. Desenvolvimento da Economia Urbana	Promover oportunidades de negócios, emprego e renda, qualificando e capacitando a força de trabalho e a difusão de novas tecnologias, associada às vocações produtivas, ampliando o valor adicionado da economia municipal.		a) Implantar e revisar instrumentos de estímulo e atração de investimentos empresariais, conformando o distrito da agroindústria e o arranjo produtivo local da produção orgânica e artesanal, adequados às peculiaridades econômicas, físicas e geológicas do município; b) Promover acesso e orientação a canais de crédito e assistência técnica e empresarial para as micro e pequenas empresas e empreendedores individuais; c) Implantar instrumentos do Programa Cidade Empreendedora em parcerias com instituições de desenvolvimento regional; d) Ampliar parcerias metropolitanas e do Vale do Ribeira para articulação de ações de desenvolvimento econômico sustentável.

ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
3. Qualificação Institucional e Financeira	Desenvolver a capacidade de planejamento e ampliar a capacidade de investimento para a orientação ao crescimento urbano sustentável, por meio de estrutura legal, unidades administrativas dedicadas, capacitação e profissionalização funcional, instituição e desenvolvimento do potencial tributário e estabelecimento de parcerias, financiamento e convênios intergovernamentais para transferências de capital.		<p>a) Articular o Plano de Ação e Investimentos às leis orçamentárias municipais;</p> <p>b) Implantação de unidade funcional para a elaboração de projetos, acompanhamento de oportunidades de convênios e emendas parlamentares, para transferências de capital;</p> <p>c) Atualização da Planta Genérica de Valores;</p> <p>d) Atualização do cadastro tributário, de forma a se integrar ao Sistema de Informações Municipais, nos padrões de cadastro multifinalitário e de SIG;</p> <p>e) Profissionalização e dotação de estrutura funcional adequada e dedicada para a fiscalização tributária;</p> <p>f) Estabelecer consórcios e parcerias metropolitanas e no Vale do Ribeira para programas de investimento de interesse intermunicipal.</p>
4. Fortalecimento institucional	Desenvolver a capacidade de gestão territorial por meio de implantação de estruturas funcionais específicas adequada às atribuições concernentes à área, com ampla participação da sociedade civil e da qualificação dos servidores municipais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à comunidade.	4.1 Programa de reestruturação administrativa	<p>a) Instituir e implantar uma estrutura funcional de gestão territorial (Secretaria ou Serviços Social Autônomo), responsável por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • planejamento, gestão territorial e mobilidade; • gestão ambiental (função transferida da pasta de Agricultura) • fiscalização urbanística e ambiental; • habitação e regularização fundiária urbana e rural; <p>b) Instituir e implantar departamentos integrantes à Secretaria de Obras e Serviços Públicos, com responsabilidades e atribuições relacionadas ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Departamento de obras e serviços rurais; • Departamento de obras e serviços urbanos. <p>Obs.: a implantação contempla a contratação de técnicos, qualificação funcional dos existentes e compra de equipamentos necessários.</p>
		4.2 Programa de fortalecimento da gestão territorial	<p>a) Qualificar, de forma continuada, os técnicos de gestão territorial e tributação para o uso de ferramentas de SIG, priorizando o uso de softwares livres;</p> <p>b) Implantar o Sistema de Informações Geográficas municipal, observando-se as diretrizes de cadastro multifinalitário, por meio da conversão dos arquivos analógicos e digitais dos parcelamentos municipais, de forma integrada com o Cadastro Tributário;</p> <p>c) Contratar serviços especializados de geologia para avaliação e expedição de laudos técnicos;</p> <p>d) Captar recursos para a implantação da política habitacional/de regularização fundiária;</p> <p>e) Definir os limites dos bairros como unidades de gestão territorial;</p> <p>f) ordenar nomes e numeração de ruas;</p> <p>g) Firmar parcerias com entidades do governo estadual para o monitoramento do uso do solo na área rural de interesse metropolitano;</p> <p>h) Regularizar a divisa municipal com Rio Branco do Sul, considerando a gestão dos territórios da Macieira e do Ribeirãozinho, onde a Prefeitura de Bocaiúva do Sul presta serviços públicos.</p>



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
4. Fortalecimento institucional	Desenvolver a capacidade de gestão territorial por meio de implantação de estruturas funcionais específicas adequadas às atribuições concernentes à área, com ampla participação da sociedade civil e da qualificação dos servidores municipais, de forma a aumentar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à comunidade.	4.3 Programa de transparência e participação social	a) Implementar o Conselho de Desenvolvimento Territorial - CODET, de caráter deliberativo, contemplando: (i) nomeação dos representantes do poder público; (ii) eleição dos representantes da iniciativa privada; (iii) estabelecimento do regimento interno; (iv) criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal e demais fundos exigidos pelas políticas federais; b) Promover a instituição legal, nomeação, instalação e operação das Câmaras Técnicas vinculadas ao CODET: Câmara Técnica de planejamento e gestão territorial (inclui mobilidade), Câmara Técnica de Meio Ambiente e Saneamento, Câmara Técnica de Habitação e Regularização Fundiária e Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável; c) Manter espaço dedicado ao Plano Diretor no website da Prefeitura disponibilizando, no mínimo, as seguintes informações: Relatórios Plano Diretor / Legislação / Plano de Ações Integradas com indicadores de monitoramento atualizados / informações sobre audiências públicas, conferências municipais e outras ligadas ao Plano; d) Implementar canal de comunicação permanente para receber sugestões e esclarecer dúvidas referentes ao PDBS e à gestão territorial; e) Implementar o sistema participativo de monitoramento e avaliação do PDBS, contemplando (i) a elaboração de relatório anual do Executivo com vistas ao replanejamento de ações para programação futura e correção das efetivadas; (ii) a realização de Conferências Municipais para debater de forma participativa o replanejamento das ações.
5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária	Garantir o direito fundamental à moradia por meio de planejamento articulado com as demais políticas públicas, diversificando alternativas de acesso ao direito à moradia, promovendo a regularização urbanística em todo o território municipal e a regularização fundiária plena e gratuita para a população de baixa renda e melhorias de infraestrutura.	5.1 Programa emergencial de segurança fundiária e jurídica	a) Realocar população de áreas que já foram identificadas como de risco pela revisão do Plano Diretor para terrenos adequados à urbanização, recuperando e dando novos usos a essas áreas; b) Aprofundar os estudos de risco potencial nas áreas de risco avaliadas pelo PDBS, classificadas como de médio risco, a partir do termo de referência para laudo geológico-geotécnico incorporado aos processos de aprovação de parcelamento; c) Estabelecer os procedimentos para concessão do uso de terrenos públicos para fins de moradia.
		5.2 Programa de regularização fundiária	a) Identificar e mapear os terrenos e imóveis de propriedade do Município; b) Elaborar e implementar uma Campanha de educação urbanística para a construção regular e para a regularização fundiária, contemplando (i) plano de comunicação e mídia que incentive o uso e ocupação em conformidade com a lei; (ii) parceria com o cartório de registro de imóveis local e com o Ministério Público do Paraná para ações de regularização; (iii) programa de incentivos para regularização administrativa (adequação ao zoneamento e código de obras); c) Realizar parceria com a Cohapar para a alimentação do cadastro habitacional de Bocaiúva do Sul, para a área urbana e rural (por ex. PNHR); d) Elaborar e implantar Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social, abordando os aspectos de irregularidade jurídico-administrativas em conjunto com a precariedade da habitação, de infraestrutura e de acesso a serviços públicos, contemplando (i) regularização dos comodatos destinados à habitação de interesse social; (ii) programas distintos para (a) regularização prioritária de ocupações sobre o Aquífero Karst, (b) regularização de habitações enquadradas como de interesse social com relocação gratuita e (c) demais formas de irregularidade; (iii) regularização de ocupações localizadas na área rural; (iv) integração com o Programa de Habitação de Interesse Social.

ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
5. Promoção da moradia digna e regularização fundiária	Garantir o direito fundamental à moradia por meio de planejamento articulado com as demais políticas públicas, diversificando alternativas de acesso ao direito à moradia, promovendo a regularização urbanística em todo o território municipal e a regularização fundiária plena e gratuita para a população de baixa renda e melhorias de infraestrutura.	5.3 Programa de habitação de interesse social	<p>a) Iniciar processo de regularização da situação do município com o SNHIS para viabilizar o repasse de recursos do governo federal, envolvendo o Conselho de HIS e seu fundo;</p> <p>b) Elaborar e implantar Plano de Habitação de Interesse Social, contemplando (i) realização de um cadastro municipal de famílias sem acesso à moradia; (ii) desenvolvimento de estratégias para a melhoria das condições de habitação nas áreas urbanas e rural para a população de baixa renda; (iii) elaboração de programas diversificados de oferta de moradia, contemplando alternativas como a regulamentação do aluguel social, programas de incentivo à autogestão e a produção de unidades habitacionais; (iv) indicação de terrenos com localização adequada para projetos habitacionais a serem executados mediante plano e critérios para a escolha das famílias que serão contempladas;</p> <p>c) Desenvolver e implementar um Plano Estratégico de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), contemplando: (i) promoção do acesso aos serviços e acompanhamento técnicos dos profissionais da área da arquitetura, urbanismo, engenharia e outros para a população de baixa renda; (ii) contribuição para a permanência das famílias em seus territórios a partir da qualificação da sua moradia dentro dos princípios de habitabilidade; (iii) estabelecimento de parcerias com departamentos Universidades, CAU-PR, ONGs, Emater, Sindarq e escritórios e profissionais liberais que trabalham com ATHIS.</p>
6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais	Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, descentralização e qualificação dos equipamentos, melhoria das condições de circulação e do saneamento básico de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde da população.	6.1 Programa de qualificação urbanística e paisagística	<p>a) Elaborar projeto e implantar para um espaço próprio adequado ao comércio ambulante no Centro, adequado para a aglomeração de pessoas, com fácil acesso e infraestrutura;</p> <p>b) Estruturar o eixo de comércio e serviço no bairro Fazenda São Marcos, com adequação dos passeios, espaço para publicidade, estacionamento e que ofereça melhores condições de acesso, permanência e circulação;</p> <p>c) Elaborar projeto e Implantar um parque urbano em Bocaiúva do Sul, com espaço para a prática de esportes e eventos culturais, contemplando dispositivos de educação socioambiental;</p> <p>d) Elaborar e implantar projeto de arborização e adequação de calçadas da área central às normas de acessibilidade;</p> <p>e) Mapear, sinalizar e preservar as referências culturais de interesse municipal de preservação histórica/cultural;</p> <p>f) Urbanizar áreas precárias que concentram população (Vila Angélica, Barra do Capivari, Macieira, listar outras).</p>



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais	Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuvenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, descentralização e qualificação dos equipamentos, melhoria das condições de circulação e do saneamento básico de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde da população.	6.2 Programa de qualificação dos serviços sociais	<p>a) Implantar equipamentos e serviços para Educação Infantil e Ensino Fundamental, de forma a atender a demanda atual e projetada;</p> <p>b) Implantar um CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;</p> <p>c) Implantar uma nova UBS - Unidade Básica de Saúde, bem como contratar equipe necessária para seu funcionamento;</p> <p>d) Adequar a estrutura e ampliar os serviços do Hospital Municipal, implantando serviço de Pronto Atendimento e maternidade;</p> <p>e) Melhorar os serviços e implantar novos equipamentos de cultura, esporte e lazer de forma descentralizada;</p> <p>f) Melhorar a infraestrutura física de equipamentos sociais, priorizando a reforma das escolas, hospital e espaços de esporte e lazer;</p> <p>g) Promover serviços sociais itinerantes de forma a melhorar o atendimento na área rural;</p> <p>h) Realizar consórcio com o município de Barra do Turvo/SP para atendimento de serviços sociais da comunidade de Areia Branca.</p>
		6.3 Programa de qualificação da mobilidade urbana	<p>a) Promover melhorias na Rodovia Federal BR-476: manutenção dos dispositivos de segurança, sobretudo na área urbana, e implantação de mais pontos de ultrapassagens;</p> <p>b) Elaborar um padrão-modelo de calçadas acessíveis que atenda aos princípios da acessibilidade universal, garantindo que o deslocamento do pedestre seja realizado de forma confortável, fluida e segura;</p> <p>c) Estabelecer prioridades para obras de pavimentação e sinalização viária;</p> <p>d) Promover medidas de controle da circulação urbana do transporte de cargas regulamentadas em lei municipal: i) definição de rotas preferenciais; ii) proibição da circulação em área urbana de veículos de carga de grande porte; iii) regulamentação dos estacionamentos de carga e descarga; iv) provisão de sinalização específica;</p> <p>e) delimitar e implantar um pátio coletivo de estacionamentos de caminhões;</p> <p>f) Ampliar a cobertura do serviço de transporte público coletivo: i) implantação de linha direta do Terminal de Bocaiúva do Sul até Terminal de Colombo; ii) ampliação de horários de ônibus; iii) implantação de nova linha que integre a sede de Bocaiúva do Sul com Campina Grande do Sul;</p> <p>g) Elaborar o Plano de Mobilidade Urbana, abordando prioritariamente as seguintes temáticas: i) classificação e organização da circulação; ii) promoção da acessibilidade universal e a criação de condições adequadas à circulação de pedestres e ciclistas; iii) circulação viária em condições seguras e humanizadas; iv) acessibilidade, transporte coletivo e escolar para a área rural, e; v) estruturação institucional.</p>

ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
<p>6. Qualificação do espaço urbano e serviços sociais</p>	<p>Melhorar a qualidade e o acesso dos bocaiuvenses à infraestrutura e serviços, por meio do incremento, descentralização e qualificação dos equipamentos, melhoria das condições de circulação e do saneamento básico de modo a ampliar a cobertura de atendimento, fomentar a acessibilidade universal e zelar pela saúde da população.</p>	<p>6.4 Programa de melhoria dos serviços de saneamento básico</p>	<p>a) Revisar o Plano Municipal de Água e Esgoto (PMSB) e as metas do Contrato de Programa com a Sanepar, para ampliar o sistema de esgotamento sanitário na sede urbana, buscando atingir 100% de atendimento nas regiões de fragilidade ambiental (áreas de influência direta do Karst), considerando as ampliações da malha urbana previstas pelo PDBS, bem como a adequação do sistema de tratamento dos efluentes (ETE Tapera), de maneira a torná-lo mais eficiente, atendendo aos parâmetros legais de lançamento; b) Promover o emprego de sistemas de tratamento alternativo de esgoto em áreas não atendidas pelo serviço público de coleta e tratamento de esgoto, principalmente na área rural e áreas urbanas afastadas; c) Implantar sistemas eficientes de drenagem nos locais com maior incidência de alagamentos; d) Realizar levantamento sistemático e paulatino da rede de drenagem existente, a partir do registro de suas características durante obras de manutenção; e) Criar programa de coleta dos resíduos sólidos, sobretudo a seletiva, abrangendo toda a população municipal; f) Realizar campanhas educativas e publicitárias para adesão da população na correta separação dos resíduos; g) Incrementar a estrutura física e administrativa para a ampliação do serviço de Coleta Pública de resíduos.</p>
<p>7. Redução de riscos geoambientais</p>	<p>Eliminar e/ou reduzir os riscos causados por ocupações urbanas em áreas de altas declividades e nas regiões de afloramento de rochas associadas ao aquífero Karst</p>		<p>a) Promover ações de esclarecimento e orientação à população quanto aos problemas relacionados à ocupação de terrenos localizados em áreas com altas declividades e nas regiões de afloramento/exposição de rochas e solo associados ao aquífero Karst; b) Complementar os estudos de áreas de risco geoambiental realizado no PDBS, mapeando, qualificando e quantificando os riscos em áreas ocupadas e de expansão urbana, incluindo a delimitação de áreas inundáveis; c) Incorporar a exigência de laudo Geológico-Geotécnico com termo de referência específico elaborado para a realidade local, em processos de aprovação de parcelamentos (inclusive para regularização fundiária) e construções de grande porte; d) Elaborar e implantar projetos de recuperação e usos compatíveis das áreas de risco geoambiental, priorizando-se as que são alvo de realocação; e) Elaborar e implantar programa de monitoramento das áreas de risco, contemplando (i) sistema de fiscalização das áreas de risco e áreas ambientalmente protegidas, envolvendo a sociedade civil; (ii) plano municipal de gerenciamento de crises e (iii) treinamento de um funcionário da prefeitura para coordenar ações de defesa civil no nível municipal; f) Elaborar estudo para ampliação do cemitério contemplando um estudo hidrogeológico e geotécnico abrangendo raio de 100 metros do terreno atual.</p>



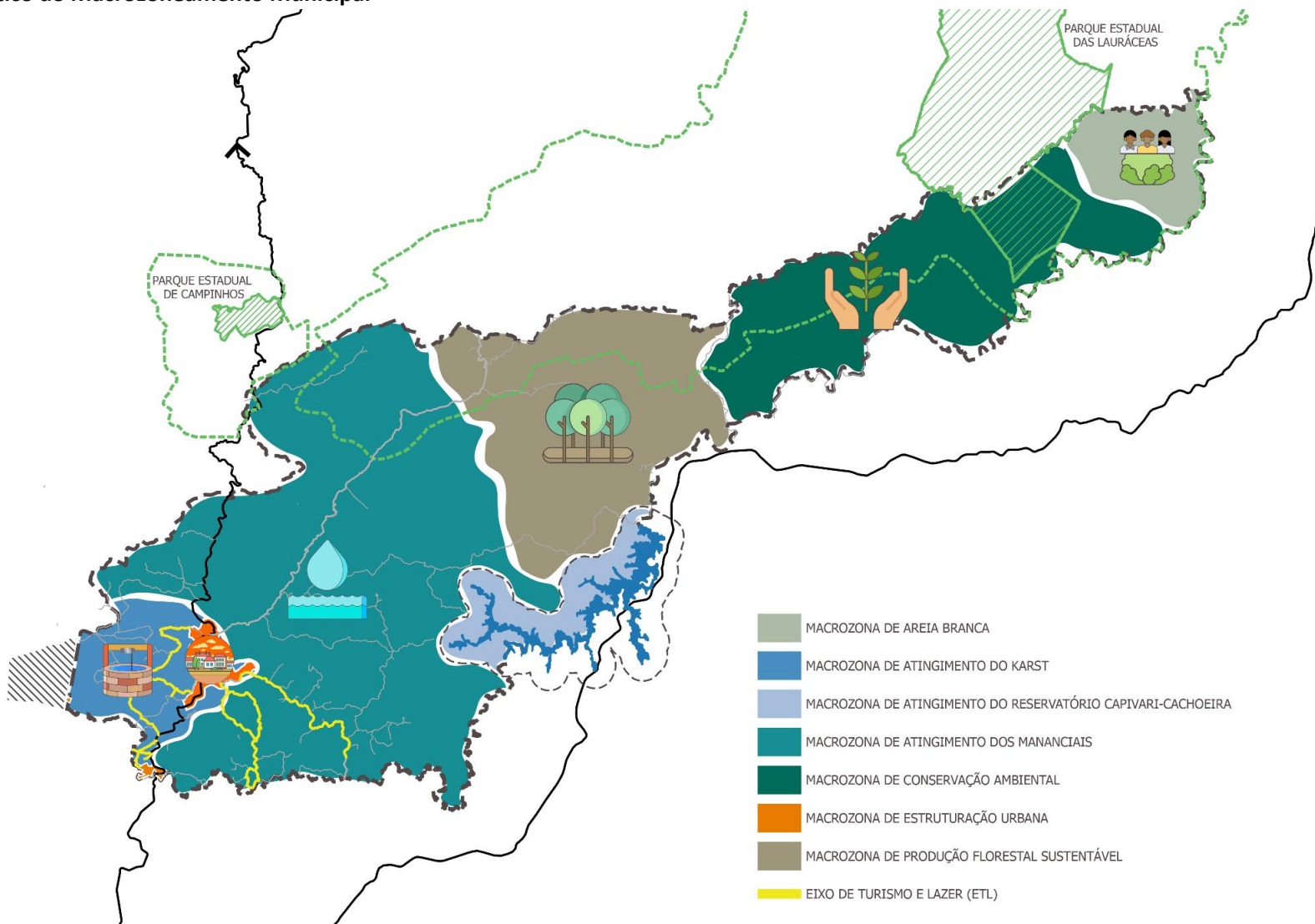
ESTRATÉGIA	OBJETIVOS / DESCRIÇÃO	PROGRAMA	PRINCIPAIS AÇÕES
8. Valorização dos bens socioambientais	Proteger os ecossistemas e as referências culturais do município por meio da preservação das áreas verdes representativas, conservação e recuperação dos potenciais hídricos, uso sustentável dos bens socioambientais e educação socioambiental, de modo a valorizar a cultura e a paisagem de Bocaiúva do Sul.	8.1 Programa de conservação e recuperação dos recursos hídricos	<p>a) Promover o monitoramento e o controle do adensamento urbano sobre as áreas ambientalmente frágeis e a manutenção da permeabilidade do solo, com a definição de parâmetros e usos mais restritivos, principalmente daquelas desprovidas de infraestrutura adequada de saneamento;</p> <p>b) Efetuar a identificação, cadastro e mapeamento das nascentes, dolinas e áreas de recarga do Aquífero Karst localizadas no perímetro urbano, determinando o seu raio de proteção;</p> <p>c) Promover a recuperação das áreas de preservação permanente degradadas dos rios e córregos urbanos, especialmente do Rio Tapera;</p> <p>d) Realizar vistorias nos imóveis urbanos, visando identificar possíveis irregularidades no lançamento de efluente doméstico sem tratamento;</p> <p>e) Definir áreas estratégicas com vegetação residual na sede urbana para a manutenção da permeabilidade e recarga do lençol freático, formando um sistema de áreas verdes urbanas.</p>
		8.2 Programa valorização dos bens socioambientais	<p>a) Criar mecanismos para a compensação ambiental para os proprietários de áreas verdes, por meio do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA);</p> <p>b) Viabilizar estudo para implantação da redução do IPTU nos terrenos urbanos que mantêm áreas verdes representativas e em bom estado de conservação, em especial os fundos de vale;</p> <p>c) Incentivar a criação de RPPNM, com divulgação de vantagens (ecoturismo; pesquisa científica) e apoio técnico e institucional, bem como parcerias com ONG's;</p> <p>d) Prestar apoio à inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os proprietários de imóveis rurais;</p> <p>e) Criar mecanismos para frear o aumento das áreas com reflorestamento de espécies exóticas (Pinus e Eucalipto).</p> <p>f) Elaborar e implantar o Programa Municipal de Educação Socioambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar, em todos os níveis de ensino, formal e informal, abordando de forma integrada os aspectos ambientais - fauna, flora e características geofísicas – e aspectos culturais – patrimônio edificado, história e costumes – que constituem a identidade do cidadão bocaiuvense.</p> <p>g) Implantar a Casa da Cultura de Bocaiúva do Sul, prevendo espaço que aborde de forma interativa os aspectos ambientais e culturais do município.</p>

2. Quadro de diretrizes para revisão da legislação do PDBS.

DIRETRIZES DE REVISÃO DA LEGISLAÇÃO DO PDBS (Acontece durante este período de revisão do PDBS, para ser aprovado pela Câmara dos Vereadores)	
Revisão da Lei do Plano Diretor	<ul style="list-style-type: none"> a) Relação do plano diretor com Plano de Ação e Investimentos - PAI e orçamento municipal - reforçar a importância do PAI e sua relação com o plano diretor e o orçamento municipal; b) Função social da propriedade urbana - estabelecer critérios específicos para o cumprimento da função social e os casos de aplicação do IPTU progressivo e PEUC; c) Instrumentos urbanísticos - estabelecer os critérios e processos necessários à aplicação dos instrumentos urbanísticos úteis ao município, em especial o IPTU Progressivo, EIV e instrumentos ligados à regularização fundiária; d) Revisar texto da lei, atualizando estratégias, planos, ações e prazos.
Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> a) Revisão do zoneamento, enquadrando à legislação estadual, considerando a revisão do Decreto 745/2015. b) Revisão das tabelas de parâmetros de uso e ocupação do solo (tamanho mínimo do lote, altura máxima, taxa de ocupação, nº de habitações por lote etc); - complementação da tabela de usos, definindo zonas para instalação de supermercados, borracharia etc; - criação de eixos de comércio e serviços; - Regulamentação de condomínios; - Zona especial de interesse turístico (permitindo condomínio de chácaras); - Estabelecimento de usos permitidos e proibidos nas zonas rurais.
Revisão dos demais códigos	Correção, complementação e simplificação no que for possível.



1. Mapa esquemático do Macrozoneamento Municipal



Fonte: Funpar, 2020.

1.1. Descrição das Macrozonas Municipais

SIGLA	MACROZONA	DESCRIÇÃO	OBJETIVO GERAL	DIRETRIZES
MAB	Macrozona da Areia Branca	Compreende parte da região rural de Bocaiúva do Sul onde se localiza a Comunidade de Remanescentes de Quilombos Areia Branca, sendo destinada à agricultura de subsistência e atividades de produção compatíveis com a cultura quilombola. É delimitada pelo rio Uberaba (que marca o limite de Bocaiúva do Sul com Adrianópolis-PR), rio Pardo (que marca o limite com Barra do Turvo-SP) e pelos por dois rios de nome desconhecido (rios sem nome 1 e 2) que estabelecem o limite com a Macrozona de Conservação Ambiental. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul.	Fortalecer o desenvolvimento da Comunidade de Remanescentes de Quilombos Areia Branca, melhorando a qualidade de vida dos seus habitantes e protegendo sua cultura.	<ol style="list-style-type: none"> I. Captar recursos estaduais e federais de proteção do patrimônio cultural e ambiental. II. Realizar parcerias e convênios com o Estado do Paraná e com municípios vizinhos para o atendimento de serviços básicos, habitacionais e para a promoção de atividades de fomento à Comunidade de Remanescentes de Quilombos Areia Branca. III. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.
MAAK	Macrozona de Atingimento do Aquífero Karst	Compreende a região na qual incide o Aquífero Karst, conforme Decreto Nº 4.435/2016 (COMEC); excluindo os perímetros urbanos definidos pela legislação municipal. Caracteriza-se pelo uso rural, de turismo e lazer compatibilizado ao Aquífero Karst, conforme as normas estaduais e metropolitanas. Possui possibilidade de uso restritiva às questões de ocupação.	Moderar o uso do solo com prioridade para o uso rural compatível com o Aquífero Karst e com as fragilidades do solo. Possui possibilidade de uso restrita às questões de ocupação. Objetiva contribuir para a implementação prática do desenvolvimento sustentável, com o incentivo do turismo e da agricultura orgânica.	<ol style="list-style-type: none"> I. Promover a conservação dos recursos naturais e dos compartimentos hidrogeológicos, garantindo a qualidade ambiental do Aquífero Karst II. Fornecer apoio técnico para a utilização do solo rural e para o desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas sustentáveis, de acordo com a aptidão do solo e com as restrições ambientais, como a agrofloresta e o turismo ecológico; III. Restringir a ocupação e a expansão fora dos limites do perímetro urbano, priorizando ações de fiscalização do uso e ocupação do solo em parceria com o Governo do Estado do Paraná.
MARC	Macrozona de Atingimento do Reservatório Capivari-Cachoeira	Compreende a área de amortecimento de 1 km (um quilômetro) de largura no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira, conforme o Zoneamento Socioambiental da Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza (UHE GPS), definido no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA) da UHE GPS.	Promover o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e atividades de lazer e de recreação compatíveis com a proteção do patrimônio ambiental.	<ol style="list-style-type: none"> I. Implantar o Zoneamento Socioambiental da UHE PGS, de acordo com o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA); II. Disciplinar o uso das propriedades no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira, de acordo com a legislação federal e estadual de uso do solo rural; III. Fomentar práticas ligadas ao turismo ecológico e ao desenvolvimento rural sustentável no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira; IV. Garantir o acesso livre ao lago do reservatório Capivari-Cachoeira; V. Proteger e recuperar a mata ciliar no entorno do reservatório Capivari-Cachoeira.



REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE BOCAIÚVA DO SUL
FASE 3 – DIRETRIZES E PROPOSTAS



SIGLA	MACROZONA	DESCRIÇÃO	OBJETIVO GERAL	DIRETRIZES
MAM	Macrozona de Atingimento dos Mananciais	Compreende a região na qual incidem as Áreas de Interesse de Manancial de Abastecimento Público da RMC, conforme Decreto Nº 4.435/2016 (COMEC). Esse decreto estadual declara as bacias do Rio Capivari, Rio Ouro Fino e Rio Santana como Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público; excluindo a área de incidência do Aquífero Karst e os perímetros urbanos definidos pela legislação municipal. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual de Campinhos e do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul. Caracteriza-se pela população rural em crescimento e pela retração das atividades agrícolas.	Promover usos e atividades rurais sustentáveis, compatíveis com a preservação da qualidade hídrica de Bocaiúva do Sul.	<p>I. Proteger e recuperar a vegetação nativa dos mananciais;</p> <p>II. Desenvolver atividades hortifrutigranjeiras compatíveis com a preservação da qualidade hídrica em Bocaiúva do Sul, articuladas com o desenvolvimento rural sustentável;</p> <p>III. Fornecer apoio para o desenvolvimento de estabelecimentos e de atividades turísticas, que valorizem os atributos físicos e naturais da região, em integração com municípios vizinhos;</p> <p>IV. Fortalecer o desenvolvimento econômico da agricultura familiar, agropecuária, agroindústria, mineração, extrativismo, de pesca sustentável, turismo e lazer, desde que compatíveis com a conservação ambiental, com a capacidade do solo e devidamente licenciadas pelos órgãos pertinentes;</p> <p>V. Fornecer apoio para o desenvolvimento da agroindústria e da comercialização de produtos e mercadorias ligados à produção de alimentos orgânicos cultivados na região;</p> <p>VI. Recomendar o desenvolvimento de projetos de assentamentos rurais nessa região, em conformidade com as diretrizes do Incra;</p> <p>VII. Garantir o fornecimento de serviços públicos e de melhorias habitacionais às comunidades rurais; VIII. Atender às normas estaduais de manejo sustentável e de uso e ocupação do solo sobre o Aquífero Karst;</p> <p>VIII. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual de Campinhos e do Parque das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.</p> <p>*Caso uma das áreas de interesse incidentes em Bocaiúva do Sul seja revogada como manancial metropolitano, caberá ao Poder Público Municipal alterar o nome da Macrozona.</p> <p>** O aproveitamento econômico deverá estar em consonância com os objetivos e as diretrizes de proteção do patrimônio ambiental, das Áreas de Interesse de Mananciais de Abastecimento Público para a Região Metropolitana de Curitiba e dos sistemas territoriais de referência.</p>
MCA	Macrozona de Conservação Ambiental	Corresponde à área rural com vegetação nativa em estado de conservação ambiental. Está situada entre a Macrozona de Produção Florestal Sustentável, com a qual faz divisa por meio da Estrada Rural Sem Nome, e a Macrozona da Areia Branca, com a qual faz divisa por meio dos Rios Sem Nome 1 e 2. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul.	Promover a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica.	<p>I. Promover a proteção da biodiversidade e da vegetação nativa;</p> <p>II. Promover o uso sustentável da Mata Atlântica, por meio de atividades de pesquisa, de educação ambiental e de ecoturismo;</p> <p>III. Promover a integração com os remanescentes de Mata Atlântica dos municípios vizinhos;</p> <p>IV. Incentivar a implantação de reservas naturais e de Unidades de Conservação;</p> <p>V. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.</p>

SIGLA	MACROZONA	DESCRIÇÃO	OBJETIVO GERAL	DIRETRIZES
MEU	Macrozona de Estruturação Urbana	Corresponde aos perímetros urbanos descritos e institucionalizados pela Lei do Perímetro Urbano e cujos parâmetros de uso e ocupação constam na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.	Qualificar as áreas urbanas de Bocaiúva do Sul.	<p>I. Estruturar o espaço urbano de acordo com as diretrizes do plano diretor;</p> <p>II. Atender aos parâmetros de uso, ocupação e parcelamento do solo conforme disposições do Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015 e legislação complementar.</p> <p>III. Qualificar as áreas urbanas ocupadas com a implantação de infraestrutura e a garantia do acesso igualitário da população a serviços e equipamentos públicos;</p> <p>IV. Estimular a ocupação de lotes e glebas urbanas desocupados ou subutilizados conforme a Lei do Plano Diretor e as normas estaduais que incidem nas Áreas de Interesse de Manancial de Abastecimento Público na RMC;</p> <p>V. Promover a regularização fundiária e urbanística plena, com especial destaque aos locais que concentram população de baixa renda;</p> <p>VI. Ampliar as redes de esgotamento sanitário à totalidade das macrozonas;</p> <p>VII. Priorizar ações de saneamento e recuperação ambiental, assim como programas de regularização fundiária de áreas de fragilidade socioambiental, com a participação do órgão metropolitano;</p> <p>VIII. Restringir o parcelamento de áreas distantes da área central e desprovidas de infraestruturas, evitando vazios urbanos e sobregastos públicos;</p> <p>IX. Promover a localização de atividades geradoras de emprego em locais potencializados pelos investimentos públicos, conforme o Plano Diretor;</p> <p>X. Controlar o avanço das ocupações e parcelamentos irregulares, com o aumento da fiscalização, a promoção de campanhas informativas e o oferecimento de alternativas habitacionais à população;</p> <p>XI. Recuperar as Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascentes, rios, córregos e solos hidromórficos, conforme legislação estadual e federal, com atenção ao Rio Tapera;</p> <p>XII. Reverter o uso das áreas destinadas à produção florestal.</p>
MPF	Macrozona de Produção Florestal Sustentável	Compreende a área cobertura vegetal mista, que concentra plantios florestais de espécies exóticas, em conflito com áreas de preservação de mata nativa. É limitada ao sudoeste pelo limite das Áreas de Interesse de Manancial Metropolitano, ao nordeste pela Macrozona de Conservação Ambiental, demarcada pela Estrada Rural Sem Nome, e ao sul pelo limite do PACUERA do reservatório Capivari-Cachoeira. Além disso, abrange a área de incidência da Área de Amortecimento do Parque Estadual das Lauráceas no município de Bocaiúva do Sul.	Compatibilizar a produção florestal com a conservação ambiental, protegendo os remanescentes de Mata Atlântica e mantendo a qualidade hídrica em Bocaiúva do Sul.	<p>I. Monitorar a preservação da Mata Atlântica, mantendo a interligação dos fragmentos de mata nativa;</p> <p>II. Promover o apoio ao manejo sustentável das atividades agrícolas e florestais devidamente licenciadas pelos órgãos pertinentes;</p> <p>III. Na Área de Amortecimento da Unidade de Conservação (AAMUC), seguir as indicações do Plano de Manejo do Parque Estadual das Lauráceas, aplicando as determinações mais restritivas quando houver divergências entre a legislação municipal e o Plano estadual.</p>

Fonte: Funpar (2020).



1.2. Parâmetros de uso das Macrozonas Municipais

SIGLA	MACROZONA (1)	RESIDENCIAL			CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL				COMÉRCIO E SERVIÇO			INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO		INDUSTRIAL			EXTRATIVISTA		AGROPECUÁRIO
		UNIFAMILIAR	TRANSITÓRIA	INSTITUCIONAL	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	MINERAL	ANIMAL/ VEGETAL	
MAB	Macrozona da Areia Branca	P	X	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	XX	XX	X	X	X
MAAK	Macrozona de Atingimento do Aquífero Karst	P	P	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	X	X
MARC	Macrozona de Atingimento do Reservatório Capivari-Cachoeira	P	X	XX	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	X	X
MAM	Macrozona de Atingimento dos Mananciais	P	P	X	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	X	X
MCA	Macrozona de Conservação Ambiental	P	P	XX	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	XX	XX
MEU	Macrozona de Estruturação Urbana	CONFORME O ZONEAMENTO URBANO																	
MPF	Macrozona de Produção Florestal Sustentável	P	X	XX	XX	XX	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX	X	P	X

Fonte: Funpar (2020).

NOTAS: (1) Os usos em todas as macrozonas são de baixo impacto e de atendimento às comunidades.

LEGENDA:

XX	USO PROIBIDO
X	USO PERMISSÍVEL - Usos e atividades devem ser submetidos à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODET)
P	USO PERMITIDO

RESIDENCIAL: UNIFAMILIAR - Habitação isolada destinada a servir de moradia a uma só família; TRANSITÓRIA - unidades habitacionais onde se recebem hóspedes mediante remuneração; INSTITUCIONAL - destinada à assistência social, abrigando estudantes, crianças, idosos e necessitados.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL: TIPO 1 - Geminadas paralelas ou transversais ao alinhamento predial, com até 8 (oito) unidades habitacionais; TIPO 2 – Unidades autônomas isoladas, com mais de 8 unidades habitacionais e área máxima de 1 ha (um hectare); TIPO 3 – Unidades autônomas isoladas, com área máxima de 5 há (cinco hectares); TIPO 4 – Condomínio Edifício Vertical.

COMÉRCIO E SERVIÇO: TIPO 1 Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte; TIPO 2 - Atividades de médio porte ou polos geradores de tráfego; TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte.

INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO: TIPO 1 - Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte, com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades de atendimento ao uso residencial ou não, de médio ou grande porte, usos religiosos e polos geradores de tráfego, com área maior do que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados).

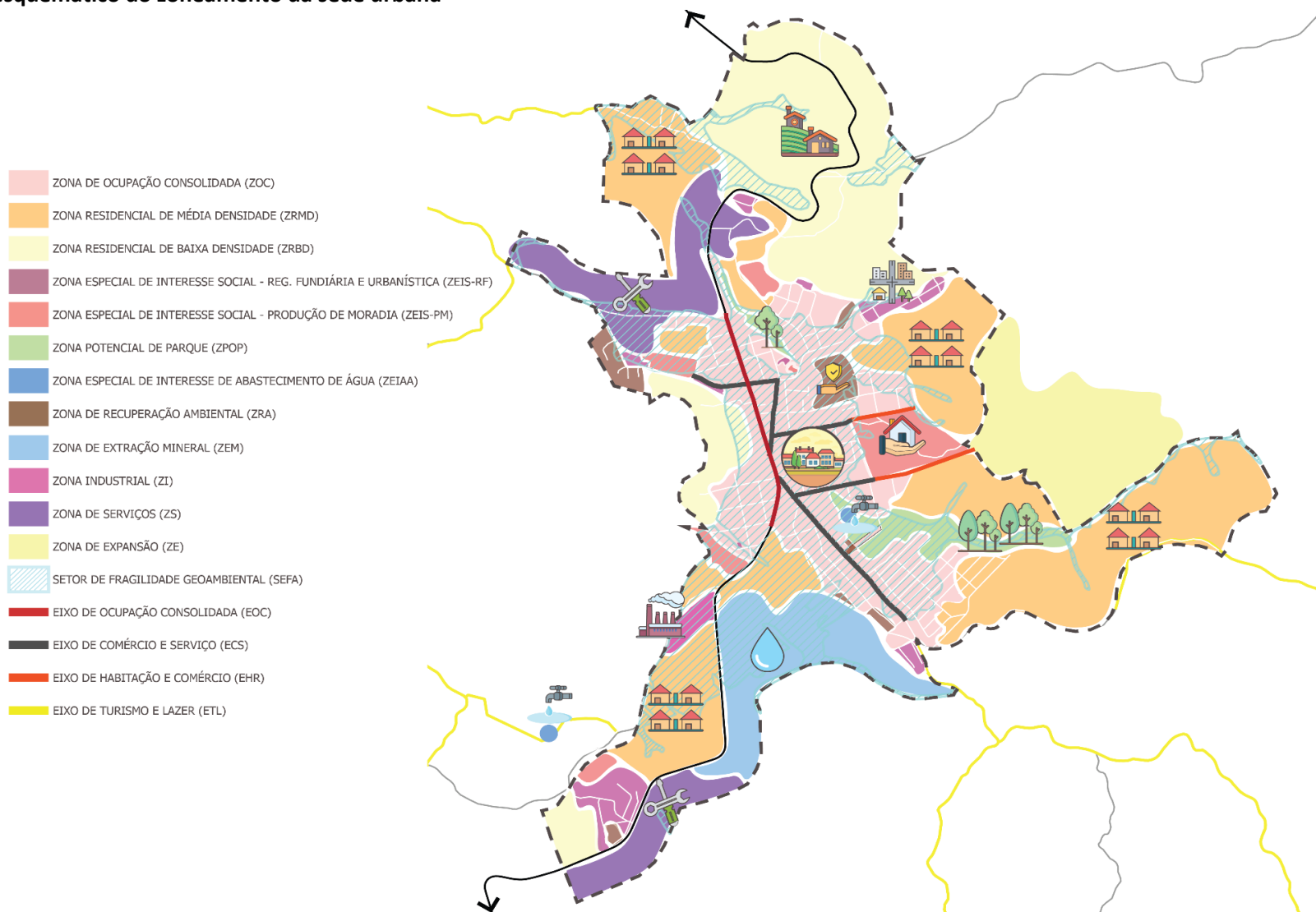
INDUSTRIAL: TIPO 1 - Atividades compatíveis com o uso residencial, de pequeno porte; com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades compatíveis com comércio, serviço e habitação ou de médio porte, com área entre 180 m² (cento e oitenta metros quadrados) e 500 m² (quinhentos metros quadrados); TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte, com área maior do que 500 m².

EXTRATIVISTA: MINERAL - Extração de águas subterrâneas; ANIMAL / VEGETAL – Extração ou retirada de recursos naturais em sua forma original com fins lucrativos.

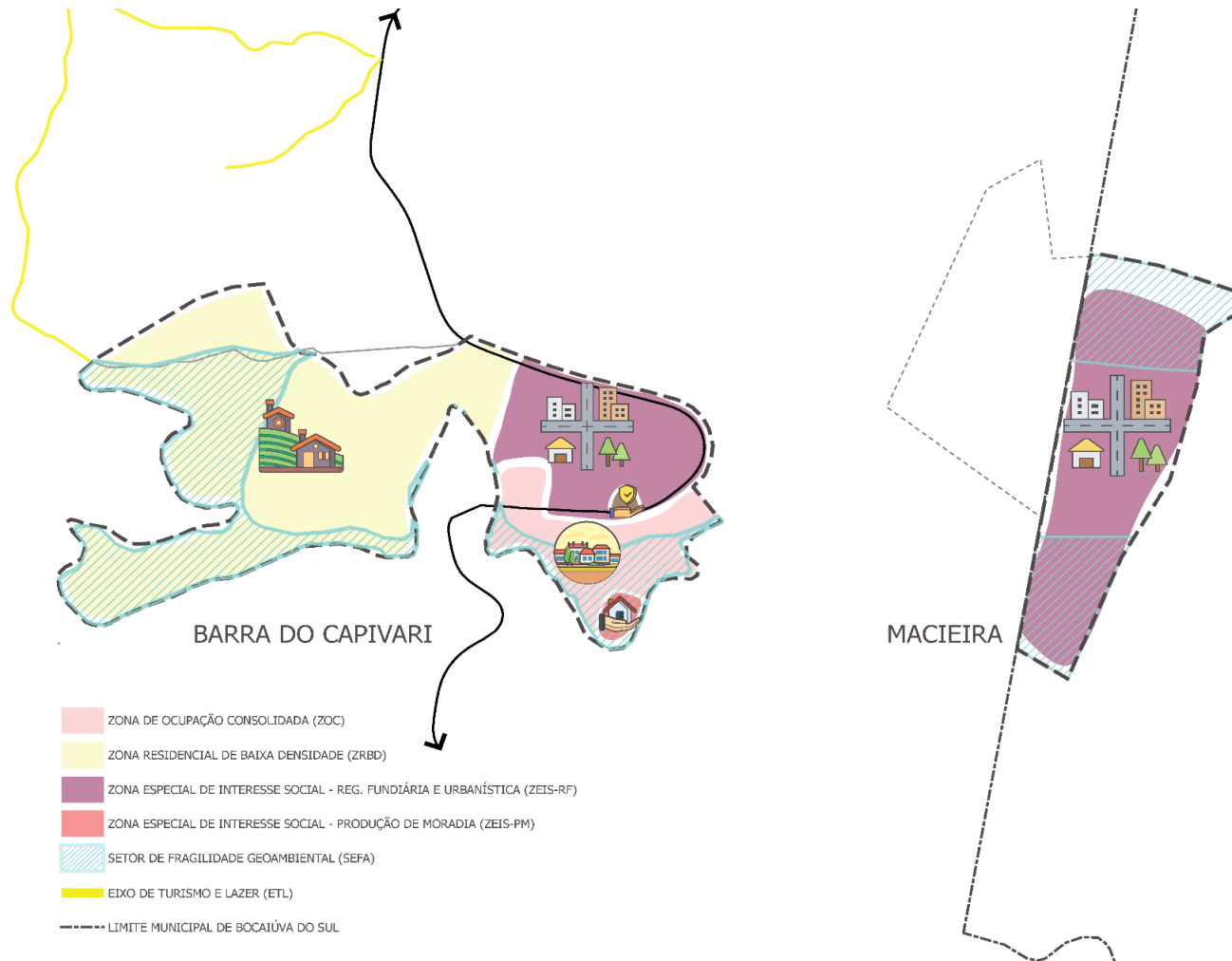
AGROPECUÁRIO: Cultivo de plantas (agricultura) e criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou para o fornecimento de matérias-primas.



2. Mapa esquemático do zoneamento da sede urbana



2.1 Mapas esquemáticos do zoneamento dos perímetros urbanos da Barra do Capivari e da Macieira



Fonte: Funpar, 2020.



2.2. Parâmetros de ocupação do zoneamento urbano

SIGLA	ZONA URBANA	LOTE MÍNIMO		NÚMERO DE PAVIMENTOS	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXAS		RECUOS		DENSIDADE (uh/lote)	DENSIDADE MÁX. (uh/ha)
		ÁREA (m ²)	TESTADA (m)		CA MIN.	CA BAS.	CA MÁX.	OCUPAÇÃO MÁX. (%)	PERMEABILIDADE DE MIN. (%)	FRONTAL (m)	LATERAL E DE FUNDOS (m)		
ZOC	Zona de Ocupação Consolidada	360	12	2	0,2	1	1,5	50	35	5	1,5	1 (1)	18
ZRM D	Zona Residencial de Média Densidade	360	12	2	0,2	1	2	70	20	5	1,5	1 (1)	18 (2)
ZRB D	Zona Residencial de Baixa Densidade	2.500	20	2	-	0,4	0,8 (3)	20	70	10	3	1	4
ZEIS-PM	Zona Especial de Interesse Social – Produção de Moradia	180	6	2	0,4	1	2	70	10	5	1,5	1 (1)	18 (4)
ZEIS-RF	Zona Especial de Interesse Social – Regularização Fundiária e Urbanística	Conforme Plano de Urbanização Específica elaborado com coordenação do Urbanismo e aprovação do Conselho Municipal de Habitação, atendendo aos critérios federais e estaduais / Obrigatória instalação de rede de esgoto											
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental	Não parcelável		Edificações de apoio à função da zona, conforme definido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e mediante aprovação do CODET									
ZPO P	Zona Potencial de Parque	Não parcelável		Edificações de apoio à função da zona, conforme definido na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e mediante aprovação do CODET									
ZEIA A	Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água	Não parcelável		Não edificável, respeitando os compartimentos calcários e o entorno protetivo do poço da Sanepar									
ZEM	Zona de Exploração Mineral	Não parcelável		Não edificável									
ZS	Zona de Serviços	810	18	2	0,2	1	1,5	70	20	15	5	-	-
ZI	Zona Industrial	5.000	15	2	0,2	1	1,5	70	25	15	5	-	-
ZE	Zona de Expansão (5)	360	12	4	0,2	1	2	70	20	5	1,5	1 (1)	18
EOC	Eixo de Ocupação Consolidada (6) Trecho da BR-476 (Estrada da Ribeira)	360	12	2	0,2	1	1,5	70	20	0 (7)	1,5	1	18
ECS	Eixo de Comércio e Serviço (6) Ruas Carlos Alberto Ribeiro Marechal, Quintino Bocaiúva, Ver. Lauro de Carvalho Osório e Manoel Bassetti Sobrinho	360	12	2	0,2	1	1,5	70	20	0	1,5	1	18
EHC	Eixo de Habitação e Comércio (6) Trechos das ruas Carlos Alberto Ribeiro e Manoel Bassetti Sobrinho	360	12	4	0,2	1	2	70	20	0	1,5	-	160
ETL	Eixo de Turismo e Lazer	2.500	20	2	-	0,4	0,8 (3)	20	70	10	3	1	4
SEFA	Setor de Fragilidade Geoambiental	Conforme a zona que atravessa / Necessário apresentação de laudo geológico geotécnico e implantação de infraestrutura de saneamento básico (água, esgoto, drenagem), iluminação pública e pavimentação de vias e calçadas										1	-

Fonte: Funpar (2020).

SIGLAS: CA = Coeficiente de Aproveitamento; TO = taxa de ocupação; TP = taxa de permeabilidade; uh = unidade habitacional; CODET = Conselho de Desenvolvimento Territorial

NOTAS:

- (1) Permissível 2 uh / lote, desde que fora da Área de Influência Direta (AID) do Karst e com solução de esgoto.
- (2) Permissíveis condomínios com fração mínima de 250 m² e densidade de até 30 habitações por hectare para condomínios horizontais e de até 45 habitações por hectare para condomínios verticais, mediante reserva de 35% da área do empreendimento para preservação de patrimônio ambiental, obedecendo os critérios estabelecidos no Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015.
- (3) Permissível mediante aprovação do CODET.
- (4) Permissíveis condomínios de interesse social horizontais e verticais com fração mínima de 180 m² e densidade de até 45 habitações por hectare, obedecendo os critérios estabelecidos no Decreto Estadual Nº 745 de 13/03/2015.
- (5) A ser ocupada após ocupação comprovada de 80% das demais zonas destinadas ao uso residencial, mediante aprovação do CODET. Parâmetros iguais à ZRMD.
- (6) Os eixos EOC, ECS, EHC e ETL incidem sobre os trechos de via indicados no mapa anexo à Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo.
- (7) Na rodovia federal BR-476 (Estrada da Ribeira), devem ser respeitadas a faixa de domínio e faixa não edificável.



2.3. Parâmetros de uso do zoneamento urbano

SIGLA	ZONA URBANA	RESIDENCIAL			CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL				COMÉRCIO E SERVIÇO			INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO		INDUSTRIAL		
		UNIFAMILIAR	TRANSITÓRIA	INSTITUCIONAL	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
ZOC	Zona de Ocupação Consolidada	P	P	P	P	P	XX	XX	P	X	XX	P	X	P	X	XX
ZRMD	Zona Residencial de Média Densidade	P	P	P	P	P	P	XX	P	X	XX	P	P	P	X	XX
ZRBD	Zona Residencial de Baixa Densidade	P	P	X	XX	X	P	XX	P	X	XX	X	X	P	X	XX
ZEIS-PM	Zona Especial de Interesse Social – Produção de Moradia	P	XX	X	P	X	X	XX	P	XX	XX	X	X	P	XX	XX
ZEIS-RF	Zona Especial de Interesse Social – Regularização Fundiária e Urbanística	P	XX	XX	P	X	X	XX	P	XX	XX	X	X	P	XX	XX
ZRA	Zona de Recuperação Ambiental	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX
ZPOP	Zona Potencial de Parque	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX	X	XX	X	XX	XX
ZEIAA	Zona Especial de Interesse de Abastecimento de Água	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX
ZEM	Zona de Exploração Mineral	X	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	P	XX	XX
ZS	Zona de Serviços	X	X	X	X	XX	XX	XX	X	P	P	X	X	P	P	XX
ZI	Zona Industrial	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	X	XX	XX	XX	XX	P	P	P
ZE	Zona de Expansão	P	P	P	P	P	X	P	P	X	XX	P	X	P	X	XX
EOC	Eixo de Ocupação Consolidada Trecho da BR-476 (Estrada da Ribeira)	X	XX	XX	X	X	XX	XX	P	X	X	X	X	X	P	XX
ECS	Eixo de Comércio e Serviço Ruas Carlos Alberto Ribeiro Marechal, Quintino Bocaiúva, Ver. Lauro de Carvalho Osório e Manoel Bassetti Sobrinho	X	X	X	X	X	XX	XX	P	P	X	X	X	X	P	XX
EHC	Eixo de Habitação e Comércio Trechos das ruas Carlos Alberto Ribeiro e Manoel Bassetti Sobrinho	X	X	X	X	XX	XX	P	XX	X	XX	X	X	X	XX	XX
ETL	Eixo de Turismo e Lazer	X	P	X	XX	XX	X	XX	P	X	X	X	X	X	XX	XX

Fonte: Funpar (2020).

LEGENDA:

XX	USO PROIBIDO
X	USO PERMISSÍVEL - Usos e atividades devem ser submetidos à aprovação do Conselho de Desenvolvimento Territorial (CODET)
P	USO PERMITIDO

RESIDENCIAL: UNIFAMILIAR - Habitação isolada destinada a servir de moradia a uma só família; TRANSITÓRIA - unidades habitacionais onde se recebem hóspedes mediante remuneração; INSTITUCIONAL - destinada à assistência social, abrigando estudantes, crianças, idosos e necessitados.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL OU COMERCIAL: TIPO 1 - Geminadas paralelas ou transversais ao alinhamento predial, com até 8 (oito) unidades habitacionais; TIPO 2 – Unidades autônomas isoladas, com mais de 8 unidades habitacionais e área máxima de 1 ha (um hectare); TIPO 3 – Unidades autônomas isoladas, com área máxima de 5 há (cinco hectares); TIPO 4 – Condomínio Edifício Vertical.

COMÉRCIO E SERVIÇO: TIPO 1 Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte; TIPO 2 - Atividades de médio porte ou polos geradores de tráfego; TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte.

INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIO: TIPO 1 - Atividades de atendimento ao uso residencial, de pequeno porte, com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades de atendimento ao uso residencial ou não, de médio ou grande porte, usos religiosos e polos geradores de tráfego, com área maior do que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados).

INDUSTRIAL: TIPO 1 - Atividades compatíveis com o uso residencial, de pequeno porte; com área menor que 180 m² (cento e oitenta metros quadrados); TIPO 2 - Atividades compatíveis com comércio, serviço e habitação ou de médio porte, com área entre 180 m² (cento e oitenta metros quadrados) e 500 m² (quinhentos metros quadrados); TIPO 3 - Atividades não compatíveis com uso residencial ou de grande porte, com área maior do que 500 m².



MEMÓRIA DE REUNIÃO - Sanepar

1. Dados Gerais

Atividade: Reunião com setor de geologia da Sanepar
Data: 25/09/2020 Horário início 8h30m Horário fim 9h30m
Local: Reunião online via aplicativo Google Meet
Pauta(s): informações sobre os poços de abastecimento público e necessidades de proteção do seu entorno; influências no zoneamento.

2. Participantes

Funpar: Débora Furlan; Mauricio Alexandre Maas; Luciano de Lara. PMBS: Andreia Tagomori. Sanepar: Katia Nakandakare, Marcos Justino Guarda
--

3. Memória da Reunião

Tratou-se, em síntese, das seguintes questões:
<p>1. A Funpar colocou as seguintes questões para serem discutidas na reunião:</p> <ul style="list-style-type: none">- a pertinência e atualidade da zona Zona Rural de Interesse de Abastecimento Público da Lei do Plano Diretor vigente;- A diferença de localização desta zona em relação a marcação do poço de abastecimento futuro próximo à Vila Angélica;- A necessidade de informações sobre a célula do karst referente a esses poços, para estudo de zoneamento;- Informações sobre os impactos da ocupação na área circundante do poço de abastecimento público atual. <p>2. Com relação às questões levantadas, a Sanepar aponta:</p> <ul style="list-style-type: none">- A localização do poço de abastecimento futuro próximo à Vila Angélica está correta;- O novo poço já foi perfurado e a previsão para início das operações é para 2022;- Há necessidade de demarcação de área de proteção no entorno dos poços, preferencialmente a partir da delimitação da célula kárstica, pois não se trata de uma proteção do local de extração (referente ao raio de 50 metros, como está no zoneamento vigente), mas (i) da manutenção da permeabilidade do solo necessária para recarga do aquífero e (ii) redução de riscos de acidentes geológicos;- Dado a sua localização geográfica e característica do terreno, Bocaiúva do Sul não pode ser interligada à SAIC (rede integrada de abastecimento metropolitano); os poços da Sede e da Vila Angélica (futuro) são as únicas fontes de abastecimento da área urbana de Bocaiúva do Sul; a ocupação inadequada do entorno dos poços pode incorrer na perda da fonte de abastecimento e no risco de problemas de abastecimento de água para a área urbana;- Há um poço próximo à Várzea do Capivari (Barra do Capivari), que está ligado à SAIC, mas não abastece Bocaiúva do Sul;- A Sanepar possui estudo geofísico da área dos poços, bem como o perfil de outros poços não utilizados que podem auxiliar no trabalho de revisão do PDDB;

3. O Geólogo Luciano de Lara aponta a necessidade destes estudos para a composição de um banco de dados do município de Bocaiuva do Sul, no sentido de apoiar a gestão territorial e as prospecções de futuros empreendimentos; também aponta a importância da participação da Sanepar nas Audiências do Plano Diretor, dado a importância do tema do abastecimento relacionado à fragilidade geoambiental;

4. A Sanepar se prontificou a repassar à Funpar/PMBS os estudos geofísicos e dos poços não utilizados.





